

PSICOLOGIA CLÍNICA

Temas sobre psicología clínica

30.2

PSICOLOGIA CLÍNICA

Temas sobre psicología clínica

30.2

Agosto de 2018

PSICOLOGIA CLÍNICA — 30.2, 2018

PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

EDITORES RESPONSÁVEIS:

Isabel Fortes
Esther Arantes

EDITORES ASSOCIADOS

Andrea Seixas Magalhães
Felipe Kenji Sudo
Lidia Levy de Alvarenga
Luciana Fontes Pessoa

COMISSÃO EXECUTIVA:

J. Landeira-Fernandez
Isabel Fortes

ASSISTENTES DE EDIÇÃO:

Eduardo Medeiros e Gyselle Almeida de Araújo Góes

CONSELHO EDITORIAL:

Alberto Konichechis, Universidade Paris/Descartes (Paris V), Paris, França
Adriana Wagner, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Ana Maria Rudge, UVA, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Cleonice Alves Bosa, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Eduardo João Ribeiro dos Santos, PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Portugal
Fernando Urribarri, Universidad de Buenos Aires, Argentina
Ilana Sirozenberg, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Jefferson Machado Pinto, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil
Jurandir Freire Costa, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Luiz Augusto M. Celes, UnB, Brasília, Distrito Federal, Brasil
Luiz Eduardo Prado de Oliveira, Université de Bretagne Occidentale,
Brest, Bretagne, França
Maria Consuelo Passos, UNICAP, Recife, PE, Brasil
Maria da Graça Bompassor Borges Dias, UFPE, Recife, PE, Brasil
Marta Gerez Ambertin, Universidade Nacional de Tucumán,
San Miguel de Tucumá, Tucuman, Argentina
Nelson da Silva Junior, USP, São Paulo, SP, Brasil
Pierre Berghozi, Université de Paris 8 – Vincennes St Denis,
Paris, Ile-de-France, França
Renato Mezan, PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil
Roland Gori, Université Provence-Aix-Marseille 1, Marseille,
Provence, França
Silvia Helena Koller, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Silvia Maria Abu-Jama Zornig, PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Teresa Cristina Carreteiro, UFF, Niterói, RJ, Brasil

SECRETÁRIAS:
Marcelina Oliveira de Andrade
Vera Lúcia L. da Silva

REVISÃO: *Sandra Regina Felgueiras*

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: *Caboverde Tecnologia e Serviços Eireli*

Apoio:



Departamento de Psicologia
PUC-Rio

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da PUC-RIO

PSICOLOGIA CLÍNICA. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Centro de Teologia e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. v. 30.2, 2018
CDD.157.9

ISSN: 0103-5665 (impresso)
ISSN: 1980-5438 (online)

MISSÃO DO PERIÓDICO

Divulgar trabalhos originais na área da Psicologia Clínica, contribuindo para a qualidade da pesquisa, da produção de conhecimento e para a consolidação desse campo no Brasil.

LINHA EDITORIAL

A revista *Psicologia Clínica* é uma publicação quadrimestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa, estudos teóricos, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área de Psicologia Clínica.

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

NACIONAIS:

INDEX PSI www.bvs-psi.org.br
LILACS/BIREME lilacs.bvsalud.org/
QUALIS (A2) www.periodicos.capes.gov.br

INTERNACIONAIS:

CLASE www.dgbiblio.unam.mx/clase.html
DOAJ (Suécia) www.doaj.org/doaj
Latindex (México) www.latindex.unam.mx/index.html
PsycINFO www.apa.org/psycinfo/about/covlist.html#P
REDALYC redalyc.uaemex.mx/

HOMEPAGE:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-5665

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea
22453-9000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 3527-2109
Fax: (021) 3527-1187
E-mail: psirevista@puc-rio.br

SUMÁRIO

SUMMARY

EDITORIAL 205

SEÇÃO TEMÁTICA: CLÍNICA DO SOCIAL

ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE LAPLANCHE E LACAN: ABORDAGENS
PSICANALÍTICAS DAS QUESTÕES SOCIAIS

*Agreements and disagreements between Laplanche and Lacan: psychoanalytic
approaches to social issues*

*Encuentros y desencuentros entre Laplanche y Lacan: enfoques psicoanalíticos
de las cuestiones sociales*

Cassandra Pereira França

Cristiana de Amorim Mazzini 209

ESQUIZOFRENIA, CLÍNICA E SAÚDE MENTAL NA PSICOLOGIA SÓCIO-
HISTÓRICA E NA PSICANÁLISE

*Schizophrenia, clinic and mental health in socio-historical psychology and in
psychoanalysis*

*Esquizofrenia, clínica y salud mental en la psicología sociohistórica y la
psicoanálisis*

Fabiano Chagas Rabêlo

Reginaldo Rodrigues Dias

Gustavo de Oliveira Carvalho

Karla Patrícia Holanda Martins 229

O “CARRAPATEIRO” VISTO DE FORA: OLHARES SOBRE UMA CRACOLÂNDIA
EM DIVINÓPOLIS, MG

An outside view of “Carrapateiro”: looks on a crackland in Divinópolis, MG

*El “Carrapateiro” visto desde afuera: miradas sobre una crackolandia en
Divinópolis, MG*

Roberto Lopes Mendonça

Mardem Leandro Silva

Ana Livia Amaral

Geovane Antônio Teixeira 249

O BRASIL E A LÓGICA RACIAL: DO BRANQUEAMENTO À PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DO RACISMO	
<i>Brazil and the Racial Logic: From whitening to the production of subjectivity of racism</i>	
<i>El Brasil y la Lógica Racial: Del blanqueamiento a la producción de subjetividad del racismo</i>	
Kenia Soares Maia	
Maria Helena Navas Zamora	265

SEÇÃO LIVRE

COMPORTAMENTOS AUTOLESIVOS E ADMINISTRAÇÃO DAS EMOÇÕES EM ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO	
<i>Self-harming behavior and emotional management in female adolescents</i>	
<i>Comportamientos autolesivos y administración de las emociones en adolescentes del sexo femenino</i>	
Carolina Silva Raupp	
Angela Helena Marin	
Clarisse Pereira Mosmann	287

O TRABALHO DE PERLABORAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS SOFRIMENTOS NARCÍSSICO-IDENTITÁRIOS: UMA CONTRIBUIÇÃO DE R. ROUSSILLON	
<i>Working-through and its implications to narcissistic identity troubles: a contribution of R. Roussillon's</i>	
<i>La perlaboración y sus implicaciones para las problemáticas narcisístico- identificatorias: una contribución de R. Roussillon</i>	
Gilson Gonçalves Lopes	
Perla Klautau	309

PARA ALÉM DO PARADIGMA HISTÉRICO DA ANOREXIA: A ORDEM DE FERRO DO SUPEREU MATERNO	
<i>Beyond the hysterical paradigm of anorexia: the iron order of maternal superego</i>	
<i>Más allá del paradigma histérico de la anorexia: el orden de hierro del superyó materno</i>	
Camila Ferreira Sales	
Cristina Moreira Marcos	329

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O DIAGNÓSTICO PSICANALÍTICO
CONTEMPORÂNEO

Theoretical reflections on contemporary psychoanalytic diagnosis

Reflexiones teóricas sobre el diagnóstico psicoanalítico contemporáneo

Vitor Hugo Couto Triska

Marta Regina de Leão D'Agord..... 349

VERDADE, ACONTECIMENTO E SUJEITO

Truth, event and subject

Verdad, acontecimiento y sujeto

Oswaldo França Neto 365

RESENHAS

A CRONICIDADE DA DOR: NARRATIVAS CLÍNICAS E TEÓRICAS

Chronic pain: clinical and theoretical narratives

La cronicidad del dolor: narrativas clínicas y teóricas

Clarice Medeiros 383

INTEGRANDO O DESENVOLVIMENTO DESDE A ADOLESCÊNCIA: TEORIAS,
PESQUISAS E EXERCÍCIOS PARA A QUALIDADE DE VIDA

*Integrating development from adolescence: theories, research and exercises for
quality of life*

*Integrando el desarrollo desde la adolescencia: teorías, investigaciones y
ejercicios para la calidad de vida*

Edna Lúcia Tinoco Ponciano

Ana Luisa Alves

Karla Guimarães

Daniele Mello

Amanda Porto Padilha 389

EDITORIAL

O número 30.2 da *Revista Psicologia Clínica* compreende duas seções: uma temática e uma livre. Ao final, contamos com duas resenhas. A seção temática versa sobre a “Clínica do social” e reúne quatro artigos. O primeiro, *Encontros e desencontros entre Laplanche e Lacan: abordagens psicanalíticas das questões sociais*, das autoras Cassandra Pereira França e Cristiana de Amorim Mazzini (ambas da Universidade Federal de Minas Gerais), versa sobre algumas críticas enunciadas por Jean Laplanche quanto ao “inconsciente estruturado como linguagem” formulado por Jacques Lacan, que apesar de parecerem ser inicialmente mero desdobramento do pensamento de Lacan, acabaram por se estender à corrente estruturalista como um todo, acirrando um debate que acabou por afastar, definitivamente, a produção desses dois autores. As denúncias do caráter conservador da psicanálise, por parte dos movimentos feministas e LGBT, embora sem referência direta a Laplanche, sinalizaram sua visão do quanto o poder participa da construção das subjetividades, impossibilitando separar poder e gênero.

No artigo que se segue, *Esquizofrenia, clínica e saúde mental na psicologia sócio-histórica e na psicanálise*, dos autores Fabiano Chagas Rabêlo, Reginaldo Rodrigues Dias, Gustavo Oliveira Carvalho (os três da Universidade Federal do Piauí) e Karla Patrícia Holanda Martins (Universidade Federal do Ceará), discutem-se as aproximações e distanciamentos quanto à clínica da esquizofrenia entre a psicologia sócio-histórica e a psicanálise, em ambas as quais há a valorização dos fenômenos de linguagem e a abertura para um projeto clínico não médico, estabelecido sob diferentes perspectivas na interlocução com a psicopatologia clássica. Na abordagem sócio-histórica, a ênfase recai nos aspectos cognitivos e macro da psicogênese, nas intervenções que promovem a cidadania e a mudança de cultura sobre a doença mental. Estas se encontram também presentes na visão da psicanálise, mas neste segundo contexto destacam-se intervenções mais voltadas para as especificidades dos laços sociais de cada sujeito.

O terceiro artigo, *O ‘Carrapateiro’ visto de fora: olhares sobre uma cracolândia em Divinópolis, MG*, dos autores Roberto Lopes Mendonça, Mardem Leandro Silva, Ana Lúvia Amaral e Geovane Antônio Teixeira (todos da Universidade do Estado de Minas Gerais), busca conhecer a visão e a relação conflituosa entre moradores, comerciantes e usuários de drogas na população do entorno de uma região de uso público de drogas em Divinópolis, MG, através de entrevistas se-

miestruturadas, abordando o tipo de intervenção nos polos da saúde e da segurança pública e a falta de responsabilização da sociedade civil na situação.

O último artigo da seção temática, *O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo*, das autoras Kenia Soares Maia (Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro) e Maria Helena Navas Zamora (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), propõe uma análise teórica de algumas ideias sobre raça de Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, a partir da abordagem histórica de Michel Foucault. Pelo viés da análise institucional, examina-se a formação de lógicas produtoras de modos de ser e agir desde o final do século XIX e início do XX, baseadas em ideais racistas e cientificistas, bem como a subsequente política de branqueamento no Brasil, parte da lógica racial, e seus efeitos sobre a realidade subjetiva da população negra (e não negra) na contemporaneidade.

O primeiro artigo da seção livre, *Comportamentos autolesivos e administração das emoções em adolescentes do sexo feminino*, das autoras Carolina Silva Raupp, Angela Helena Marin e Clarisse Pereira Mosmann (todas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul), aborda um estudo desenvolvido com vistas a caracterizar a prática de comportamentos autolesivos em adolescentes, com manifestações de sofrimento psíquico associadas à depressão e ao suicídio, encontrados com frequência na atualidade, por meio da investigação sobre a expressão e a administração das emoções pelas adolescentes. Procedeu-se a um estudo de casos múltiplos, do qual participaram quatro meninas entre 13 e 15 anos, que responderam à Escala de Avaliação de Sintomas-90-R e a uma entrevista semiestruturada, constatando-se a precocidade dos comportamentos, seu caráter aditivo e sinalizando-se a necessidade de preparo dos profissionais para atender tais adolescentes.

O segundo artigo dessa seção, *O trabalho de perlaboração e suas implicações para os sofrimentos narcísico-identitários: uma contribuição de R. Roussillon*, dos autores Gilson Gonçalves Lopes e Perla Klautau (ambos da Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro), questiona o fato de a perlaboração, conceito fundamental do método clínico freudiano, ter recebido pouca atenção no cenário psicanalítico atual em relação à temática dos sofrimentos narcísico-identitários, alvo de interesse crescente por parte de pesquisadores. Nesse contexto, vale destacar a contribuição de Roussillon no tocante à extensão da técnica psicanalítica, visando a criar condições para o tratamento desse tipo de sofrimento, tornando possível o trabalho de perlaboração.

O artigo que se segue, *Para além do paradigma histórico da anorexia: a ordem de ferro do supereu materno*, das autoras Camila Ferreira Sales (Secretaria

Municipal de Saúde de Mariana, Minas Gerais) e Cristina Moreira Marcos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), indaga como situar a afinidade entre anorexia e feminino, a partir de um caso clínico no qual se verifica uma submissão a uma ordem de ferro do supereu e uma não assunção de uma posição sexuada na dialética amorosa. Através da recusa daquilo que vem do Outro no registro do ter, a anoréxica busca criar uma posição particular no Outro.

O próximo artigo, *Reflexões teóricas sobre o diagnóstico psicanalítico contemporâneo*, dos autores Vitor Hugo Couto Triska e Marta Regina de Leão D'Agord (ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), discute a lógica e os limites do diagnóstico psicanalítico tripartido enquanto correlato da concepção totêmica da cultura e algumas propostas que o problematizam frente às questões clínicas contemporâneas, além do alcance da racionalidade diagnóstica na contemporaneidade e sua necessária reformulação, em vista de concepções não universalistas de cultura.

O último artigo dessa seção, *Verdade, acontecimento e sujeito*, de Oswaldo França Neto (Universidade Federal de Minas Gerais), problematiza o conceito de verdade, propondo-o como indissociável dos conceitos de acontecimento e sujeito, como um excesso em relação ao campo da existência, pois, preservada como eterna e não particularizável, ela não poderia se localizar ou se deixar discernir como objeto. Consequente a essa proposta de vinculação necessária entre verdade, acontecimento e sujeito, a apresentação destes no campo da existência seria sempre histórica, desqualificando transcendências e desdobrando-se como subversão do que se apresenta normatizado.

Finalizamos essa edição com as seguintes resenhas:

A cronicidade da dor: narrativas clínicas e teóricas, de Clarice Medeiros (Universidade Veiga de Almeida e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), resenha do livro *A face crônica da dor*, organizado por V. L. Besset e S. V. Zanotti, publicado em 2017.

Integrando o desenvolvimento desde a adolescência: teorias, pesquisas e exercícios para a qualidade de vida, de Edna Lúcia Tinoco Ponciano, Ana Luisa Alves, Karla Guimarães, Daniele Mello e Amanda Porto Padilha (todas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro), resenha do livro *Cérebro adolescente: o grande potencial, a coragem e a criatividade da mente dos 12 aos 24 anos*, de D. J. Siegel, publicado em 2016.

Isabel Fortes
Esther Arantes

SEÇÃO TEMÁTICA

Clínica do social

Encontros e desencontros entre Laplanche e Lacan:
abordagens psicanalíticas das questões sociais

Esquizofrenia, clínica e saúde mental na psicologia
sócio-histórica e na psicanálise

O “Carrapateiro” visto de fora: olhares sobre uma
cracolândia em Divinópolis, MG

O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à
produção de subjetividade do racismo

ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE LAPLANCHE E LACAN: ABORDAGENS PSICANALÍTICAS DAS QUESTÕES SOCIAIS

*AGREEMENTS AND DISAGREEMENTS BETWEEN LAPLANCHE
AND LACAN: PSYCHOANALYTIC APPROACHES TO SOCIAL ISSUES*

*ENCUENTROS Y DESENCUENTOS ENTRE LAPLANCHE Y LACAN:
ENFOQUES PSICOANALÍTICOS DE LAS CUESTIONES SOCIALES*

*Cassandra Pereira França **

*Cristiana de Amorim Mazzini ***

RESUMO

Algumas críticas enunciadas por Laplanche em 1960, no Colóquio de Bonneval, relacionadas ao “inconsciente estruturado como linguagem” pareciam ser, a princípio, apenas um desdobramento do pensamento de Lacan. No entanto, suas implicações acabaram estendendo-se à corrente estruturalista como um todo, trazendo uma capilaridade teórica ao debate que acabou por afastar, definitivamente, a produção desses autores. Apesar de as denúncias do caráter conservador da psicanálise por parte dos movimentos feministas e LGBT não fazerem referência direta ao pensamento de Laplanche, é possível esboçar um alinhamento comum. Judith Butler acrescenta ao debate sua visão do quanto o poder participa da construção das subjetividades, impossibilitando separar poder e gênero. A literatura sobre o assunto nos leva a concluir que, apesar de o ensino de Lacan, após algumas reformulações que levaram em conta a crítica ao estruturalismo, ter oferecido ferramentas para pensar as questões contemporâneas de maneira menos estanque, ainda existem importantes autores fazendo um uso teórico viciado que, por ter como consequência a legitimação de posições conservadoras e opressoras, pede um reposicionamento.

Palavras-chave: estruturalismo; gênero; movimentos sociais; contemporaneidade.

* Professora Associada do Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

** Mestre em Estudos Psicanalíticos pelo Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

ABSTRACT

The critique regarding the “unconscious structured as language” presented by Laplanche at the Bonneval Colloquium, in 1960, seemed at first to be only a by-product of Lacan’s theory. However, later on, such critique was extended to structuralism itself, highlighting a debate that was responsible for the breakup between these authors. In spite of not referring to Laplanche’s ideas directly, we sustain that LGBT and feminist movements have a common point with Laplanche’s critique of structuralism. Judith Butler contributes to this discussion by pointing out the importance of power for subjective construction, making it impossible to set apart gender from power. Therefore, literature about this subject leads us to conclude that, even if Lacan has offered tools to conceive of contemporary issues in a more flexible way, after taking some of the critiques about structuralism into consideration, there still are authors who employ his theory in order to uphold oppressive stances, which demands a reassessment.

Keywords: structuralism; gender; social movements; contemporaneity.

RESUMEN

Algunas críticas enunciadas por Laplanche en 1960, en el Coloquio de Bonneval, relacionadas al “inconsciente estructurado como lenguaje” parecían ser, en principio, apenas un desdoblamiento del pensamiento de Lacan. Sin embargo, sus implicaciones acabaron extendiéndose a la corriente estructuralista como un todo, trayendo una capilaridad teórica al debate que acabó por alejar, definitivamente, la producción de esos autores. A pesar de que las denuncias del carácter conservador del psicoanálisis, por parte de los movimientos feministas y LGBT, no hacen referencia directa al pensamiento de Laplanche, es posible bosquejar una alineación común. Judith Butler añade al debate su visión de cuánto el poder participa de la construcción de las subjetividades, impidiendo que se separe poder y género. La literatura sobre el asunto nos lleva a concluir que, a pesar de la enseñanza de Lacan, tras algunas reformulaciones que tuvieron en cuenta la crítica al estructuralismo, haber ofrecido herramientas para pensar las cuestiones contemporáneas de manera menos estancada, aún existen importantes autores haciendo un uso teórico viciado para legitimar posiciones conservadoras y opresoras, que piden un reposicionamiento.

Palabras clave: estructuralismo; género; movimientos sociales; contemporaneidad.

Introdução

A teoria psicanalítica, fundada por Freud ainda no século XIX, foi reconhecida como uma grande corrente de pensamento somente no século XX. Ao longo desse tempo, muito aconteceu na história da psicanálise. Alguns autores ganharam relevância enquanto Freud ainda era vivo e, de certa maneira, detinha o poder de dar o crivo em relação às teorizações psicanalíticas que emergiam. Outros, como Lacan, não tiveram a oportunidade de dialogar diretamente com o fundador, mas, ainda assim, propuseram apropriações teóricas cuja capilaridade mantém o pensamento psicanalítico ainda bastante eferescente nos dias atuais. Jean Laplanche também foi um desses autores. Ele iniciou seu tratamento analítico com Lacan no fim dos anos 40 e, desde então, entabulou um estreito diálogo com suas ideias. Seguindo os conselhos de Lacan, iniciou sua formação médica enquanto dava continuidade à sua formação como analista, que foi fortemente influenciada pelo pensamento lacaniano.

A consolidação da formação de Laplanche, entretanto, acabou fazendo com que ele discordasse de alguns pontos forjados por Lacan. Essa discordância foi apresentada inicialmente no Colóquio de Bonneval, em 1960, na conferência “O inconsciente, um estudo psicanalítico”, escrita por Leclaire e Laplanche (1961/1992). Uma das seções dessa apresentação, intitulada “O inconsciente é a condição da linguagem, interdependência dos sistemas pré-consciente e inconsciente”, escrita por Laplanche, acabou delineando um capítulo da história da psicanálise, uma vez que opiniões consideradas por Laplanche apenas um desdobramento do pensamento de Lacan acabaram sendo responsáveis por um embate que acabaria por culminar no rompimento entre eles, uma vez que seus pontos de vista não mais puderam ser conciliados.

Naquela ocasião, Laplanche afirmou (1961/1992), baseando-se em Freud, que se acaso nossa linguagem fosse regida pelos incessantes deslocamentos e condensações característicos do processo primário, seríamos todos regidos por um funcionamento psicótico. Portanto, o funcionamento seguido por nossa linguagem era o do processo secundário, que, ao impor certa restrição ao livre escoamento da energia pulsional, acabava retirando-a do reino exclusivo do processo primário. Para explicar tal inversão, Laplanche supôs a existência inicial de um momento mítico, quando haveria uma apropriação gradativa da linguagem pela criança, que apenas se inseriria no universo linguístico após conseguir apreendê-lo. Essa suposição, entretanto, gerou o seguinte impasse: se todos os significantes se definissem pela relação com os demais, dando origem ao conjunto do sistema significativo, não poderia haver nenhum significante que se definisse fora de sua posição no sistema. Um bom exemplo dado por Laplanche para entender o impasse em questão é o da captura do significado das palavras no dicionário, que sempre é

estabelecido em relação a outros significantes. Se o significado de um significante é dado em relação a outro, como seria possível capturar algum significado nesse deslizamento incessante que impossibilita qualquer estabilização?

Na tentativa de solucionar o problema, Laplanche recorreu ao conceito dos “pontos de capitonagem” forjado por Lacan (1958/1999), que estabelece a existência de pontos nos quais a cadeia significante é fixada ao significado. Nesse momento, acreditando dar uma exemplificação ao conceito lacaniano, ele novamente usa o dicionário: a apreensão do significado de um termo por meio da consulta ao dicionário só é possível porque existe algo que impede a transformação de um significante em outro por meio do deslizamento. Aquilo que impede uma palavra de deslizar incessantemente é a posição de um determinado significante em relação aos outros no sistema, ou seja, o fato de um único significante comportar várias significações.

É possível inferir que a maneira como as formulações foram apresentadas em Bonneval não pretendiam ser nada além do desdobramento desses “pontos de capitonagem”. Ora, se a exata apreensão da fixação de um significante a um significado é impossível, Laplanche leva a compreensão dos “pontos de capitonagem” às últimas consequências, descrevendo um momento mítico, que corresponderia à construção dos diques que contêm o livre funcionamento do processo primário, no qual a fixação do significante ao significado acontece. Com o intuito de auxiliar a compreensão da origem desses “pontos de capitonagem”, Laplanche lança mão da fórmula da metáfora de Lacan, considerando que, ao implicar a conservação do termo inicial, ela oferece elementos para elucidar o processo da construção desses diques. Ao contrário da maneira como estamos habituados a ver a fórmula da metáfora de Lacan, Laplanche (1961/1992, p. 249-250) mantém os termos que são simplificados para demonstrar a presença do significado latente:

$$\frac{S'}{S} \cdot \frac{S}{s} \Rightarrow S' \left(\frac{1}{s} \right) \quad (I)$$

$$\frac{S'}{S} \cdot \frac{S}{s} \text{ tornando-se } \frac{S'}{S} / \frac{S}{s} \quad (II)$$

Legenda

S – *significante*

s – *significado*

S' – *novo significante*

A descrição da fórmula nos termos do esquema II indica que aquilo que foi aparentemente simplificado não desapareceu, mas encontra-se abaixo da barra que separa o significante do significado. A concepção do esquema dessa forma,

portanto, permite entender que, na operação da metáfora, quando um termo é deslocado para outro, ele não desaparece, mas permanece como conteúdo latente.

A compreensão do efeito metafórico, dessa maneira, exige que a simplificação de S não seja considerada uma mera supressão. Para Laplanche (1961/1992), os recursos poéticos da metáfora se dão justamente pela permanência de algo do significado, em forma de significante latente. Isso significa que o sentido metafórico da frase “seus olhos são como amêndoas”, por exemplo, só pode ser apreendido na medida em que a ideia do significado da amêndoa não for perdida.

Para ilustrar sua argumentação, Laplanche lança mão de uma das primeiras formas de simbolização utilizadas pela criança para dominar tanto a presença quanto a ausência da mãe, o *fort-da*. No entanto, sua atenção se volta para o momento anterior à brincadeira, em que a oposição entre o par de fonemas opostos (A-O) ainda não pode ser percebida. Esse momento mítico, então, é caracterizado por um “mesmo movimento que produz a separação do céu e da terra e sua nomeação” (Laplanche, 1961/1992, p. 247), no qual a percepção das relações de oposição se dá na medida em que a criança se insere no campo da linguagem. Ou seja, a percepção do par de opostos presença/ausência enquanto tal, acontece num movimento simultâneo, no qual a percepção da existência de A se dá em oposição a O. Esse será o primeiro nível de simbolização, e que lançará sobre o psiquismo em vias de constituição uma malha de oposições significantes. Nesse tempo, há apenas a introdução da pura diferença, que no gesto do “*fort-da*” seria representada pela barra da cama entre a criança e o carretel. Um segundo nível de simbolização seria o que Lacan chamou de metáfora. A criação do inconsciente estaria inserida neste segundo nível, como resultado do recalque originário que introduz uma hiância entre significante e significado, um lastro que nunca será reencontrado, a não ser no mundo do esquizofrênico. É essa segunda etapa que põe um fim à incessante oscilação entre pares de opostos (tais como + e –, A e O, claro e escuro), podendo ser considerada a ancoragem no mundo simbólico.

Ainda que seja possível perceber a tentativa de Laplanche de complementar a teoria lacaniana sem necessariamente discordar da formulação dos pontos de capitonagem, as formulações proferidas por Laplanche em Bonneval acabaram sendo refutadas por Lacan. Embora tais críticas não tenham sido aceitas, Lacan se viu obrigado a responder às importantes questões colocadas em Bonneval, que evidenciavam como sua teoria corria o risco de colocar a psicanálise num puro nominalismo, distante de qualquer materialidade. Embora Lacan não tenha acompanhado Laplanche em seu caminho teórico, Leite (2001) nos conta que tanto o texto “Posição do Inconsciente”, escrito por Lacan em 1964, quanto o conceito de “letra”, forjado anos mais tarde, apresentam reformulações importantes, que tentam dar conta das críticas recebidas até então.

A tentativa de conciliação com as ideias lacanianas pode ser percebida na manobra teórica que Laplanche (1961/1992) faz para afirmar que o estatuto ontológico do inconsciente como linguagem, tal como defendia Lacan, implica não concebê-la apenas como linguagem verbal. Dessa maneira, ele argumenta que os elementos do imaginário tomados pelo inconsciente não se transformam em linguagem verbal – a existência deles continua a ser composta por imagens que, além de não remeterem a nada que não a si mesmas, não apresentam distinção alguma entre significante e significado. Embora o inconsciente seja composto por essas imagens, o imaginário visual também deve ser considerado como linguagem, ou seja, o imaginário visual pode ser elevado ao estatuto de significante. Essa formulação ilustra o quanto Laplanche tentava conciliar as suas ideias com a formulação lacianiana de que o inconsciente é estruturado como linguagem.

Depois de Bonneval...

Embora a exposição do posicionamento de Laplanche em Bonneval não explicitasse uma discordância irreversível de Lacan, a consolidação dessas ideias acabaria sendo responsável pelo rompimento entre os dois, pois Laplanche não recuaria diante de seu ponto de vista de que *a existência do inconsciente é imprescindível para a aquisição da linguagem*. Se em Bonneval ele estava totalmente inserido dentro do pensamento laciano, um rumo teórico próprio foi tomado a partir de então. Talvez seja possível afirmar que a apresentação de 1960 já demonstrava uma discordância que vislumbrava algumas limitações de um pensamento que vem sendo bastante problematizado, qual seja, o estruturalista. Assim, é possível inferir que o embrião de uma crítica ao estruturalismo já estava presente nas discordâncias de Laplanche, mesmo quando esse pensamento ainda fervilhava na França.

Em 1981, na conferência “O estruturalismo: sim ou não?”, no México, Laplanche fez um balanço da influência do movimento estruturalista na psicanálise, examinando-o para além de sua relação com o pensamento laciano. Ao questionar o puro formalismo e entender que a inserção do estruturalismo linguístico no campo da ciência é possibilitada pela definição do significado a partir da posição do termo na cadeia significante, Laplanche indaga se a noção de valor relacionada à posição dentro da estrutura é uma posição ontológica ou é apenas um postulado metodológico. Para exemplificar seu questionamento, ele compara o conceito de valor na linguística e no marxismo. Para Marx, o fato de o valor de troca ser o único que pode ser tratado pela ciência não implica o desaparecimento do valor de uso. É preciso perguntar, então, se a redução do sentido à estrutura,

feita pela linguística estruturalista, é parte da tentativa de tratamento científico da linguagem ou se implica o desaparecimento do “valor de uso” do termo. Para Laplanche, tudo indica que o valor de uso acaba desaparecendo.

Para sustentar sua argumentação, Laplanche recorre à definição freudiana de que os sonhos são a via régia para o inconsciente, postulada em *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/2006). Considerando que, embora o acesso aos sonhos seja possível apenas pelo relato do sonhador, pois eles, em si, não são compostos de palavras, Laplanche (1961/1992) afirma que o inconsciente estruturado como uma linguagem, tal como postulado por Lacan, contradiz a concepção freudiana de um inconsciente formado por imagens, representações de coisa. Se, num primeiro momento, Laplanche tentou encobrir a contradição do pensamento lacaniano por ele apontada, ao elevar as representações de coisa ao estatuto de significantes em Bonneval, a consolidação de seu pensamento, na conferência de 1981, consolida seu ponto de vista divergente de Lacan. Diante disso, Laplanche reafirma seu posicionamento e passa a defender que a modificação na grafia da fórmula da metáfora não é apenas outra forma de representar a mesma coisa, ela é essencial para que seu ponto de vista seja defendido.

Outros desencontros teóricos

Reconhecendo que o estruturalismo psicanalítico encontra respaldo em algumas formulações freudianas, Laplanche (1981) examina quais elementos resistem à corrente estruturalista e quais se rendem a ela, tanto no que se refere ao Complexo de Castração, quanto ao Complexo de Édipo. Para isso, ele põe em pauta a discussão sobre a transmissão da lei e sua relação com o estruturalismo, encontrada no debate sobre as origens do Superego.

A formulação freudiana clássica postula que o Superego é herdeiro do Complexo de Édipo, uma vez que a aceitação da interdição do incesto irá promover a interiorização da lei paterna pela criança. Para Laplanche, a generalização dessa proibição, presente na constituição do Superego, acaba por adquirir um caráter estruturalista, na medida em que apresenta a função de um enunciado, um dito paterno da ordem da linguagem. Se é possível pensar a constituição do Superego a partir do viés do estruturalismo, Laplanche aponta como a própria psicanálise pode lançar mão de outras maneiras de compreender o funcionamento das instâncias superegoicas: Melanie Klein (*apud* Laplanche, 1981, p. 15-34), por exemplo, na contramão do que os estruturalistas acreditam, defende que a constituição do Superego é bem anterior ao Complexo de Édipo, e que ele é uma instância mais inquisidora e déspota do que propriamente legisladora.

Tomando essas duas vertentes, Laplanche se pergunta se haveria dois superegos ou se a concepção de algum deles estaria equivocada. Sem escolher nenhuma das duas opções, ele apenas aponta que a concepção estruturalista não é a única, pois o próprio Freud, que teve contato com as ideias kleinianas, não se atreveu a refutar o que ela defendia, uma vez que seu embasamento clínico parecia ser bastante significativo. Partindo do argumento basal de que a presença de ambiguidades (que não podem ser negligenciadas) na teoria psicanalítica colocam, de fato, em xeque o pensamento puramente estrutural, Laplanche cita uma outra ambiguidade teórica presente na situação edípica, tomada a partir da estrutura de um triângulo que exige que o menino seja como o pai (no sentido de identificar-se com ele), ao mesmo tempo em que proíbe que ele se comporte como o pai em relação à mãe. Se a formulação clássica descreve o menino se identificando ao rival por causa de seu amor pela mãe, Laplanche (1981) aponta como a clínica mostra que a rivalidade com o pai é secundária no processo identificatório, já que o amor por ele desempenha um papel mais importante para a identificação. Assim, a relação amorosa entre pai e filho aponta como a forte influência dos pares afetivos filho/mãe e filho/pai acarreta a impossibilidade de tomar a questão somente pelo ponto de vista triangular. Assim, é possível verificar como o próprio complexo de Édipo descortina algo que escapa ao funcionamento estrutural.

Se, como vimos, as bases para uma concepção estrutural encontram suas raízes no próprio Freud, as releituras estruturalistas, quando não problematizadas, continuam servindo de embasamento para posturas conservadoras, que acabam sendo responsáveis por posturas opressoras.

O estruturalismo, sim ou não?

Não existiria som se não houvesse o silêncio
 Não haveria luz se não fosse a escuridão
 A vida é mesmo assim
 Dia e noite
 Não e sim
 (Lulu Santos / Nelson Motta)

O fato de a corrente estruturalista estar em alta na época do Colóquio de Bonneval não impediu que Laplanche já conseguisse vislumbrar os limites do alcance de pressupostos que, naquela época, apresentavam-se como muito revolu-

cionários. O transcorrer dos anos, entretanto, indicou que Laplanche não foi o único a apontar pontos de fragilidade da corrente estruturalista, uma vez que um movimento crítico em relação a ele foi ganhando força, levando-o a se perguntar se uma simbolização para além da estrutura seria possível. O próprio título do artigo em que ele discute tais questões, “O estruturalismo, sim ou não?”, já apresenta a armadilha, uma vez que qualquer resposta a esta pergunta implicaria uma solução binária. Em sua opinião, a pergunta que seria mais pertinente deveria oferecer possibilidades múltiplas de resposta, sem serem restritas a um a “sim” ou “não”. Sem esgotar o debate, o autor encerra a conferência com o seguinte questionamento: “No mundo contemporâneo existem lugares, ainda que pontuais, para uma simbolização aberta? Seria presunçoso supor, ou pelo menos desejar, que a psicanálise seja um desses lugares?” (Laplanche, 1981, p. 34 – tradução nossa).

Desejar que a psicanálise carregue a possibilidade de simbolizações abertas parece um dever presente na teoria psicanalítica desde as suas origens, mas será que a teoria psicanalítica tem mantido o caráter subversivo que marcou algumas de suas mais importantes postulações? O que fazer para continuar o compromisso de teorizar a partir de pressupostos que estejam em consonância com as rupturas de pensamento que se fizerem necessárias para compreendermos melhor o mundo em que vivemos? Será que alguns pressupostos da teoria psicanalítica de base estruturalista não acabaram contribuindo para processos de exclusão de sujeitos cuja sexualidade não corresponde aos discursos normativos? Se a teoria postula processos de subjetivação baseados na correspondência entre o par de opostos castrado/não castrado e mulher/homem, podemos indagar se ela não contribuiu (e continua a contribuir) para conservar a lógica binária que ainda rege a sexualidade? Como a psicanálise pode se desenvolver, teoricamente, para reinventar, por analogia, os versos da epígrafe: “não existiria sem se não houvesse o silêncio”?

A reivindicação de Laplanche de uma psicanálise que aceite melhor aquilo que escapa ao funcionamento estrutural coincide com as críticas apontadas pelo movimento feminista e pelo movimento LGBT, pois este também reivindica tanto a quebra da compreensão do mundo por meio de pares de opostos, quanto a exigência da análise de fenômenos sociais a partir de sua historicidade (em detrimento de uma estruturação predeterminada). Há, portanto, um ponto de entrecruzamento entre o pensamento de Laplanche e esses movimentos, cujo vértice comum acaba sendo o pensamento estruturalista.

Uma outra autora que também se alinha a essas críticas ao estruturalismo como um todo é a filósofa Judith Butler, que, desde a publicação de *Problemas de Gênero* (1990/2003), se consolidou como referência contemporânea nos estudos sobre gênero, sexualidade, identidade e poder. Neste livro, ela aponta como o

movimento feminista cometeu um erro ao unificar as mulheres em um só grupo, como se todas elas tivessem os mesmos interesses. Para ela, esse ponto de vista corrobora uma visão binária do mundo, uma vez que a reunião dos interesses de todas as mulheres em um único grupo implica uma limitação de possibilidades, uma vez que um sujeito só pode ser identificado como homem ou mulher, excluindo qualquer outra possibilidade de identificação.

No artigo “Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler”, de 2007, Arán e Júnior apontam como Butler acredita que há “uma certa ortodoxia” da teoria psicanalítica, representada principalmente pelos seguidores de Lacan, que, ao defenderem a centralidade dos complexos de Édipo e de castração nos processos de subjetivação, acabam por reduzi-los a oposições binárias. Para a filósofa estadunidense, essa ortodoxia fica a serviço de relações de poder baseadas numa universalidade fundamentada em referentes transcendentais, a-históricos. Essa transcendência, por sua vez, está embasada numa concepção de subjetividade cujo fundamento é sustentado por um ponto de vista estrutural, que desconsidera a multiplicidade da diferença e as contingências sócio-históricas da subjetivação.

Butler indica que a concepção psicanalítica do Simbólico fundada no estruturalismo entende que a diversidade de expressão de gênero e de objeto sexual escapam da estrutura, dando margem a que as sexualidades não normativas acabem sendo colocadas no campo da abjeção. Para ela, isso indica como essa corrente de pensamento não está atenta às transformações históricas do tempo no qual ela se insere.

As formulações de Catherine Millot (1983/1992) acerca dos transexuais, que incluem a transexualidade no campo das psicoses, exemplificam esse tipo de posicionamento:

Lacan dá a essa carência [do Nome-do-Pai] o nome de forclusão, o que significa que o pai não tem existência simbólica para o sujeito, que nada, ao nível dos significantes dos quais dispõe o sujeito, vem representá-lo. Esta forclusão comporta uma quantidade de consequências, algumas das quais estão em relação estreita com a posição transexual. (Millot, 1983/1992, p. 30)

Um outro exemplo da exclusão desencadeada por esse tipo de posicionamento pode ser encontrado na centralidade do complexo de castração, que é atribuída aos processos de subjetivação. Tal centralidade exclui o órgão sexual feminino da teoria e, com isso, põe as mulheres numa posição de inferioridade.

“Mas o falo, na teoria lacaniana, não corresponde ao pênis”, alguns poderão argumentar. Ora, para uma teoria baseada na relevância do significante, é

ingênuo negar a intrínseca relação estabelecida pela linguagem entre falo e pênis. Isso, certamente, tem implicações na forma como a importância do falo é tomada para os processos de subjetivação.

Outro desdobramento dos pressupostos psicanalíticos estruturalistas que acabam por colocar as mulheres numa posição hierárquica inferior localiza-se na concepção que define os processos de subjetivação a partir da separação entre a criança e a mãe: a concepção da mulher como uma espécie de elemento da natureza que impede o acesso da criança à cultura, tomada ao pé da letra, acaba implicando a exclusão da mulher do universo cultural, uma vez que, para ser inserida na cultura, a criança precisaria se destacar da mãe, pela intervenção do pai.

Poder e gênero estão imbricados

Butler (1990/2003) é enfática ao afirmar que não acredita na possibilidade de separação entre poder e gênero. Baseando-se no pensamento de Michel Foucault, ela aponta como o poder não pode ser simplesmente uma forma de oprimir ou dominar, já que ele próprio participa da construção das subjetividades. Assim, sob esse ponto de vista, as relações de poder devem ser tomadas como algo que regula a formação dos indivíduos, ao mesmo tempo que os assujeita. De acordo com a perspectiva foucaultiana, o poder não é um fenômeno de dominação de um indivíduo sobre os outros; ele funciona em rede e produz o indivíduo. Desta maneira, as relações de poder acabam produzindo discursos que ficam instituídos como norma, estabelecendo uma regulação que reconhece certas práticas como legítimas e outras como abjetas. O enquadramento de certas práticas no campo da abjeção, por sua vez, acarreta processos de exclusão.

Os efeitos do poder sobre a constituição dos sujeitos são levados às últimas consequências por Butler, na medida em que ela acredita que as regulações de gênero apresentam uma especificidade que lhes confere uma posição privilegiada. Se considerarmos que as identidades que conhecemos como possíveis são a masculina e a feminina, é possível pensar que o gênero é tomado como uma norma que classifica os sujeitos como homens e mulheres, ao mesmo tempo em que estabelece uma hierarquia entre eles, com base numa espécie de heterossexualidade compulsória. A descoberta do sexo do bebê na ultrassonografia é um bom exemplo para essa questão. Após a descoberta de um pênis ou uma vagina no corpo do bebê, os pais passam a masculinizar ou feminilizar a criança, inserindo-a no universo da linguagem que se fundamenta na determinação de seu sexo. Assim, vemos que “O ato de nomear é, ao mesmo tempo, a repetição de uma norma e

o estabelecimento de uma fronteira” (Arán & Júnior, 2007, p. 134). Se, por um lado, seria realmente bastante estranho que diante da ultrassonografia de uma menina alguém afirmasse “é uma lésbica”, por outro, também é preciso apontar que tal estranheza implica a presunção de uma heterossexualidade compulsória.

Essa argumentação indica como a nomeação implica, simultaneamente, a dominação e a coerção, conjunção essa que constrói a realidade da percepção dos corpos de maneira bem específica. O gênero, afirma Butler (1990/2003), é uma identidade que vai sendo construída ao longo do tempo por meio da repetição de gestos, estilos e movimentos. Os atributos de gênero precisam ser reiteradamente performados para que a identidade de homem ou de mulher seja mantida. Dessa maneira, a regulação do sexo, seja ele masculino ou feminino, é fictícia, uma vez que ela precisa ser constantemente repetida para que a identidade se aproxime do ideal atribuído ao gênero pela cultura. Se há uma reiterada necessidade da repetição de atos para a manutenção do gênero, aponta Butler, pode-se presumir a existência de certa instabilidade nas normas, indicando a possibilidade de espaço para que uma repetição diferencial se produza. Diante disso, alinhamos essa argumentação com a proposta de Freud em “Recordar, repetir e elaborar” (1914/2006), indicando que a repetição pode produzir uma elaboração que abra caminho para uma desconstrução. No caso ora discutido, a desconstrução do gênero deslocaria a legitimidade normativa binária que ele apresenta.

Ao entender que o gênero pode ser considerado ao mesmo tempo uma norma e uma fonte de resistência, Butler, mais uma vez, aproxima-se do pensamento de Foucault, que descreve a influência exercida pelo poder na constituição das subjetividades. Para ele, a própria engrenagem do poder apresenta uma força de resistência com grande potencial de transformação. Isso implica a existência de uma “insubmissão” constitutiva do poder, que pode ser usada para a inversão das relações já estabelecidas. Dessa maneira, o gênero, tomado como norma estabelecida por um jogo de forças imerso em relações de poder, tal como proposto por Butler, também carrega em si mesmo um potencial de transformação. É a repetição de atos performativos masculinos e femininos que traz em si a possibilidade de uma repetição que seja diferencial.

Riscos classificatórios radicais

Butler (1990/2003) aponta que a adoção de expressões como “transgêneros”, “*cross-gender*” e “*gender blending*” pode ser interpretada de duas maneiras diferentes. A primeira delas é uma interpretação estrutural que defende a manutenção do binarismo e da hierarquia, pois ela considera que tais expressões denominam um

desvio. Diferentemente dessa concepção, uma outra forma de interpretação para o uso de tais expressões pode ser oferecida, por meio de uma perspectiva histórica e contingente, que propõe a subversão desse tipo de normatividade. De acordo com este ponto de vista, essas expressões sublinham como repetições diferenciais já estão em operação em nossa cultura.

A normatividade à qual Butler faz referência tem forte influência na teoria psicanalítica, principalmente no que diz respeito a uma categoria de Simbólico que vem sendo muito usada no debate sobre a política. Baseados nessa categoria, alguns psicanalistas de inspiração lacaniana defendem o gênero como uma construção a-histórica, fixa e predeterminada. O debate ocorrido na França em 1999 para a aprovação do “Pacto Civil de Solidariedade” é um exemplo bastante ilustrativo desse tipo de posicionamento. Na ocasião, a psicanálise foi convocada a participar da discussão sobre noções como filiação, diferença sexual, parentesco, e, como desdobramento dessas questões, o casamento homossexual. Esse debate, entretanto, não girou em torno de elementos biológicos ou psicológicos, mas utilizou a preservação da ordem simbólica que, conforme nos contam Arán e Júnior (2007), foi defendida como argumento central contra a união entre homossexuais. De acordo com esse ponto de vista, a liberação do casamento gay provocaria o apagamento da tríade heterossexualidade-casamento-filiação, implicando o esfacelamento da diferença sexual no simbólico e a consequente destruição daquilo que assegura a sociabilidade.

A argumentação defendida no debate baseava-se numa afirmação polêmica que discorria sobre a estreita relação entre pensamento e classificação. Segundo o ponto de vista defendido, nenhuma sociedade poderia admitir o parentesco homossexual porque o casamento gay prejudicaria nosso sistema de classificação, já que a discriminação fundamental teria sua base na diferença dos sexos. Tal perspectiva, portanto, estabelece um sistema classificatório baseado na diferença sexual, organizando o pensamento por meio de uma tríade na qual a homossexualidade não se encaixa.

Amarrações da concepção lacaniana do Simbólico

Outro ponto da teoria psicanalítica que se alinha a esta crítica relaciona-se com a primazia do masculino, encontrada desde Freud com sua concepção acerca do complexo de castração. Por mais que o fundador da psicanálise tenha admitido uma relação entre o complexo de castração e outras experiências de separação, como o desmame, a perda das fezes e até mesmo do nascimento, a castração ocupa uma posição privilegiada, pois encarna a função da “lei” e institui a ordem humana. Baseando-se nesses pressupostos, a teoria lacaniana construiu uma concepção de simbólico na qual

a castração determina a estrutura subjetiva e é responsável pela inserção do sujeito na cultura. Arán e Júnior (2007) apontam que aqueles que defendem a centralidade do complexo de castração acabam travestindo a “primazia do falo” freudiana de “simbólico”. Se esse “travestimento”, por um lado, parece didático para o entendimento da diferença sexual, ele contém implicações que devem ser sublinhadas, como por exemplo a de não problematizar a centralidade da primazia do masculino nos processos de subjetivação. Essa noção de simbólico, aponta Butler, acaba engessando a psicanálise no campo da heteronormatividade. Assim, ela indica a necessidade de a teoria psicanalítica encontrar outras formas de concepção dessa diferença, pois somente assim as sexualidades não normativas podem ser incluídas no seu escopo.

Arán e Júnior (2007), corroborando o ponto de vista butleriano, apontam que, embora as representações girem em torno da castração tanto para os homens como para as mulheres, isso não faz com que ela seja a natureza do processo de simbolização. Segundo os autores, o conceito do Nome-do-Pai de Lacan naturaliza a castração como responsável pela simbolização, pois parece ser imune a qualquer mudança histórica.

Os autores enfatizam como o modelo usado pela psicanálise para estruturar a diferença entre os sexos foi construído com base num momento histórico no qual a prevalência do masculino sobre o feminino imperava e a homossexualidade era completamente excluída. Em relação a esse momento histórico, os autores afirmam que:

Levar em conta a historicidade do sexual não é apenas uma questão ética e política, mas, sobretudo, uma questão teórica da maior importância. Se existe um território sexual “fora” ou “excluído” do simbólico, em relação ao qual o próprio simbólico se constitui, é fundamental reconhecer como as contingências históricas e políticas podem promover neste mesmo território deslocamentos subjetivos, ampliando as possibilidades existenciais. (Arán & Júnior, 2007, p. 142)

Em diálogo com as proposições butlerianas, os autores apontam como a imposição de uma matriz heterossexual, decorrente da fixidez da norma estruturalista, acaba transformando aquilo que não se enquadra no esquema binário em algo impossível de ser simbolizado. Assim, a compreensão da lei como algo que está além dos indivíduos e das práticas culturais e históricas faz com que o simbólico seja entendido como algo estanque. Dentro desse contexto, qualquer inadequação à norma implica psicose ou perversão, colocando, assim, qualquer escolha sexual dissonante no campo das aberrações. Quando concebido de maneira estanque, o conceito de simbólico se configura como obstáculo às tentativas de reconfiguração social.

Diante disso, os autores sublinham como essa concepção está imbricada com as relações de poder, que definem o que é, ou não é, aceitável em nossa sociedade. Assim, a flexibilização dessas normas torna-se imprescindível para que outras formas de construção de gênero possam ser retiradas do campo da abjeção. Se as normas e as relações de poder são socialmente construídas, elas estão sujeitas a variações e, portanto, o simbólico não pode ser estanque e determinante dos sujeitos – ele deve advir como resultado da sedimentação das práticas sociais.

Paralelas entre a crítica laplanchiana e os movimentos sociais

Diante das críticas feitas pelos movimentos feminista e LGBT à psicanálise lacaniana, é possível entender a relevância da crítica laplanchiana. O embate teórico iniciado em Bonneval relaciona-se a questões que vão muito além de pormenores conceituais, pois suas implicações desembocam na sustentação de pontos de vista que, “em nome da teoria psicanalítica”, apresentam posturas sectárias. Laplanche também questiona essa concepção do simbólico ao defender a concretude das mensagens implantadas no corpo da criança no momento da sedução originária. Para ele, ainda que o tratamento simbólico dessas mensagens enigmáticas faça parte do processo que dará origem ao inconsciente, a influência do outro na constituição do inconsciente não se dá somente pela via do discurso, uma vez que a sedução originária inclui a linguagem não verbal. Em seu livro *A Tina: A transcendência da transferência* (1987/1993), o autor problematiza a referência ao “simbólico” e à “Lei” como algo que paira além dos indivíduos. Ao defender que a regra que funciona para uns pode não funcionar para outros, Laplanche embasa seu argumento em defesa da flexibilização das normas nas palavras do próprio Freud, que, embora se refiram à questão da técnica, também podem nos ajudar a pensar sobre as normas acerca do gênero:

No que se segue, esforçar-me-ei por reunir, para uso de psicanalistas militantes, algumas regras para o início do tratamento. Entre elas estão algumas que podem parecer pormenores insignificantes, como na verdade são. Sua justificativa é serem simplesmente regras de “recomendações” e não reivindicar qualquer aceitação incondicional para elas. A extraordinária diversidade das constelações psíquicas envolvidas, a plasticidade de todos os processos mentais e a riqueza dos fatores determinantes opõem-se a qualquer mecanização da técnica; e ocasionam que um curso de ação que, via de regra, é justificado possa, às vezes, mostrar-se ineficaz, enquanto outro, que é habitualmente errôneo pos-

sa, de vez em quando, conduzir ao fim desejado. Estas circunstâncias, contudo, não nos impedem de estabelecer para o médico um procedimento que, em média, é eficaz. (Freud, 1913/2006, p. 139)

Assim podemos defender que as críticas laplanchianas ao estruturalismo estão em consonância com as demandas que os movimentos LGBT fazem à psicanálise. Na esteira dessa flexibilização das normas, Arán e Júnior (2007) também questionam a “aceitação incondicional”, para usarmos as palavras de Freud, da concepção estanque da relação entre sexo e escolha de objeto sexual. Eles apontam que as proibições contra o incesto, que introduzem o sujeito no universo da cultura, não têm como produto final apenas “homens com pênis heterossexuais” e “mulheres com vagina heterossexuais”. Elas também produzem deslocamentos, tais como a homossexualidade e a transexualidade, modelos em dissonância com padrões normativos de sexuação. Uma mulher pode encontrar em outra mulher um resíduo da fantasia dirigida a seu pai, assim como um homem pode substituir o desejo pela sua mãe por um outro homem, dando vazão a uma confluência de desejos tanto heterossexuais como homossexuais. Diante disso, a reivindicação é de uma flexibilização nas normas que objetive incluir as sexualidades LGBT e as mulheres, permitindo sua inserção no campo da simbolização e possibilitando o surgimento de novas formas de sociabilidade. “Daí a necessidade de continuarmos a repensar os parâmetros a partir dos quais abordamos o desejo, a sexualidade e as subjetividades no mundo contemporâneo” (Arán & Júnior, 2007, p. 145).

Enfim... é preciso reformular...

Ora, diante de tais considerações, fica difícil compreender como o pensamento psicanalítico, cujo impacto sempre esteve relacionado ao seu potencial subversivo, tanto pela descoberta da sexualidade infantil perverso-polimorfa quanto pela postulação da infinita variabilidade do objeto sexual, vem se aliando a posturas conservadoras em um âmbito que lhe é tão caro: o da sexualidade. Assim, a necessidade de reconsideração de alguns de seus pressupostos torna-se imprescindível para que sujeitos neuróticos não sejam aprisionados sob o rótulo de psicóticos unicamente devido à sua “sexualidade dissonante”. Ora, não seria “dissonante” uma boa definição para a sexualidade desvelada pelo próprio Freud, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2006)?

Sabemos que muitos afirmarão que as críticas aqui apresentadas estão ultrapassadas, desde que Lacan, em 1964, escreveu o texto “Posição do Inconscien-

te”, reposicionando-se em relação ao estruturalismo a partir das críticas proferidas em Bonneval. Sabemos, também, que muitos dirão que, tal como Freud, Lacan reformulou seus pontos de vista ao longo de sua obra. Mas algumas situações indicam que a reiteração da crítica ainda se faz necessária¹, pois, por mais que o ensino de Lacan tenha oferecido ferramentas para pensar as questões contemporâneas de maneira menos estanque, existem muitos autores fazendo um uso viciado de sua teoria para legitimar posições que, além de conservadoras, acabam contribuindo para a opressão daqueles cuja sexualidade é dissonante das normas vigentes, como pudemos ver em algumas ponderações de Catherine Millot que rotulam os transexuais de psicóticos com base na lógica estrutural lacaniana.

Ainda que Lacan tenha reestruturado sua teoria e que isso dê margem para se pensar as novas configurações da sociedade de maneira menos fixa, ainda convivemos com pontos de vista que, em nome de Lacan, defendem um estruturalismo que desconsidera o “Real” das mudanças que marcam o nosso tempo em nome da defesa de uma concepção estanque do Simbólico.

Nosso percurso argumentativo nos leva a concluir, portanto, que nossas críticas ao estruturalismo lacaniano relacionam-se mais com a manutenção de um ponto de vista que não considera as reformulações feitas por Lacan ao longo de sua obra. Se, por um lado, é possível afirmar que a crítica aqui apontada está ultrapassada, uma vez que Lacan reposicionou seu pensamento diante das críticas ao estruturalismo, ela se torna muito atual quando autores contemporâneos legitimam práticas sociais a partir de um Lacan desatualizado. Se existem teóricos que retiram da teoria lacaniana algum embasamento para a manutenção de uma ordem que é arbitrária e causa sofrimento, acreditamos que a crítica de Laplanche precisa ser reiterada.

Enquanto teoria construída dentro de uma determinada sociedade, a psicanálise não está imune às representações sociais e às relações de poder vigentes na sociedade na qual se desenvolveu. Por isso, não é surpreendente que a teoria psicanalítica tenha corroborado alguns pontos de vista sectários vigentes na sociedade em que ela foi construída. Isso, entretanto, não torna desnecessário o questionamento dos valores hegemônicos que causam sofrimento aos sujeitos que são excluídos. Seguindo a trilha de Freud, que reformulou suas ideias inúmeras vezes na tentativa de abranger aquilo que a regra falhava em explicar, acreditamos que tanto a flexibilização da concepção de Simbólico como a flexibilização das normas no processo de subjetivação são necessárias, pois as reivindicações sociais contemporâneas redefinem nossos posicionamentos, indicando o caminho que a psicanálise deve percorrer para estar em consonância com os dilemas da sociedade na qual ela é produzida e para a qual ela é instrumento de intervenção.

Referências

- Arán, M.; Júnior, C. P. (2007). Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, 28, p. 129-147.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (trad. R. Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (original publicado em 1990).
- Freud, S. (2006). A interpretação dos sonhos. In *Edição Padrão das obras completas de Sigmund Freud*, v. IV. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1900).
- Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição Padrão das obras completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1905).
- Freud, S. (2006). Sobre o início do tratamento. In *Edição Padrão das obras completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1913).
- Freud, S. (2006). Recordar, repetir, elaborar. In *Edição Padrão das obras completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1914).
- Lacan, J. (1998). Posição do Inconsciente. In *Escritos* (ed. rev., trad. V. Ribeiro), p. 843-864. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1999). *O seminário V: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1958).
- Laplanche, J. (1981). El estructuralismo, ¿sí o no?. *Trabajo del psicoanálisis*, 1(1), p. 15-34.
- Laplanche, J. (1993). *A tina: a transcendência da transferência* (ed. rev., trad. P. Neves). São Paulo: Martins Fontes. (original publicado em 1987).
- Laplanche, J.; Leclaire, S. (1992). O inconsciente, um estudo psicanalítico. In Laplanche, J. *O inconsciente e o id* (ed. rev., trad. P. Neves), p. 215-266. São Paulo: Martins Fontes. (original publicado em 1961).
- Leite, M. P. S. (2001). O inconsciente está estruturado como uma linguagem. In Cesarotto, O. (org.). *As idéias de Lacan*, p. 31-42. São Paulo: Iluminuras.
- Millot, C. (1992). Chaves para o transexualismo. In *Extrasexo: Ensaio sobre o transexualismo* (ed. rev., trad. N. L. Barbosa e M. C. Marcondes), p. 27-41. São Paulo: Escuta. (original publicado em 1983).

Notas

- ¹ Uma análise pormenorizada dos desdobramentos da crítica laplanchiana no pensamento de Lacan é encontrada no texto “O inconsciente está estruturado como uma linguagem”, de Márcio Peter de Souza Leite (2001).

Recebido em 12 de outubro de 2016

Aceito para publicação em 06 de dezembro de 2017

ESQUIZOFRENIA, CLÍNICA E SAÚDE MENTAL NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E NA PSICANÁLISE

*SCHIZOPHRENIA, CLINIC AND MENTAL HEALTH IN SOCIO-
HISTORICAL PSYCHOLOGY AND IN PSYCHOANALYSIS*

*ESQUIZOFRENIA, CLÍNICA Y SALUD MENTAL EN LA
PSICOLOGÍA SOCIOHISTÓRICA Y LA PSICOANÁLISIS*

*Fabiano Chagas Rabêlo**

*Reginaldo Rodrigues Dias***

*Gustavo de Oliveira Carvalho****

*Karla Patrícia Holanda Martins*****

RESUMO

A partir da leitura de Vygotsky e seus comentadores, discutem-se as proximidades e distanciamentos entre a psicologia sócio-histórica e a psicanálise no que tange à clínica da esquizofrenia. Há nos dois casos a valorização dos fenômenos de linguagem e a abertura para um projeto clínico não médico, que se estabelece sob diferentes perspectivas na interlocução com a psicopatologia clássica. Na psicologia sócio-histórica, a ênfase recai nos aspectos cognitivos e na consciência; na psicanálise, nos conteúdos inconscientes e na sexualidade. Interroga-se a materialização dessas ideias nas práticas dos psicólogos nas políticas de saúde mental. Há, por parte de alguns psicólogos da perspectiva sócio-histórica, uma ênfase nos aspectos macro da psicogênese, o que leva à valorização de intervenções que têm por objetivo imediato a promoção da cidadania, a consolidação da rede de cuidados e a mudança de cultura sobre a doença mental. Na psicanálise, essas metas estão presentes, porém matizadas pela consideração das especificidades dos laços sociais de cada sujeito. Salienta-se que, apesar das diferenças, o desenvolvimento dialógico de um trabalho clínico a partir dessas abordagens pode favorecer os objetivos da reforma psiquiátrica.

Palavras-chave: esquizofrenia; clínica; abordagem sócio-histórica; psicanálise; atenção psicossocial.

* Professor do curso de psicologia da UFPI (Universidade Federal do Piauí), Parnaíba, PI, Brasil.

** Professor do curso de psicologia da UFPI, Parnaíba, PI, Brasil.

*** Psicólogo formado pela UFPI, PI, Brasil.

**** Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia da UFC (Universidade Federal do Ceará), Fortaleza, CE, Brasil.

ABSTRACT

From a reading of Vygotsky and his commentators, we discuss the convergences and departures between socio-historical psychology and psychoanalysis regarding the clinic of schizophrenia. In both cases, it is possible to perceive an emphasis on language phenomena and an opportunity for a non-medical clinical project, which is established from different perspectives in the exchange with classical psychopathology. In the socio-historical perspective, the emphasis is on cognitive aspects and consciousness; in psychoanalysis, in unconscious contents and sexuality. We question the materialization of these ideas in the practices of psychologists in mental health policy. The socio-historical psychologists emphasize the macro aspects of psychogenesis, which leads to an emphasis on interventions that immediately aim at promoting citizenship, strengthening the care network and changing the mindset about mental illness. In psychoanalysis, these goals are nuanced by taking into account the particulars of each person's social bonds. It is pointed out that, despite the differences, the dialogical development of a clinical work based on the aforementioned approaches may further the goals of psychiatric reform.

Keywords: schizophrenia; clinic; socio-historical; psychoanalysis; psychosocial attention.

RESUMEN

A partir de la lectura de Vygotsky y sus comentadores, se discuten las aproximaciones y distanciamientos entre la psicología socio-histórica y el psicoanálisis en lo que se refiere a la clínica de las esquizofrenias. Se constata en los dos casos la valorización de la lengua y la apertura a un proyecto clínico no médico en la interlocución con la psicopatología clásica. En la psicología socio-histórica, el énfasis incide en los aspectos cognitivos y en la conciencia; en el psicoanálisis, en los contenidos inconscientes y en la sexualidad. Se interroga la materialización de esas ideas en las prácticas de psicólogos en la salud mental. Se constata actualmente por parte de la psicología socio-histórica el énfasis en aspectos macro de la psicogénesis y una laguna sobre los aspectos clínicos. Esto favorece las intervenciones que objetivan inmediatamente la promoción de la ciudadanía, la consolidación de la red de cuidados y el cambio de cultura sobre la enfermedad mental. En el psicoanálisis, la aplicación de estas metas son mediados por la consideración a las especificidades de los lazos sociales de los sujetos. Se subraya que, a pesar de las diferencias, el desarrollo dialógico de un trabajo clínico puede favorecer la reforma psiquiátrica.

Palabras clave: esquizofrenia; clínica; socio-histórica; psicoanálisis; atención psicosocial.

Introdução

No âmbito da psicologia, é possível encontrar várias concepções acerca do que constitui a clínica, assim como as práticas e saberes que nela estão inclusos (Aguiar, 2001). Constatam-se daí diferentes referenciais metodológicos e teóricos aos quais os psicólogos que atuam nesse campo se referem para se posicionar e intervir diante das demandas de sofrimento que lhes são endereçadas. Como consequência, surge a necessidade de interrogar tais referenciais a fim de explicitar seus fundamentos e implicações éticas (L. C. M. Figueiredo, 1991).

As práticas psicológicas, por sua vez, encontram na clínica das psicoses um campo que desvela intensas dificuldades, principalmente no que concerne à comunicação e ao estabelecimento de vínculos com os pacientes (Mendes, 2005). Tal fato constitui um desafio, especialmente, no Brasil, para os profissionais que atuam nos equipamentos públicos de saúde mental, onde o referencial psicossocial enfatiza a promoção da inclusão de doentes mentais graves por meio da estratégia da clínica ampliada (Amarante, 2007; Campos, 2002; Oliveira, 2010).

É pertinente esclarecer que o modelo psicossocial não prescreve nenhuma linha metodológica específica. Ao invés disso, incentiva a construção de um ambiente de trabalho multidisciplinar, plural, permeado por contribuições de diferentes áreas. Nele, coloca-se como prioridade o respeito à singularidade e à cidadania, assim como a viabilização de formas de tratamento mais humanizadas que substituam o modelo asilar no contexto de um dado território de atuação (Guerra & Souza, 2006; Mendes, 2005; Tenório, 2002).

Tendo isso em vista, este estudo contrapõe duas correntes em destaque na atualidade que orientam as práticas psicológicas no campo da saúde mental no Brasil, a psicanálise e a psicologia sócio-histórica (Alberti, 2006; A. C. Figueiredo, 2005; Guerra, 2004; Kyrillos Neto, 2009; Zurba, 2011), com o intuito de explicitar o modo como cada uma problematiza a clínica das psicoses. Por se tratar de uma temática pouco evidenciada pela literatura científica disponível, a ênfase deste artigo recai no resgate das contribuições de Vygotsky e no mapeamento das formas de assimilação de seu legado nas práticas com psicóticos no campo das políticas de saúde mental. A psicanálise desempenha o papel de contraponto que permite evidenciar a especificidade e pressupostos do pensamento do autor russo. De forma análoga, entende-se que as considerações de Vygotsky ajudam a esclarecer as idiosincrasias e nuances metodológicas da abordagem psicanalítica das psicoses.

É importante esclarecer alguns limites que foram assumidos neste trabalho. Embora este recorte se restrinja às contribuições de Vygotsky e de seus comentadores, deve-se admitir que ele não representa o único expoente da

psicologia sócio-histórica de relevância a se debruçar sobre a temática aqui tratada (Rey, 2012). Além disso, deve-se considerar algumas advertências que os autores que se dedicam ao estudo de seus textos recomendam. Primeiro, sua obra ainda não foi totalmente catalogada e divulgada. Soma-se a isso o caráter inacabado de seu projeto de investigação, em decorrência de sua morte precoce. Por fim, há as críticas acerca da qualidade e precisão das versões disponíveis ao público brasileiro (Prestes & Tunes, 2012).

Inicialmente faz-se uma panorâmica da discussão sobre a esquizofrenia em Vygotsky. Em seguida, são arroladas as contribuições de outros autores vinculados ao referencial sócio-histórico que se apoiam no seu ensino. Na discussão, é apresentada de forma sintética a concepção psicanalítica sobre essa temática, considerando suas semelhanças e discordâncias com a psicologia sócio-histórica. Ao final, discute-se como as práticas alicerçadas nesses dois referenciais implementam as propostas de inclusão e clínica ampliada.

Metodologia

Optou-se por utilizar as terminologias psicose, loucura e esquizofrenia como palavras-chave. A partir daí, realizou-se uma varredura nas *Obras escogidas* de Vygotsky, da editora Visor, inicialmente em uma versão digitalizada. Nessa busca, não foi encontrada nenhuma menção aos dois primeiros termos, ao passo que a palavra esquizofrenia surge com relativa frequência (Vygotsky, 1931/1997, 1934/1994, 1960/1994, 1982/1991). Os textos nos quais essa palavra está presente foram tomados como objeto de comentário. Além deles, foi incluído um capítulo intitulado *Thought in schizophrenia*, presente na coletânea organizada por Valsiner e Van der Veer (Vygotsky, 1931/1994), que não consta na edição da Visor. Para os demais autores da teoria sócio-histórica, realizou-se uma pesquisa nas plataformas PePSIC, BVS Saúde e no portal de periódicos da CAPES com os termos esquizofrenia OR psicose OR loucura AND Vygotsky, considerando-se apenas os artigos publicados em revistas indexadas.

Avaliou-se necessário demarcar as variações de significados que as palavras-chave supracitadas assumem, de modo a não tomar erroneamente expressões homônimas como equivalentes conceituais, uma vez que o sentido desses termos pode sofrer alterações significativas em função do contexto e do referencial teórico. Assim, a discussão encetada por Vygotsky restringe-se ao que na obra de Freud (1914/1997, 1915/1997) representa um tipo clínico das psicoses, a esquizofrenia. Além disso, alguns autores da psicologia sócio-histórica, baseados em Vygotsky, uti-

lizam o termo loucura (Ratner, 1995) no sentido de crises disruptivas, o que, por sua vez, ultrapassa a concepção psicanalítica da psicose (Dunker, 2005), haja vista que na psicanálise é perfeitamente possível falar de uma loucura neurótica.

Para proceder com a discussão de forma sistemática, optou-se por situar um território em comum a partir do qual foi possível contrapor as concepções da psicanálise e da psicologia sócio-histórica acerca das psicoses. Foram encontrados três eixos compartilhados pelas duas abordagens: a pesquisa clínica, a valorização da linguagem e o debate com a psicopatologia clássica. Comentaremos brevemente cada um deles.

Diante das diferentes acepções que a palavra clínica assume no campo da psicologia, optou-se por tomar como referência as contribuições trazidas por Sauret e Dunker. Assim, para o primeiro (Sauret, 2003), a clínica não é redutível a um procedimento terapêutico. Trata-se antes de uma atitude de investigação frente ao real. O clínico é aquele que se esmera em criar uma resposta para uma questão que surge de uma insuficiência ou falha no saber que um dado sofrimento aponta. Para Dunker (2002), o segundo autor a que nos referimos, a clínica é caracterizada como uma “trajetória de escuta, desocultamento, destinação e crítica da subjetividade” (p. 33). Como tal, o autor afirma que ela não deve ser tomada como sinônimo de uma determinada prática disciplinar, seja ela liberal ou institucional. Em outro livro, Dunker (2011), a partir de uma leitura de Foucault (1977), enriquece essa definição. Para ele, a clínica é uma experiência discursiva sustentada por quatro elementos: etiologia, semiologia, diagnóstico e intervenção. Tais componentes, por sua vez, devem estar referidos a uma mesma causalidade material e articulados em uma relação de covariância. Pode-se afirmar daí que tanto na psicanálise como na psicologia sócio-histórica a causalidade material que garante a homogeneidade do discurso clínico remonta à linguagem. Por fim, a interlocução com a psicopatologia descritiva (Berrios, 2012) do final do século XIX e início do XX também pode ser apontada como um elemento que se sobressai nas duas abordagens citadas.

Resultados

A leitura dos textos de Vygotsky que versam sobre a esquizofrenia demonstra que, apesar de pouco evidenciada por seus comentadores, essa temática não constitui um elemento pontual e isolado em sua obra. Trata-se de uma exigência vinculada a um projeto epistêmico e metodológico mais amplo. Para ele, o estudo da esquizofrenia auxilia na construção de um entendimento mais acurado das leis

que regem a constituição do psiquismo humano (Vygotsky, 1931/1997). Por isso, Vygotsky assume o desafio de adequar o seu projeto de reformulação crítica da psicologia às especificidades das manifestações psíquicas dos esquizofrênicos. Com esse intuito, ele parte do comentário às contribuições de seus contemporâneos para formular uma síntese parcial, de onde é possível depreender um esboço de teoria (Vygotsky, 1931/1994). Segundo Lima e Carvalho (2013), a grande maioria dos textos de Vygotsky sobre a esquizofrenia está localizada no período final de sua vida, durante a década de 1930, quando o interesse pelos aspectos ontogenéticos do desenvolvimento e seus distúrbios estão mais evidenciados.

De início, chama atenção em Vygotsky (1931/1997, 1931/1994) a suspensão – intencional e explícita, diga-se de passagem, pois não se trata de erro ou negligência – de definir uma etiologia para a esquizofrenia. Sabe-se que, desde o início da clínica médica, a etiologia das psicoses traz consigo significativas dificuldades, uma vez que ela exige a formulação de uma relação causal complexa, na qual elementos heterogêneos interagem, transformando-se mutuamente (Foucault, 1991). Sobre esse ponto, Dunker e Kyrillos Neto (2011) chamam atenção para o risco do reducionismo – o biológico, sobretudo –, que acompanha a história da psicopatologia. Tendo isso em vista, é possível afirmar que a suspensão do projeto de estabelecer uma determinação etiológica precisa para a esquizofrenia em Vygotsky resulta de uma atitude de cautela. É provável que ele estivesse ciente da insuficiência das informações ao seu dispor para demonstrar de forma conclusiva a participação preponderante de uma causalidade social na gênese das psicoses. Ainda assim, o autor defende de forma incisiva a sinergia entre os processos intrapsíquicos e sociais, refutando a ideia, bastante popular entre os psiquiatras, de que prevalece na esquizofrenia uma matriz causal endógena (Vygotsky, 1982/1991). Conclui-se então que essa reserva de Vygotsky difere substancialmente daquela que é encontrada atualmente nos manuais diagnósticos, que se apresentam como a-teóricos e a-históricos, mas que advogam abertamente a favor de uma modalidade bioquímica de intervenção (Calazans & Lustoza, 2008).

Isso fica evidente quando Vygotsky (1931/1997) afirma que a esquizofrenia constitui um conceito diagnóstico psicológico e não médico, uma vez que sua unidade nosológica fundamenta-se na descrição e agrupamento de alterações patológicas da personalidade e da visão de mundo. Desse modo, ainda que identifique a influência de um componente orgânico na gênese da doença, Vygotsky (1931/1994) defende que é necessário estudar os fenômenos relacionados a essa afecção do ponto de vista psicológico. Por isso, propõe analisar as alterações cognitivas dos esquizofrênicos a partir de duas linhas de trabalhos que se entrelaçam e se retroalimentam: a revisão de seus próprios construtos teóricos e o debate com autores da psicopatologia.

Para tornar mais claro o fio condutor dessa discussão, é preciso contextualizar algumas ideias com as quais Vygotsky dialoga. Segundo Quinet (2006), durante o final do século XIX e o começo do XX, predominou a concepção e a terminologia de Kraepelin – *dementia praecox* – para o que hoje se reconhece como esquizofrenia. Para o psiquiatra alemão, os fenômenos relacionados a esse quadro clínico eram interpretados como o resultado de um processo similar ao que acometia as pessoas mais velhas que padecem de perdas progressivas da memória. Essa concepção só foi retificada com Bleuler, que propôs uma nova descrição e nomenclatura. Doravante, a esquizofrenia passa a ser percebida como efeito da soma de um conjunto de alterações psíquicas: do pensamento, julgamento, afeto, das relações sociais, além de uma cisão da personalidade e do eu. Vygotsky busca, portanto, integrar essa explicação de Bleuler à sua teoria do psiquismo humano.

Não é demais ressaltar que tanto Kraepelin como Bleuler se apoiam numa matriz causal fisiológica. Para Vygotsky e Freud, no entanto, tal premissa não é sustentável, uma vez que ambos se mostram céticos quanto à existência de uma relação linear e contínua entre o somático e o psíquico (Freud, 1915/1997, 1925/1999; Vygotsky 1982/1991). Ambos, sem excluir a influência dos fatores biológicos (Andrade & Smolka, 2012; Toassa, 2012), enfatizam os efeitos da fala e do social na determinação dos fenômenos psíquicos.

Desse modo, as alterações psíquicas na esquizofrenia – alucinações auditivas, delírios, sensações corporais etc. – são explicadas por Vygotsky (1931/1997) como um retrocesso das aquisições cognitivas consolidadas na fase de transição para a idade adulta – a adolescência –, ao passo que outras aptidões são preservadas, de forma integral ou parcial. A partir daí, argumenta que a esquizofrenia não deve ser tomada como um caos sem sentido, mas como um passo lógico para trás, fato que pode ser verificado por meio da investigação das mudanças nas formas de organização do pensamento e da linguagem no curso da doença. Propõe então que nos esquizofrênicos o pensamento abstrato conceitual generalizante – a principal aquisição cognitiva da fase de transição – retroage em direção ao pensamento ordenado por complexos.

O termo complexo (Roudinesco & Plon, 1998; Laplanche & Pontalis, 1973) é empregado no sentido utilizado por Jung, que foi colaborador tanto de Bleuler como de Freud. Isto é, como um bloco de ideias e imagens unidas por uma forte carga de afeto. Nos complexos, uma representação fortemente investida vem ocupar o lugar de centro gravitacional e de influência ao redor do qual outras representações orbitam. Para Vygotsky (1931/1997), os complexos são uma modalidade de pensamento geneticamente menos desenvolvida, mais refratária às mediações simbólicas.

A partir dessas hipóteses mais fundamentais, Vygotsky dialoga com autores de sua época, ressaltando a necessidade de se contemplar tanto os aspectos genéticos e funcionais do pensamento como as suas estruturas de linguagem, morfológicas e sintáticas. Para ele, essas dimensões do estudo da esquizofrenia comparecem dissociadas na pesquisa psicopatológica, o que representa um obstáculo para a construção de um entendimento global e abrangente do problema. Apesar disso, afirma que Freud e Jung foram aqueles que mais avançaram nessa seara (Vygotsky, 1931/1997; 1931/1994). Por isso, os dois são os seus interlocutores mais próximos nesse debate.

Entende-se que a perspectiva genética busca dar conta da lógica que rege as mudanças na organização do pensamento e da linguagem no curso do desenvolvimento. A funcional, por sua vez, se preocupa com a capacidade de uma dada pessoa responder e se adaptar a determinadas tarefas e situações (Figueiredo & Santi, 2010). Já as investigações morfológicas e sintáticas buscam esclarecer as idiosincrasias da intrincada relação entre pensamento e linguagem, destacando as suas diferentes formas de organização, assim como a variedade e a qualidade dos conteúdos simbólicos que lhe servem de fundamento (Todorov, 2012).

Tendo em vista a integração dessas quatro linhas de pesquisa, Vygotsky (1931/1997) se refere a autores de diferentes tradições metodológicas e epistêmicas: além de Freud, Jung e Bleuer, já mencionados, também comenta os trabalhos de Storch, Kapers, Volkelt e Pavlov. A ideia de regressão e sua aplicação à explicação da esquizofrenia parece ser o elo entre eles.

Segundo Vygotsky, Storch propõe um paralelo entre o pensamento do esquizofrênico, o dos povos de culturas mais primitivas e o da criança nas primeiras fases do desenvolvimento. Sua tese principal é a de que nos três casos pode-se constatar uma cisão da personalidade, que se manifesta na forma de um comprometimento da função de autoconsciência e da capacidade de reconhecer, significar e diferir as relações objetais.

Vygotsky, no entanto, explica as patologias da constituição do Eu na esquizofrenia de forma diferente de Storch, que se apoia em premissas fisiológicas e orgânicas. Para ele, trata-se de um processo cognitivo permeado por um déficit no trabalho de significação. Em função dessa falha, o mundo dos objetos do esquizofrênico transforma-se progressivamente de modo radical. Suas experiências exteriores não correspondem ao agrupamento das representações internalizadas, o que impossibilita uma diferenciação suficientemente duradoura entre o eu e o mundo externo. Nessa conjuntura psíquica, os conceitos abstratos perdem sua estabilidade, sendo substituídos por complexos de ideias difusas e fragmentadas, resultado da amálgama de traços visuais e sonoros.

Logo, para Vygotsky, há uma sinergia entre a desagregação da personalidade e a perda da unidade e constância do mundo exterior. Ambos resultam de um abalo radical da função de significação, que ocasiona, por sua vez, um processo de regressão do pensamento. Em função dessas transformações no pensamento e da linguagem, as outras funções psíquicas superiores – a memória lógica, a atenção voluntária e os processos volitivos – são atingidas, mas secundariamente, em sentido inverso, conforme a sequência de sua estruturação histórica e genética.

Outro autor citado por Vygotsky é Kapers, que interpreta a regressão na esquizofrenia por um viés anatômico e neurológico. Para ele, as áreas do córtex mais intensamente atingidas na esquizofrenia são aquelas que se desenvolvem mais tardiamente na ontogênese e filogênese, coincidindo com as zonas do sistema nervoso central responsáveis pelas funções intelectuais superiores. A transformação dessas áreas do cérebro reflete profundamente nos processos cognitivos. Como resultado, as formas mais primitivas do pensamento perdem a mediação das mais complexas, passando a ocupar o primeiro plano na organização psíquica.

Kapers, de acordo com Vygotsky, pondera que algumas formas mais complexas de pensamento são preservadas como subestrutura, ao passo que outras se desestabilizam mais intensamente, especialmente as funções mais dependentes das capacidades de síntese e abstração. O que resulta daí é um modo de organização psíquica bastante peculiar, cujo exemplo mais concreto está no estado de confusão mental, quando vários pensamentos e vivências afetivas ocorrem concomitantemente, de forma descontrolada.

Além de Storch e Kapers, Vygotsky faz referência às pesquisas de Volkelt e Pavlov. O primeiro demonstra que a percepção consciente de um objeto configurado, constante e separado de si surge relativamente tarde no curso do desenvolvimento. Tal conquista, reitera Vygotsky, está intimamente articulada aos efeitos da palavra no psiquismo, não podendo ser reduzida pura e simplesmente a um processo de maturação somática. Em Pavlov, Vygotsky vai destacar seus trabalhos sobre as expressões fisiológicas patológicas dos esquizofrênicos. Nesses estudos, Pavlov propõe que uma falha na inibição interna das atividades psíquicas espontâneas desempenha um papel decisivo na formação dos delírios, alucinações e automatismos motores. Dessa forma, são prejudicados o julgamento e o juízo da realidade, que são responsáveis pela diferenciação entre os devaneios e a percepção consciente dos objetos externos (Freud, 1924/1997).

Outra dimensão relevante da discussão que Vygotsky (1931/1997) realiza acerca da esquizofrenia diz respeito à sua apropriação da categoria marxista e hegeliana de alienação, operando uma ressignificação desse termo na tradição psiquiátrica. A partir daí a palavra alienado, que possuiu durante muito tempo o

sentido de desprovido de razão (Foucault, 1991), passa a significar o esgarçamento das mediações sociais e simbólicas.

Para Vygotsky (1931/1997), a criança, no curso de seu desenvolvimento, possui a tarefa de sair de um modo imediato e incompleto de existência *em si* para tornar-se um ser *para si*. Ela conquista uma forma mais complexa de estar no mundo, na qual as mediações sociais e simbólicas externas tornam-se processos internalizados. Essa passagem franqueia, no plano cognitivo, a conquista do pensamento abstrato-conceitual e leva à construção de uma consciência de si. Já no plano ético, ela repercute na obtenção da autonomia, da liberdade e do livre arbítrio. Daí a conclusão que o esquizofrênico, ao perder os relacionamentos coletivos, acaba, como consequência, por perder a si mesmo. Isto é, à medida em que deixa de se entender e falar com os outros, ele também cessa de dirigir-se a si mesmo por meio de uma linguagem simbolicamente orientada. Isso o torna progressivamente mais introvertido. Esse processo pode assumir diferentes intensidades e inflexões, sendo o autismo a sua expressão mais extrema (Vygotsky, 1982/1991). Conclui-se daí que tais mudanças não são um fato natural endógeno, mas o resultado de um comprometimento progressivo da eficácia das mediações simbólicas e sociais. Por isso, Vygotsky acentua a diferença qualitativa radical entre os estudos com animais e humanos na pesquisa psicológica sobre a esquizofrenia (Vygotsky, 1982/1991). Nestes, as mediações, sociais e simbólicas, exercem uma influência mais preponderante.

Numa outra vertente de pesquisa, Vygotsky (1931/1997) procede com uma comparação entre a esquizofrenia e outros quadros clínicos que apresentam alterações psíquicas análogas ou semelhantes, embora qualitativamente diferentes no plano ontogenético, semântico e formal. Salienta que a afasia, a histeria e a esquizofrenia constituem exemplos distintos do processo de desintegração das estruturas que se estabilizam na idade de transição. Defende que o estudo comparado desses quadros clínicos pode trazer esclarecimentos relevantes acerca das estruturas cognitivas dos esquizofrênicos.

Vygotsky defende que o pensamento na esquizofrenia se encontra em um nível geneticamente mais comprometido em relação à afasia e à histeria. Nela, os danos ocasionados pela regressão são mais vastos e seus efeitos, mais radicais. Enquanto nas afasias as modificações no pensamento são insignificantes e discretas, haja vista que os danos se restringem às conexões entre as representações, mantendo intactas as estruturas conceituais e a capacidade de abstração e generalização, na esquizofrenia toda a estrutura cognitiva é atingida e, por consequência, a experiência da realidade. Acredita-se que no caso da histeria, embora isso não esteja explícito, o que Vygotsky busca averiguar é o comprometimento, assim

como na esquizofrenia, da unidade da consciência, com a ressalva de que nela é preservado o pensamento lógico abstrato.

No texto *Thought in schizophrenia*, Vygotsky (1931/1994) dedica-se à investigação dos aspectos sintáticos e formais da linguagem dos esquizofrênicos, utilizando-se para isso de alguns testes verbais e de raciocínio. Consta nos sujeitos com os quais interagiu uma dificuldade específica na compreensão de metáforas, destacando que essas pessoas, apesar de possuírem conhecimento prévio dos provérbios e figuras de linguagem que lhes foram apresentados, não conseguiram simbolizar e alcançar uma interpretação metafórica satisfatória dessas expressões. Conclui daí que o esquizofrênico leva aquilo que lhe é dito ao pé da letra, no sentido literal. Vygotsky também sublinha a dificuldade que alguns esquizofrênicos demonstram quando lhes é solicitado que construam e completem cadeias associativas, valendo-se para isso de critérios lógicos homogêneos.

Essas são, em resumo, as principais contribuições de Vygotsky acerca da esquizofrenia. Seu interesse por essa temática, contudo, parece não ter repercutido entre seus seguidores. Atualmente, no Brasil, são escassos os trabalhos que seguem a orientação da psicologia sócio-histórica e que desenvolvem uma discussão sobre as esquizofrenias ou as psicoses numa perspectiva clínica. Ainda assim, é possível recolher alguns elementos para debater a apropriação de suas ideias no âmbito da saúde mental.

Ratner (1995), por exemplo, dedica um capítulo de seu livro que versa sobre os desdobramentos da teoria de Vygotsky na atualidade à apreciação do tema da loucura. Sem se referir especificamente à esquizofrenia, esse autor toma os termos psicose e loucura como sinônimos, definindo-os como experiências de rupturas bruscas que produzem comportamentos que desafiam a compreensão social e psicológica. Ratner, ao contrário de Vygotsky, defende uma relação causal mais direta e imediata entre um fato social desagregador e o surgimento da doença. Segundo ele, “o pensamento psicótico origina-se de interações sociais perturbadoras” (p. 206). A partir de dados demográficos e epidemiológicos, destaca algumas situações que podem levar ao desencadeamento da psicose, denominando-as eventos desintegradores anômalos: o desemprego, a pobreza e a imigração. Acrescenta ainda: situações sociais normativas duradouras, conflitos nos papéis de gênero, relações socioeconômicas desiguais e as práticas psiquiátricas.

Apesar da abrangência dessas assertivas, o autor admite o caráter parcial e inacabado de suas conclusões, apontando para a necessidade de uma análise mais profunda dos fatores específicos que corroboram a eclosão da doença. Isso inclui a preparação psíquica para lidar com situações conflitantes e os impactos subjetivos específicos ocasionados por situações de vulnerabilidade social.

Essas ideias de Ratner, quando contrastadas com as de Vygotsky, levam ao questionamento sobre uma mudança programática nas pesquisas no âmbito da psicologia sócio-histórica. Em uma entrevista recente (Santos, Vieira, Toassa & Lacerda, 2014), Ratner lança luz sobre as opções que influenciaram suas escolhas metodológicas e temáticas. O psicólogo norte-americano afirma que seu trabalho, embora intensamente respaldado no legado de Vygotsky, diferencia-se dele pela valorização dos aspectos macroculturais na explicação do psiquismo humano. Para Ratner, a principal meta do trabalho do psicólogo deve ser propiciar mudanças culturais e, a partir delas, alcançar transformações psicológicas duradouras e estáveis. No rol dos instrumentos disponíveis para ensejar tais mudanças, o autor cita: as instituições sociais, os artefatos socialmente construídos e compartilhados e os conceitos culturais. Ratner também critica fortemente as categorias nosológicas e diagnósticas presentes na psicopatologia, por considerá-las abstratas e desprovidas de fundamentação concreta (Ratner, 1995). Na entrevista citada (Santos, Vieira, Toassa & Lacerda, 2014), ele faz remontar essa posição à influência dos autores do movimento antipsiquiátrico na década de 70, no qual militava.

Conclui-se então que, em Ratner, o debate sobre a psicose distancia-se da investigação dos aspectos relativos a microgênese e ontogênese do pensamento, algo que Vygotsky, na fase final de sua vida, referindo-se à esquizofrenia, valoriza. Talvez as declarações de Ratner nos ajudem a contextualizar algumas tendências da psicologia no campo da saúde mental na atualidade, nas quais se percebe a ênfase em intervenções sociopedagógicas.

Um outro exemplo de linha de pesquisa inspirada nessa tendência está nas investigações das representações sociais sobre a loucura, como faz Jodelet (2005) na França e Santos e Cardoso (2011) no Brasil. Essas pesquisas, assim como Ratner propõe, têm como meta a transformação da cultura e o combate a estigmas sociais como vias de promoção da inclusão.

Discussão

No decorrer deste artigo, foram apresentados alguns pontos de aproximação e distanciamento entre a psicologia sócio-histórica e a psicanálise no que tange à apreciação da esquizofrenia e, de modo geral, das psicoses. Um ponto estratégico para se pensar uma aproximação está na abertura para um projeto clínico não médico. Em ambos os casos, predomina uma atitude de pesquisa cujo alicerce não remonta essencialmente a uma matriz fisiológica, química ou anatômica. Ambas tomam a linguagem como elemento fundamental na construção de uma noção

complexa de subjetividade. A partir disso, o estado patológico do esquizofrênico não pode ser tomado como um ente autônomo, cuja existência independente das relações simbólicas e discursivas nas quais um dado indivíduo está inserido.

Vygotsky, Freud e Lacan, por sua vez, não ignoram a participação de determinantes biológicos, que, segundo eles, atuam concomitantemente com fatores psicológicos e sociais, numa relação de mútua determinação. Isso exige que se considere uma matriz genética multifatorial, por meio da qual eventos e fenômenos heterogêneos interagem e se modificam reciprocamente. Vygotsky responde a essa dificuldade com uma atitude de reserva conjugada a uma ênfase nos aspectos sociais e mediacionais. Os psicanalistas, por sua vez, a partir de Freud e com Lacan (1955-1956/2002, 1957/1998), apoiam-se em um conceito metapsicológico próprio, a forclusão, para operar clinicamente.

Como resultado disso, pode-se afirmar que para Freud, Vygotsky e Lacan a elaboração de uma explicação para os processos psíquicos na esquizofrenia e nas psicoses representa um critério heurístico de fundamental importância. É possível encontrar nesses autores vários elementos oriundos da psicopatologia descritiva psicodinâmica (Berrios, 2012) que são apropriados e reinterpretados, a saber: os conceitos de autismo, de cisão do eu, introversão e regressão, dentre outros (Vygotsky, 1931/1997; Freud, 1914/1997). Além disso, há várias semelhanças entre Freud (1914/1997, 1915/1997) e Vygotsky no que tange a suas estratégias de pesquisa. Por exemplo: a investigação comparada – do ponto de vista fenomênico e genético – entre esquizofrenia, afasia e histeria. Outro exemplo é a analogia entre os processos psíquicos normais e patológicos, que não são tomados como ontologicamente e qualitativamente distintos um do outro.

Decorre daí que, tanto para o psicanalista como para Vygotsky, o esquizofrênico não pode ser entendido como alguém alienado de sua capacidade de pensar racionalmente, cujo acesso à realidade – tomado como um fato primário no sentido do processo de constituição psíquica – encontra-se obstruído. Nos dois casos, o desafio está em ensejar uma forma de mediação que potencialize as configurações linguísticas e psíquicas singulares dos esquizofrênicos, permitindo-lhes uma interação mais estável e satisfatória com o mundo.

Deve-se considerar, contudo, as especificidades das formas de mediação e do uso da linguagem em cada caso. Primeiramente deve-se destacar que, muito embora se identifique claramente uma preocupação clínica no seu trabalho, Vygotsky não se preocupa com o desenvolvimento de uma técnica psicoterápica. A atitude de Freud quanto ao tratamento psicanalítico de sujeitos psicóticos, por sua vez, é inicialmente de ceticismo (Freud, 1914/1997) e, num segundo momento, de reserva (Freud, 1925/1999, 1933/1997). Ainda que não exclua

essa possibilidade, ele prevê a necessidade de uma modificação da técnica para sua efetivação. Tal reserva, por sua vez, não impediu que ele incentivasse seus colaboradores a desenvolver trabalhos nessa área. O próprio Freud refere-se às contribuições de seus colaboradores, como Jung (Freud, 1911/1997), Tausk (Freud, 1915/1997) e Abraham (Freud, 1917/1997) na discussão metapsicológica sobre as psicoses. As diretrizes dessa adaptação técnica, no entanto, só foram estabelecidas pelos pós-freudianos, entre os quais Lacan (1955-1956/2002, 1957/1998) se destaca.

Deve-se sublinhar, contudo, que vigoram nas abordagens citadas concepções de sujeito distintas (Dunker, 2002; Carmo & Jimenez, 2013). Por razão de espaço, essa discussão deve ser relegada a outra oportunidade. Contudo, em virtude de sua importância, alguns pontos nodais serão indicados. Vygotsky busca explicar as modificações observadas na esquizofrenia por meio da consciência, ao passo que Freud e Lacan buscam justificá-las a partir do inconsciente. Para a psicanálise (Freud, 1925/1999), os fenômenos psicóticos constituem uma forma de manifestação do inconsciente a céu aberto, isto é, sem incidência do recalque. Vygotsky, a seu turno, explica a esquizofrenia como um déficit global que atinge de forma integrada três dimensões do psiquismo: cognitiva, social e simbólica.

Isso fica evidente ao se comparar o uso que fazem do termo regressão. Embora encontremos essa palavra tanto em Freud (1914/1997) como em Vygotsky (1931/1994), tratam-se de modos diferentes de se entender o conceito e o fenômeno em questão. Enquanto na psicanálise tal ideia está alicerçada na sexualidade, que, em última instância, constitui o circuito pulsional que liga o sujeito ao Outro (Lacan, 1963-1964/1998), para Vygotsky (1931/1994), a regressão assume uma acepção preponderantemente cognitiva.

Tal discrepância torna-se ainda mais explícita ao se analisar como Vygotsky (1931/1997) e os psicanalistas abordam a influência da sexualidade na formação dos fenômenos esquizofrênicos. Enquanto o primeiro avalia a presença de conteúdos sexuais na esquizofrenia como um fenômeno atrelado à própria idade de transição (Vygotsky, 1931/1997), para os últimos a influência de componentes sexuais assume uma função mais radical (Freud, 1911/1997, 1914/1997, 1915/1997, 1924/1997; Lacan, 1955-56/2002, 1957/1998).

Da mesma forma como acontece com a ideia de regressão, as leituras que Freud e Vygotsky fazem do conceito de introversão evidenciam as diferenças entre suas matrizes explicativas. Enquanto para Freud trata-se de um fenômeno da libido que retroage em direção ao Eu, sendo desinvestida dos objetos do mundo (1914/1997), para Vygotsky a introversão é o correlato de uma falha na síntese dos processos de mediação social e das possibilidades de internalização e

atualização das mediações simbólicas (Vygotsky, 1982/1991). Se em Vygotsky a alienação remete a uma falha simbólica que abala as mediações sociais, produzindo a introversão, para a psicanálise, esse termo representa um processo mais amplo, não necessariamente prejudicial, como parte da dinâmica da constituição psíquica pela inserção do sujeito na linguagem (Lacan, 1963-1964/1998).

É necessário, por fim, demarcar uma diferença no que tange à concepção de linguagem, com consequências fundamentais para direção do tratamento. Enquanto na psicologia sócio-histórica a linguagem é considerada principalmente a partir de sua unidade de signo/significado, na psicanálise, ela é tomada na sua dimensão significante e real, a partir de sua relação com o pulsional (Lacan, 1955-1956/2002, 1957/1998).

Conclusão

É possível extrair dessa pesquisa algumas diretrizes para interrogar a apropriação das ideias de Vygotsky na prática dos psicólogos no contexto das políticas de saúde mental brasileira e, concomitantemente, demarcar alguns pontos de aproximações e distanciamento com a psicanálise.

A proposta de inclusão, na psicanálise, deve estar subordinada à investigação clínica, algo que não necessariamente está presente na abordagem sócio-histórica. Com Ratner, a psicose pode ser tomada como consequência direta de vulnerabilidades sociais. Tal concepção inspira o esforço de dirimir tais riscos e promover estratégias de resiliência no coletivo, por exemplo, pela participação direta em grupos e instituições de apoio. O psicanalista, por sua vez, vai destacar a especificidade do laço social do psicótico e do uso particular que ele faz da linguagem.

É importante frisar que essa especificidade do modo como o psicótico opera com a linguagem – em destaque na discussão psicopatológica e na psicanálise – também está presente em Vygotsky. Esse fato, contudo, é pouco valorizado por seus seguidores, principalmente daqueles que atuam no campo da saúde mental no Brasil. Assim, as dificuldades no atendimento a psicóticos são interpretadas como insuficiências na organização e consolidação da rede de assistência, enquanto para o psicanalista o problema se coloca em termos clínicos, a partir da construção do caso, na singularidade de cada sujeito.

Aqui cabe um parêntese sobre a escassez de estudos nas revistas brasileiras indexadas pela CAPES sobre a clínica com pacientes psicóticos a partir de uma perspectiva sócio-histórica. Muito provavelmente há uma quantidade significativa de profissionais que se orientam pelo legado de Vygotsky e seus colaboradores

para sustentar uma prática clínica, mas que não sistematizam ou publicam os resultados de seu trabalho. É interessante indagar as razões disso.

Uma situação diametralmente oposta ocorre com os psicanalistas, que têm uma quantidade significativa de textos publicados sobre suas práticas clínicas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Esses textos destacam, como temáticas privilegiadas relacionadas à prática de psicanalista na saúde mental, a construção de casos clínicos, a aplicação de técnicas e conceitos no contexto psicossocial, relatos de experiências institucionais, além de reflexões sobre a interação entre a psicanálise e outras abordagens clínicas (A. C. Figueiredo, 2005; Guerra, 2004; Guerra e Souza, 2006; Kyrillos Neto, 2009; Mendes, 2005; Montanari & Carvalho, 2011; Silva, 2007; Ribeiro, 2005; Rinaldi & Bursztyrn, 2008).

Diante dessa leitura do estado da arte atual do fazer clínico no campo da saúde mental no Brasil, defende-se que uma cisão entre uma terapêutica sem clínica e uma clínica desarticulada de uma preocupação política constitui um forte obstáculo para a consecução dos objetivos da reforma psiquiátrica conforme o referencial psicossocial. É prudente, todavia, evitar julgamentos maniqueístas, reconhecendo o engajamento político-clínico dos psicanalistas brasileiros que atuam nos CAPS e o interesse clínico da parte de um número significativo de psicólogos alinhados ao referencial sócio-histórico. Logo, essa ligação entre clínica e política pode ser potencializada.

Para concluir, vale pôr em destaque que o fortalecimento de uma clínica não médica que se apoia na linguagem e numa concepção complexa de subjetividade constitui um passo fundamental para a consolidação de uma estratégia de cuidado no coletivo que leve em conta a singularidade e especificidade de cada pessoa. A aproximação de um debate em torno da clínica da esquizofrenia e das psicoses entre psicanalistas e psicólogos sócio-históricos que atuam no campo da saúde mental pode representar um movimento significativo nessa direção.

Referências

- Aguiar, F. (2001). Método Clínico: Método clínico?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 609-616.
- Alberti, S. (2006). A estrutura e as redes em psicanálise. In Figueiredo, A. C.; Alberti, S. (orgs.). *Psicanálise e saúde mental: uma aposta*, p. 83-99. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Amarante, P. (2007). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Andrade, J. J.; Smolka, A. L. B. (2012). Reflexões sobre desenvolvimento humano e neuropsicologia na obra de Vigotski. *Psicol. estud.* 17(4), 699-709.

- Berrios, G. (2012). Psicopatologia descritiva: aspectos históricos e conceituais. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 15(1), 171-196.
- Calazans, R.; Lustoza, R. Z. (2008). A medicalização do psíquico: os conceitos de vida e saúde. *Arq. bras. psicol.*, 60(1), 124-131.
- Campos, G. W. S. (2002). *A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada*. São Paulo: Hucitec.
- Carmo, F. M.; Jimenez, S. V. (2013). Em busca das bases ontológicas da psicologia de Vygotsky. *Psicol. estud.*, 18(4), 621-631.
- Dunker, C. I. L. (2002). A questão do sujeito: construção, constituição e formação. In Dunker, C. I. L.; Passos, M. C. (orgs.). *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon.
- Dunker, C. I. L. (2005). A loucura histórica e a psicose. *Mental*, 3(5), 57-72.
- Dunker, C. I. L. (2011). *Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica: Uma Arqueologia das Práticas de Cura, Psicoterapia e Tratamento*. São Paulo: Annablume.
- Dunker, C. I. L.; Kyrillos Neto, F. (2011). A crítica psicanalítica do DSM-IV: breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. *Rev. latinoam. psicopatol. Fundam.*, 14(4), 611-626.
- Figueiredo, A. C. (2005). Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial. *Mental*, 3(5), 43-55.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M.; Santi, P. L. R. (2010). *Psicologia: Uma Nova Introdução*. São Paulo: EDUC.
- Foucault, M. (1977). *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Foucault, M. (1991). *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Freud, S. (1997). Psychoanalytische Bemerkungen über einen Autobiographisch Beschriebenen Fall von Paranoia. In *Studienausgabe*, v. VII, p. 133-203. Frankfurt am Main: S. Fischer. (original publicado em 1911).
- Freud, S. (1997). Zur Einführung des Narzissmus. In *Studienausgabe*, v. III, p. 37-68. Frankfurt am Main: S. Fischer. (original publicado em 1914).
- Freud, S. (1997). Die Metapsychologische Schriften von 1915: Das Unbewusste. In *Studienausgabe*, v. III, p. 119-173. Frankfurt am Main: S. Fischer. (original publicado em 1915).
- Freud, S. (1997). Trauer und Melancholie. In *Studienausgabe*, v. III, p. 193-212. Frankfurt am Main: S. Fischer. (original publicado em 1917).
- Freud, S. (1997). Der Realitätsverlust bei Neurose und Psychose. In *Studienausgabe*, v. III, p. 355-361. Frankfurt am Main: S. Fischer. (original publicado em 1924).
- Freud, S. (1997). Neue Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse. 34. Vorlesung: Erklärungen, Anwendungen und Orientierungen. In *Studienausgabe*, v. II, p. 566-585. Frankfurt am Main: S. Fischer. (original publicado em 1933).
- Freud, S. (1999). Selbstdarstellung. In *Gesammelte Werke*, v. XIV, p. 31-96. Frankfurt am Main: Fischer Verlag. (original publicado em 1925).

- Guerra, A. M. C. (2004). Reabilitação psicossocial no campo da reforma psiquiátrica: uma reflexão sobre o controverso conceito e seus possíveis paradigmas. *Rev. latinoam. psicopatol. Fundam.*, 7(2), 83-96.
- Guerra A. M. C.; Souza, P. V. (2006). Reforma Psiquiátrica e Psicanálise: diálogos possíveis no campo da inserção social. *Psicologia para América Latina*. Brasil, 5(1). <http://psicolatina.org/Cinco/reforma.html> (acesso em 20-mar-2017).
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Kyrillos Neto, F. (2009). Reforma psiquiátrica e clínica da psicose: o enfoque da psicanálise. *Aletheia*, 30(1) 39-49.
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento de psicóticos. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1963-1964).
- Lacan, J. (2002). *O seminário, livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1955-1956).
- Laplanche, J.; Pontalis, J.-B. (1973). *Das Vokabular de Psychoanalyse*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch.
- Lima, P. M.; Carvalho, C. F. (2013). A Psicoterapia Sócio-Histórica. *Psicologia: ciência e profissão*, 33(spe), 154-163.
- Mendes, A. (2005). Tratamento na psicose: o laço social como alternativa ao ideal institucional. *Mental*, 3(4), 15-28.
- Montanari, A. J.; Carvalho, S. M. (2011). O Homem, sua Psicose e a Palavra Cortada. *Mental*, 9(17), 589-604.
- Oliveira, G. N. O. (2010). Projeto Terapêutico Singular. In Campos, G. W. S.; Guerrero, A. V. P. (orgs.). *Manual de Práticas em Atenção Básica: Saúde Ampliada e Compartilhada*, p. 273-286. São Paulo: Hucitec.
- Prestes, Z.; Tunes, E. (2012). A trajetória de obras de Vigotski: um longo percurso até os originais. *Estud. psicol.* 29(3), 327-340.
- Quinet, A. (2006). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ratner, C. A. (1995). As psicoses. In *Psicologia Sócio-histórica de Vygotsky: Aplicações Contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rey, F. L. G. (2012). Reflexões sobre o desenvolvimento da psicologia soviética: focando algumas omissões da interpretação ocidental. *Psicol. Soc.*, 24(2), 263-271.
- Ribeiro, A. M. (2005). O lugar do psicanalista em uma clínica das psicoses: algumas reflexões. *Psychê*, 9(16), 165-182.
- Rinaldi, D. L.; Bursztyn, D. C. (2008). O desafio da clínica na atenção psicossocial. *Arq. bras. psicol.*, 60(2), 32-39.
- Roudinesco, E.; Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Santos, J. E.; Cardoso, C. M. S. (2011). Narrativas e experiências acerca da loucura: uma reflexão de profissionais de comunicação. *Interface*, 15(38), 727-740.
- Santos, S. D. M.; Vieira, A. O. M.; Toassa, G.; Lacerda Júnior, F. (2014). Desafios teóricos da psicologia macrocultural: entrevista com Carl Ratner. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 555-563.
- Sauret, J.-M. (2003). A Pesquisa Clínica em Psicanálise. *Psicologia USP*, 14(3), 9-104.
- Silva, M. V. O. (2007). A clínica integral: O paradigma “psicossocial” como uma exigência da clínica das psicoses. In Silva, M. V. O. (org.). *In-tensa ex-tensa: A clínica psicossocial das psicoses*, p. 40-41. Salvador: LEV/FFCH/UFBA.
- Tenório, Fernando (2002). A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. *História, Ciências, Saúde*, 9(1), 25-59.
- Toassa, G. (2012). Vigotski contra James-Lange: crítica para uma teoria histórico-cultural das emoções. *Psicol. USP*, 23(1), 91-110.
- Todorov, T. (2012). *Introdução à Literatura Fantástica*. São Paulo: Perspectiva.
- Vygotsky, L. S. (1991). Sobre los sistemas psicológicos. In *Obras Escogidas*, v. I. Madrid: Visor. (original publicado em 1982).
- Vygotsky, L. S. (1994). Thought in schizophrenia. In Valsiner, J.; Van der Veer, R. (orgs.). *The Vygotsky Reader*, p. 313-326. Oxford, UK / Cambridge, USA: Basil Blackwell. (original publicado em 1931).
- Vygotsky, L. S. (1994). Pensamiento y Lenguaje. In *Obras Escogidas*, v. II. Madrid: Visor. (original publicado em 1934).
- Vygotsky, L. S. (1994). Conferencia 4: Las emociones y su desarrollo en la edad infantil. In *Obras Escogidas*, v. II. Madrid: Visor. (original publicado em 1960).
- Vygotsky, L. S. (1997). Desarrollo de las funciones psíquicas superiores en la edad de transición. In *Obras Escogidas*, v. IV. Madrid: Visor. (original publicado em 1931).
- Zurba, M. C. (2011). Contribuições da psicologia social para o psicólogo na saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe), 5-11.

Recebido em 10 de agosto de 2017

Aceito para publicação em 11 de dezembro de 2017

O “CARRAPATEIRO” VISTO DE FORA: OLHARES SOBRE UMA CRACOLÂNDIA EM DIVINÓPOLIS, MG

*AN OUTSIDE VIEW OF “CARRAPATEIRO”: LOOKS
ON A CRACKLAND IN DIVINÓPOLIS, MG*

*EL “CARRAPATEIRO” VISTO DESDE AFUERA: MIRADAS
SOBRE UNA CRACKLANDIA EN DIVINÓPOLIS, MG*

*Roberto Lopes Mendonça**

*Mardem Leandro Silva***

*Ana Livia Amaral****

*Geovane Antônio Teixeira*****

RESUMO

Este artigo é fruto da primeira fase de uma pesquisa que busca conhecer a visão da população do entorno de uma região de uso público de drogas conhecida como “Carrapateiro”, em Divinópolis, MG. Tal pesquisa se justifica pela falta de dados que embasem intervenções em locais chamados de cracolândias. Para isso, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 35 moradores/comerciantes do entorno do Carrapateiro, visando a confirmar ou refutar nossas hipóteses iniciais de preconceito, conflito e medo. Como método de análise foi utilizada a perspectiva Bardin da Análise de Conteúdo. Os resultados confirmaram as hipóteses, apresentado uma relação conflituosa entre os moradores/comerciantes do entorno do Carrapateiro e os usuários que viviam e/ou consumiam drogas no local. O medo da criminalidade e o preconceito para com os usuários também foram confirmados. Foi observado ainda o tipo de intervenção que mais representa o pensamento da população do entorno, girando entre os polos da saúde pública e da segurança pública. Por fim, ponderamos sobre a falta de responsabilização da sociedade civil em tal situação, e a apresentamos como uma forma de xenofobia.

Palavras-chave: Carrapateiro; Divinópolis; cracolândia; opinião pública; dependência química.

* Professor do curso de psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis, MG, Brasil.

** Professor do curso de psicologia da UEMG, Unidade Divinópolis, MG, Brasil.

*** Graduanda do curso de psicologia da UEMG, Unidade Divinópolis, MG, Brasil.

**** Graduando do curso de psicologia da UEMG, Unidade Divinópolis, MG, Brasil.

ABSTRACT

This article is the result of the first stage of a research seeking to know the view of the neighboring population in an area where public use of drugs takes place, known as "Carrapateiro", in Divinópolis, MG. Such research is warranted by the lack of data to back intervention in places called "cracklands". To this purpose, semi-structured interviews were held with 35 residents/shopkeepers from the vicinity of Carrapateiro, aiming to confirm or refute our initial hypotheses of prejudice, conflict and fear. The Bardin view of Content Analysis was employed as the method of analysis. The results have confirmed our hypotheses, revealing an antagonistic relationship between the residents/shopkeepers from around Carrapateiro and the people who lived and/or used drugs there. The fear of crime and the prejudice towards drug users were also substantiated. Additionally, the kind of intervention mostly favored by the neighboring population was shown to revolve around public health and public safety. Finally, we considered the lack of accountability of civil society in this context, and we deem it an instance of xenophobia.

Keywords: Carrapateiro; Divinópolis; crackland; public opinion; chemical dependency.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de la primera fase de un estudio que busca comprender la visión de una población de los alrededores de una zona de uso público de droga conocida como "Carrapateiro", en Divinópolis, MG. Esta investigación se justifica por la falta de datos que podrían apoyar una intervención en lugares conocidos como "cracolândias". Para este propósito, consistió en entrevistas semiestructuradas realizadas con 35 habitantes/vendedores de los alrededores del Carrapateiro, con el objetivo de confirmar o refutar nuestras hipótesis iniciales de prejuicios, conflictos y miedo. El método de análisis se utilizó fue la perspectiva Bardin de análisis de contenido. Los resultados confirmaron nuestras hipótesis, presentando una relación de confrontación entre los habitantes/vendedores de los alrededores del Carrapateiro y los usuarios que vivían y/o consumían drogas en el lugar. El miedo al crimen y los prejuicios hacia los usuarios también se confirmaron. También se observó el tipo de intervención que más representa el pensamiento de la población de los alrededores, circundando a los polos de la salud pública y la seguridad pública. Por último, reflexionamos sobre la falta de responsabilización de la sociedad civil en una situación de este tipo, y la presentamos como una forma de xenofobia.

Palabras clave: Carrapateiro; Divinópolis; cracolândia; opinión pública; dependencia química.

Introdução

O espaço público se constitui pela dinâmica de interação discursiva entre os sócios que compõem a sociedade. Ser sócio implica aceitar, de bom grado ou não, pagar o preço da sociabilidade e arcar com as consequências do laço social. Em outras palavras, implica numa recusa de satisfação que impõe severas condições ao corpo não disciplinado pelo Estado. O Estado, por sua vez, demarca os espaços de trânsito comum e distribui os dispositivos que irão compor as linhas simbólicas e imaginárias da educação em sociedade. A cidade é um resultado da produção dessas linhas, coordenadas que localizam o sujeito do discurso que nela transita: o cidadão, aquele que pertence à cidade, por ser constituído pelo mesmo dispositivo que a produz.

A cidade, como lócus de ação do poder público, traz em si as marcas do poder do Estado. No entanto, tal espaço também é composto por aquilo que Foucault (2001) denomina de heterotopias, verdadeiros não-lugares ou lugares outros, margens, produções alheias à biopolítica e à maquinação estatal. Na geografia humana descrita por Foucault, a heterotopia é uma interpretação plural dos espaços; ela descreve lugares com múltiplas camadas de significação, aparentemente incompatíveis entre si, cujo sentido não pode ser captado de imediato, cabendo o esforço da pesquisa para descrever a lógica destas condições não hegemônicas. Estes outros lugares encerram em si regimes próprios: palavras, significações e desejos que organizam ações. Se o espaço social de influência estatal traduz as plataformas de identificação social, com instituições, regras e valores, os espaços alheios se reorganizam pela margem não admitida desses poderes, produzindo efeitos de contracultura.

Segundo Salgado (2013) os sujeitos utilizam do espaço e se distribuem nele a partir de suas características e individualidades. Na atual conjuntura da sociedade, o consumo abusivo do crack, que vem se destacando como um fenômeno social, modificou silenciosamente a lógica das cidades e se concretizou aos olhos da população como considerável alteração do próprio espaço urbano. Isso porque os usuários de droga intervieram no espaço comum e de forma manifesta reorganizaram algumas de suas alternativas numa perspectiva de encontro e trocas. Esses locais de socialização de suas dependências receberam a alcunha geral de "cracolândias", espaços públicos alocados pelos usuários e dependentes químicos que, não sem razão, funcionam como ambiente de identificação, sociabilidade, proteção e, sobretudo, acesso fácil à droga. Os usuários de crack rompem a reprodução dos laços sociais e exibem aos olhos da cidade o que é considerado pelo autor como uma nova forma de sociabilidade.

A *cracolândia* seria um local cronificado por indivíduos como o lugar de uso do crack. O processo de cronificação territorial pode ser traduzido como procedimento de demarcação de determinados espaços pela incapacidade de controle, devendo, portanto, ser etiquetado e separado dos demais para não ser confundido. (Salgado, 2013, p. 274)

O território de consumo de crack é aquele que ocupa o espaço urbano, e é conhecido pelos que nele habitam e circulam como lócus da droga. Nele, há uma lógica identificada por práticas ilegais, que devem se manter ocultas (MacRae et al., 2013). Rui (2012) permite compreender que o fato de o consumo de crack ter ocupado contornos e espaços delimitados nos espaços públicos leva a uma nova forma política e social de perceber tal fenômeno. Além disso, são criadas novas redes de relações por aqueles que ocupam tal espaço, onde os frequentadores se aproximam e em conjunto ocupam o local. A convivência e a continuidade em tal ambiente levam a uma condição relativamente estável.

Os territórios das *cracolândias* – espaço social e discursivo – anunciam um espaço-sede imaginário, marcado pelo incômodo social, pela poluição do espaço urbano, pela presença manifesta daquilo e daqueles que a sociedade gostaria de esconder: droga, prostituição, delinquência, doenças e ameaças. Por esse motivo ele é apresentado como o “não-lugar”, em que a miséria humana e a falta são gritantes, bem como a ausência de intervenções públicas (Rui, 2012).

Tais intervenções no espaço público, quando ocorrem, são comumente pautadas pela lógica higienista e violenta, enquanto o adequado seria buscar compreender toda a complexidade de relações que se faz presente no local (Lima, 2012).

O espaço público, como dito por Narciso (2008), pertence a todos, mas nos espaços da *cracolândia* nota-se um fenômeno social distinto, onde os frequentadores têm sua lógica própria (Salgado, 2013).

A região da Luz em São Paulo, considerada como a *cracolândia* da maior cidade do país, evidencia esse fenômeno social, onde sujeitos buscam subjetivamente demarcar e ocupar o espaço geográfico e existencial perante a sociedade, reproduzindo e construindo toda uma lógica para sua sobrevivência, com leis e hierarquia, bem como trocas de favores. Dominguez (2015) publicou um artigo na Revista Radis discutindo a realidade da *cracolândia* da cidade de São Paulo, demonstrando como são estabelecidas as relações nesse contexto.

Na terra do crack, existem leis próprias. E quem tem isqueiro é rei. Acender um cachimbo custa R\$ 0,25. Preço tabelado. Ninguém pode cobrar mais ou menos. Homens são proibidos de bater em mulheres. Para cobrar na força a dívida de uma mulher, um homem precisa contratar uma outra mulher. (Dominguez, 2015, p. 26)

Assim como em São Paulo, essas ocupações geográficas e existenciais pelos usuários de drogas se reproduzem em outras cidades. O espaço público conhecido como “Carrapateiro”, e que deste ponto em diante chamaremos apenas por este nome, publicamente reconhecido, é uma região da cidade de Divinópolis, MG, situada no Bairro Niterói, próximo ao Rio Itapecerica e à região do Parque da Ilha, espaço público criado para interação social e realização de atividades físicas.

Divinópolis é uma cidade de porte médio do centro-oeste de Minas Gerais, com uma população de aproximadamente 230 mil habitantes e que tem como carro-chefe de sua economia a indústria do vestuário. Muitas pessoas buscam a cidade para fazer compras em suas diversas lojas de roupas e também pelo número de universidades públicas de qualidade, assim como algumas faculdades privadas.

O Carrapateiro é, aos olhos externos, frequentado por um público homogêneo de usuários de crack. É certo que algo os une naquele espaço, o que, conforme Salgado (2013), envolve a identificação e o fácil acesso ao produto para consumo. O Carrapateiro ficou amplamente conhecido por ser um espaço público tomado por usuários de crack. Nele o trânsito da população é contido, já que os consumidores da droga ocuparam o local.

O local foi alvo de uma intervenção em junho de 2015, conhecida como Operação Fênix, feita conjuntamente pelas polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Ministério Público e Prefeitura do município. Como previu Lima (2012), a intervenção ocorreu a partir da lógica higienista e repressora, em que cães farejadores ajudaram na captura de 62 pessoas, que foram detidas e levadas para o ginásio poliesportivo da cidade. No local, foi oferecido tratamento aos usuários, o que foi aceito por 30% dos apreendidos. Conforme o Secretário Adjunto Antidrogas – terminologia que poderia ser alvo de inúmeros questionamentos –, os detidos que não aceitaram ajuda voltaram para as ruas, ou seja, 43 dos 62 apreendidos, número que permite perceber o insucesso da intervenção.

O texto dessa notícia informa ainda a origem do nome do local, que se deve aos muitos carrapatos ali encontrados. Ela traz a seguir o subtítulo “Limpeza”, deixando ainda mais evidente a partir de qual lógica ela fala (Portal de Notícias G1, 2015).

Justificativa

É diante desta e das demais intervenções realizadas em tais contextos espalhados pelas cidades brasileiras que se faz necessário estudar e pesquisar. A pesquisa que resultou neste artigo é parte da primeira fase de um projeto que se justifica pela necessidade de buscar soluções mais efetivas para a questão que se apresenta no Carrapateiro em Divinópolis. Vários são os problemas que podem ser observados nesse local (uso de drogas, criminalidade, prostituição, problemas ambientais etc.). Consequentemente, a proposta de solução deve ser também complexa.

Não esperamos uma solução imediata ou mágica como as que geralmente são propostas para tais locais, de forma que o ganho a ser obtido pela comunidade da cidade de Divinópolis com tal projeto seria a médio ou a longo prazo. O trabalho com a toxicomania, em especial com populações de rua, geralmente é infrutífero, pois não se conhece a população com a qual se quer trabalhar, o que leva a ações a partir de conceitos previamente organizados pelo senso comum.

Nesta primeira fase da pesquisa, o foco foi o olhar dos moradores e comerciantes que vivem e trabalham no entorno do Carrapateiro. Supomos encontrar nesse olhar o preconceito da população e o olhar do senso comum, mas também as dificuldades encontradas nesse convívio, por hipótese conflituoso, entre o cidadão comum e os usuários que frequentam tal local. Esse conflito existe no limite alcançado pelo braço da lei, o braço do Estado. Onde este braço não lança sua força, a lei se faz de outra forma. É deste ponto de vista que partimos na primeira fase de nossa pesquisa.

Objetivo

Este estudo pretende discutir o desenvolvimento do fenômeno da cracolândia no Carrapateiro. Para tanto, será considerada a forma com que tais sujeitos são vistos pelas pessoas que vivem na região. Então, tem por objetivo discutir o desenvolvimento do fenômeno da cracolândia na região, por meio da experiência de moradores e comerciantes das proximidades do Carrapateiro, investigando suas percepções sobre os usuários e o espaço que eles ocupam, permitindo assim compreender qual é e como se constrói essa relação entre usuários, moradores e comerciantes das proximidades.

A partir disso, busca viabilizar a construção de intervenções possíveis, partindo das demandas suscitadas pela população que convive com adversidades provenientes das condições vivenciadas pelos usuários de drogas do local.

Nesse aspecto, podem surgir algumas indagações que germinam dessa relação dicotômica. Os usuários de droga do Carrapateiro são vistos como risco para os moradores e comerciantes da região? Qual a imagem que os moradores e comerciantes têm desse espaço conhecido como Carrapateiro e de seus frequentadores? Há possibilidade de intervenções que melhorem as condições de vida de ambas as populações?

Método

Os participantes desta pesquisa foram pessoas com idades entre 18 e 74 anos, moradores e comerciantes da região próxima ao Carrapateiro, localizado no Bairro Niterói, em Divinópolis, MG, no período de outubro de 2015 a janeiro de 2016. Foram entrevistadas 35 pessoas, com uma média de idade de 44 anos, 18 do gênero masculino e 17 do feminino.

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa incluíram pessoas que moram ou trabalham na região próxima ao Carrapateiro e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, considerando-se que estas poderiam ter mais contato e sofrer algum tipo de interferência dos usuários de drogas que frequentam o local. Nesse sentido, foi considerado não só o espaço geográfico, mas também toda uma construção subjetiva, cultural e social que os participantes têm sobre o contexto do Carrapateiro que orientou a escolha dos sujeitos da pesquisa.

Foi aplicada uma entrevista semiestruturada com o objetivo de identificar qual impressão as pessoas têm daquela região e dos usuários que a frequentam. A entrevista foi composta primeiramente pela identificação do voluntário, que terá sua identidade preservada dentro das discussões levantadas; em seguida, propusemos analisar qual a identificação que o voluntário mantém com o local foco da pesquisa. Por fim, utilizamos seis perguntas para investigar como os frequentadores do Carrapateiro são vistos pelas pessoas que vivem na região. Após a coleta, a análise dos dados foi realizada com o auxílio do Microsoft Excel e as entrevistas serão discutidas a partir da Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin.

Tal perspectiva, dentro de análises conhecidas como Análise de Conteúdo (AC), envolve vários elementos metodológicos que podem ser aplicados em diversos discursos, e se presta a pesquisas quantitativas e qualitativas, sendo comum sua utilização nas ciências sociais. Tal análise, a partir de inúmeras técnicas, visa clarificar o que está no discurso, tratando e analisando os dados, de forma a pôr em evidência aquilo que está oculto no discurso. A AC é constituída por diversas

fases: de início é feita a pré-análise, quando os documentos são selecionados e a hipótese e o objetivo são formulados; em seguida ocorre a exploração do material e o tratamento dos resultados da interpretação. Tais fatores facilitam a compreensão do objeto de pesquisa (Bardin, 1977).

Análise e discussão dos dados

As entrevistas anteriormente citadas foram realizadas com 35 pessoas, comerciantes e moradores, que de alguma forma guardam relação com o Carrapateiro e com os que o frequentam. Pôde-se evidenciar que a falta de segurança, os relatos de violência ocorridos no local e o uso abusivo de drogas pelos frequentadores são critérios que de alguma forma interferem na condição de vida dos entrevistados, com impactos sobre a liberdade de acesso às vias públicas da região, a falta de segurança nos estabelecimentos comerciais e nas próprias residências, que em algumas vezes foram arrombadas, e também de forma subjetiva, causando desconforto e receio em se referir ao local, sendo estas reações percebidas em algumas pessoas que não aderiram à pesquisa por medo de se comprometerem.

As falas de alguns entrevistados exemplificam tais inseguranças: “já tentaram arrombar meu salão e passam aqui também para vender coisas” (Entrevistado 19). Outro entrevistado diz do receio que tem ao sair para trabalhar e deixar a casa sozinha, pois disse ter sido roubado. As saídas de casa se tornaram restritivas para a Entrevistada 11, que disse: “Não me sinto segura morando aqui, pois não posso sair de casa a qualquer hora, não posso ir em muitas festas, minha mãe fica preocupada quando saio à noite. Às vezes me sinto refém disso tudo.”

Contudo encontramos pessoas que não se sentem ameaçadas morando ou trabalhando na região, mesmo relatando o uso abusivo de drogas dos frequentadores do Carrapateiro e da violência que ali ocorre por causa de drogas: “Me sinto seguro trabalhando aqui na região, pois os usuários já me conhecem” (Entrevistado 27). Outro entrevistado disse que nunca teve problemas com os usuários de drogas do Carrapateiro e que morar na região não lhe traz insegurança.

As entrevistas demonstraram que 83% das pessoas guardam uma impressão depreciativa do local, acreditando ser uma situação de vulnerabilidade para os moradores e comerciantes da região, assim como para os próprios usuários, cuja vida é marginalizada perante a sociedade. Diante deste apontamento, podemos indagar se pode haver algo em comum nos dois grupos populacionais considerados neste trabalho. Moradores e comerciantes dizem se encontrar em uma situação de vulnerabilidade devido à falta de segurança, e os possíveis riscos que os

usuários de drogas do Carrapateiro oferecem. Por outro lado, consideram que os mesmos usuários também estão vulneráveis, pelo fato de viverem em condições precárias de saúde, segurança e assistência.

Nesse sentido a vulnerabilidade é uma palavra que permeia as narrativas dos entrevistados, que relatam ela estar presente nos dois campos, moradores e usuários do Carrapateiro. Contudo, se faz importante indagar até que ponto o fato de se considerar vulnerável a tais situações não remove a responsabilidade de se haver com a realidade vivenciada, o que pode sugerir a repetição, de forma oculta, de métodos de exclusão.

Um fato interessante sobre a vulnerabilidade que surge no discurso dos entrevistados é que ela apresenta dois polos distintos. De um lado, uma vulnerabilidade social e de saúde, por parte dos usuários do local; de outro, uma vulnerabilidade de segurança, por parte dos moradores e comerciantes da região. Estes polos refletem a visão geral do senso comum sobre o que é o mundo do uso/abuso de drogas: ou uma questão de saúde pública, ou uma questão de segurança pública. Retomaremos este ponto mais adiante.

Dominguez (2015) apresenta uma breve pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, evidenciando que os usuários de drogas estão em segundo lugar entre os grupos mais odiados pelos brasileiros, e propõe um questionamento interessante: será que todos os usuários de drogas são odiados pelos brasileiros? Os usuários encontrados ao redor de universidades são igualmente odiados como os que vivem nas ruas, em situação degradante de pobreza e aparentemente considerados como perigosos? Assim conclui que o uso de crack feito por moradores de rua, especificamente da cracolândia paulista, serve apenas como uma “cortina de fumaça para uma exclusão histórica” (Dominguez, 2015, p. 26).

Outros dados encontrados por meio dos questionários realizados foram que 63% dos entrevistados disseram que não tiveram problemas com os moradores e usuários do Carrapateiro, divergindo dos 37% que relataram a ocorrência de algum tipo de problema. Algumas pessoas que disseram não ter problemas com os usuários, apontam em suas respostas certa insegurança e receio, como na resposta da Entrevistada 11: “não tive problemas com eles, mas passo longe quando os vejo, pois tenho medo de ser roubada”. Outra narrativa também evidencia a mesma ambivalência: “Nunca tive problemas, pedem dinheiro e eu não dou. Eles saem fora e não me incomodam. Já teve umas três vezes que um homem gritou comigo porque não quis dar dinheiro, fiquei constrangida.” (Entrevistada 14)

Seria uma forma de preconceito? Afinal, a grande maioria nunca teve problemas com os usuários e ainda assim o medo permanece. Dos que relataram problemas, 75% relataram episódios de roubo ou arrombamento. Os outros 25%

apenas temem roubos ou relatam pedidos (de dinheiro, água, coisas emprestadas). Considerando então apenas os que tiveram algum problema efetivo, somente 34% tiveram algum problema. Por que, ainda assim, 83% têm uma visão depreciativa do local?

Mesmo relatando ocorrências de violência que acontecem entre os usuários de drogas, registros de furtos em residência e no comércio local, e a insegurança em transitar e estabelecer alguma proximidade com eles, 60% dos entrevistados relataram se sentirem seguros morando ou trabalhando na região. Contudo, buscam estratégias para garantir esta segurança, que são apresentadas como adaptações para o enfrentamento da realidade vivenciada.

Me sinto segura aqui, tive que adaptar minha rotina devido a eles: não saio sozinha à noite, não passo por certas ruas, mas hoje isso ficou natural de tanto tempo que é assim. Tenho receio pelo meu filho, de 8 anos, mas converso muito com ele. Ele já sabe o que é bom e mau. Os usuários chamam a atenção de quem passa pelo local, ainda mais das crianças, que precisam de orientação. (Entrevistada 14)

Quando questionados sobre a existência de uma cracolândia na região, o Carrapateiro, 94% dos entrevistados se posicionaram dizendo que é uma situação ruim para a cidade. Dentre as respostas, alguns já consideram a região como uma cracolândia: "Acredito que já é uma cracolândia, e a considero uma região que atrai ladrões." (Entrevistado 29) Outros acreditam que depois da intervenção policial o local melhorou. Contudo, há pessoas que demonstram certo receio com tal possibilidade: "tenho medo, pavor. Ali vai gente de todo tipo" (Entrevistada 7).

Também foi percebido em algumas falas que se delegava ao Estado a responsabilidade pelos cuidados e prevenção para com a situação do Carrapateiro; porém, não se evidenciava nas narrativas quais poderiam ser as contribuições da sociedade civil para lidar com a realidade existente na região. Evidencia-se neste sentido a incumbência ao Estado de uma responsabilidade que escapa dos limites do particular, necessitando uma intervenção do poder maior. O Entrevistado 30 diz que: "As autoridades não deveriam deixar chegar a tal ponto." Em consonância com ele, o Entrevistado 27 diz: "Já considero como uma cracolândia, e o governo deveria focar na raiz do problema e não só nos usuários." Outro entrevistado disse que o fato de ter chegado ao ponto de a região do Carrapateiro ser considerada como uma cracolândia

seria uma vergonha para o município, e acrescenta que este deveria executar seus projetos com mais eficiência.

Outro ponto que chama a atenção nas entrevistas é a resposta dada à questão sobre possíveis intervenções em relação aos usuários. Em primeiro lugar temos a internação dos usuários, com 37% das respostas; em segundo, uma intervenção política, do poder público, com 26% das respostas; em terceiro lugar, empatados com 14%, temos os que não opinaram e os que acham que é necessária uma intervenção policial; em último lugar um dado assustador: 9% acham que os usuários devem ser deixados ao acaso, abandonados para morrer.

Esses dados nos remetem a alguns pontos-chave da visão geral sobre o uso de drogas no Brasil, como dissemos anteriormente. Em geral, tal tipo de assunto é considerado ou um caso de saúde pública, que deveria ser cuidado pelo Estado, em especial com a solução mágica das internações; ou um caso de segurança pública, que deveria ser tratado pela polícia, deixando novamente a responsabilidade para o Estado. As duas formas geralmente se mostram ineficazes, como podemos ver nas estatísticas sobre internações, e nos jornais, nas notícias sobre as intervenções policiais.

Podemos notar um grande desconhecimento sobre a rede de saúde mental do município, o que não é obrigatoriamente sabido pela população, mas este desconhecimento também se verifica nas entidades que lidam com a questão, bem como no poder público. Há uma enorme falta de informação sobre as políticas públicas para álcool e drogas, assim como sobre a Lei que rege a saúde mental no Brasil, conhecida como Lei Paulo Delgado, que prevê a internação como último recurso. Estes pontos são discutidos longamente em Mendonça & Rodrigues (2011), por isso não nos debruçaremos sobre eles aqui.

De toda forma, é importante ressaltar a xenofobia, o medo daquilo que nos é estrangeiro, estranho, ainda que nos seja familiar. O simples fato de que surjam nos resultados respostas que proponham que tais usuários sejam abandonados à própria sorte até que morram nos remetem à "Nau dos loucos" citada por Foucault (1978), na qual os loucos eram abandonados à própria sorte em uma nau que os levava sem rumo ao sabor do vento. Se essa nau atracasse em outra cidade ou afundasse, matando todos seus ocupantes, não era mais responsabilidade da cidade. O problema já estava resolvido de antemão, com o simples gesto da expulsão do território. Não é esta a solução sugerida por essa parcela da população? Caso tomemos a nau dos loucos como uma analogia para a questão do Carrapateiro, o fato de a nau atracar em outro porto, poderia ser semelhante ao fato de uma parcela da sociedade civil entrevistada apenas tomar como solução a intervenção de outrem (Estado, internação)?

As respostas às entrevistas confirmaram nossas hipóteses iniciais de um grande preconceito em relação aos usuários, de uma situação conflitante entre os moradores e comerciantes do entorno do Carrapateiro e seus usuários, e ainda reforçaram as ideias do senso comum sobre o trabalho a ser realizado em um local como esse. Geralmente as ações que são levadas a cabo nas cracolândias, como podemos acompanhar nas notícias do dia a dia, seguem essa lógica. Sua ineficácia também é patente. Sequer precisamos de dados estatísticos para confirmar, basta olharmos ao nosso redor. O que precisamos fazer efetivamente para mudar o panorama do uso de drogas a céu aberto em nossas cidades – as cracolândias?

Considerações finais

Um fato curioso ocorreu durante o percurso da pesquisa que deu origem a este trabalho. O projeto original, construído e submetido aos parâmetros e processos legais para a realização de pesquisas com seres humanos, propunha entrevistas com os moradores e comerciantes do entorno do Carrapateiro e também com vários usuários residentes no local. A população de usuários na pesquisa seria cerca de duas vezes maior que a de moradores/comerciantes. Entretanto, durante o demorado processo burocrático normal de uma pesquisa que envolve seres humanos, ocorreu, no local que seria alvo da pesquisa, uma intervenção, eminentemente policial, do poder público: a Operação Fênix.

Como dissemos anteriormente, a grande maioria dos que foram detidos retornaram às ruas, não mais no Carrapateiro, que ficou ocupado pela polícia por um longo período, mas em outros locais da cidade. O desmanche do Carrapateiro inviabilizou parte de nossa proposta inicial da pesquisa, mas serviu para reforçar nossa posição quanto à ineficácia de tais intervenções, haja vista que a grande maioria dos usuários continua seu uso franco de drogas, e mesmo os que aceitaram a ajuda podem neste momento estar de volta às ruas, mas isso é um algo de que não temos notícia.

A ação da Operação Fênix baseou-se também nos dois polos anteriormente citados: o da segurança pública (intervenção policial) e o da saúde pública (interação dos que aceitaram tratamento). É a mesma lógica já tantas vezes reprisada, e que ressurgue como o eterno retorno do mesmo, uma simples repetição baseada no senso comum. A visão dos moradores e comerciantes do entorno do Carrapateiro embasa esse tipo de lógica. É o tipo de solução pensada pela grande maioria

da população. Sua ineficácia patente ao longo dos anos não é suficiente para uma mudança nas formas de intervenção.

O que notamos é que a sociedade civil normalmente não faz outra coisa que queixar-se da situação, ignorando sua parcela de responsabilidade na solução da questão, ainda que diversas possibilidades possam ser pensadas, como a participação nas Conferências Municipais sobre o tema, iniciativas que busquem pequenas intervenções diretas com os usuários e moradores das cracolândias, busca de melhores formas de se relacionar com os usuários e moradores destes locais com o intuito de diminuir o medo tão frequente nos relatos dos entrevistados, entre outras.

Quando da realização das entrevistas com os moradores e comerciantes do entorno do Carrapateiro, a Operação Fênix já havia ocorrido, e há relatos de melhora na situação do local com a presença da polícia. É claro que o braço da lei estendido sobre o local retira dele a lei feita pelos usuários e estabelece novamente a lei do Estado, retirando da margem, desmarginalizando, o local.

Entretanto alguns pontos chamaram nossa atenção nas entrevistas e eles apresentam um fio condutor, que nos direciona para uma possível futura intervenção. A visão dicotômica entre a saúde pública e a segurança pública retira o tempo todo a responsabilidade da sociedade civil para com o local estudado. Nem um único entrevistado sugeriu algum tipo de intervenção por parte da sociedade civil, por parte dos próprios moradores e comerciantes do local. Seria isto uma decorrência da xenofobia e do não reconhecimento do Carrapateiro como um lugar da cidade?

Ao incluir o sufixo "lândia" à droga crack, estaria a sociedade civil considerando aquela uma outra cidade, a cidade do crack? Daí ser uma questão que não diz respeito a ela, à cidade oficial? Esse estrangeiro, morador dessa estranha cidade não oficial dentro de outra cidade, seria alguém assim tão indesejado ao cruzar a fronteira? Este estrangeiro seria alguém tão diferente de nós, moradores da cidade oficial? Seria pelo uso da droga ou pela ocupação de um território que antes pertencia à cidade oficial? Reformulando a questão em outras palavras: o problema seria a cracolândia (espaço, cidade não oficial) ou os usuários (os habitantes desta cidade não oficial)?

Esta questão parece ser resolvida quando a intervenção policial retoma o poder sobre o espaço do Carrapateiro e seus habitantes são expulsos, buscando novos espaços. A xenofobia é dirigida aos habitantes, não ao local. O problema não é a cracolândia, mas seus moradores. Mas agora, com a retomada do espaço, o que fazer com os refugiados de tal cidade não oficial? O problema apenas se

afastou dos olhares da mídia por estar disperso. O estigma se desfez. Mas o problema foi resolvido?

O medo relatado pelos moradores/comerciantes deixa de existir caso eles se encontrem com um dos ex-moradores do Carrapateiro pelas ruas da cidade de Divinópolis? O risco de roubos, tão temido pela população, diminuiu? Haverá números que a polícia apresentará depois da Operação Fênix que nos deixarão mais seguros?

O início desta pesquisa nos encaminha para uma possível solução já encontrada em outros meios e que, infelizmente, não é ainda reconhecida quando o assunto é o uso de álcool e outras drogas. Historicamente, a internação foi a solução (ineficaz) para a lepra, a loucura e o uso de drogas. Com os dois primeiros problemas, descobriu-se que o tratamento, não a exclusão, pode trazer mudanças, ainda que não seja possível curar (aqui no sentido de extirpar) o mal. Tomando a loucura como exemplo, os tratamentos extra-hospitalares se mostram eficientes, principalmente por não buscarem a cura, a absoluta retirada dos sintomas da loucura. Conviver com a loucura passou a ser algo normal e o louco deixou de ser alguém perigoso para a sociedade, ainda que o verdadeiro reconhecimento desse fato ainda esteja em construção.

Poderíamos fazer o mesmo com os usuários de álcool e outras drogas? Poderíamos produzir um novo olhar sobre essa população da cidade não oficial? As políticas públicas para álcool e outras drogas no Brasil, em especial a política de redução de danos, seriam uma intervenção mais inteligente e realista que as demais? Haveria a possibilidade de construção de intervenções alternativas que não dependessem do poder público para tratar (aqui não no sentido de curar, mas de lidar com) a questão?

Enfim, qual será nossa cota de responsabilidade no caos do qual nos queixamos? Será que apenas transferir o problema para o poder público é suficiente para resolver a questão que tanto incomoda àqueles que todos os dias convivem com a cracolândia? Não nos limitamos, nessa questão, aos moradores e comerciantes do entorno de tais regiões. Pensemos em nós mesmos ao simplesmente assistir ou ler um jornal. Qual o nível de incômodo nos traz a imagem de uma criança fumando crack em uma lata de refrigerante bem no meio da rua? Estes são questionamentos que teremos que nos fazer, e quem sabe a partir deles e com novas propostas, buscar soluções, ainda que parciais para estas cidades do crack – as cracolândias.

Referências

- Bardin, Laurence (1977). *Análise de conteúdo* (70ª ed.). Lisboa: LDA.
- Dominguez, Bruno (2015). Braços abertos, punhos fechados. *Radis* (Fiocruz), nº 158 (nov./2015), p. 22-27.
- Foucault, Michel (1978). *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, Michel (2001). Outros espaços. In Motta, Manoel B. da (org.). *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Coleção Ditos & Escritos III (trad. Inês A. D. Barbosa), p. 411-422. Rio de Janeiro / São Paulo: Forense. (original publicado em 1967).
- Lima, Jamile (2012). Os usuários do dois de julho: Encarando o uso de crack no espaço urbano. *Redobra*, v. 2, nº 10, p. 128-136. Salvador.
- MacRae, Edward; Tavares, Luiz Alberto; Nuñez, Maria Eugênia (2013). *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA / CETAD.
- Mendonça, Roberto Lopes; Rodrigues, Carlos Eduardo (2011). Foucault com Freud: cultura, adoecimento, internação. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. Florianópolis, v. 3, nº 6, p. 151-170. <http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/download/1507/1735> (acesso em 27-fev-2016).
- Narciso, Carla Alexandra (2008). *Espaço Público, desenho, organização e poder: O caso de Barcelona*. Dissertação de Mestrado (não publicada), Curso de Pós-Graduação em Estudos Urbanos, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.
- Portal de Notícias G1 (2015). *Operação 'Fênix' detém mais de 60 usuários de drogas em Divinópolis*. <http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2015/06/operacao-fenix-detem-mais-de-60-usuarios-de-drogas-em-divinopolis.html> (acesso em 21-fev-2016).
- Rui, Taniele Crisina (2012). *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado (não publicada), Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.
- Salgado, Nayara (2013). *A pedra não para*. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, nº 1 (jan.-junho), p. 268-293.

Recebido em 09 de novembro de 2016

Aceito para publicação em 27 de outubro de 2017

O BRASIL E A LÓGICA RACIAL: DO BRANQUEAMENTO À PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DO RACISMO

*BRAZIL AND THE RACIAL LOGIC: FROM WHITENING
TO THE PRODUCTION OF SUBJECTIVITY OF RACISM*

*EL BRASIL Y LA LÓGICA RACIAL: DEL BLANQUEAMIENTO
A LA PRODUCCIÓN DE SUBJETIVIDAD DEL RACISMO*

*Kenia Soares Maia**

*Maria Helena Navas Zamora***

RESUMO

Este trabalho pretende analisar teoricamente algumas ideias de Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna sobre raça, a partir da abordagem histórica de Michel Foucault. Considerando a perspectiva da Análise Institucional, o foco é a formação de lógicas como produtoras de modos de ser e agir. O artigo analisa brevemente as ideias e instituições do final do século XIX e início do XX e sua produção de conhecimento baseada nos ideais racistas e cientificistas. Dá-se destaque à política de branqueamento, que formou parte da lógica racial, para ponderar seus efeitos na realidade subjetiva da população negra (e não negra) na contemporaneidade.

Palavras-chave: lógica racial; racismo; branqueamento; análise institucional.

* Departamento de Psicologia da UNESA (Universidade Estácio de Sá), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

** Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil.

ABSTRACT

This work intends to analyze theoretically some of the ideas about race by Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues and Oliveira Vianna, employing Michel Foucault's historical approach. Considering also the perspective of institutional analysis, the focus is on the development of rationales that engender ways of being and acting. The article briefly analyzes the ideas and institutions of the late nineteenth and early twentieth centuries and their production of knowledge based on racist and seemingly scientific ideals. The politics of whitening, which was part of the racial logic, is emphasized in order to ponder its effects on the subjective reality of the black (and non-black) population in contemporary times.

Keywords: racial logic; racism; whitening; institutional analysis.

RESUMEN

Este trabajo pretende analizar teóricamente algunas ideas de Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues y Oliveira Vianna sobre raza, a partir del enfoque histórico de Michel Foucault. Considerando la perspectiva del Análisis Institucional, el foco es la formación de lógicas como productoras de modos de ser y actuar. El artículo analiza brevemente las ideas e instituciones de finales del siglo XIX e inicio del XX y su producción de conocimiento basada en los ideales racistas y cientificistas. Se destaca la política de blanqueamiento, que formó parte de la lógica racial, para ponderar sus efectos en la realidad subjetiva de la población negra (y no negra) en la contemporaneidad.

Palabras clave: lógica racial; racismo; blanqueamiento; análisis institucional.

Introdução

O tema do racismo vem tomando espaço e dividindo paixões e opiniões no Brasil. É importante conhecer como se constituiu a lógica racial no país para poder compreender como as práticas e discursos formadores das relações de poder vigentes constituem a produção de subjetividade do racismo. Esse coengendramento de práticas e discursos produz não só uma subjetivação racista, mas principalmente sofrimento psíquico.

A partir de Foucault (2002, 2003), a história é vista como processo de constituição do sujeito do conhecimento. Tal sujeito é produzido a partir de paradigmas engendrados e recortados pelos apelos de seu tempo. Desse modo, tudo que tomamos como verdade pode ser considerado como produto de um processo

em que conceitos, discursos e práticas foram aliançados, em determinado contexto, estabelecendo relações de poder. Porém, se não existe a verdade, dada e universal, não quer dizer que ela não seja determinada “pelo jogo rarefeito estabelecido nas práticas históricas” (Candiottto, 2006). Foucault identifica o Direito como o principal veículo de produção de verdade e talvez o de maior incidência, porém o que ele chama de Direito não se refere exclusivamente à lei, mas também aos aparelhos, instituições e regulamentos que o aplicam.

As lógicas seriam pensamentos, abstrações que norteiam os meios de normatização da sociedade, definindo suas regras de comportamento; são “corpos discriminativos”, que a norteiam. Baremlitt (2002, p. 25) define a sociedade como uma rede de instituições, as quais são: “[...] lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas”...

Ao abordar teóricos como Arthur de Gobineau, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, importa analisar como tais autores participaram da construção de lógicas que formaram o tecido social brasileiro. Trata-se de investigar como eles contribuíram para a produção de verdades que, de forma direta ou indireta, definiram hierarquias sociais, códigos legais, políticas públicas, estabelecimentos de ensino, instituições como prisões, manicômios e hospitais, endereçadas a um grupo específico da sociedade. Dão-se então, em uma tessitura de poder e verdade, formas subjetivas que vigoraram em um determinado período histórico, mas cujos efeitos ainda são sentidos.

O Brasil foi um país colonizado por Portugal e usou legalmente a mão de obra escrava entre 1530 e 1888. Durante esse período, o escravo foi a maior força de trabalho, tendo sido responsável pela labuta em todas as atividades de exploração, cultivo agrícola, pecuária e nas tarefas domésticas. É no fim do século XIX, com o início do período industrial, que sua força de trabalho deixa de ser interessante. Sérgio Buarque de Holanda (2015) aponta para o fato de as elites serem constituídas por um sistema familialista tradicionalista, que, na passagem do Império para a República, continua se perpetuando dessa mesma forma. As elites agrárias migram para as cidades e fundam nos centros urbanos suas representações políticas hegemônicas.

O foco deste trabalho é o surgimento das Teorias Raciais, que fundamentam políticas públicas na construção do Estado, na passagem para o século XX. Entre a abolição da escravatura (1888) e a institucionalização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por Vargas em 1943, ocorre um processo complexo, em que ideias importadas da Europa, de cunho cientificista, iniciam uma vasta produção de subjetividade racista que podemos reconhecer na atualidade. A es-

cravidão já era um exemplo desta lógica; porém, foi no fim do século XIX que se produziram os primeiros trabalhos escritos sobre a teoria das raças e suas diferenciações. A lógica racial está no cerne da busca pela identidade nacional, na fundação do Estado Republicano. Ela “garante” a superioridade da raça branca sobre a negra e a indígena, além de condenar à infertilidade e à inferioridade intelectual os mestiços. Ela instaura princípios norteadores para políticas públicas, normas de comportamento religioso, familiar, de trabalho e educação no Brasil. São preceitos que indicam a necessidade do Brasil buscar soluções para a sua mestiçagem ou correr o risco de se extinguir.

Gobineau e sua triste “verdade”

Arthur de Gobineau e sua obra *L'Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (Ensaio sobre as Desigualdades entre as Raças Humanas, 1853-1855) foi referência preponderante na expansão do pensamento racial e do positivismo racial, chegando a influenciar o processo republicano brasileiro. Tanto o negro quanto o índio foram afetados diretamente por essas ideias, porém o foco neste artigo é a condição do negro.

Mesmo depois da institucionalização da CLT em 1943, a situação do negro não se modificou consistentemente, devido ao processo de desqualificação de sua mão de obra para a indústria (Fernandes, 1964/2013). A CLT atende em princípio à pressão imposta pelos movimentos operários de cunho anarquista, trazidos pelos italianos, a maioria dos imigrantes europeus neste período. Segundo Fernandes, os italianos formavam mais de 82% da população trabalhadora de São Paulo em 1893.

Embora não se disponha de dados diretos, essas indicações são suficientes para fundamentar a conclusão de que o antigo agente do trabalho escravo, nas condições em que se formou e se consolidou, inicialmente, a ordem social competitiva na cidade de São Paulo, para as ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista. (Fernandes, 1964/2013, p. 34)

Inicia-se então, para o negro, uma história de criminalização e miséria que, por mais que algumas políticas recentes tenham tentado reverter, persiste.

Encontramos em muitos textos sobre as teorias do racismo científico o nome de Joseph Arthur de Gobineau. Citado como grande influência na produção

científica do século XIX, filho da união de um francês e uma “créole”, foi levado aos sete anos para a Suíça por sua mãe, que deixara seu marido para seguir seu amante. Somente em 1834 retornou à França para ficar com seu pai e em 1855 publica o *Ensaio*. Gobineau colocava um problema crucial: como lidar com a miscigenação e os ideais de igualdade que o pensamento democrático impunha após a Revolução Francesa? Como manter privilégios se a forma de organização social em ordens familiares e descendências reais não era mais uma forma de governo sustentável? Seu esforço aplicava-se em determinar novas formas de distinção entre os homens, de modo a estabelecer novas hierarquias, agora com base científica (Gahyva, 2015).

Torna-se interessante pensar como as ideias de Gobineau podem ser compreendidas a partir do que Foucault (1996) chama de “guerra das raças”. No período medieval, em que a noção de soberania estava diretamente ligada à linhagem e à descendência, o inimigo ou o que ameaça tal soberania encontra-se fora do território regido pelo soberano, que, por sua vez, possui, por sua linhagem, o poder de governar. Soberania e descendência estão conectadas por um elo de herança, de passagem por via da consanguinidade. Desse modo, o rei estabelecia uma guerra com outros povos, outras linhagens, outras soberanias. Uma invasão, uma guerra, era um encontro bélico entre “raças” diferentes que disputavam territórios de domínio e exploração. Salvo as explorações colonialistas do século XVI, que não reconheceram suas culturas e linhagens nas terras encontradas, consideradas selvagens, a *guerra das raças* continha uma pluralidade que desaparece na modernidade – que Foucault chama de sociedade disciplinar.

Gobineau, em sua tentativa de instituir uma *hierarquia racial*, parte do princípio de que a sociedade começa a se formar a partir da expansão dos povos germânicos nas camadas étnicas dos outros grandes grupos que povoaram o Velho Mundo, a saber: egípcios, assírios, chineses, gregos, romanos, germânicos e, na América, as três grandes civilizações pré-colombianas. Este pensamento carrega um paradoxo: a obrigatoriedade da expansão ariana ocorrer por meio da miscigenação, que ele tanto advertia ser perigosa. A mesma força civilizatória que a miscigenação produz traz a degeneração intrínseca a si própria. Contudo, havia menos danos caso a raça ariana fosse dominante.

Inferindo que os povos escandinavos eram os mais “puros”, Gobineau constatou também que eram uma população pequena para salvar a Europa da degenerescência. Entendeu que, por sua proximidade geográfica e condição insular, a Inglaterra poderia ser a melhor referência para uma possível arianização. Ali encontravam-se os mais próximos descendentes dos escandinavos que poderiam neutralizar a *lei da atração*. Essa lei levava os povos superiores a se

misturarem com os inferiores, impedindo-os de manter sua habilidade para o desenvolvimento. Porém, a Inglaterra não aderiu tanto ao pensamento de Gobineau, já que com a industrialização precisou abrir seu campo de trabalho operário para raças não germânicas.

Com os ideais de igualdade, Gobineau não via saída e percebia uma fatal “mediocridade” tomando força e destruindo aptidões como força, beleza e intelectualidade – características da aristocracia ariana. A ordem democrática tomava de assalto todos os privilégios da aristocracia, que estava padecendo de degenerescência. Gobineau então desiste do ideal de linhagem para uma noção de *hierarquia individual*. Nas características individuais e educacionais um homem pode manter-se nobre e superior à plebe, não por características fenotípicas, mas sim, por uma aprendizagem, por negar comportamentos degenerados. É na *hierarquia familiar* que ele faz sua síntese entre a teoria das raças e o individualismo. “O homem só adquire sentido na qualidade de membro da família.” Quando se referia a “sentido”, queria dizer atributos de honra e nobreza; afinal, “quem sai aos seus não degenera” (Gahyva, 2013, p. 251).

Junto com a burguesia, o franco desenvolvimento do capitalismo, a decadência do soberano e o surgimento da sociedade disciplinar, a *guerra das raças* passa a ser a *guerra da raça*. O inimigo externo passa a ser interno, o controle dos corpos passa a ser do Estado e a racialização científica estabelece a soberania da raça branca em relação às não brancas. “En el fondo, debemos producir la verdad como debemos producir riquezas, hasta debemos producir la verdad para poder producir riquezas” (Foucault, 1996, p. 28). Os discursos produzem verdades que garantem riquezas; assim, a lógica racial se torna uma das linhas que constituem o tecido da supremacia burguesa na sociedade disciplinar.

Contrariado por seus superiores, Gobineau foi indicado a Ministro da França no Brasil (Reader, 1976), cargo equivalente ao de diplomata hoje. Em 1868, Gobineau residia com a família em Atenas quando soube de sua nomeação. Diante da notícia, o conde tentou, inutilmente, evitar sua vinda, temendo a febre amarela e o clima tropical. Para proteger a saúde de sua família preferiu vir só e, em fevereiro de 1869, embarcou rumo ao tão “terrível” destino. Suas expectativas eram das mais temerosas possíveis.

Chegou ao país, primeiramente em Pernambuco, onde se negou a desembarcar, passando pela Bahia, onde se deparou com a maior população negra que já havia visto. “Jamais supusera que, em todo o Universo, houvesse sequer, a metade dos que ali via.” (Reader, 1976, p. 31) Surpreendeu-se com as roupas e adereços das mulheres negras. “Os trajes das negras são soberbos e de grande nobreza, com

sabor completamente antigo.” (idem) No início de abril, sua correspondência para a esposa e amigos conta a sua chegada à Baía de Guanabara, que comparou à beleza de Constantinopla.

Contudo, a recepção de D. Pedro II foi impecável. Conhecedor de sua obra, o Imperador aguardava ansioso por seu mais novo hóspede intelectual. Isso aliviou o impacto na saúde, porém não foi suficiente para evitar uma febre persistente, insônia e irritabilidade. Sinais de que não suportava mais conviver com tantos negros e falta de comunicação, pois só o Imperador estava à altura de suas ideias. O entusiasmo de D. Pedro pelas conversas com Gobineau durou todo o tempo em que ele esteve no Brasil: o encontro perfeito entre o soberano e a teoria das raças superiores.

Exigências abolicionistas tomavam conta da Europa e as principais Metrópoles já haviam abolido a escravidão em suas colônias, com o processo de industrialização e de mudança nas políticas comerciais internacionais. Contudo, o Brasil continuava escravocrata. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da França dirigiu-se ao Ministro da França no Brasil pedindo maiores informações (Reader, 1976, p. 111). Gobineau dá detalhes minuciosos da situação financeira precária em que o país se encontrava devido à guerra do Paraguai e afirma que a indenização que os proprietários de negros libertos deveriam receber do Estado (eram cerca de dois milhões de escravos) seria inviável para o país. De resto, essa mão de obra assegurava a atividade mais importante do país e havia o risco de os escravos, quando libertos, não trabalhariam mais nas fazendas.

Fica claro como a lógica racial entra no país como um suporte para questões políticas e econômicas. O envio de um Ministro francês, a atenção do Imperador e as exigências econômicas e políticas internacionais esclarecem o contexto da aproximação com a lógica racial. Um quadro que contextualiza como essa lógica, advinda do pensamento impreciso de Gobineau, infiltra-se através das relações que legitimavam suas ideias. Um quase nobre, que queria ser artista e acabou Ministro da França no Brasil por cerca de dois anos, contra a sua vontade, já que aqui estava tudo o que mais condenava. Gobineau analisou o país a partir da suposta degenerescência que a mestiçagem produziria:

A enorme maioria da população brasileira é mestiça, resultado de misturas entre indígenas, negros e um pequeno número de portugueses. Todos os países da América, quer no Norte, quer no Sul, mostram hoje, de maneira irrefutável, que os mulatos, dos diferentes graus, não se reproduzem para além de um número limitado de gerações. (Reader, 1976, p. 185)

O Século XIX e a Ciência

A Biologia, ciência que surge no século XIX para objetivar a vida, imersa na perspectiva evolucionista, descobre a hereditariedade como um meio em que o que é vivo pode, através de cruzamentos, “evoluir” ou “decair”. Segundo Lobo (2015), “A hereditariedade passou a servir de fundamento para a ordem social, quando uma visão naturalista do mundo, não só partia da medicina e da biologia, como também tinha seus representantes na literatura.” (Lobo, 2015, p. 40) Isso ilustra como esse século foi tomado pela expansão do cientificismo como uma lógica dominante.

O evolucionismo e o determinismo biológico (Gould, 1991) do século XIX trazem o pressuposto da superioridade/inferioridade como base do pensamento científico. No esteio das teorias raciais está a análise de grupos ou tipos humanos, no que se refere a características físicas e comportamentais, que se diferenciam numa escala evolutiva do inferior para o superior. A classificação de populações não brancas hierarquizou as relações sociais, legitimou processos de dominação econômica e política, definiu territórios de miséria e exploração. O Evolucionismo Social de Herbert Spencer, a Eugenia defendida por Francis Galton, a Teoria das Degenerescências proclamada por August Morel, a Craniologia de Cesare Lombroso, entre outras, foram teorias responsáveis pela produção de conhecimento do racismo científico e produtores de práticas, políticas e discursos raciais e discriminatórios. Na maioria dos escritos e em discursos de governantes ocidentais modernos pode ser encontrado o projeto de tornar suas nações livres das raças mestiças e não brancas (Gould, 1991).

O monogéismo e o poligéismo são conjuntos de teorias que buscam justificar o degeneracionismo dos grupos raciais. O termo degeneracionismo, no caso, não está atrelado ao de degenerescência, pois este surge posteriormente na literatura científica. O primeiro é pré-evolucionista e afirma que a humanidade adveio de Adão e Eva e que o clima definia as diferenças raciais, sendo que, quanto mais quente, mais lento o desenvolvimento do cérebro; em contrapartida, quanto mais frio, maior esse desenvolvimento, o que justifica que europeus de países mais setentrionais são superiores e constituem modelos de homem civilizado. O poligenismo surge da ideia de que os grupos humanos não brancos surgiram de outro Adão, possuidor de características diferentes do Adão caucasiano. O que importa de fato é a busca por justificar a inferioridade das raças não brancas em relação à branca. O degeneracionismo se ocupa dessa construção, dando origem aos estudos raciais, migratórios e climáticos, que influenciaram o racismo científico do século XIX.

A correlação entre as etnias e as características climáticas é evidente em escritos de Nina Rodrigues, por exemplo, ao referir-se às ideias de Sylvio Romero acerca do clima brasileiro ser favorável à imigração de europeus:

Desses preceitos, conclui-se facilmente que o auctor não acredita na expansão demographica da raça branca abandonada aos seus proprios recursos, propondo esse trabalho impossível de sua conservação por meios artificiais da ordem das estufas nos climas frios, ao lado de incessante renovamento do sangue. (Rodrigues, p. 60)

Rodrigues, na continuação do texto, afirma que a raça branca precisa do mulato para adaptar-se no sul da República. Ou seja, fica clara a relação entre raça e clima nos preceitos do determinismo biológico. O branco está fadado a se adaptar ao frio, e o negro e o índio ao clima quente, o que também define a capacidade intelectual de cada população em função dessa adaptação. A miscigenação traria a capacidade de fixação do branco, ao passo que tornaria o povo mais claro; porém, a miscigenação destruiria a pureza das raças – um perigoso erro.

Bénédicte-Auguste Morel publicou em 1857 o *Tratado das degenerescências*, onde sustenta, inicialmente, a ideia da existência do criminoso nato e da causa do crime poder ser identificada no próprio criminoso. Suas ideias definiram também o monstruoso, relatando “variedades” doentias (físicas, morais e intelectuais) na busca por prevenção e progresso. Tal teoria também foi usada para justificar a “inferioridade” racial dos povos primitivos. O conceito de degenerescência influenciou notavelmente os discursos médicos, jurídicos e educacionais.

No Brasil, no início do século XX, a relação estabelecida entre uma ciência racista e o conceito de degenerescência é aliada na construção de um Estado racista e controlador, devido ao seu alto e perigoso índice de miscigenação. Schwarcz (1993), examinando os artigos científicos publicados no período de 1891 a 1930, verificou que a maior parte dos textos era vinculada aos Direitos Criminal e Civil. Isso mostrava a necessidade de se legislar sobre “direito das gentes e do indivíduo”, de delimitar a liberdade e os critérios de punição à violação dessas convenções, devido ao perigo da delinquência (Schwarcz, 1993, p. 208). Esse era o empenho em uniformizar a legislação, contemplando a perigosa variação da população, sobretudo os mestiços.

Nina Rodrigues e Oliveira Viana, qual a saída para o Brasil?

Nina Rodrigues (1862-1906) nasceu no Maranhão, filho do coronel Francisco Solano Rodrigues, e foi para Salvador em 1882 para cursar Medicina. Rodrigues se dedica a estudos da cultura negra (1956): “No ponto de vista histórico e social penso com o Dr. Sylvio Romero: todo brasileiro é mestiço, se não no sangue, pelo menos nas idéas.” (Rodrigues, 1956, p. 89) Jurista

criminalista, médico legista, psiquiatra, professor, escritor, etnógrafo, sexologista, higienista, entre outros, ele se dedica a estudar os africanos no Brasil e sua relação com a responsabilidade penal. Foi um dos fundadores da instituição criminológica brasileira e do Código Penal republicano. Discípulo de Cesare Lombroso (Góes, 2016), que usava a classificação de crânios para identificar tendências ao comportamento criminoso, busca identificar as características das raças brasileiras. Estudioso da degenerescência como causa racial, acreditava que indivíduos da mesma raça tinham características comuns. No caso da mistura de raças, o resultado seria uma desorganização das suas características genuínas.

Sua tese em relação à condição de inimputabilidade penal do negro está baseada em sua teoria racial. Já que o Código Penal foi elaborado por brancos, estaria o negro apto a cumprir tal código? O determinismo racial configuraria uma origem endógena que define o comportamento, não havendo possibilidade de interferência externa. “A bem conhecida incapacidade de um trabalho physico continuado e regular nos selvagens tem a sua explicação natural na physiologia comparada das raças humanas.” (Rodrigues, 1956, p. 142) Nesse caso, a prisão como dispositivo recuperador do criminoso não seria aplicável ao negro, já que a condição de sua raça não permitiria uma mudança em sua condição. “A indolência dos nossos mestiços é um legado dos seus maiores, que mais deve merecer da arte de educar do que das repressões penaes.” (idem) Para Rodrigues não havia saída para o negro e, por conseguinte, não também haveria para o Brasil. Se o negro, depois de séculos em contato com povos mais superiores, não “se civilizou” é porque não consegue.

Ninguém pode duvidar tão pouco de que anatomicamente o negro esteja menos adiantado em evolução do que o branco. Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos; simplesmente elles pertencem a uma outra phase do desenvolvimento intellectual e moral. (idem, p. 120)

Esse fragmento ilustra a infantilização que o pensamento racial de Rodrigues impõe ao negro. A tutela se torna a melhor opção para o negro criminoso, já que ele não está no mesmo nível de desenvolvimento que o branco. Sua raça está ainda em um momento evolucionista anterior. Seu cérebro é proporcional ao da raça branca em um período já ultrapassado; o negro estaria sempre atrasado se comparado ao branco.

Esta analyse psychologica dá sem duvida a explicação inteira do caracter indolente e imprevidente do mestiço brasileiro, capaz de attingir,

como aconteceu na Amazonia, onde tão ao vivo nol-o pinta o Sr. José Veríssimo, às raias de uma verdadeira degradação moral. (idem, p. 140)

É interessante a análise “psicológica” da relação do “selvagem” com a propriedade privada. A partir da “physilogia criminal”, diz que é rudimentar o sentimento do direito à propriedade e que, por outro lado, a impulsividade o domina enquanto comportamento. Impulsividade, força física, incapacidade mental e sexualidade exacerbada (“A sensualidade do negro pode atingir às raias quasi das perversões sexuaes morbidas.” idem, p. 153) são características que passam como herança aos descendentes mestiços, tornando a possibilidade de refreamento do impulso de obter de imediato o objeto de desejo algo impossível. O mestiço é um perigoso ingênuo, que não pode se refrear, não por maldade, mas por imaturidade evolutiva.

Ora, como estes estados psychicos dominam os crimes contra pessoas, tanto quanto os crimes contra propriedade, é intuitivo que por defeito de organização, por insuficiencia e desarmonia de desenvolvimento physiopsychologico, não só o índio e o negro, mas ainda os seus mestiços devem ser menos responsaveis do que os brancos civilisados. (idem, p. 141)

A relação estabelecida entre a impulsividade e o não reconhecimento da propriedade privada instaura uma condição de análise muito restrita a um tipo de conhecimento e a um contexto de interesses econômicos específicos. Os índios não estavam inseridos no código de propriedade capitalista que se pretendia instituir nem o negro, que se via às voltas com a abolição da escravidão, da qual participou apenas como produto. Como esperar desses grupos intimidade com o senso de propriedade privada? Mas a distância que o lugar de saber instaura entre um intelectual, mesmo que simpático ao grupo negro como Rodrigues era, e o objeto pesquisado faz com que se produza um conhecimento preconcebido. Frequentar os rituais do candomblé, como o jurista fez, não foi suficiente para que visse ali uma forma de cultura legítima, pois ali não estava presente o modelo branco e europeu.

Rodrigues pensava que a experiência da escravidão era necessária para o desenvolvimento sociológico do negro, considerando essa instituição como um “phenomeno natural”, característico de uma fase da evolução social do negro. Ele julgava a dominação, exploração e tortura vivida pelos africanos e negros escravizados como algo que os fará alcançar o estado de evolução da raça branca. Con-

siderando que existem negros dotados de “nobres sentimentos altruístas”, como os abolicionistas, isso poderia ser considerado uma objeção à sua teoria, mas esses só a confirmam, pois são os elementos que anunciam o processo evolutivo. São exceções e por isso não seriam provas suficientes para questionar a inferioridade da raça negra.

Rodrigues dá significativa atenção para o atavismo, que seriam (assim como características físicas primitivas que se manifestam em gerações posteriores) comportamentos primitivos que poderiam contribuir para uma forma criminoso de personalidade. Por esse e por todos os motivos anteriores, ele chama atenção para a dificuldade que os peritos vivem ao analisar um possível criminoso selvagem.

Essa circunstancia complica sobremodo a tarefa do perito nos exames medico-psychologicos. Mesmo nos mestiços mais disfarçados, naquelles em que o predomínio dos caracteres da raça superior parece definitiva e solidamente firmado, não é impossível revelar-se de um momento para outro o fundo atávico do selvagem. (Rodrigues, 1956, p. 162)

A conclusão a que Nina Rodrigues chega é que os selvagens (índios e negros) são inimputáveis por uma condição de responsabilidade moral diversa, porém não pode afirmar com certeza o mesmo dos mestiços. De fundo degenerativo e ligadas às más condições “anthropologicas”, as manifestações criminosas dos mestiços necessitam de maior exame. Ele identifica três tipos: os do primeiro tipo, os mestiços superiores pela predominância da raça superior e civilizada branca, devem ser julgados e responsabilizados penalmente. O segundo seria o dos mestiços evidentemente degenerados devido às “anomalias de sua organização physica, bem como de suas faculdades intellectuaes e moraes”. Referindo-se a Morel, definiu o segundo tipo como a fase das representantes de variedades doentias da espécie. Alguns destes deveriam ser totalmente responsáveis e outros, parcialmente. O terceiro grupo seria o dos “mestiços comuns, produtos socialmente aproveitáveis” (idem, p. 167). Considerados superiores às raças selvagens, mas degenerados pela miscigenação, não poderiam ser equiparáveis à raça superior, e por isso, se encontrariam sempre na iminência de cometer ações antissociais, pelas quais não poderiam ser totalmente responsáveis. Por isso, seriam casos de responsabilidade atenuada.

A partir das classificações de Rodrigues, baseadas no movimento da Criminologia Positivista de Enrico Ferri e da “Psychyatria” legal de Morel, delinea-se uma criminalidade no Brasil relacionada à miscigenação. A tendência ao comportamento antissocial estava diretamente ligada ao contexto hereditário da mistura de raças.

Em tal paiz, o germen da criminalidade, – fecundado pela tendencia degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas do estygma infame da escravidão recentemente extincta, pela consciencia geral, prestes a formar-se, da inconsistência das doutrinas penaes fundadas no livre arbítrio –; semeado em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, há de por força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente. (idem, p. 176)

Estão presentes nessa parte da obra de Rodrigues a preocupação com o controle do comportamento e o exame desse comportamento por parte do perito. O autor nos fala claramente do saber *psichologico*, o que, de alguma forma, anuncia o discurso que posteriormente instituiria a prática do psicólogo nas engrenagens penais e judiciárias. Em grande medida, a demanda por tal especialista surge das lógicas raciais, da necessidade de previsão do comportamento antissocial dos mestiços e de proteger a sociedade da inevitável degradação hereditária que os acomete.

Segundo Rauter (2003), podem-se dimensionar os efeitos das ideias de Nina Rodrigues em fases posteriores, como nas condutas dos especialistas *psi* presentes no Código Penal de 1940 (Rauter, 2003, p. 79). Esses exames fazem parte do processo da pena do encarcerado, suas modulações e benefícios passam a ser aprovadas ou não em função dos laudos psicológicos. Tais benefícios, como a mudança de regime penitenciário, concessão de livramento condicional, entre outros, são definidos judicialmente baseados em pareceres de equipes multidisciplinares, em que o psicólogo está incluído. Dessa forma, a Justiça se fundamenta na ciência para definir os destinos dos encarcerados. Os conceitos de Lombroso, Morel e Ferri, entre outros pensadores da Criminologia Positivista, passam a vigorar por meio de uma prática de avaliação individualizada e especializada. O psicólogo passa a ser um dos especialistas que avalia o sujeito do crime, determinando seu grau de periculosidade. O EVCP (Exame para Verificação de Cessação de Periculosidade) constitui um dos dispositivos do Código Penal a partir de 1940, em que uma equipe de “cientistas humanos” (2003, p. 81) decidia a vida do condenado em ampla dimensão. A partir da relação entre as lógicas raciais e a elaboração do Código Penal de 1940, não é surpreendente que a grande maioria da população carcerária no Brasil seja negra. Não se pode deixar de implicar a psicologia nesse processo de produção de subjetividade do racismo nas instituições carcerárias, enquanto ferramenta de avaliação do negro condenado, nas bases da lógica racial positivista (Bicalho, Kastrup & Reishoffer, 2012).

Oliveira Viana, nascido em 1883 em Niterói e falecido em 1951, também fez contribuições para as ideologias raciais no Brasil. Professor, jurista, historiador e sociólogo, participa da construção da sociologia no Brasil. Assumiu vários cargos governamentais, tendo sido inclusive Ministro do Tribunal de Contas da União, em 1940. Conhecido no Brasil como ideólogo da eugenia, escreveu “Evolução do Povo Brasileiro” (1923/1956), em que sistematiza os elementos necessários para o Brasil tornar-se uma nação. Diferentemente de Rodrigues, Vianna via na ciência da eugenia um caminho para a construção de um tipo legitimamente brasileiro, que pudesse estar no caminho da evolução pela mistura das raças inferiores com as superiores. Vianna acreditava que as raças inferiores poderiam ser aprimoradas com o cruzamento crescente com a raça ariana. “O trabalho arianizante, exercido pelas seleções étnicas sobre a massa mestiça, sofre, com efeito, um retardamento ou uma aceleração, conforme se trate de uma zona de concentração ou de uma zona de transmigração.” (Viana, 1923/1956, p. 147)

Em sua análise do período colonial, Viana procura identificar as atribuições de cada raça. Com relação aos negros, teriam aptidão para o trabalho agrícola e atividades que exigem menos inteligência, como trapiches e trabalhos braçais. As mulheres negras seriam muito úteis na cozinha, possuindo habilidades culinárias inatas (idem, p. 149-150). Os mulatos estariam em um patamar mais inteligente que os negros puros e poderiam exercer atividades mais sofisticadas como alfaiates e sapateiros.

A *arianização progressiva* era uma proposta de política pública que visava à redução da população negra pela miscigenação com a raça branca superior. A arianização era uma saída civilizatória para o Brasil. Na seleção natural, o negro se extingiria pela seleção social, que diz respeito à raça branca ser mais forte e mais bela, e por isso dominadora socialmente; a razão patológica, que se caracteriza pelas condições precárias de vida, que trariam maior contato com doenças; e finalmente a econômica, que, pela precariedade em que os negros viviam, levaria à menor expectativa de vida. “Reconhece que, para este efeito destruidor do *H. afer* [negros] em nosso meio, colaboram três causas: uma seleção social, uma seleção patológica e uma seleção econômica: ou, mais expressivamente: o açoite, o álcool e a má alimentação.” (Viana, 1923/1956, p. 179)

A seleção progressiva entende a extinção do negro como algo natural que deveria ser parte do branqueamento. Essa era a meta, o objetivo político; na República, passa a ser indesejada uma raça que, no processo eugênico, deveria desaparecer:

O valor de um grupo étnico é aferido pela sua maior ou menor fecundidade em gerar tipos superiores, capazes de ultrapassar pelo

talento, pelo caráter ou pela energia da vontade, o estalão médio dos homens de sua raça ou do seu tempo. [...] Em todas as raças humanas, mesmo as mais baixamente colocadas na escala da civilização, esses tipos superiores aparecem: *não há raça sem eugenismo*. [...] Quando duas ou mais raças, são postas em contato num dado meio, as raças menos fecundas estão condenadas, mesmo na hipótese da igualdade do ponto de partida, a serem absorvidas ou, no mínimo, dominadas pela raça de maior fecundidade. Esta gera senhores; aquelas, os servidores. Esta, as oligarquias dirigentes; aquelas, as maiorias passivas e abdicatórias. (idem, p. 153)

Fernandes (1964/2013) lembra que, com o fim da escravidão, instaura-se uma política imigratória maciça em função da industrialização. Após as influentes teorias raciais, o negro jamais seria considerado mão de obra adequada para o ambiente fabril. Todo o estigma da raça negra, construído por meio de conceitos, verdades científicas e práticas racistas, o condenava a ser incapaz de operar uma simples máquina. O ambiente das fábricas era branco, sua ideologia era branca e o salário era também coisa de branco. Aos negros, a enxada e a panela.

Na esfera dos serviços essenciais para a expansão da economia urbana, da livre empresa e do capitalismo, prevalecia irrefreadamente a filosofia de *the right man in the right place*. O “estrangeiro” aparecia, aí, como a grande esperança nacional de progresso por saltos. (Fernandes, 1964/2013, p. 33)

Se a fábrica não se destinou ao negro e as fazendas foram gradativamente se tornando uma atividade econômica obsoleta, o que foi destinado a eles? A integração do povo negro à sociedade pode ser considerada concluída ou a lógica racial, ainda que bastante modulada, se mantém viva, produzindo nessa população um processo de branqueamento, encarceramento, adoecimento e miséria?

Outra figura importante da política do embranquecimento foi o médico e antropólogo João Baptista Lacerda, que representou o Brasil no I Congresso Universal das Raças em Londres no ano de 1911 (Hofbauer, 2007). Mediante estimativas estatísticas, apresentou no Congresso que a saída para a questão racial estava em vias de ser resolvida pela imigração e “seleção sexual”, ou seja, de casamentos entre mestiços ou negros com brancos, o que deveria extinguir a raça negra num prazo de cem anos. De acordo com essas estimativas, em 2011 não teríamos mais negros no Brasil.

O uso de mensurações populacionais, com o intuito de controlar as ameaças ao desenvolvimento liberal e capitalista da passagem do século XIX para o XX, foi chamado por Foucault de biopoder (Foucault, 1996). A lógica racial e o controle da população negra eram assuntos de Estado e geradores de políticas públicas que saneassem a sociedade desses riscos. Fica claro aqui como o racismo científico e as estratégias do Estado moderno se articularam no Brasil em função de evitar a condenação do país a tornar-se uma Nação diante das forças internacionais, em função da multiplicidade racial existente aqui. Na fala de Lacerda fica claro que o objetivo da imigração e da seleção sexual era acabar com a raça negra, pois o mestiço seria o meio do caminho. “[...] é lógico supor que num período de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós” (Lacerda, 1911, p. 18-19, citado em Hofbauer, 2007, p. 160). Tal concepção demonstra a força das teorias raciais, hoje já desconstruídas pelas ciências biológicas contemporâneas, porém presentes nas relações em que o racismo se torna uma prática.

Política de branqueamento, produção de subjetividade e racismo

A política de branqueamento não é a única iniciativa de Estado responsável pelos efeitos do racismo na população; porém, sua permanência ainda é produtora de sofrimento psíquico e social. O conjunto das instituições republicanas, como o judiciário, o sistema educacional, as leis e as políticas públicas, entre outras, são uma rede tecida nas bases do racismo científico. A política do “embranquecimento” é parte dessa rede, constituindo-se e capilarizando-se nos planos mais sutis, micropolíticos, da história brasileira.

Destacar essa parte do racismo estrutural aponta para a substancialidade de seus efeitos no fortalecimento da supremacia da coloração branca, na relação cotidiana com outras cores e etnias brasileiras. No início do século XX, período de institucionalização da política do branqueamento, os recortes de jornais do Movimento Negro da época (Hofbauer, 2007), como o *Getulino* e o jornal da FNB (Frente Negra Brasileira), trazem narrativas que mostram os efeitos dessa política. Na tentativa da população negra, recém liberta da escravidão, de inserir-se socialmente, houve uma clara associação entre inserção social e branqueamento. Em fragmentos de anúncios nos citados jornais, encontra-se essa narrativa: “Frente-Negrinas: Quereis ter os vossos cabelos lisos e sedosos! a preços razoáveis Procurai a cabelizadeira Frente-Negrina” (*A Voz da Raça*, 1933, p. 4). Tal propaganda representa a desqualificação do cabelo negro em relação ao cabelo

liso do branco. As negras já eram induzidas a alisar os cabelos, parte da política do branqueamento. Outro fragmento aponta para o constrangimento do negro ao transitar nas ruas depois da abolição.

As futuristas: Minhas irmãs negras; nós, antes de usarmos, Boina, Sapatos sem meia, Blúsa sem mangas e Brincos Argolão, devemos primeiramente consultar com as nossas costureiras ou pessoas amigas, para ver-se nos fica bem, para não sermos vitima do riso dos transeuntes e vergonha das nossas irmãs que sabem trajar-se bem. (Campos, 1933, p. 3)

A ansiosa irmandade da qual se fala no fragmento acima se trata menos da que se estabelece entre as negras do que entre negras e brancas. Para que fossem aceitos no convívio com brancos, o negro teve que embranquecer hábitos, linguagem, vestimentas, comportamentos, e mesmo assim essa irmandade não se deu.

Antes de se espirrar ou tossir devemos colocar um lenço diante da boca ou no nariz para não incomodar quem esteja perto. [...] Quando formos convidados para tomar parte em casamento, jantar, ceia ou espetáculo, devemos nos apresentar limpos e bem vestidos para não desgostar quem deu o convite, além do dono da casa. Não devemos convidar ninguém para *matar o bicho* mas, sim para tomar um Café ou comer uns pasteis, por exemplo [...]. Nós os negros não devemos ser indiferentes em tudo que seja pelo nosso progresso. (Freitas, 1934, p. 4)

O progresso e a construção de um Estado Nação brasileiro foi uma causa abraçada por todos. Hofbauer (2007) afirma que na busca pela constituição da Nação estava incluída a ideia de homogeneidade, de unidade, que nunca vislumbrou a inclusão das culturas étnicas não brancas. Homogeneidade e unidade foram sinônimos de aniquilação da cultura negra e indígena.

Vannuchi (2017) afirma que, na transição da sociedade rural para a industrial, ocorreu um processo irreversível que se caracterizou pelo desprezo e negação dos costumes da população negra. Ou seja, a representação negativa da cultura negra produzida pelo branco tornou-se naturalizada pela política do branqueamento, disseminando uma busca por aceitação por parte da população ex-escrava através do modelo brancocêntrico. O embranquecimento legitima, mais uma vez, um não-lugar para o negro na sociedade pós-abolicionista, solidificando-se

no imaginário social de forma a atravessar os processos de subjetivação tanto do negro quanto do branco. O negro, marcado por uma negação existencial, e o branco, por uma supremacia narcísica e hegemônica, ambos mantêm, em grande medida, essa estrutura na contemporaneidade.

A resistência negra atual luta por reverter esses efeitos, produzindo algo talvez inédito na história da luta contra o racismo, afirmando a cultura e a ancestralidade negra e rompendo com o embranquecimento. É importante compreender os efeitos desse processo na subjetivação contemporânea. A coloridade, tonalidade e diferenças sociais podem ser ainda correlatas da política do embranquecimento, estabelecendo um *dégradé* de privilégios e exclusões. É real que um negro de tom de pele mais claro possa ter mais acesso aos espaços sociais, à saúde, às “irmandades” e aos vínculos sociais que pessoas com tons de pele mais escuros, o que produz e reproduz sofrimentos. São ainda resquícios dos processos de subjetivação do racismo pela busca do embranquecimento, o que não foi uma escolha do negro, e sim uma imposição estatal, assimilada avidamente por uma sociedade branco-cêntrica, racista e escravagista.

O colorismo é definido como um conjunto de privilégios de que pessoas negras com tons de pele mais claros desfrutam, em detrimento dos negros de pele mais escura (Banks, 2000; Moore, 2016; Mathew, 2013). Estes e outros estudos mostram que tais vantagens são vividas principalmente no mercado de trabalho, no qual pessoas escuras têm mais dificuldade em serem empregados. O desempenho escolar de alunos mais claros é maior; relatos comparados entre esses dois grupos mostram que existe maior satisfação com a autoimagem, mais facilidade em estabelecer relacionamentos e casamentos por parte dessa população.

Entender o colorismo enquanto reflexo da política do branqueamento faz refletir sobre como os efeitos dessa política se atualizam na contemporaneidade, dificultando que o negro possa ser negro, que possa reconhecer sua ancestralidade, sua cultura e seus direitos – inclusive que possa se sentir confortável no seu próprio corpo (Fanon, 2008; Souza, 1983). De outro modo, invisibiliza o branco em sua supremacia, seu privilégio, sua branquitude (Schucman, 2010, 2014).

O colorismo pode ser compreendido também como uma engrenagem de produção de sofrimento, já que o ideal de branqueamento continua a se perpetuar e a dividir a própria população negra e a brasileira entre o branco, o menos branco, o bege, o marrom, o “queimado”, o vermelho... e o negro! A cada tom mais escuro se institui potencialmente menos humanidade e mais sofrimento; em contrapartida, a cada tom mais claro se afirma mais privilégio e um modelo hegemônico de Ser Humano.

Vergner, Vilhena, Zamora e Rosa (2015) apontam formas de permanência das práticas desumanizadoras e genocidas da população negra que, atravessadas pela lógica racial, mantêm as desigualdades e a violência contra a população negra. Suas análises perpassam os discursos midiáticos que propagandeiam a imagem desqualificada do negro como perigoso e indesejável, de modo a reatualizar o modelo brancocêntrico como mais belo, referência de sucesso e de saúde. A escassa presença de protagonistas negros nos programas de TV, dificultando o desenvolvimento pela população negra da sua autoimagem, à semelhança da população branca; a questão das imagens religiosas que circulam e que veiculam o modelo fenotípico branco ao divino e ao sagrado, em detrimento das religiões de matriz africana, demonizadas o tempo todo, trazendo medo e constrangimento social aos que compartilham dessas crenças. Banalizando o mal e caracterizando racialmente sua inumanidade e mortalidade, seguimos na política do branqueamento e da mortificação da população negra nas virtualidades e minúcias não tão sutis do cotidiano.

Mais recentemente encontramos numa reportagem no *The Wall Street Journal* do dia 22 de março de 2018 (<https://noticias.r7.com/>, acessado em 26-mar-2018), a notícia de que o Brasil tem importado sêmen de homens norte-americanos, brancos e de olhos azuis. Em 2011 eram 11 tubos importados por ano, e em 2017 foram 500 tubos. O próprio periódico reconhece que tal aumento das importações de sêmen de homens com essas características se deve ao racismo da sociedade brasileira, que busca ainda se embranquecer adquirindo esse fenótipo pela miscigenação, na atual possibilidade tecnológica, com a ajuda da inseminação artificial. A busca pelo embranquecimento também teria relação com a hesitação do empobrecimento, já que no Brasil os negros em geral são mais pobres que os brancos.

Considerações finais

Ainda estamos atuando sobre a lógica racial e sobre a política do embranquecimento; elas se reeditam, se recriam e produzem subjetividades. A construção da lógica racial no Brasil faz-nos compreender o coengendramento entre a política do branqueamento e os modos de incidência do racismo na subjetividade negra e branca na contemporaneidade. O Brasil é um país que vive o racismo estrutural sustentado na hegemonia da brancura. Isso marca privilégios por parte da população branca e inviabiliza o acesso da população negra, em amplo aspecto, aos territórios existenciais, políticos, econômicos e sociais

Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna são vozes que protagonizaram uma parte desse processo, legitimando teorias, leis e políticas públicas que formaram estigmas e práticas cotidianas perpetradas ao longo do último século. Já temos muitas produções acadêmicas antirracistas, produção ainda não tão frequente na Psicologia (Carone e Bento, 2014). Porém, ainda é tempo de contar a história do racismo à brasileira, produzida por ilustres brancos, já que ainda não cessaram seus ecos.

Referências

- A Voz da Raça (1933). Secção de Anúncios, 08/04/1933. http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1933_00004.pdf (acesso em jun-2017).
- Banks, T. L. (2000). *Colorism: a Darker Shade of Pale*. HeinOnline 47 UCLA L. Rev. 1705 1999-2000. http://digitalcommons.law.umaryland.edu/fac_pubs/217/ (acesso em jan-2018).
- Baremlitt, G. F. (2002). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Instituto Felix Guattari. Belo Horizonte: Record.
- Bicalho, P.; Kastrup, V.; Reishoffer, J. (2012). Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 24, nº 1 (jan.-abril/2012). <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/07.pdf> (acesso em 24-jun-2017).
- Campos, N. de (1933). As futuristas...!. *A Voz da Raça*, 30/09/1933. http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1933_00022.pdf (acesso em jun-2017).
- Candiotto, C. (2006). Foucault: Uma História Crítica da Verdade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 29 (2): 65-78. <http://www.scielo.br/pdf/trans/v29n2/v29n2a06.pdf> (acesso em set-2017).
- Carone, I.; Bento, M. A. S. (2014). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Fanon, F. (2008). *Pele Negra Máscaras Brancas* (trad. Renato da Silveira). EDUFBA: Salvador.
- Fernandes, F. (2013). *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da "raça branca")*, v. 1. São Paulo: Globo. (original publicado em 1964).
- Foucault, M. (1996). *Genealogia del Racismo* (trad. Alfredo Tzveibel). La Plata, Argentina: Altamira.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas* (trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais). Rio de Janeiro: Nau.
- Foucault, M. (2003). *Le pouvoir psychiatrique. Cours au Collège de France* (1973-1974). Paris: Gallimard/Seuil.
- Freitas, A. P. de (1934). A meus filhos – O que nós os pretos devemos saber. *A Voz da Raça*, 14/04/1934. http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1934_00035.pdf (acesso em jun-2017).

- Gahyva, H. (2013). O Bom Filho a Casa Torna, Gobineau refugiado na hierarquia familiar. *Tempo Social* (revista de sociologia da USP), v. 25, nº 1 (junho/2013), p. 235-256.
- Gahyva, H. (2015). Arthur de Gobineau e Gilberto Freyre: um encontro improvável, uma aproximação possível. *Horizontes Antropológicos*, ano 21, nº 44 (julho-dez./2015), p. 371-390. Porto Alegre.
- Góes, L. (2016). *A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan.
- Gould, S. J. (1991). *A falsa medida do homem* (trad. Valier Lellis Siqueira; revisão trad. Luis Carlos Borges; revisão técnica Carlos Camargo Alberts). São Paulo: Martins Fontes.
- Hofbauer, A. (2007). Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In Zanini, Maria Catarina Chitolina (org.). *Por que "raça"? Breves reflexões sobre a Questão Racial no cinema e na Antropologia*. Santa Maria: Editora UFSM.
- Holanda, S. B. (2015). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Lobo, L. F. (2015). *Os Infames da História: pobres, escravos, e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Mathews, T. J. (2013). *The relationship between skin complexion and social outcomes: How colorism affects the lives of African-American women*. Dissertação de Mestrado defendida no departamento de Sociologia e Justiça Criminal, Faculty of Clark Atlanta University, Atlanta, Georgia, USA.
- Moore, S. M. (2016). *Colorism among African-american Teachers: A Qualitive Study of Intra-racial discrimination in the Classroom*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Educação, Liberty University, Lynchburg, Virginia, USA.
- Rauter, C. (2003). *Criminologia e Subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Reader, G. (1976). *O Conde de Gobineau no Brasil: documentação inédita*. Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, São Paulo.
- Rodrigues, R. N. (1956). *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, v. 10, nº 19 (jan./2010), p. 41-55. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005 (acesso em abr-2017).
- Schucman, L. V. (2014). *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, N. S. (1983). *Torna-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal.
- Vannuchi, M. B. C. C. (2017). A Violência Nossa de Cada Dia: O Racismo à Brasileira. In Kon, N. M.; Silva, M. L.; Abud, C. C. (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*, p. 59-70. São Paulo: Perspectiva.

- Vergne, C. M.; Vilhena, J.; Zamora, M. H.; Rosa, C. M. (2015). A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas. *Revista Psicologia & Sociedade*, 27(3), 516-528.
- Viana, F. de O. (1956). *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio. (original publicado em 1923).

Recebido em 02 de janeiro de 2018

Aceito para publicação em 19 de abril de 2018

SEÇÃO LIVRE

Comportamentos autolesivos e administração das
emoções em adolescentes do sexo feminino

O trabalho de perlaboração e suas implicações para os sofrimentos
narcísico-identitários: uma contribuição de R. Roussillon

Para além do paradigma histórico da anorexia: a
ordem de ferro do supereu materno

Reflexões teóricas sobre o diagnóstico psicanalítico contemporâneo

Verdade, acontecimento e sujeito

COMPORTAMENTOS AUTOLESIVOS E ADMINISTRAÇÃO DAS EMOÇÕES EM ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO

*SELF-HARMING BEHAVIOR AND EMOTIONAL
MANAGEMENT IN FEMALE ADOLESCENTS*

*COMPORTAMIENTOS AUTOLESIVOS Y ADMINISTRACIÓN DE
LAS EMOCIONES EN ADOLESCENTES DEL SEXO FEMENINO*

*Carolina Silva Raupp**

*Angela Helena Marin***

*Clarisse Pereira Mosmann****

RESUMO

Uma das manifestações de sofrimento psíquico associada à depressão, ao suicídio e a outras psicopatologias que têm despontado na atualidade em adolescentes são os comportamentos autolesivos (CA). Este estudo foi desenvolvido com o propósito de caracterizar a prática de comportamentos autolesivos em adolescentes por meio da investigação da expressão e administração das emoções. Para isso, desenvolveu-se um estudo de casos múltiplos, do qual participaram quatro meninas com idades entre 13 e 15 anos, que responderam à Escala de Avaliação de Sintomas-90-R e a uma entrevista semiestruturada. Os eixos de análise foram a caracterização dos CA e a administração das emoções. Constatou-se a precocidade do início dos comportamentos autolesivos, seu caráter aditivo e sua utilização para expressar sentimentos, especialmente a raiva. Indica-se a necessidade de preparo dos profissionais para atender adolescentes que manifestam tais comportamentos, face à sua complexidade e proximidade com o suicídio.

Palavras-chave: adolescentes; comportamentos autolesivos; suicídio.

* Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), São Leopoldo, RS, Brasil.

** Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

*** Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

ABSTRACT

One manifestation of psychic affliction associated with depression, suicide and others psychopathologies that has emerged among teenagers is self-harming behavior. This study was carried out with the aim of characterizing the practice of self-harming behavior in teenagers through the investigation of the expression and administration of emotions. To this end, a multiple-case study was devised, in which four teenage girls aged 13 to 15 took part. They went through a symptom assessment scale-90-R and a semi-structured interview. The analysis axes were SB characterization and emotion management. An early inception of the self-harming behavior was observed, as well as its addictive quality and its use in expressing emotions, mainly anger. There is a clear need for the training of professionals in the care of teenagers who evince this sort of behavior, in view of its complexity and affinity to suicide.

Keywords: teenager; self-harming behavior; suicide.

RESUMEN

Una de las manifestaciones de sufrimiento psíquico asociada a la depresión, al suicidio y a otras psicopatologías que vienen despuntando en la actualidad en adolescentes son los comportamientos autolesivos (CA). Este estudio ha sido desarrollado con el intento de caracterizar la práctica de comportamientos autolesivos en adolescentes por medio de la investigación de la expresión y administración de las emociones. Para eso, se ha desarrollado un estudio de casos múltiples, de lo que participaron cuatro niñas con edades entre 13 y 15 años, que contestaron la Escala de Evaluación de Sintomas-90-R y una entrevista semiestructurada. Los ejes de análisis fueron la caracterización de los CA y la administración de las emociones. Se ha constatado la precocidad en el comienzo de los comportamientos autolesivos, su carácter adictivo y utilización para expresar sentimientos, en especial la rabia. Se puntúa la necesidad de preparación de los profesionales para atender los adolescentes que manifiestan tales comportamientos, frente a su complejidad y cercanía con el suicidio.

Palabras clave: adolescentes; comportamientos autolesivos; suicidio.

Introdução

A literatura indica que na adolescência a sintomatologia depressiva é responsável por, aproximadamente, 75% das internações psiquiátricas (Schneider & Ramires, 2007) e que o suicídio é a segunda causa mais comum de morte entre adolescentes (Hawton, Saunders & O'Connor, 2012). Associada à depressão e ao suicídio, a autolesão tem sido uma das manifestações de sofrimento psíquico que tem ganhado destaque frente a sua incidência durante a adolescência (APA, 2014; Ness et al., 2016), momento em que é mais frequente o primeiro ato de se lesionar (Muehlenkamp et al., 2012; Somer et al., 2015).

Conhecido por comportamentos autolesivos, automutilação, autolesão não suicida e por condutas autolesivas sem intenção suicida em português, e por *self-injurious behavior*, *self-mutilative behavior*, *self-mutilation*, *self-harm* e *non-suicidal self-injury* em inglês, há divergências quanto à definição do termo, principalmente no que se refere à presença ou ausência de intenção suicida (Guerreiro & Sampaio, 2013). A literatura anglo-saxônica propõe distinção entre dois termos: (a) *deliberate self-harm*, em que a intenção suicida pode estar presente ou não, incluindo todos os métodos de autolesão e reconhecendo as dificuldades de sua mensuração (Skegg, 2005); e (b) *Non-suicidal self-injury*, termo que reporta a destruição do tecido corporal, sem intenção de morrer, por meio de cortes e comportamentos associados, como queimaduras, arranhões etc. (Nock et al., 2006).

Além da diversidade de classificações, também se discute se a prática das autolesões é uma psicopatologia. Na recente edição do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5) foi incluída a Autolesão Não Suicida (ALNS) como uma psicopatologia cujos critérios estão em construção (APA, 2014). Para que se dê este diagnóstico, o engajamento em práticas autolesivas deve ocorrer, no mínimo, em cinco dias no ano, causando dor, sangramento ou contusão. Os comportamentos mais típicos são cortar, queimar, fincar, bater ou esfregar excessivamente, geralmente com uso de faca, agulha, lâmina ou outros objetos afiados.

Propõe-se ainda uma diferenciação entre ALNS e o Transtorno do Comportamento Suicida (TCS), cuja diferença consiste na declaração do desejo de morrer ao provocar o ferimento, no TCS, ao invés de experimentar uma sensação de alívio, como ocorreria na ALNS. Ademais, nas condutas presentes nos casos de TCS, existe uma sequência autoiniciada de comportamentos que se dirigem à obtenção do óbito. O indivíduo criará, conforme o manual, estratégias para que o ato se consuma, buscando um lugar e um momento em que o salvamento seja difícil de acontecer, ao passo que na ALNS, haverá episódios repetitivos de auto-

lesão com a finalidade de alcançar um estado de humor positivo, produzir um alívio de um estado cognitivo ou de sentimentos negativos (APA, 2014). Orlando, Broman-Fulks, Whitlock, Curtin e Michael (2015) sugerem que a intenção suicida, a gravidade dos comportamentos autolesivos e o número de métodos para produzi-los seriam meios úteis para distinguir entre autolesão suicida e ALNS. Neste estudo será utilizado o termo comportamentos autolesivos (CA), conforme proposto por Madge et al. (2008) como adaptação do termo *self-harm*, em que a intencionalidade suicida pode estar presente ou não. Contudo, na literatura revisada, foram mantidas as nomenclaturas originais dos estudos.

Quanto à prevalência dos casos de autolesão em amostras comunitárias, Hawton, Saunders e O'Connor (2012) avaliaram uma amostra norte-americana e verificaram que 10% dos adolescentes haviam cometido CA ao menos uma vez ao longo da vida. Em uma pesquisa realizada com 234 adolescentes italianos, os dados obtidos indicaram que 41,9% haviam provocado lesões no corpo sem intenção de suicídio, e 10,2% reportaram repetir o comportamento quatro ou mais vezes (Cerutti et al., 2011). Na Turquia, quase um terço (31%) de 1.656 estudantes adolescentes investigados relatou CA prévio à data da pesquisa (Somer et al., 2015). Já em um estudo desenvolvido em Portugal, abrangendo 396 participantes com idades entre 13 e 21 anos, residentes em cinco regiões distintas desse país, 18% responderam ter se autoagredido ao menos uma vez, e 5,6% relataram ter repetido o comportamento quatro vezes ou mais nos 12 meses anteriores à pesquisa (Reis et al., 2012). Diversos estudos também têm apontado para maior prevalência de pessoas do sexo feminino envolvidas com CA (Barrocas et al., 2012; Laukkanen et al., 2013; Madge et al., 2008). Não foram encontrados dados nacionais sobre a prevalência de CA em adolescentes.

Uma das características do CA que vem sendo destacada é sua semelhança à adição. A pesquisa conduzida por Arcoverde e Soares (2012) apontou que, quando o comportamento é recorrente, antes de lesionar-se o indivíduo experimenta uma sensação de urgência e fissura, uma vez que poucos minutos transcorrem entre o desejo e o ato de autolesão. Além disso, após o CA costuma-se experimentar alívio imediato, semelhante ao que ocorre em casos de adição (Klonsky, 2011). Jorge, Queirós e Saraiva (2015) também assinalaram a dimensão aditiva na fala de 25 adolescentes portugueses, ilustrando a função que os CA sem intenção suicida desempenham na contenção e/ou amortecimento de angústias, caracterizando uma dependência psicológica. Os comportamentos foram relatados pelos adolescentes como uma forma quase exclusiva de autoajuda e suas tentativas frustradas de abandoná-los. Relativo à sensação de dor, descobriu-se que adolescentes que se autolesionam têm um limiar de dor mais alto que os que não apresentam tal comportamento (Glenn et al., 2014).

Em relação aos sentimentos associados, Kamphuis, Ruyling e Reijntjes (2007) buscaram identificar a forma pela qual um grupo de 106 mulheres, integrantes de um grupo de apoio holandês destinado a praticantes de autolesões, experimentava as emoções antes e depois dos episódios. A partir dos dados obtidos, observou-se que todos os estados de humor negativos foram maiores imediatamente antes da realização das autolesões, reduziram-se acentuadamente em seguida, e tornaram a aumentar um dia depois. Portanto, as autolesões foram entendidas como um mecanismo de regulação emocional desadaptativo, mas eficaz a curto prazo para regular afetos negativos.

De forma semelhante, o estudo conduzido por Klonsky, Glenn, Syter, Oliño e Washburn (2015), realizado com 1.157 pacientes clínicos norte-americanos, apontou que a ALNS estava a serviço principalmente de fatores intrapessoais de regulação e antidissociação e de fatores sociais (reforço social), a saber, influência interpessoal e vínculo de pares, com vistas a reforçar a identidade de grupo. Young, Sproeber, Groschwitz, Preiss e Plener (2014) também identificaram o reforço da identidade de grupo como uma das motivações para os CA. Portanto, o indivíduo pode desejar, por meio de seu comportamento, comunicar algo, influenciar pessoas de forma indireta, obter alívio (Cerutti et al., 2011; Klonsky, 2011) e regular seu humor (Arcoverde & Soares, 2012; Linehan, 2010). A busca de alívio também foi relatada por jovens hospitalizados em uma pesquisa conduzida com 220 pacientes internados no sul dos EUA (Rice & Tan, 2017).

Conforme exposto, há consenso na literatura internacional de que adolescentes são mais vulneráveis aos CA e que dificuldades em administrar emoções constituem um dos fatores associados a essa prática. Devido ao caráter multifatorial e complexo do fenômeno, é premente a necessidade de pesquisas nacionais que busquem compreender essas práticas e ofereçam subsídios para embasar ações de prevenção e tratamento desenvolvidas por profissionais da saúde. Este estudo, portanto, foi desenvolvido com o objetivo de caracterizar a prática de CA em adolescentes, por meio da investigação da expressão e administração das emoções.

Método

Delineamento e participantes

Trata-se de um estudo de caráter transversal e exploratório (Sampieri, Collado & Lucio, 2013), de abordagem qualitativa, que utilizou o delineamento de estudo de casos múltiplos (Yin, 2015). Participaram quatro meninas com idades entre 13 e 15 anos, de diferentes cidades do interior do estado do Rio Grande

do Sul, que haviam se engajado em CA mais de cinco vezes no ano anterior à data da pesquisa. As adolescentes foram indicadas por servidores de escolas e por profissionais da saúde mental, previamente contatados pela autora.

Instrumentos

Ficha de dados sociodemográficos: Composta por perguntas fechadas para o levantamento e mapeamento de características sociodemográficas das participantes, tais como idade, escolaridade, sexo, religião, configuração familiar, realização de tratamento psicológico e/ou psiquiátrico e uso de medicamentos.

Symptom Checklist-90-Revised (SCL-90-R): inventário de sintomas desenvolvido por Derogatis (1994), que visa a refletir padrões de sintomas psicológicos a partir de nove dimensões básicas (somatização; obsessões-compulsões; sensibilidade interpessoal; depressão; ansiedade; hostilidade; ansiedade fóbica; ideação paranoide e psicoticismo) e três índices globais (índice geral de sintomas, total de sintomas positivos e índice de sintomas positivos). No Brasil, a escala foi validada por Laloní (2001) e, no seu preenchimento, o participante classifica o grau em que cada problema o afetou durante a última semana, numa escala do tipo Likert, com cinco opções de respostas. A partir de 1,5 os traços da patologia são considerados moderadamente presentes e se atingirem 3,5 ou mais, muito presentes. A escala possui um ponto de corte para o índice de sintomas positivos, considerando haver maior probabilidade de encontrar perturbações emocionais nos sujeitos que apresentarem pontuações maiores que 1,7.

Entrevista semiestruturada: As perguntas partiram de aspectos gerais para os específicos e foram baseadas na Escala de Dificuldades de Regulação Emocional (Velo, Gouveia & Dinis, 2011) e nos critérios para ALNS estabelecidos pelo DSM 5 (APA, 2014). A entrevista era composta de 28 perguntas referentes à caracterização dos CA, perguntas pessoais e, finalmente, à administração das emoções. Foram investigadas percepções relativas ao passado e ao presente. Elas foram realizadas pela pesquisadora em um encontro com duração aproximada de 60 minutos.

Procedimentos éticos, de coleta e de análise dos dados

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e, após sua aprovação, foram contatados pessoalmente

ou por e-mail e telefone diretores, orientadores escolares, bem como psiquiatras e psicólogos da rede de contatos da autora para indicação de participantes. Duas das adolescentes entrevistadas eram irmãs e foram indicadas por uma psicanalista. As demais foram indicadas por escolas. Todas elas e seus responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), redigido segundo as recomendações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e foram entrevistadas em suas residências ou na residência de familiares. As informações prestadas por meio da ficha de dados sociodemográficos foram registradas por escrito e as entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio.

Os dados obtidos pelo SCL-90-R foram avaliados conforme suas orientações e as entrevistas foram transcritas literalmente e analisadas qualitativamente, por meio da análise de seu conteúdo. Segundo Yin (2015), a análise dos dados consiste no exame, categorização, classificação ou mesmo na recombinação das evidências conforme as proposições iniciais do estudo.

Resultados

Cada caso foi construído individualmente e organizado em dois eixos temáticos, derivados dos dados, a saber: Caracterização dos CA e Administração das Emoções. Após, foi feito um comparativo entre os casos analisados, destacando suas semelhanças e particularidades.

Caso 1: Alana

Alana tinha 15 anos e cursava o nono ano escolar. Residia com seus pais, uma irmã mais nova e há dois dias um tio idoso tinha vindo morar com a família, no interior do estado. Seu pai tinha mais dois filhos do primeiro casamento que moravam em cidades diferentes. Recentemente haviam descoberto a existência de um irmão de sete anos por parte de pai, com quem ela não tinha contato. Os pais da adolescente procuraram ajuda de uma psicoterapeuta do círculo de profissionais ligados à autora havia menos de um mês, no intuito de buscar ajuda para lidar com as duas filhas que mantinham CA já há alguns anos. No momento da indicação para a entrevista, a psicoterapeuta ainda não havia entrado em contato com as meninas, somente havia atendido os pais. A adolescente fazia uso de medicações naturais (passiflora e guaraná) há cerca de um mês, receitados pela própria mãe, pois contou a ela que estava “vendo coisas”. A adolescente afirmou que há

algumas semanas estava firme em seu propósito de abandonar os CA, a pedido do atual namorado.

Quanto aos sintomas psicológicos avaliados pela SCL-90, Alana obteve as pontuações mais altas nas seguintes dimensões: somatização (1,91), obsessões-compulsões (1,70), sensibilidade interpessoal (3,88), depressão (3,53), ansiedade (3,20), hostilidade (3,50), ansiedade fóbica (3,14), ideação paranoide (2,33) e psicoticismo (3,42). O índice geral de sintomas foi 2,94. Todos os índices estavam acima do considerado emocionalmente saudável pelo instrumento e seus sintomas se expressaram na fala da adolescente.

Caracterização da prática de CA

Conforme o relato de Alana, a prática de autolesões começou a fazer parte de sua vida quando tinha sete anos. A situação gatilho ocorreu quando o menino de quem ela mais gostava na escola a humilhou dizendo que ela era um lixo: “aí eu peguei, cheguei em casa chorando e acabei pegando e me cortando com coisa de apontador”. Ela comenta que: “no começo foi aquelas coisinhas de apontador [...] depois fui passar para o compasso, e por fim a lâmina da gilete e coisas assim”. Inicialmente, cortava seus braços, mas com o tempo passou a cortar diariamente também a barriga e as pernas, chegando à frequência de até três vezes ao dia.

Diferentes propósitos foram apontados como a causa de seu comportamento. Um deles seria um desejo de morrer: “que taria passando tudo, eu pensava mais na mutilação, eu sempre queria acabar morrendo”; outro seria o alívio e a expressão das emoções negativas: “eu dispenso todas minhas raivas, tudo, tudo nos cortes”. Sentia-se magoada com as pessoas, principalmente com amigos, e a esse fato atribuía também uma das motivações dos CA. Alana pontuou que: “é necessidade ou falta de alguma coisa [...] acho que é o jeito que eu expesso o que eu tô sentindo no momento”. No entanto, referiu não estar mais se autolesionando no momento: “porque posso acabar me matando ou coisa assim [chora], que é horrível”. Outros sentimentos também foram associados: “às vezes eu me sinto arrependida. Eu fico com muita vergonha de sair na rua.” Além disso, também afirmou: “eu tenho medo, nojo de mim mesma, vergonha e principalmente com as pessoas que me olham”. Ainda destacou uma preocupação com seus pais: “Eu pensava que quando eu chegasse em casa, principalmente meus pais iam ficar muito chateados comigo.”

Administração das emoções

A dificuldade em lidar com as emoções foi reportada por Alana como algo antigo: “quando eu tinha cinco anos eu atirava as bonecas e depois com o

tempo eu acabava me cortando”. Ela buscava regular seus sentimentos por meio de comportamentos introspectivos: “Eu gosto de ficar trancada no meu canto, não gosto de conversar com ninguém.” Além disso, recorria aos vínculos como fator de ajuda nos momentos críticos: “Eu penso nele [namorado] e na minha família. Na real, antes eu não pensava. Eu sabia que eu podia magoar alguém, mas eu preferia magoar ela [a mãe] e acabar melhorando”. Para conseguir conter as emoções negativas que experimentava desde que parou de se cortar, passou a utilizar novos recursos, como, escutar músicas alegres ou comer: “como bastante. Agora eu tô comendo, quando eu tô com raiva eu como”.

Caso 2: Paula

No momento em que a pesquisa foi realizada, a adolescente estava com 13 anos e cursava o nono ano do ensino fundamental. Irmã de Alana, Paula igualmente reside com os pais e um tio idoso no interior. Relatou não fazer tratamento psicológico e psiquiátrico, nem uso de medicações. Foi indicada pela mesma psicoterapeuta que estava iniciando um tratamento com a família.

Quanto aos sintomas psicológicos avaliados pela SCL-90, Paula obteve as seguintes pontuações: somatização (0,91), obsessões-compulsões (2,90), sensibilidade interpessoal (2,55), depressão (2,07), ansiedade (1,90), hostilidade (1,16), ansiedade fóbica (2,57), ideação paranoide (2,50) e psicoticismo (1,70). O índice geral de sintomas foi 2,04. Embora tendo obtido pontuações altas no instrumento, com exceção de somatização e hostilidade, alguns sintomas não apareceram de forma significativa em seu relato, como será apresentado abaixo.

Caracterização da prática de CA

A primeira vez que Paula se autolesionou foi aos 11 anos, logo após entrar no quarto da irmã e presenciá-la se cortando: “eu acho que eu senti raiva dela, que tava se machucando por coisas que eu não sabia, ela não falava muita coisa [...] aí eu me cortei também”. Posteriormente, outras motivações foram citadas como gatilho para os CA: “Algumas coisas que acontecem com a minha irmã, pessoas que já me deixaram faz tempo, coisas assim [...] na maioria das vezes eu tô sozinha, talvez me sinto assim.”

A adolescente descreveu uma sequência de fatos que costumavam anteceder os CA: “me vêm uns pensamentos assim que eu me lembro de algumas coisas que aconteceu aí eu sinto vontade de fazer”. Também disse que lembrar de pessoas

que se distanciaram e da falta de atitude dos pais frente aos comportamentos autolesivos gerava nela o ímpeto de se machucar. Logo que esses pensamentos se apresentavam, ela procurava ouvir música para aliviar as sensações ruins provenientes deles. Quando o alívio não acontecia, ela fazia os cortes: “um alívio, porque pode ficar doendo mais do que tu tá sentindo no momento”.

A lâmina era o instrumento mais utilizado, embora um pedaço de um copo quebrado também já tivesse servido de instrumento para produzir os cortes. Os episódios de autolesão ocorrem com frequência média de três vezes ao mês e os locais escolhidos eram os braços e as pernas. Embora ainda se autolesionando, Paula gostaria de parar de se cortar, e ela e a irmã fizeram uma promessa: “a gente viu que tava sendo ruim pra nós ficar se cortando [...] acho que não valia bem a pena ficar se machucando por causa dos outros [...] acho agora desnecessário fazer essas coisas”.

Administração das emoções

Paula relatou que quando era criança e sentia raiva da irmã “pegava algumas bonecas e arrancava a cabeça”. Após esse período, passou a guardar seus sentimentos para si, sem fazer nada. A tristeza era administrada de forma semelhante à raiva, guardada para si, aliviada com os cortes e associada ao escutar música. A forma de lidar com as emoções também se refletia na postura que assume quando ocorrem os conflitos em sua casa: “eu tento não me meter no meio, porque fica chato ficar do lado de um ou ficar do lado de outro. Não falo nada.” Paula não soube definir o que sentia depois de se cortar, disse apenas que amenizava um pouco a tristeza.

Caso 3: Évelin

Évelin tinha 15 anos de idade e cursava a sétima série do ensino fundamental. Ao descrever sua configuração familiar, citou somente a mãe, embora tenha uma irmã mais nova que reside com elas. O pai faleceu quando tinha sete anos, momento em que começou a machucar a si mesma apertando as unhas contra as próprias mãos a ponto de criar calos permanentes.

A adolescente se definiu como uma menina não normal, evangélica e antisocial. Ela fazia tratamento psicológico e psiquiátrico desde os 14 anos, quando foi internada pela quarta tentativa de suicídio. Desde então faz uso de neurolépticos e antidepressivos. No momento da entrevista, estava deitada de olhos fechados,

com fones de ouvido e tapada com cobertor, embora a temperatura fosse superior a 30 graus. A adolescente se mostrou muito preocupada com a questão do sigilo.

Quanto aos sintomas psicológicos avaliados pela SCL-90, Évelin obteve as seguintes pontuações: somatização (2,41), obsessões-compulsões (3,40), sensibilidade interpessoal (3,00), depressão (3,69), ansiedade (3,40), hostilidade (3,33), ansiedade fóbica (2,71), ideação paranoide (3,33) e psicoticismo (3,20). O índice geral de sintomas foi 3,17. Estas pontuações indicam forte presença de problemas emocionais, condizentes com seu comportamento durante a entrevista e suas falas.

Caracterização da prática de CA

O início dos CA ocorreu após morte do pai, quando tinha 13 anos, motivada pela recomendação de uma menina no Facebook: “Eu tentei e comecei a ficar viciada. Agora, mesmo quando eu não tô triste, eu me corto. Tipo eu tô nem aí.” Contudo, na adolescência aumentou de intensidade, mas Évelin não soube precisar a frequência com que se cortava: “Quando eu vejo que o meu braço não tem mais nenhum corte eu penso: tenho que me cortar, tá na hora! Aí eu começo me cortar.”

Quanto ao que leva à prática, ela relata: “quando eu tô me sentindo muito mal aqui dentro de mim, quando aqui não aguenta mais, eu começo a me cortar e a dor que eu tô sentindo aqui [braço] é maior do que eu tô sentindo aqui [peito]”. Acrescenta que algumas vezes a intenção foi morrer: “Algumas vezes é morrer, outras vezes não. Mas todas as vezes que eu tentei me matar foi com remédio.” Portanto, os cortes não eram feitos com essa finalidade. Quando questionada sobre seu desejo de parar com a prática, afirmou que não queria, justificando: “é a única coisa que me faz bem nesse mundo de merda”.

Os cortes eram realizados em diferentes partes do corpo. Em sua infância, Évelin costumava machucar suas mãos com suas próprias unhas quando se sentia triste e quebrar os objetos do seu quarto quando sentia raiva. No presente, tem cortado diferentes partes do corpo: “Eu corto não só os braços, porque eu tô tão viciada nisso a ponto de eu cortar as minhas pernas e a minha barriga.” Ao cortar-se, verbaliza: “não sei o que eu sinto. Não posso dizer que é felicidade, mas não posso dizer que é tristeza... uma diversão! Melhor descrição. Uma diversão!” Complementa: “fico pensando no que as pessoas pensam. Tipo, as pessoas estão pouco se fodendo, então por que eu vou lá e não vou fazer? Tipo, eu vou fazer mais, eu tô nem aí.” Após se machucar: “eu fico tipo, cara, que eu tô fazendo? Só que eu faço de novo. Vou fazendo, vou fazendo porque no fim eu comecei a gostar de me machucar.” Entretanto, destacou: “começo a chorar e durmo”. Évelin revela: “tenho um mundo dentro de mim onde ninguém sabe”. Descreve que fica confusa nesse mundo e que recorre a ele porque se sente bem lá, já que o mundo real não a deixa satisfeita.

Administração das emoções

Na infância, Évelin realizava ações autodirigidas ao experimentar raiva ou tristeza. Na adolescência, a agressividade também esteve presente: “eu quebrava tudo o que tinha em volta de mim”, além do tédio, a que se referiu como um sentimento que despertava a vontade de se machucar: “como eu fico muito dentro de casa, tipo não tenho nada para fazer, aí eu fico pensando em coisas que não devia pensar”. No instante em que se abordou esse assunto, relatou o que ocorreu num dia em que a mãe proibiu sua ida a um casamento: “... e o meu quarto, eu quebrei todo ele, quebrei tudo, e a minha mãe deixou, tipo, normal, como se tivesse foda-se, e daí”. Já sobre os impulsos de se cortar, não fazia questão de dominá-los.

Caso 4: Amanda

Amanda tinha 14 anos, cursava o sexto ano do ensino fundamental e residia com os pais, um irmão adolescente e um sobrinho. Nunca havia feito tratamento psicológico ou psiquiátrico e não fazia uso de medicação. Definiu-se como católica não praticante e mencionou que sua vida e o clima familiar melhoraram após a visita de um casal de pastores, quando começou a orar de joelhos. No momento da entrevista, Amanda disse que não se machucava há aproximadamente cinco meses.

Quanto aos sintomas psicológicos avaliados pela SCL-90, Amanda obteve as seguintes pontuações: somatização (2,00), obsessões-compulsões (3,40), sensibilidade interpessoal (3,66), depressão (3,76), ansiedade (3,10), hostilidade (4,00), ansiedade fóbica (3,42), ideação paranoide (3,00) e psicoticismo (3,40). O índice geral de sintomas foi 3,21. Com exceção da somatização, que estava moderadamente presente, seus índices nas dimensões avaliadas foram bastante altos e seu sofrimento psíquico também foi expressado em seu relato.

Caracterização da prática de CA

Amanda iniciou a prática dos cortes aos 11 anos, após a morte de um irmão de 16 anos, portador de uma deficiência, cujos cuidados básicos eram realizados predominantemente por ela. A sua motivação inicial para a os CA foi encontrar uma alternativa para expressar a raiva: “descontar toda a raiva ali, toda a raiva, todo o ódio que eu sentia”. Outra razão que parecia desencadear o desejo de se machucar, era o distanciamento afetivo que percebia nas relações com os pares e com os familiares: “hoje eu não tenho mais em quem confiar, não

converso com mais ninguém, com a minha mãe nem meu pai. Aí procuro me cortar, sempre.” No entanto, o principal motivo pareceu ser os conflitos com a mãe. A sequência que desencadeava os CA costumava se iniciar com uma briga, seguida pela procura por músicas tristes e logo os cortes. Após se cortar, relatou que: “sentia raiva de mim mesma, sentia muita raiva, sentia ódio”. Indagada sobre ideação suicida, responde que algumas vezes tinha esse intuito, outras vezes não.

Os recursos mencionados para produzir os cortes eram faca, lâmina de gilete e tesoura, utilizados em diferentes partes do corpo: “na perna aqui em cima, na coxa e num braço só. Sempre no que eu tinha menos força.” Os CA ocorriam de forma descontinuada, alternando meses em que se autolesionava todos os fins de semana e meses em que não o fazia.

Administração das emoções

Amanda apresentou dificuldades para administrar as emoções desde cedo: “Sempre fui de dar soco na parede. Aí com os meus 11 anos que eu me cortei pela primeira vez [...] troquei o soco na parede por se cortar”. Sua impulsividade ficou evidente ao falar que se enxergava como uma pessoa que, no momento em que praticava a autolesão, não pensava, só sentia e agia. Ademais, demonstrou internalizar seus sentimentos, reproduzindo o comportamento do pai: “quando ele não tava tão estressado ele conversava um pouco. Mas quando ele tava mais estressado ele se fechava um pouco. Acho que isso puxei a ele, né?”

Diferentes sentimentos foram associados ao comportamento autolesivo, sendo o choro a manifestação de alguns deles: “Eu acabo chorando sempre, sempre choro... de raiva, de tristeza, de angústia, de tudo [...] aí eu procuro me cortar”. Outro sentimento experimentado no último período em que estava se cortando foi a solidão, ou seja, também se autolesionava para não se sentir sozinha. Entretanto, a raiva se destacou como sentimento predominante nos diferentes momentos em que se machucou: “Nos últimos tempos foi por raiva mesmo.”

Amanda decidiu parar com os CA depois de conversar com uma professora, com quem compartilhou sua história. Ela a orientou a buscar alternativas mais saudáveis que a ajudassem a alcançar seus sonhos e ser feliz. A partir desta conversa, pensou: “se eu quero uma vida melhor pra mim acho que eu tenho que correr atrás dos meus sonhos [...] do que parar no tempo e ficar me cortando”. Apesar de se contradizer ao mencionar que se cortava sempre, relatou que seguia em seu propósito de não se cortar, mesmo com a escassez de fontes de apoio entre os amigos e a família.

Análise integradora dos casos

Foram analisadas convergências e divergências entre os casos investigados (Yin, 2015). Em relação às convergências, destaca-se que somente meninas foram indicadas para a pesquisa. Muitos estudos de prevalência indicaram o predomínio de casos do sexo feminino (Barrocas et al., 2012; Laukkanen et al., 2013; Madge et al., 2008). Por exemplo, Barrocas et al. (2012) indicaram que entre 665 adolescentes praticantes de ALNS norte-americanos, as meninas reportaram cortar-se ou cavucar a pele (63,6%), enquanto os meninos relataram bater em si mesmo como recurso para machucar-se (55%). Nesse sentido, é plausível supor que pode ser mais fácil a descoberta dos casos nas meninas, visto que as marcas resultantes das autolesões ficam mais evidentes pelos locais e métodos utilizados. Contudo, também é possível pensar que as meninas estão mais vulneráveis e têm sido indicadas por estudos como apresentando mais problemas emocionais e de comportamento, especialmente os internalizantes, quando comparadas aos meninos (McGoldrick & Shibusawa, 2016; Wathier, Dell'Aglio & Bandeira, 2008).

Um dado comum que chama a atenção é a idade de início da prática das autolesões, considerando que uma menina começou a se autolesionar aos sete anos, duas aos 11 e outra aos 13 anos. Em uma pesquisa conduzida com uma amostra clínica de 164 adolescentes britânicos depressivos, identificou-se que a frequência de casos de ALNS era maior entre os entrevistados mais jovens (Wilkinson et al., 2011). Contudo, em amostra comunitária norte-americana, o final da adolescência foi considerado o período de maior vulnerabilidade para o início da prática de ALNS (Barrocas et al., 2012).

Destaca-se, ainda, que desde cedo as meninas indicaram possuir dificuldades de regulação emocional, sendo impulsivas em suas ações nos momentos de raiva. O alívio proveniente da expressão da raiva é considerado na literatura um reforço positivo (Nock, 2010) e este sentimento esteve presente em todos os casos e como fator elicitador e/ou associado aos episódios de autolesões. A motivação para o CA era proveniente de impulsos descritos como quase incontrolláveis e de forma não ritualizada, indicando uma forte tendência da passagem ao ato sem utilizar a reflexão (Jorge, Queirós & Saraiva, 2015; Klonski, 2011).

Além de remeter a dificuldades em administrar os impulsos, as verbalizações das adolescentes apresentaram a dimensão aditiva que Jorge, Queirós e Saraiva (2015) encontraram em sua amostra. À semelhança de uma dependência química, a dependência psicológica se manifesta diante da sensação de incapacidade nos momentos de frustração e da experimentação de sentimentos negativos. Ademais, Arcoverde e Soares (2012) sustentaram que a resposta desejada

é vivenciada no momento ou logo após a autolesão e geralmente se estabelecem padrões de comportamento que indicam dependência. Por outro lado, três participantes mencionaram fecharem-se em si mesmas como recurso para enfrentar sentimentos negativos, o que se assemelha aos achados da pesquisa desenvolvida por Nock et al. (2006), em que os transtornos internalizantes estavam associados à maioria dos casos de autolesão.

Outra semelhança encontrada foi o relato da morte de um familiar significativo para duas das meninas. Em ambos os casos, a perda foi associada a episódios de CA. Simpson (1980) observou que, enquanto pacientes suicidas tendem a ter, em sua infância, experiências de privação parental completa devido a morte ou divórcio, os autoagressores mais frequentemente experimentam a perda parcial marcada por distanciamento emocional e afeto parental inconsistente. Évelin, a única que teve a privação parental, por morte do pai, foi quem mais apresentou ideação suicida e buscou consolidar sua morte. Já Amanda sofreu a perda do irmão e afirmou desejo de morrer em alguns momentos na entrevista, mas não relatou tentativas. As demais adolescentes expressaram afetividade parental inconsistente, destacando que eram mais próximas aos pais na infância e distantes na adolescência.

Especialmente em relação a ideação suicida, três meninas investigadas mencionaram experimentar algumas vezes o desejo de morrer, corroborando os achados de Wilkinson et al. (2011) em que a ideação suicida pode acontecer em alguns momentos em que se provocam as autolesões, não com o objetivo real de morrer, mas em busca de um retorno a um estado de normalidade, como forma de apaziguar conflitos internos (Favazza & Rosenthal, 1990; Suyemoto, 1998). Em um grupo de adolescentes portugueses praticantes de autolesões, Jorge, Queirós e Saraiva (2015) encontraram que 44% dos entrevistados manifestaram ideação suicida e 52% já haviam tentado o suicídio. No entanto, quando eram inquiridos sobre o assunto, os adolescentes não associaram os CA à ideação suicida. Nesse sentido, Alana, que inicialmente expressa o desejo de morrer, deixa claro que o que a motiva a parar de se machucar é o risco de acabar se matando. Já Évelin utilizava-se de métodos diferentes quando tinha intenção suicida, recorrendo a remédios e não a lâminas em tais ocasiões.

No DSM 5 é mencionado que, quando são utilizadas diferentes técnicas para produzir a lesão, há indicação de psicopatologia mais grave, incluindo tentativas de suicídio. Nos casos investigados isso se confirma, pois as três adolescentes que apresentaram pontuações altas no SCL-90-R foram as que utilizaram múltiplos recursos para se cortarem ou lesionaram diferentes partes do corpo, além de aludirem ao desejo de morrer. Por outro lado, Paula, que pontuou mais baixo nas

dimensões avaliadas pelo instrumento, foi a única que não apresentou desejo de morte e que não incluiu a raiva como sentimento associado à manutenção dos CA. Já Évelin apresentou um quadro severo de psicopatologia geral e altos níveis em todas as dimensões avaliadas no SCL-90-R, e foi a única que fez múltiplas tentativas de suicídio e que não manifestou o desejo de cessar com os CA.

Ainda a respeito do suicídio, Ribeiro e Joiner (2009) indicaram que os repetidos atos de autolesão podem resultar em maior tolerância à dor e, conseqüentemente, à redução do medo da morte. Em uma investigação longitudinal realizada em uma amostra clínica de adolescentes com depressão, encontrou-se que um histórico de ALNS antes do tratamento foi um dos maiores preditores para posteriores tentativas de suicídio. Portanto, faz-se importante atentar para a tênue fronteira entre ideias suicidas e a consolidação da morte. Inclusive, alguns autores consideram os CA uma trajetória de risco, como parte de um espectro suicidário (Kapur et al., 2013; Nielsen, Sayal & Townsend, 2017; Orlando et al., 2015; Wilkinson et al., 2011).

Além da função de regulação emocional presente em todos os casos, os CA pareceram estar também a serviço da função antidissociativa. Por exemplo, Évelin relatou ter um mundo dentro de si que ninguém sabia e que, ao pensar nesse mundo, sua cabeça ficava confusa, suscitando a vontade de se cortar. Na descrição das funções da automutilação, o modelo antidissociativo sustenta que as autolesões podem servir para interromper estados dissociativos de despersonalização ou dissociação, permitindo abandonar uma sensação de irrealidade e entorpecimento emocional e voltar à realidade pela dor física que proporciona (Suyemoto, 1998).

Considerações finais

Os estudos sobre CA em adolescentes possuem significativa relevância, visto que se mostram associados a psicopatologias e maior probabilidade de suicídio no futuro. Uma vez que não se encontraram dados sobre a forma como ocorrem na população brasileira, este estudo teve por objetivo engendrar uma abordagem inicial do tema, pela caracterização da prática e da investigação dos sentimentos, das percepções e das possíveis associações com dificuldades na administração das emoções em adolescentes.

Entende-se como limitação a dificuldade de acesso aos casos, visto que a maioria dos adolescentes não externaliza os comportamentos, pelos benefícios que entendem obter deles. Ademais, não há instrumentos validados para a população brasileira que facilitem a obtenção dos dados. Ainda assim, esta

pesquisa possibilitou identificar que os CA ocorreram, nesta amostra, de forma semelhante ao que acontece internacionalmente. Foi possível observar que as técnicas utilizadas na produção das autolesões foram similares às encontradas na literatura, bem como a busca por alívio de sentimentos negativos e a dificuldade em regular as emoções. Por outro lado, diferentemente dos dados obtidos na literatura internacional, destacou-se a precocidade do início dos CA e a raiva como sentimento mais associado ao comportamento.

Ressalta-se que, embora seja importante o esforço em tentar criar um termo que descreva o comportamento e facilite a construção de um diagnóstico, a nomenclatura ALNS para descrever o fenômeno e o termo TCS proposto pela APA (2014) para casos em que se manifesta intencionalidade suicida separam situações que coexistem na prática. Na pesquisa conduzida por Barrocas et al. (2012), somente 1,5% dos casos preencheram os critérios para ALNS propostos pelo DSM 5. Este estudo permitiu questionar a adequação do termo, visto que a ideação suicida pode coexistir com a prática de CA sem intenção suicida, geralmente com a utilização de métodos diferentes conforme a finalidade: a morte ou, dentre outras motivações, o alívio de emoções negativas. Assim, o termo CA parece ser mais apropriado por incluir ambas as possibilidades, permitindo ao clínico localizar a gravidade do caso dentro de um espectro suicidário, considerando a intenção, a gravidade e a diversidade de métodos utilizados na análise dos casos (Orlando et al., 2015).

Por fim, sugere-se que pesquisas de prevalência sejam realizadas para que, se confirmadas as estatísticas internacionais no território brasileiro, instituições acadêmicas e órgãos governamentais sejam mobilizados para capacitar profissionais da área da saúde mental e atender à demanda, aparentemente crescente, de casos de jovens que estão aderindo a este comportamento. Conclui-se destacando-se a evidente necessidade de mais estudos sobre esse fenômeno de causas multifatoriais e complexas.

Referências

- American Psychiatry Association (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (5ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Arcoverde, R. L.; Soares, L. S. L. C. (2012). Funções Neuropsicológicas Associadas a Condutas Autolesivas: Revisão Integrativa de Literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 293-300.
- Barrocas, A. L.; Hankin, B. L.; Young, J. F.; Abela, J. R. Z. (2012). Rates of Nonsuicidal Self-Injury in Youth: Age, Sex, and Behavioral Methods in a Community Sample. *Pediatrics*, 130 (1) 39-45.

- Cerutti, R.; Manca, M.; Presaghi, F.; Gratz, L. (2011). Prevalence and clinical correlates of deliberate self-harm among a community sample of Italian adolescents. *Journal of Adolescence*, 34, 337-347.
- Derogatis, L. R. (1994). *SCL-90-R: Symptom checklist-90-R: administration, scoring & procedures manual*. Minneapolis: National Computer Systems.
- Favazza, A. R.; Rosenthal, R. J. (1990). Varieties of pathological self-mutilation. *Behavioral Neurology*, 3, 77-85.
- Glenn, J. J.; Michel, B. D.; Franklin, J. C.; Hooley, J. M.; Nock, M. K. (2014). Pain analgesia among adolescent self-injurers. *Psychiatry Research* 220(3): 921-926.
- Guereiro, D. F.; Sampaio, D. (2013). Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação na língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 31(2), 213-222.
- Hawton, K.; Saunders, K. E.; O'Connor, R. C. (2012). Self-harm and suicide in adolescents. *Lancet*, 379 (9834) 2373-2382.
- Jorge, J. C.; Queirós, O.; Saraiva, J. (2015). Descodificação dos comportamentos autolesivos sem intenção suicida – estudo qualitativo das funções e significados na adolescência. *Análise Psicológica*, 33(2), 207-219.
- Kamphuis, J. H.; Ruyling, S. B.; Reijntjes, A. H. (2007). Testing the emotion regulation hypothesis among self-injuring females – Evidence for differences across mood states. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 195 (11) 912-918.
- Kapur, N.; Cooper, J.; O'Connor, C. R.; Hawton, K. (2013). Non-suicidal self-injury v. attempted suicide: new diagnosis or false dichotomy?. *The British Journal of Psychiatry*, 202 (5) 326-328.
- Klonsky, E. D. (2011). Non-suicidal self-injury in United States adults: prevalence, sociodemographics, topography and functions. *Psychological Medicine*, 41(9), 1981-1986.
- Klonsky, E. D.; Glenn, C. R.; Styer, D. M.; Olino, T. M.; Washburn, J. J. (2015). The functions of nonsuicidal self-injury: converging evidence for a two-factor structure. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 9, 44.
- Laloni, D. T. (2001). Escala de Avaliação de Sintomas-90-R. SCL-90-R: Adaptação, Precisão e Validade. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil.
- Laukkanen, E.; Rissanen, M.; Tolmunen, T.; Kylmä, J.; Hintikka, J. (2013). Adolescent self-cutting elsewhere than on the arms reveals more serious psychiatric symptoms. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 22 (8), 501-510.
- Linehan, M. (2010). *Vencendo o Transtorno da Personalidade Borderline*. Porto Alegre: Artmed.
- Madge, N.; Hewitt, A.; Hawton, K.; Wilde, E. J.; Corcoran, P.; Fekete, S.; Heeringen, K. V.; Ystgaard, M. (2008). Deliberate self-harm within an international community sample of young people: comparative findings from the Child & Adolescent Self-harm in Europe (CASE) Study. *J Child Psychology and Psychiatry*, 49, 667-677.

- McGoldrick, M.; Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In Walsh, F. (ed.). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*, p. 375-395. Porto Alegre: Artmed.
- Muehlenkamp, J. J.; Claes, L.; Havertape, L.; Plener, P. L. (2012). International prevalence of adolescent non-suicidal self-injury and deliberate self-harm. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 6, 10. doi: 10.1186/1753-2000-6-10.
- Ness, J.; Hawton, K.; Bergen, H.; Waters, K.; Kapur, N.; Cooper, J.; Steeg, S.; Clarke, M. (2016). High-volume repeaters of self-harm: characteristics, patterns of emergency department attendance, and subsequent deaths based on findings from the multicentre study of self-harm in England. *Crisis*, 37, 427-437. doi: 10.1027/0227-5910/a000428.
- Nielsen, E.; Sayal, K.; Townsend, E. (2017). Dealing with difficult days: Functional coping dynamics in self-harm ideation and enactment. *Journal of Affective Disorders*, 208, 330-337.
- Nock, M. K. (2010). Self-injury. *Annual Review of Clinical Psychology*, 6, 339-363.
- Nock, M. K.; Joiner, T. E. J.; Gordon, K. H.; Lloyd-Richardson, E.; Prinstein, M. J. (2006). Non-suicidal self-injury among adolescents: diagnostic correlates and relation to suicide attempts. *Psychiatry Research*, 144 (1) 65-72.
- Orlando, C. M.; Broman-Fulks, J. J.; Whitlock, J. L.; Curtin, L.; Michael, K. D. (2015). Nonsuicidal self-injury and suicidal self-injury: a taxometric investigation. *Behavior Therapy*, 46, 824-833.
- Reis, M.; Figueira I.; Ramiro, L.; Matos, M. G. (2012). Jovens e comportamentos de violência autodirigida. In Matos, M. G.; Tomé, G. (eds.). *Aventura Social: promoção de competências e do capital social para um empreendedorismo com saúde na escola e na comunidade*. Lisboa: Placebo.
- Ribeiro, J. D.; Joiner, T. E. (2009). The interpersonal-psychological theory of suicidal behavior: current status and future directions. *J. Clin. Psychol.*, 65, 1291-129.
- Rice, J. L.; Tan, T. X. (2017). Youth psychiatrically hospitalized for suicidality: Changes in familial structure, exposure to familial trauma, family conflict, and parental instability as precipitating factors. *Children and Youth Services Review*, 73, 79-87.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Schneider, A. C. N.; Ramires, V. R. R. (2007). Vínculo parental e rede de apoio social: relação com a sintomatologia depressiva na adolescência. *Aletheia*, 26 (14), 95-108.
- Simpson, M. A. (1980). Self-mutilation as indirect self-destructive behavior. In Farberow, N. L. (ed.). *The many faces of suicide: Indirect self-destructive behavior*, p. 257-283. New York: McGraw-Hill.
- Skegg, K. (2005). Self-harm. *The Lancet*, 366, 1471-1483.
- Somer, O.; Bildik, T.; Kabukçu-Başay, B.; Güngör, D.; Başay, Ö.; Farmer, R. (2015). Prevalence of non-suicidal self-injury and distinct groups of self-injurers in a community sample of adolescents. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 50 (7), 1163-1171.

- Suyemoto, K. L. (1998). The functions of self-mutilation. *Clinical Psychology Review*, 18, 531-554.
- Veloso, M.; Gouveia, J. P.; Dinis, A. (2011). Estudos de validação com a versão portuguesa da Escala de Dificuldades na Regulação Emocional (EDRE). *Psicologica*, 54, 87-110.
- Wathier, J. L.; Dell'Aglio, D. D.; Bandeira, D. R. (2008). Análise fatorial do Inventário de Depressão Infantil (CDI) em amostra de jovens brasileiros. *Avaliação Psicológica*, 7(1), 75-84.
- Wilkinson, P.; Kelvin, R.; Roberts, C.; Dubicka, B.; Goodyer, I. (2011). Clinical and psychosocial predictors of suicide attempts and nonsuicidal self-injury in the Adolescent Depression Antidepressants and Psychotherapy Trial (ADAPT). *American Journal of Psychiatry*, 168, 495-501.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*, 5ª ed. Porto Alegre: Bookman.
- Young, R.; Sproeber, N.; Groschwitz, R. C.; Preiss, M.; Plener, P. L. (2014). Why alternative teenagers self-harm: exploring the link between non-suicidal self-injury, attempted suicide and adolescent identity. *BMC Psychiatry*, 14, 1-14.

Recebido em 30 de julho de 2017

Aceito para publicação em 22 de setembro de 2017

O TRABALHO DE PERLABORAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES
 PARA OS SOFRIMENTOS NARCÍSICO-IDENTITÁRIOS:
 UMA CONTRIBUIÇÃO DE R. ROUSSILLON

*WORKING-THROUGH AND ITS IMPLICATIONS TO NARCISSISTIC
 IDENTITY TROUBLES: A CONTRIBUTION OF R. ROUSSILLON'S*

*LA PERLABORACIÓN Y SUS IMPLICACIONES PARA LAS PROBLEMÁTICAS
 NARCISISTICO-IDENTIFICATORIAS: UNA CONTRIBUCIÓN DE R. ROUSSILLON*

*Gilson Gonçalves Lopes**

*Perla Klautau***

RESUMO

A perlaboração, conceito central e etapa crucial do método clínico freudiano, tem recebido pouca atenção no cenário psicanalítico atual. Em contrapartida, o mesmo não acontece quando a temática aborda os sofrimentos narcísico-identitários, alvo de interesse cada vez maior por parte de pesquisadores. Nesse contexto, Roussillon tem oferecido contribuições originais no que diz respeito à extensão da técnica psicanalítica, a fim de criar condições para o tratamento desse tipo de sofrimento e tornar possível o trabalho de perlaboração. Com esse propósito, o autor propõe uma escuta polifônica para os sofrimentos narcísico-identitários: uma escuta daquilo que não pode ser dito. Nesse caso, cabe à perlaboração a tarefa de dar voz ao não dito, mediante o esforço de vislumbrar um contorno daquilo que ainda se afigura como impossível de ser dito.

Palavras-chave: perlaboração; sofrimentos narcísico-identitários; clínica psicanalítica; trabalho do analista; Roussillon.

* Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela UVA (Universidade Veiga de Almeida), Rio de Janeiro, Brasil.

** Professora dos Programas de Mestrado Profissional e Doutorado em Psicanálise, Saúde e Sociedade da UVA, Rio de Janeiro, Brasil.

ABSTRACT

The working-through, a central concept and crucial stage of Freud's clinical method, has received little attention in the current psychoanalytic scene. By contrast, the same is not true when dealing with narcissistic troubles of identity, increasingly studied by researchers. In this context, Roussillon has offered unique contributions regarding the extension of psychoanalytic technique, in order to create suitable conditions for the treatment of this kind of suffering and to make possible the working-through. With this goal, the author proposes polyphonic listening to the narcissistic troubles of identity: listening for what cannot be said. In this case, the working-through has the task of giving voice to the unsaid, making an effort to discern an outline of what is still deemed impossible to be said.

Keywords: working-through; narcissistic troubles of identity; psychoanalytic clinic; analyst's work; Roussillon.

RESUMEN

La perlaboración, un concepto central y la etapa crucial del método clínico de Freud, ha recibido poca atención en el entorno psicoanalítico actual. Al contrario, el mismo no es cierto cuando el sujeto se dirige a las problemáticas narcisístico-identificadorias, cada vez más estudiadas por los investigadores. En este contexto, Roussillon ha ofrecido contribuciones originales en relación con la extensión de la técnica psicoanalítica, con el fin de crear las condiciones para el tratamiento de este tipo de sufrimiento y hacer posible la perlaboración. Con esta intención, el autor propone una escucha polifónica para las problemáticas narcisístico-identificadorias: una escucha de lo que no se puede decir. En este caso, la perlaboración emprende la tarea de dar voz a lo no dicho por el esfuerzo para delinear un esquema de lo que todavía representa imposible de ser dicho.

Palabras clave: perlaboración; problemáticas narcisístico-identificadorias; clínica psicoanalítica; trabajo del analista; Roussillon.

Introdução

A perlaboração, conceito central e etapa crucial do método clínico freudiano, tem recebido pouca atenção no cenário psicanalítico atual, apesar de constituir, segundo Freud (1914/2010), um fator propulsor do tratamento, compatível com a rememoração das recordações recalçadas e a repetição na transferência. Em verdade, o conceito, considerado em suas dimensões clínica e teórica, perpassa toda a psicanálise e ocupa um lugar de destaque no manejo da técnica psicanalítica. Segundo o próprio Freud, o termo define aquilo que, na análise, “é a parte do trabalho que tem o maior efeito modificador sobre o paciente, e que distingue o tratamento psicanalítico de toda influência por sugestão” (Freud, 1914/2010, p. 209). Ainda que psicanalistas de diversas tendências reconheçam a importância do conceito na prática psicanalítica e à primeira vista possa parecer que sua definição constitui tarefa simples, na verdade essa aparente simplicidade mascara uma complexidade e uma diversidade de níveis de funcionamento que nos convoca a uma reflexão (Roussillon, 2007).

Em contrapartida, os sofrimentos narcísico-identitários, refratários ao tratamento pelo método psicanalítico tradicional (voltado para o tratamento das neuroses e ancorado na associação livre, na atenção flutuante e na interpretação), apresentam um campo de investigação cada vez mais amplo aos pesquisadores. Tais sofrimentos podem ser entendidos, segundo Roussillon (1999), como estados ou experiências de aflição, de grande tensão e desprazer, de situações sem representação e sem saída. Para o autor, essas patologias representam defesas contra os efeitos de um traumatismo primário clivado cujo traço mnésico tenta acessar a superfície psíquica pela ação da compulsão à repetição. Sendo a experiência traumática irrepresentável, esta tentativa acaba dando origem a situações de impasse, que se estendem à vida adulta. Tais experiências subjetivas arcaicas, situadas na origem desses sofrimentos, foram vivenciadas pelo sujeito em período crucial para a integração do eu, ou seja, “o período anterior ao da linguagem verbal, aproximadamente os dois primeiros anos de vida” (Roussillon, 2012, p. 15).

Nesse contexto, avultam em importância as contribuições originais de Roussillon no que diz respeito à extensão da técnica psicanalítica, a fim de criar condições para o tratamento desse tipo de sofrimento e tornar possível o trabalho de perlaboração. Em busca desse objetivo, o autor propõe uma ampliação dos modos de escuta analítica, sugerindo a apreensão de elementos não verbais, indo além da prevalência do discurso verbal no ambiente analítico. A ideia de escuta ampliada requer uma maior complexidade no trabalho do analista, o que leva Roussillon (2012) a propor que o trabalho analítico reconheça e valorize a escuta de uma linguagem própria da

época anterior à da aquisição da linguagem verbal, permitindo que o analista oriente sua escuta na direção de discursos que abordem a totalidade do corpo, acrescentando a dimensão do afeto. Sob essa perspectiva, cabe à perlaboração a tarefa de dar voz ao não dito, mediante a incessante tentativa de estabelecer os contornos daquilo que insiste em se apresentar como impossível de ser colocado em palavras.

Origens traumáticas do sofrimento narcísico-identitário

Segundo Roussillon (2014), os sofrimentos narcísico-identitários decorrem de traumas primitivos relacionados a decepções narcísicas precoces produzidas pela inadequação das respostas do ambiente. Nesse contexto, é fundamental considerar os efeitos da cadeia trauma-repetição-pulsão de morte, que acaba por constituir um desafio ao processo de perlaboração psíquica. Os eventos traumáticos, parte inicial da cadeia, respondem pela inscrição de marcas e traços que, confrontando angústias e fantasias originárias, colocam em movimento a compulsão à repetição, em sua interminável rotina de processamento e descarga. Desprovida de meios simbólicos e sem condições de desencadear um movimento elaborativo, a compulsão à repetição se limita a atualizar o evento traumático. O quadro delineado impõe a necessidade de se construir uma narratividade capaz de oferecer uma via de elaboração para o golpe traumático (Kloutau, Kislakov & Winograd, 2014).

Sobre a experiência traumática, Roussillon (2006) afirma que o trauma “é a relação entre a intensidade quantitativa e as capacidades de ligação e de organização das excitações que confere à quantidade um valor de efração ou, ao contrário, um valor estimulante, antidepressivo” (Roussillon, 2006, p. 232). Para ele, o excesso não constitui, necessariamente, um problema ou um entrave ao funcionamento psíquico; antes, pode até estimulá-lo. Contudo, o trauma traduz um excesso responsável pela produção de ruptura, paralisia e desamparo, segundo Freud (1920/1996):

Não há dúvida de que um acontecimento, como o trauma exterior, provoca uma grave perturbação na economia energética do organismo, além de acionar todos os mecanismos de defesa, e o princípio do prazer é, logo de início, colocado fora de ação. Já que não é possível impedir que grandes quantidades de estímulos inundem o aparelho psíquico, só resta ao organismo tentar lidar com esse excesso de estímulos, capturando-o e enlaçando-o psiquicamente para poder então processá-lo. (Freud, 1920/1996, p. 153-154)

Essa concepção de Freud identifica um caráter destruturante no excesso de estímulos, de tal ordem que gera uma perturbação psíquica capaz de reduzir o princípio do prazer à inação, retirando-o de seu protagonismo na cena psíquica. Isso abre caminho para algo que se situa *além do princípio do prazer*. Surge, então, a compulsão à repetição, para executar suas intermináveis tentativas de domínio e descarga daquilo que não pode ser inscrito nem representado. Nessa situação, as perturbações traumáticas causadas pelo impacto de algum fator externo no psiquismo revelam um caráter desorganizador e regressivo, inibindo o pulsional e gerando o ingresso nos domínios do *além do princípio do prazer*, com a conseqüente intensificação da pulsão de morte (Winograd, Klautau & Sollero-de-Campos, 2014).

O texto de Freud “Moisés e o monoteísmo” (1939/1996) permitiu uma abordagem mais precisa da questão do trauma, especificando os efeitos daquilo que não é representado sobre o psiquismo. Nessa obra, Freud especulou sobre a incidência precoce do traumatismo, incluindo a noção de um trauma originário constitutivo da subjetividade humana. O trauma, nessa situação, refere-se a um momento específico em que o eu ainda se encontra em formação, ou seja, a fase anterior à aquisição da linguagem. Esse período da produção freudiana destacou a íntima ligação existente entre desamparo e trauma. Pouco antes, em 1926, em “Inibições, sintomas e angústia”, a noção de desamparo ganhou evidência e estatuto de paradigma do traumático diante da fragilidade e incapacidade da criança de entender as ações necessárias ao enfrentamento e à superação do aumento de tensões em seu psiquismo. A ênfase dada ao desamparo como paradigma do traumático põe em evidência a função de contenção que pode ser desempenhada pelo ambiente e o uso do mecanismo de clivagem como recurso defensivo primitivo.

Ferenczi (1933/2011), em seu artigo “Confusão de língua entre os adultos e a criança”, buscou compreender determinados movimentos psíquicos primitivos marcados pela ação da clivagem psíquica. Para tal, conta uma história cujo paradigma está centrado na situação de desamparo fornecida pelo ambiente: uma criança se aproxima de um adulto, usando a linguagem da ternura e recebe com resposta a linguagem da paixão, falada pelo adulto. Essa situação é denominada por Ferenczi (1933/2011) de “confusão de línguas”. Sob a perspectiva ferencziana, ao se defrontar com a linguagem do adulto, a criança registra os sinais da ausência de resposta do ambiente, fato concebido como traumático. Para lidar com tal tipo de desamparo, a saída encontrada pela criança é identificar-se com o adulto. É justamente nesse momento que se estabelece a confusão de línguas: a criança se sente, ao mesmo tempo, inocente e culpada. Diante de tal confusão, ela perde a confiança no testemunho de seus sentidos. Dessa forma, no modelo

proposto por Ferenczi, o medo da criança transforma a identificação em incorporação, fazendo com que o agressor desapareça da realidade externa e passe a existir no registro intrapsíquico. O resultado da operação em questão é a clivagem que permite a existência simultânea de duas partes da personalidade em ação: uma preservada, na medida em que tudo sabe mas nada sente, ao passo que a outra parte fica destruída, destituída de valor por falta de confiança nos próprios afetos.

Para Roussillon (2014), o conceito de clivagem do Eu é o processo referencial das patologias do narcisismo e da autoimagem, já que o sujeito se vê frente à impossibilidade de dar um estatuto representativo a certas experiências fundamentais para a sua identidade e para a regulação do seu narcisismo. A clivagem concerne à patologia do ser, à falta para ser e não à falta como organizadora do desejo e da pulsão. Na situação traumática, impossibilitado de tolerar a experiência, de simbolizá-la ou de fugir dela, preservando-se, o sujeito é forçado a cortar de si a parte dele mesmo que está em contato com a realidade da experiência. Então, ele se cliva de uma parte de si próprio essencial à sua identidade, uma parte que passa a ser excluída e enquistada; enfim, a experiência foi “clivada da subjetividade” (Roussillon, 2014, p. 189).

Ao longo do tratamento de sujeitos cujo sofrimento em questão diz respeito à esfera narcísico-identitária, é importante observar que não basta, porém, ter se clivado da experiência traumática: é preciso se precaver contra o que Roussillon (2014) chama de “retorno do clivado” (p. 190) – terminologia cunhada por analogia à dialética do recalçamento. Nesse sentido, o sujeito tem de desenvolver modalidades de defesa e de ligações não simbólicas para enfrentar o retorno dos traços das experiências de que se clivou. O retorno do clivado nos coloca diante da percepção de que a clivagem não é solução definitiva, posto que a parte excluída da subjetividade fica submetida à compulsão à repetição, e é particularmente ativável de maneira alucinatória, por ser concernente “a um aspecto essencial da identidade” (p. 190). Dessa forma, deve ficar claro que no tratamento dos sofrimentos narcísico-identitários, o material clivado, submetido à compulsão à repetição, retorna à cena analítica em ato, a fim de ser processado e integrado ao eu.

Quando as experiências traumáticas retornam durante o trabalho psicanalítico, é possível observar reações terapêuticas negativas que impõem ao analista um paciente trabalho de reconstrução das relações primitivas com o ambiente primeiro. Nesse sentido, a compulsão à repetição, sem condições de promover o processo de elaboração, restringe-se a atualizar o evento traumático. Diante de tal cenário, o golpe traumático demandará uma via de elaboração a partir da construção de uma narrativa. Os detalhes desse trabalho de perlaboração serão abordados a seguir.

O trabalho de perlaboração dos sofrimentos narcísico-identitários

Laplanche e Pontalis (1992) cunharam as expressões “perlaborar” e “perlaboração” como neologismos para traduzir do alemão, o verbo *durcharbeiten* (perlaborar) e o substantivo *Durcharbeitung* (perlaboração). No “Dicionário comentado do alemão de Freud”, Hanns (1996) informa que o termo alemão *durcharbeiten* expressa a ideia de “trabalhar-se através de alguma tarefa”, ou ainda “percorrer ou atravessar uma tarefa do início ao fim” (p. 198). Nesse sentido, o termo expressa a ideia de estudar ou examinar profundamente; trabalhar sem interrupção; e superar dificuldades através (*durch*) do trabalho (*arbeit*).

A conotação do termo evoca uma duração mais prolongada da ação e certo dispêndio de esforço, algo como “embrenhar-se tarefa adentro e atravessá-la por inteiro” (Hanns, 1996, p. 198). Trata-se de prosseguir até sua conclusão, mas, paradoxalmente, sem intenção de atingir o objetivo no sentido de triunfar ou conquistar (ideia representada pelo verbo *erarbeiten*). Trata-se apenas de chegar ao objetivo, à meta final. Segundo Hanns, Freud geralmente empregou o termo correlacionando-o com o trabalho e esforço a serem empenhados em vencer a resistência.

Em “Recordar, repetir e elaborar”, Freud (1914/1996) considerou a perlaboração como um fator propulsor do tratamento, compatível com a rememoração das recordações recalçadas e a repetição na transferência. Laplanche e Pontalis (1992) indicam que a perlaboração incide sobre as resistências, sucedendo-se em geral à interpretação de uma resistência, que parece não produzir efeito. Nesse caso, “um período de relativa estagnação pode encobrir esse trabalho eminentemente positivo em que Freud viu o principal fator de eficácia terapêutica” (Laplanche & Pontalis, 1992, p. 340).

Mesmo reconhecida como conceito central na prática psicanalítica, a perlaboração está pouco presente nos textos de Freud. Contudo, segundo o próprio autor, trata-se do conceito que mais contribuiu para marcar a diferença entre a prática psicanalítica e outras práticas psicoterápicas baseadas na sugestão. Mesmo presente em todos os momentos da clínica, o trabalho de perlaboração apresenta-se segundo modelos diferentes. Sobre isso, Freud, ao introduzir o conceito de elaboração psíquica em 1914, o fez de maneira intimamente ligada à questão da resistência e sua superação. A centralidade do trabalho de combate e superação das resistências é característica de toda a obra freudiana. Nos primórdios da psicanálise, Freud afirmou: “A tarefa do terapeuta, portanto, está em superar, através de seu trabalho psíquico, essa resistência à associação” (Freud, 1893-1895/1996, p. 283-284). Duas décadas depois, essa ideia ganha expressão: “Na verdade, che-

gamos a compreender, finalmente, que a superação dessas resistências constitui função essencial da análise [...]. A luta contra esta resistência faz parte de toda análise” (Freud, 1916-1917/1996, p. 298). Nas formulações finais da obra freudiana, o eu deixa de ser o polo exclusivo de resistência. Freud (1926/2014) identificou a existência de cinco formas de resistência atuando no aparelho psíquico: três formas de resistência ligadas ao eu (a resistência do recalque, a resistência de transferência e o ganho secundário da doença), a resistência do id (compulsão à repetição) e a resistência do supereu (reação terapêutica negativa). Já no texto “Análise terminável e interminável” (1937/1996), Freud alardeou um tom pessimista no que se refere à eficácia da técnica psicanalítica e sua possibilidade de promover a cura. Para ele, naquele momento, a tarefa de superação das resistências constituía tarefa muito mais árdua e complexa do que ele próprio imaginava.

A superação das resistências exige um trabalho de perlaboração, revestido de complexidade e diversidade (Roussillon, 2007). Esse trabalho varia em função do tipo de trabalho analítico executado, já que por sua vez assume especificidade em função de conjunturas transferenciais e modos de funcionamento psíquico diversos. O autor relaciona o trabalho de perlaboração aos citados três tipos de resistência relacionados por Freud (1926/2014). A cada tipo corresponde um modo particular de trabalho psicanalítico, do que resulta uma forma específica de perlaboração. Roussillon (2007) enumerou três modelos do trabalho de perlaboração, de acordo com os tipos de resistência, a seguir comentados brevemente.

O primeiro modelo, voltado para resistência do eu, refere-se ao modelo implícito no texto freudiano de 1914, correspondendo a um objetivo de “tomada de consciência” de um complexo representativo reprimido. Nesse caso, a perlaboração tem o objetivo de, em primeiro lugar, preparar o terreno para tornar possível o retorno do recalco através do emaranhado de formações associativas pré-conscientes que são seus derivados.

O segundo modelo, destinado a superar as resistências do id, se configura quando a repressão anterior, ou propriamente dita, pode ser também o efeito de uma repressão original (Freud, 1926/2014). Então, à medida que o tratamento se aprofunda, aspecto crucial nas conjunturas transferenciais em que as problemáticas narcísico-identitárias são suficientemente centrais, é preciso elaborar também a repressão originária, caracterizando um segundo modelo. Esse modelo é próprio de situações clínicas em que o material inconsciente não foi representado nem reprimido secundariamente porque nunca teve acesso à consciência. Esse material deixou de sofrer as transformações e a colocação em representação anterior que lhe teriam possibilitado tornar-se consciente (Freud, 1923/1996, 1926/2014).

Por sua vez, o terceiro modelo se funda sobre o trabalho de apropriação subjetiva para além da simbolização. Ou seja, destaca uma questão central mobilizada pelo trabalho analítico: a das condições da apropriação subjetiva desse trabalho pelo analisando. A resistência aqui está enraizada no sentimento de culpa do paciente ou em sua necessidade de punição. Freud considerava a resistência do superego como sendo a mais difícil de o analista discernir e abordar. Ela reflete a ação de um “sentimento inconsciente de culpa” (Freud, 1923/1996) e se torna responsável pela reação aparentemente paradoxal do paciente. No trabalho analítico, representa a materialização de um ou outro impulso de que o paciente se defende quando pressionado pela sua consciência moral.

Serão abordadas aqui somente as questões referentes ao trabalho de elaboração da resistência do id, peculiar às problemáticas narcísico-identitárias, segundo a concepção de Roussillon (2007). Sobre a resistência do id, convém citar Freud (1926/2014):

Pois notamos que o ego ainda acha dificuldades para fazer retroceder as repressões, mesmo após haver decidido abandonar suas resistências, e denominamos “elaboração” a fase de exaustivo empenho que se segue a tal decisão louvável. Agora cabe reconhecer o fator dinâmico que torna necessária e compreensível tal elaboração. Dificilmente será outro que não este: após a remoção da resistência do Eu, ainda há que superar o poder da compulsão à repetição, a atração dos modelos inconscientes sobre o processo instintual reprimido; e não há por que não designar esse fator como “resistência do inconsciente”. (Freud, 1926/2014, p. 106/107)

O trabalho de perlaboração das resistências do id se configura quando conjunturas transferenciais acompanhadas de problemáticas narcísico-identitárias se manifestam durante o tratamento psicanalítico, reafirma Roussillon (2007). Esse trabalho busca tornar consciente um material psíquico específico, a despeito da resistência do id. Sobre isso, Freud (1923/1996, 1926/2014) descreve situações clínicas em que o material inconsciente não foi representado nem reprimido secundariamente, pela simples razão de nunca ter tido acesso à consciência. É desse material que se está falando. Para o autor, esse material não sofreu transformações anteriores que permitissem sua representação, o que possibilitaria o “tornar-se consciente” (Freud, 1923/1996, 1926/2014; Roussillon, 2007). Na verdade, o processo analítico tradicional encontra dificuldades no tratamento desse tipo de conteúdo psíquico, próprio das problemáticas

narcísico-identitárias. Esse modelo se mostra resistente ao padrão freudiano clássico, voltado para os pacientes neuróticos.

Assim é que, na neurose, o trabalho de perlaboração se desenvolve em função da regra fundamental que rege o funcionamento da associação livre. Cabe ao neurótico expressar, em palavras, todos os pensamentos que aflorem em seu psiquismo, mesmo que lhe pareçam absurdos, sem qualquer importância ou censuráveis. Desse modo, a regra fundamental é aplicada mediante (re)transcrições do material inconsciente a partir de sucessivos (re)arranjos associativos. Decorre desse contexto a produção de sentido ou a ampliação de significados já existentes. Em consequência, a regra fundamental assume o caráter de um operador clínico.

Contudo, para tornar possível o tratamento das problemáticas narcísico-identitárias, requer-se, para o método freudiano clássico, um processo de extensão e a adoção de um conjunto de técnicas destinado a dar suporte teórico e clínico a esse processo. O material psíquico que produz os sofrimentos narcísico-identitários decorre de situações traumáticas primeiras, geradoras de um intenso desprazer, capazes de impedir que o sujeito concretize a metabolização da experiência subjetiva por ele vivenciada. Trata-se de um aspecto relevante para o trabalho analítico a ser realizado. Tais situações determinam a ativação, quase automática, de defesas primárias, diante da ameaça de aniquilação despertada pela experiência traumática. Como isso se passa em época primitiva do desenvolvimento do sujeito, o eu fica sem condições de construir um sentido aceitável para o intenso desprazer que o invadiu.

Em relação ao que foi dito, Roussillon (2007) alerta para o fato de que esse material inconsciente invasor é hipercomplexo: as formas resultantes não podem ser integradas e se apresentam de modo enigmático e confuso. Para o autor, a integração dessas formas exige que elas sejam progressivamente desorganizadas e transformadas, usando um movimento de vaivém, ou seja, indo e vindo, dentro-fora, *in-out*, como parte de um jogo de transferências e transposições sucessivas. Porém, sem que haja descondensação, transposição e transformação, o trabalho de metaforização que caracteriza a representação simbólica não pode concretizar o “tornar-se consciente”. Então, os conteúdos são reprimidos primariamente, segundo os termos de Freud (1915/2010, 1926/2014), antes de qualquer subjetivação verdadeira.

A repressão primária “atrai” para si, em seguida, quaisquer repressões ou cli-vagens subsequentes, que são as únicas manifestações visíveis de sua ação. Em 1933, na conferência “A dissecação da personalidade psíquica”, Freud faz menção à transformação da matéria-prima psíquica para uma forma que a torna apta a ter acesso ao registro consciente e ser integrada ao ego, sintetizando os fatores subjacentes a

esse processo mediante o aforismo “*Wo Es war, soll Ich werden*” (Freud, 1933/1996, p. 84) que, traduzido para o português, pode ser entendido como *onde era o id, que haja o ego*. Nesse caso, o modelo de perlaboração implicado corresponde ao trabalho a ser empreendido pelo analista e pelo analisando no sentido de operar as transformações necessárias a que o material inconsciente primitivo, aquele que nunca se havia tornado consciente, possa vir a sê-lo. Todavia, esse material é subjacente às repressões secundárias e é sempre capaz de provocar novas repressões da matéria psíquica inconsciente, de sua natureza e dos movimentos pulsionais (os que ela encobre e os a que ela dá forma). Então, a situação analítica impõe considerar questões específicas da resistência do id. Roussillon (2007) identifica uma *antinomia da resistência*, peculiar às situações-limite da psicanálise. Antinomia significa oposição e essas situações pressionam o processo analítico até o seu limite, sempre ameaçando uma ruptura. O autor esclarece:

Aqui também há uma “antinomia da resistência”, a qual, aqueles que se defrontam com as “situações-limite da psicanálise”, [...], conhecem bem situações-limite que é necessário saber reconhecer e entender como formas da resistência do *id* através de formas transferenciais de reações terapêuticas negativas, de transferências delirantes (M. Little) ou passionais, bem como por meio de outras formas menos manifestas ou menos ruidosas, no entanto marcadas pela inércia, como as de melancolia ou o funcionamento masoquista. (Roussillon, 2007, p. 15 – tradução livre)

Segundo Roussillon (2007), em ocasiões em que a transferência permite, os fragmentos que são ativados à semelhança de uma forma alucinatória devem ser separados, como antes se encontravam. Dessa maneira, a experiência subjetiva pode ser reconhecida como uma representação psíquica, permitindo que seja integrada à dimensão de identidade de pensamento e de simbolização. Trata-se então de reconhecer aquilo que se apresenta na superfície psíquica como uma (re)representação de uma fase do passado, e não como alguma coisa atual. Isso implica uma tarefa de metabolização das moções pulsionais e experiências traumáticas; um trabalho que transforme a experiência subjetiva primária numa forma representativa capaz de acessar a consciência. Esse trabalho requer um esforço de (re)construção, exigindo maior implicação e comprometimento do analista. O eu só pode, efetivamente, trabalhar a partir de representações; deve transformar tudo em representação psíquica e, em particular, verbal, tanto percepções como sensações, moções pulsionais ou afetos (Freud, 1923/1996). Isso configura o primeiro passo do trabalho fun-

damental, de cunho qualitativo, da experiência subjetiva. Há que se explorar os vários aspectos mentais e as diversas facetas da experiência para que o pensamento se familiarize com essa estranheza, possibilitando a sua integração.

De acordo com Roussillon (2007), um trabalho de perlaboração como esse deve ser abordado a partir do modelo de jogo de crianças, exercendo a mesma função desempenhada na infância: dominar as situações difíceis e potencialmente traumáticas, de modo a permitir simbolizar e preparar sua apropriação subjetiva. Será preciso considerar a repetição necessária à exploração fragmento por fragmento, peça por peça, semelhante ao que sucede no jogo de crianças. Perlaboração e repetição andam aqui lado a lado; cabe ao psicanalista identificá-las e diferenciá-las. Nesse momento, torna-se importante lembrar que o trabalho de perlaboração envolve os dois integrantes da dupla analítica, resultando estar o analista muito mais implicado e potencialmente muito mais comprometido do que acontece no modelo da compulsão à repetição. Nesse caso, a ênfase é conferida aos aspectos intersubjetivos do tratamento (Roussillon, 2007), já que a representação psíquica não está dada: ela tem que ser construída, o que, afinal, é fruto do trabalho da análise. Um trabalho entre dois “jogadores”, em que “duas áreas de jogo se superpõem” (Winnicott, 1975, p. 38), e que é a ocasião de compartilhamento de experiências e de recarregamento libidinal, indispensáveis a que as experiências de sofrimento e de simbolização do paciente possam ligar-se e integrar-se à trama do ego pré-consciente. Um trabalho lado a lado, mas mesmo assim no contexto de uma situação assimétrica, já que cada um se apoia sobre o outro e sobre o trabalho do outro, a fim de executar sua própria parte. É a propósito disso que Winnicott afirma que “a psicoterapia é efetuada na superposição de duas áreas lúdicas, a do paciente e a do terapeuta” (1975, p. 80).

A ideia de um trabalho de construção lado a lado inclui também outra: a de uma forma de trabalho em paralelo e em dupla. Roussillon destaca (2007) o fato de a perlaboração se efetuar no campo estruturado por duas cenas distintas que compreendem, de um lado, a do analisando e, do outro, a do analista. Vale ressaltar que são distintas, porém ligadas entre si. Isto, por si só, implica uma exigência de trabalho de ligadura que, por sua vez, se realiza entre as duas cenas, no trabalho de estabelecer ligação e articulação dos dois cenários. Nesse sentido, é possível afirmar que se realiza, desse modo, um trabalho de simbolização a dois; isto é: o que não pôde ser simbolizado historicamente com os objetos primários do paciente encontra no trabalho psicanalítico uma segunda oportunidade de efetuar-se.

Em situações como essa, o analista é mais implicado e comprometido no trabalho, na medida em que as ameaças de sugestão ou mesmo de sedução narcísica estarão necessariamente presentes, em maior escala. Outra espécie de trabalho

será requerida como resultado da perlaboração das resistências emergentes do id: o processamento, de um lado, das inevitáveis seduções e sugestões que fazem parte do trabalho analítico, e de outro, o laço transferencial que une o analista e as seduções sexuais e narcísicas que o paciente experimentou com figuras significativas do seu passado. Esse trabalho se insere na concepção de Roussillon (2007) sobre o segundo modelo de perlaboração, ou seja, o *jogo*, centrado na perlaboração da resistência do id. Tal trabalho se dirige aos eventos psíquicos de natureza e efeitos traumáticos, cujos conteúdos inconscientes resultantes foram contrainvestidos desde o início, antes que qualquer representação consciente tivesse sido produzida. Sob tal enfoque, abordaremos, a seguir, o jogo como recurso clínico.

O jogo como paradigma do trabalho de perlaboração

A palavra jogo traduz a forma pela qual Roussillon (2007), inspirado em Winnicott (1975) e seu “brincar” (*playing*), recomenda o modo pelo qual seja realizado o tratamento das problemáticas narcísico-identitárias. O jogo é tomado por Roussillon como um modelo de trabalho psíquico de análise, como uma espécie de funcionamento mental ou como uma metáfora de certo tipo de trabalho psíquico (Roussillon, 2004). O termo jogo deriva da tradução da palavra *jeu* francesa, por sua vez traduzida do inglês *playing*, gerúndio do verbo *to play*, segundo a obra de Winnicott, *Playing and reality*, publicada no Brasil com o título “O brincar e a realidade” (1975). Sobre os sentidos oferecidos para a palavra inglesa *play*, o *Longman Dictionary of Contemporary English* (1988) aponta uma extensa diversidade, da qual é possível selecionar: uma atividade somente para divertimento, especialmente entre crianças (*at play*); algo que se diz de brincadeira, e não de verdade (*in play*); uma peça de teatro, TV ou rádio, a ser interpretada por atores (*a play*); ou, ainda, algo que se refere à prática de esportes (*to play*). Pode apresentar o sentido de usar toda a experiência da pessoa em alguma tarefa (*into play*), no uso popular; de um divertimento de criança, usando brinquedos, correndo ou saltando (*play with*); de um ato de produzir sons, tocar um instrumento (*play on, for, to*); de participar de um esporte ou jogo, enfrentar um adversário, jogar contra (*play against, for*); de fazer uma graça; de atuar como ator (*play*); de fingir ser uma outra pessoa e agir como ela (*play someone*), além de muitas outras opções. Então, não é difícil, dessa gama de acepções, concluir sobre a dificuldade de se traduzir a palavra *play* por uma única expressão.

Por outro lado, a palavra *jeu* recebe o seguinte tratamento no *Dictionnaire Larousse de Français* (2008): atividade física ou intelectual visando ao prazer, à

distração; divertimento, recreação; aquilo que se destina a jogar (jogo de damas, jogo de cartas); maneira de tocar um instrumento, de interpretar um papel, além de outros sentidos. No idioma português, em psicanálise, o termo brincar está associado à obra de Winnicott e sua visão peculiar, ao passo que o vocábulo jogo, traduzido do francês *jeu*, usado na obra contemporânea de Roussillon, não apresenta o mesmo reconhecimento. Em verdade, os textos de Roussillon, ainda recentes, pouco difundidos no país, constituem algo novo e apenas começaram a ser estudados; por isso não apresentam a mesma visibilidade, em relação ao trabalho de Winnicott. Nesse contexto, utilizaremos a palavra jogo para representar o recurso fundamental proposto por Roussillon para a abordagem da perlaboração no tratamento das problemáticas narcísico-identitárias, mantendo o brincar, termo consagrado pelo uso, quando se toma Winnicott por referência.

Winnicott (1975) introduziu uma concepção original sobre o tema do brincar, oferecendo à psicanálise um novo campo de pesquisa. Sobre o tema, o autor trata o brincar como “uma experiência na continuidade espaço-tempo, uma forma básica de viver” (Winnicott, 1975, p. 75). Nessa concepção, o brincar (*playing*) envolve algo mais amplo do que a simples brincadeira, tendo adquirido um novo sentido para o autor a partir de seus estudos sobre os fenômenos transicionais, remontando-os em seus desenvolvimentos, “desde o emprego primitivo de um objeto ou técnica transicional, aos estádios supremos da capacidade de um ser humano para a experiência cultural” (p. 62). Winnicott enfatiza que o brincar tem “um *lugar* e um *tempo*” na existência humana; como experiência criadora, o brincar tem um lugar e um tempo para acontecer, não seria *dentro* (realidade psíquica interna, segundo Melanie Klein) e nem *fora* (realidade externa, de acordo com Anna Freud), mas sim o que acontece *entre*. Para o autor, o lugar de origem do fenômeno transicional é o espaço potencial entre o bebê e a mãe. É a partir das experiências vividas entre ambos que os fenômenos transicionais, bem como os prováveis objetos transicionais, ocuparão esse espaço. O brincar, sob a forma de objeto transicional, é a via de passagem do estado de indiferenciação com o ambiente para o estado de relação com o outro (percebido o ambiente como separado do bebê).

Para Winnicott (1975), o sentimento de continuidade no tempo torna-se uma conquista a partir da integração do eu, graças a um ambiente-suporte cujo modelo tem por base a continuidade do cuidado materno. Na perspectiva winnicottiana, o brincar abrange uma série de elementos do processo de amadurecimento humano e não é considerado um simples ato de diversão da infância. Ganha importância como atividade graças ao papel estruturante e à função subjetiva,

simbólica e vital, responsáveis pelo desenvolvimento saudável do sujeito. Diante disso, Winnicott busca relacionar o brincar e a psicoterapia:

Posso agora reenunciar o que estou tentando transmitir. Desejo afastar a atenção da sequência psicanálise, psicoterapia, material da brincadeira, brincar, e propor tudo isso novamente, *ao inverso*. Em outros termos, é a brincadeira que é universal e que é própria da saúde; o brincar conduz a relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (Winnicott, 1975, p. 63)

Relacionando o brincar e a psicanálise, Winnicott (1975) endereça um pedido a todo terapeuta “para que permita a manifestação da capacidade que o paciente tem de brincar, isto é, de ser criativo no trabalho analítico” (Winnicott, 1975, p. 83). Para o autor, a psicoterapia se efetua na sobreposição de duas áreas de jogo, a saber: a do analisando e do analista, uma vez que a psicoterapia se processa como se duas pessoas brincassem juntas. Configura-se, então, a ideia de espaço potencial que, nos termos do autor, faz referência à sobreposição de duas áreas, dando forma a uma terceira. Entretanto, não se caracteriza aqui uma situação de indiferenciação, o que teve lugar em momento anterior do desenvolvimento emocional primitivo.

Na hipótese de o analisando não ser capaz de brincar, a tarefa do analista consiste em ajudá-lo a transitar para um estado emocional que torne isso possível. Com base no pensamento de Winnicott (1975), é possível entender que a experiência é fundamental para o ser humano; cada nova experiência implica uma mudança da posição subjetiva na relação com os outros. Desse modo, a experiência de análise torna-se uma nova oportunidade de amadurecimento emocional do indivíduo. O jogo constitui sinal de saúde e uma demonstração de que um significativo percurso foi alcançado existencialmente. Para o autor, o jogo se constitui, na realidade, como algo inerente ao tratamento, uma vez que a análise requer um estado de relaxamento próprio da atividade lúdica, um estado variável desde uma leve excitação até um acentuado prazer. Nesse sentido, é possível identificar no contexto analítico alguns aspectos, como o modo de falar, as inflexões na voz e o uso do humor que denotam, por sua vez, a dimensão dos fenômenos transicionais. Delineia-se, então, entre analista e analisado uma ritmicidade singular, própria da relação, à qual se pode de-

nominar mutualidade. Essa relação pode ser entendida, de acordo com Winnicott (1989), da seguinte forma:

[...] como o começo de uma comunicação entre duas pessoas; isto (no bebê) é uma conquista desenvolvimental, uma conquista que depende de seus processos herdados que conduzem para o crescimento emocional e, de modo semelhante, depende da mãe e de sua atitude e capacidade de tornar real aquilo que o bebê está pronto para alcançar, descobrir, criar... Uma outra coisa, contudo, é a comunicação entre o bebê e a mãe, algo que é uma questão de experiência e que depende da mutualidade que resulta das identificações cruzadas. (1989, p. 198)

Sobre Winnicott, Roussillon (2004) informa que está em concordância com ele, no que se refere ao fato de o jogo se constituir em modelo de trabalho terapêutico, de trabalho psíquico, o qual a situação analítica tenta restabelecer ou promover. O jogo permite o exercício da criatividade, sem estar limitado por regras fixas, servindo assim de inspiração para o trabalho analítico, possibilitando o enfrentamento e a superação dos impasses e dos desafios a que o analista deve responder em seu trabalho. Para Roussillon (2007), inspirado em Winnicott, o jogo traduz o trabalho de transformação necessário à perlaboração da resistência do id, requerido para o tratamento dos sofrimentos narcísico-identitários. O trabalho é direcionado aos eventos psíquicos traumáticos, cujos conteúdos inconscientes resultantes sofreram contrainvestimento desde logo, mas antes que qualquer representação consciente tenha sido produzida. Tais situações traumáticas geraram um intenso desprazer e impediram que o sujeito concretizasse o trabalho de metabolização da experiência subjetiva que ele próprio vivenciou. O jogo é um recurso julgado pelo autor como essencial para o tratamento das problemáticas em questão. Sobre o jogo, Roussillon (2004) teceu as seguintes considerações:

O jogo designa um comportamento lúdico, ou uma atividade lúdica, [...] ou ainda, designa um tipo de funcionamento mental caracterizado por uma série de configurações específicas. Em outras palavras, quando o jogo é tomado como um modelo de trabalho psíquico de análise, trata-se de um jogo formal ou um correspondente intrapsíquico dele, uma espécie de metáfora de funcionamento psíquico. (Roussillon, 2004, p. 81 – tradução livre)

Segundo o autor, a concepção de um jogo como um modelo de trabalho psíquico implica a ideia de um esforço de recuperação e transformação por meio do jogo, destacando-se a noção de que, por meio do jogo manifesto, é possível

que se mascare ou se revele, ao mesmo tempo, um outro jogo, da mesma maneira que acontece no sonho ou na cena latente. Aquilo que é operante no jogo, contribuindo para a simbolização da experiência subjetiva, aquilo que é preciso entender nele, está precisamente ao nível daquilo que se transfere durante o jogo. Traduz justamente o que é preciso discernir e aproveitar, localizando as questões inconscientes que estão em cena durante o jogo:

É a escuta do que está em jogo no jogo (*l'écoute de l'enjeu du jeu*), do jogo latente, potencial, no jogo manifesto, que caracteriza o espaço da psicoterapia ou da psicanálise, é a lenta revelação e o dar forma a esta jogada inconsciente que constitui a quintessência do jogo “simbolizante”. É nesse sentido que o jogo pode fornecer um modelo para o trabalho psicanalítico. Propor o modelo do jogo como modelo do trabalho psicanalítico, o que não é fetichizar o jogo, erigi-lo como modelo *a priori*, “em si”, é antes considerar como mídia, meio, “via real” [...] do processo de apreensão e da transformação da experiência subjetiva, do processo de interpretação desta. (Roussillon, 2004, p. 83 – tradução livre)

O jogo aplica-se, então, ao trabalho clínico da perlaboração no tratamento dos sofrimentos narcíscico-identitários; contudo, esse trabalho apresenta suas dificuldades específicas. Sobre isso, Roussillon (2012) destaca que toda interpretação é intrusiva, e, em segundo lugar, toda não interpretação traduz abandono. Com o intuito de encontrar saídas para tal impasse, Roussillon (2010) considera útil adotar algumas formas de jogo, por ele desenvolvidas, adaptadas do jogo infantil de esconde-esconde. Se o discurso do paciente o protege contra a intrusão do analista, paradoxalmente, faz também com que se sinta, ao mesmo tempo, perdido. Roussillon (2013) propõe que o analista saia à procura dele. Contudo, sair à procura dele não quer dizer encontrá-lo. Significa, antes, comunicar que se está à sua procura:

Você me disse isso, depois me disse aquilo, eu me pergunto se isso quer dizer aquilo. Mas eu não sou muito esperto, eu não consigo descobrir – na medida em que estou à procura. (Roussillon, 2013, p. 68-69)

O autor se inspirou na brincadeira de esconde-esconde de crianças de menos de dois anos. Elas se escondem precariamente, ficam nervosas, e o lugar em que estão é conhecido. Mas os adultos não as procuram onde se esconderam. Se assim não for, não há brincadeira. O adulto segue em outra direção, fingindo dificuldade na procura, o que diverte muito a criança. Roussillon (2013) explica que,

na clínica, com o paciente adulto, desenvolve-se um procedimento semelhante ao jogo, à atividade lúdica infantil: também o analista se aproxima progressivamente. Em primeiro lugar, ele não abandona nunca porque ele procura e, em segundo lugar, ele não invade porque ele não acha! No caso da criança, se o jogo é bom, o adulto se aproxima e a criança aparece, rindo muito.

Considerações finais

Diante do que foi dito, conclui-se que, quando os sofrimentos narcísico-identitários ocupam o primeiro plano da cena clínica, o analista muitas vezes encontra-se envolto na tarefa de evitar despertar tanto a sensação de intrusão quanto a sensação de abandono em seu paciente, cujas angústias primordiais são as de separação e intrusão. Em face dessa situação, Roussillon (2013) desenvolveu uma modalidade de jogo que busca responder à dupla angústia – de abandono e de invasão/intrusão. A psicanálise aqui pode ser entendida como uma representação de um processo de simbolização capaz de facilitar o percurso da perlaboração psíquica, e, como decorrência, a própria análise. No modelo apresentado e na conjuntura transferencial examinada, o trabalho fundamental de perlaboração se mostra presente. Sem sombra de dúvida, a perlaboração constitui parte crucial do trabalho psicanalítico; somente ela proporciona tempo suficiente para que os processos psíquicos possam ser reconhecidos, dominados, explorados e apropriados. Apenas ela assegura as condições para que o trabalho psicanalítico não seja reduzido somente à dimensão pré-consciente da psique, mas que se ponha em contato e enfrente com êxito os desafios verdadeiramente inconscientes que as formas de resistência mascaram e revelam.

Para finalizar, é importante dizer que a perlaboração, a despeito de ser um conceito pouco estudado, continua ocupando um lugar fundamental no manejo da técnica psicanalítica. Na contemporaneidade, a perlaboração permanece como conceito central da psicanálise; levá-la a cabo no ambiente analítico, ao longo do tratamento dos sofrimentos narcísico-identitários, representa um verdadeiro desafio imposto à psicanálise do nosso tempo. Um desafio como este requer um alargamento do escopo de abrangência, uma ampliação do horizonte clínico do método psicanalítico com o intuito de incluir esses pacientes refratários ao atendimento pelo método tradicional. Nesse sentido, é necessário propor que as possíveis extensões do método psicanalítico privilegiem, dentre outros aspectos, a dimensão não verbal da associatividade e adotem um arsenal teórico-técnico compatível, a fim de superar os desafios apresentados pelas novas formas de padecimento psíquico contemporâneas.

Referências

- Dictionnaire Larousse de Français* (2008). France: Maury à Malesherbes.
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de línguas entre adultos e crianças. In *Psicanálise IV. Obras completas de Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes. (original publicado em 1933).
- Freud, S. (1996). Estudos sobre a histeria. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. II. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1893-1895).
- Freud, S. (1996). Recordar, repetir e elaborar. O caso Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XV e XVI. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1916-1917).
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In *Além do princípio do prazer, Psicologia de grupo e Outros trabalhos – Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1923).
- Freud, S. (1996). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1933).
- Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos – Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1937).
- Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo. In *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos – Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1939).
- Freud, S. (2010). Recordar, repetir e elaborar. In *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras. (original publicado em 1914).
- Freud, S. (2010). O inconsciente. In *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916) – Obras completas*, v. 12 (trad. Paulo César Oliveira). São Paulo: Companhia das Letras. (original publicado em 1915).
- Freud, S. (2014). Inibições, sintomas e angústia. In *Obras completas, v. 17: Inibições, sintomas e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)* (1ª ed., trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras. (original publicado em 1926).
- Hanns, L. A. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

- Kloutau, P.; Kislakov, S.; Winograd, M. (2014). A função terapêutica do traumático. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, v. 36, nº 31 (julho-dez./2014), p. 151-168. Rio de Janeiro.
- Laplanche, J.; Pontalis, J. B. (1992). *Vocabulário da psicanálise*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Longman Dictionary of Contemporary English (New Edition)* (1988). Great Britain: Richard Clay Ltd.
- Roussillon, R. (1999). *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF.
- Roussillon, R. (2004). Le jeu et le potentiel. *Revue Française de Psychanalyse*. 1/2004, v. 68 (janvier-mars), p. 79-94. Paris: PUF.
- Roussillon, R. (2006). *Paradoxos e situações limites da psicanálise*. Porto Alegre: Editora Unisinos.
- Roussillon, R. (2007). La perlaboración y sus modelos. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 2007; 105: 7-25.
- Roussillon, R. (2010). Transferência paradoxal e modificações técnicas. *Jornal de psicanálise*, v. 43, nº 78 (junho/2010). São Paulo.
- Roussillon, R. (2012). As condições da exploração psicanalítica das problemáticas narcísico-identitárias. *Alter – Revista de Estudos Psicanalíticos*, v. 30 (1), p. 7-32.
- Roussillon, R. (2013). Comentários de René Roussillon. In *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. Figueiredo, L. C.; Savietto, B. B.; Souza, O. (orgs.). São Paulo: Escuta.
- Roussillon, R. (2014). O trauma narcísico-identitário e sua transferência. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 48, nº 3, p. 187-205. São Paulo.
- Winnicott, D. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. (1989). Explorações psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winograd, M.; Kloutau, P.; Sollero-de-Campos, F. (2014). Entre o trauma e o traumático: a lesão cerebral de Pedro e o presente permanente. In Winograd, M.; Vilhena, J. (orgs.). *Psicanálise e clínica ampliada: multiversos*. Curitiba: Appris.

Recebido em 04 de outubro de 2016

Aceito para publicação em 08 de junho de 2017

PARA ALÉM DO PARADIGMA HISTÉRICO DA ANOREXIA: A ORDEM DE FERRO DO SUPEREU MATERNO

*BEYOND THE HYSTERICAL PARADIGM OF ANOREXIA:
THE IRON ORDER OF MATERNAL SUPEREGO*

*MÁS ALLÁ DEL PARADIGMA HISTÉRICO DE LA ANOREXIA:
EL ORDEN DE HIERRO DEL SUPERYÓ MATERNO*

*Camila Ferreira Sales**

*Cristina Moreira Marcos***

RESUMO

Interessa-nos interrogar a afinidade estrutural entre anorexia e feminino a partir de um caso para além do paradigma histórico da anorexia. Tal afinidade frequentemente é abordada a partir de sua declinação histórica. Podemos dizer que, dentro desse paradigma, esta relação concerne sobretudo à essência do discurso amoroso: é por amor, para ser a única, que a anoréxica se consome na recusa do alimento. Por meio da recusa daquilo que vem do Outro no registro do ter, ela busca criar uma posição particular no Outro. Está disposta a morrer de fome por amor. Sabemos, contudo, que a busca do amor pode se converter em seu contrário, em uma recusa do Outro. É o que encontramos, por exemplo, nos casos de anorexia não histórica. A que responde a anorexia nos casos em que há uma forclusão da significação fálica e que, portanto, não são redutíveis à manobra histórica de defesa do desejo? Como situar aí a afinidade entre anorexia e feminino? Tais questões serão colocadas a partir de um caso clínico no qual verificamos uma submissão a uma ordem de ferro do supereu e uma não assunção de uma posição sexuada na dialética amorosa.

Palavras-chave: anorexia; feminino; histeria; psicose.

* Psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde de Mariana, MG, Brasil.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil.

ABSTRACT

We are interested in questioning the structural affinity between anorexia and femaleness from a case beyond the hysterical paradigm of anorexia. Such affinity is often approached from its hysterical decline. It can be said that, in this paradigm, this relation concerns mainly the essence of the amorous discourse: the anorexic is consumed in her refusal of food in order to be the only one. By refusing that which comes from the Other, she seeks to attain a particular place in the Other. She is willing to die of hunger for love. We know, however, that the pursuit of love can turn into its opposite, into a refusal of the Other. It is what we find, for example, in cases of non-hysterical anorexia. To what is anorexy an answer, in the cases in which there is a foreclosure of the phallic signification, and are thereby irreducible to the hysterical manoeuvre to preserve the desire? How to locate the affinity between anorexia and femaleness? Such questions will be posed within a clinical case in which we discern a submission to an iron order of the superego and abstaining from a sexual position in the amorous dialectic.

Keywords: anorexia; femaleness; hysteria; psychosis.

RESUMEN

Estamos interesados en cuestionar la afinidad estructural entre la anorexia y la mujer a partir de un caso más allá del paradigma de la anorexia histérica. Esta afinidad a menudo se acercó de su declinación histérica. Podemos decir que, dentro de este paradigma, esta relación se refiere principalmente a la esencia del discurso amoroso: la anoréxica se consume en rechazo a la comida para el amor. Sabemos, sin embargo, que la búsqueda de amor puede convertirse en su contrario, en el rechazo del Otro. Es lo que encontramos, por ejemplo, en casos de anorexia no histérica. Donde hay una exclusión de la significación fálica y por lo tanto no se reduce a maniobra histérica en la defensa del deseo, ¿a lo que responde la anorexia? Entonces, ¿cómo colocar la afinidad entre la anorexia y la mujer? Estas cuestiones serán colocadas a partir de un caso en el que vemos una sumisión a un orden de hierro del superyó y una no asunción de una posición sexual en la dialéctica del amor.

Palabras clave: anorexia; femenino; histeria; psicosis.

Introdução

Interessa-nos, neste artigo, interrogar a afinidade estrutural entre anorexia e feminino a partir de um caso, para além do paradigma histórico da anorexia. Tal afinidade é frequentemente abordada a partir de sua declinação histórica, que visa à instauração de um lugar de exceção do lado feminino, no qual não há a exceção. É para ser a única no desejo do Outro que ela recusa o alimento. Dentro desse paradigma, a anorexia revela o sintoma histórico como uma mensagem endereçada ao desejo do Outro e evidencia uma afinidade estrutural com o feminino concernente sobretudo à essência do discurso amoroso. É por amor, para ser a única, que a anoréxica se consome na recusa do alimento. Por meio da recusa daquilo que vem do Outro no registro do ter, ela busca criar uma posição particular no Outro. Está disposta a morrer de fome por amor.

Nesse sentido, a anorexia é uma demanda de amor ao Outro. No amor, demanda-se não algo da ordem do ter, mas signos da falta. Dessa forma, amor e anorexia aproximam-se, na medida em que não se situam no registro do ter (Marcos, 2016). Contudo, sabemos que a busca do amor pode se converter em seu contrário, em uma recusa do Outro. É o que encontramos, por exemplo, nos casos de anorexia não histórica. A que responde a anorexia nos casos em que há uma forclusão da significação fálica, e que portanto não são redutíveis à manobra histórica de defesa do desejo? Como situar aí a afinidade entre anorexia e feminino? Tais são as questões que serão colocadas a partir de um caso clínico.

Freud já havia assinalado, no “Rascunho G.” (1895/1987), a relação entre a anorexia e as moças jovens cuja sexualidade não se desenvolveu. Ele destaca ainda, nesse trabalho, a relação entre anorexia e melancolia, embora não classifique a anorexia como uma psicose, considerando-a uma espécie de paralelo neurótico da melancolia.

A neurose nutricional paralela à melancolia é a anorexia. A famosa anorexia nervosa das moças jovens, segundo me parece (depois de cuidadosa observação), é uma melancolia em que a sexualidade não se desenvolveu. A paciente afirma que não se alimenta simplesmente porque não tem nenhum apetite; não há qualquer outro motivo. Perda do apetite – em termos sexuais, perda da libido. (Freud, 1895/1987, p. 222)

Tanto em Freud quanto na psiquiatria, a anorexia é abordada como uma patologia feminina por excelência, que atinge especialmente as mulheres.

A expressão de Freud “moças jovens”, presente no “Rascunho G” (1895/1987), não deixa de destacar a afinidade da anorexia com o feminino. A anorexia nervosa nas jovens mulheres seria a neurose paralela à melancolia, frente a uma sexualidade não desenvolvida. “É sabido que existe uma neurose nas meninas que ocorre numa idade muito posterior, na época da puberdade ou pouco depois, e que exprime a aversão à sexualidade por meio da anorexia” (Freud, 1918/1987, p. 133). Freud faz assim uma observação de que a famosa anorexia nas adolescentes é uma melancolia diante de uma sexualidade precária, pouco desenvolvida.

Em Freud (1900/1987), é o sonho da Bela Açougueira que desenha o quadro da anorexia histérica. Em seu comentário, Lacan afirma que o desejo de caviar da espirituosa histérica é um desejo de mulher satisfeita que não quer estar assim. “Mas, vejam, ela não quer ser satisfeita apenas em suas verdadeiras necessidades. Quer outras, gratuitas, e, para ter toda a certeza de que o são, não quer satisfazê-las.” (Lacan, 1958/1966, p. 625) A satisfação da necessidade aparece como engodo no qual a demanda de amor é esmagada.

Cosenza (2008) afirma que, dentro desse paradigma, a anorexia revela o sintoma histérico como uma mensagem endereçada ao desejo do Outro.

[...] Ao orquestrar o próprio dejetivo (da comida, do sexo, do corpo feminino) como um desejo, a anoréxica coloca em cena, de modo exemplar, o estatuto simbólico metafórico do sintoma como mensagem inconsciente escrita no corpo. Essa mensagem demanda o desejo do Outro e a interpretação, mesmo que seja preciso pôr em risco a sobrevivência do corpo. (Cosenza, 2008, p. 35)

Isso significa dizer que a anorexia coloca em evidência a recusa do objeto da necessidade e do Outro da demanda. “É a criança alimentada com mais amor que recusa o alimento e usa sua recusa como um desejo (anorexia mental)” (Lacan, 1958/1966, p. 628). A satisfação da necessidade só pode aparecer como ilusão na qual a demanda de amor é eclipsada. A recusa do alimento faz surgir o que está para além da demanda, o desejo do Outro. Com sua recusa em satisfazer a demanda da mãe, a criança faz um apelo para que a mãe deseje para além dela, na medida em que é isso que lhe falta para a constituição do seu desejo. Não comer nada faz surgir o nada como objeto separador, como defesa subjetiva do desejo. O corpo se consome numa tentativa de abrir uma falta no Outro. Se o Outro reduz a falta à falta de alimento, a solução do sujeito para a sustentação do seu desejo é a recusa do objeto oral (Marcos, 2016).

Segundo Soria (2016), na anorexia histérica, a repugnância permanece atrelada a uma estratégia de defesa, um gozo da recusa. Na melancolia, ao contrário, a perda da libido se estende a tudo, como uma “hemorragia interna”, da qual resulta a indiferença do melancólico pelos objetos. Em “Luto e Melancolia” (1917/1968), Freud faz uma distinção entre a identificação narcísica, mecanismo em jogo na melancolia, e a identificação histérica. Na melancolia há, no lugar do objeto, uma identificação regressiva que aponta para uma escolha de objeto do tipo narcísica. O melancólico elege como objeto de amor alguém em quem ele identifica seu ideal narcísico, o que faz com que todas as mensagens dirigidas a esse objeto sejam em última instância dirigidas a si próprio. As autorrecriações e autoacusações do melancólico são na verdade recriminações e acusações ao objeto e, uma vez que este é colocado numa relação especular a partir da identificação narcísica, elas se voltam para o eu. A relação com o objeto é marcada por uma forte ambivalência, o que explica o ódio contra si próprio.

Na melancolia, Freud afirma que “a sombra do objeto caiu sobre o eu” (1917/1968, p. 156), o que faz com que o supereu passe a tratar o próprio eu como objeto, “o objeto abandonado”, passível de ser julgado e maltratado. O supereu se converte em pura cultura da pulsão de morte. Isso implica que a relação entre supereu e eu se estabelece tal como na primeira fase da identificação, considerada por Freud como preliminar à escolha de objeto: “ele (o eu) gostaria de incorporar esse objeto, e isso, conforme a fase oral ou canibal do desenvolvimento da libido, por meio da devoração” (Freud, 1917/1968, p. 157). Assim, as autoacusações do melancólico tendem a se estender em uma “recusa de alimentação que se apresenta na forma grave do estado melancólico” (Freud, 1917/1968, p. 157).

Para Soria (2016), a anorexia na melancolia é um dos fenômenos de retorno do real e a dificuldade do diagnóstico reside em que, nesses casos, o real retorna no próprio sujeito. “O melancólico localiza o gozo e o encarna, fora do lugar do Outro.” (Soria, 2016, p. 31) Após essa breve diferenciação entre a anorexia histérica e a melancólica, veremos que o caso Margarida nos permite interrogar a função da anorexia nos casos não redutíveis à histeria. Neles, o sujeito se submete a uma ordem de ferro do supereu e não ocorre a assunção de uma posição sexuada na dialética amorosa.

O caso Margarida

“Você é moça bonita. Eu gosto de coisa bonita.” Estas foram as primeiras palavras de Margarida ao entrar no consultório. A transferência se estabeleceu de

imediatamente, pela via da aparência, da imagem do corpo. Ora, no primeiro encontro com o analista, ele oferece seu corpo ao paciente. Se há aperto de mão, abraço ou simplesmente um olhar, isso é secundário quanto à presença física de seu corpo. Como em qualquer encontro entre duas ou mais pessoas, o fato de se ter um corpo e de se apresentar ao outro antes de mais nada com a aparência deste corpo comporta toda uma série de surpresas e curiosidades – estranhamento, vergonha, desconcerto, exibição, inveja, sedução, manifestações corpóreas como sudorese ou gagueira. Quando outros elementos entram na cena, elementos de linguagem, a aparência ainda assim continua: enquanto durar o encontro, os corpos estarão dispostos em sua presença física.

Marie-Hélène Brousse (2012) comenta, em entrevista sobre o tema “O que é uma mulher?”, que é possível localizar três níveis da aparência: a biologia, a mascarada e o semblante. Com relação ao primeiro nível, ela afirma que a verdade enunciada pela biologia é da ordem da aparência, ao passo que, em relação ao sujeito do inconsciente, a biologia é vazia de saber. Isso significa dizer que o discurso da ciência não é detentor da verdade sobre o sujeito; a anatomia não responde ao que é ser homem ou mulher. É no campo da fala que devemos situar a pergunta sobre o feminino dentro da psicanálise: “do ponto de vista do discurso analítico, a biologia não é portadora de um saber sobre o feminino nem sobre o masculino” (Brousse, 2012, p. 7).

O segundo nível da aparência é a mascarada. A mascarada diz respeito às insígnias e aos emblemas maternos e femininos. Trata-se de uma transmissão pela aparência, por um parecer. Brousse (2012) exemplifica a mascarada usando a imagem da filha que se apropria dos objetos da mãe – chapéu, óculos, maquiagem, brincos – em busca da transmissão, pela via desses objetos, do que é ser mulher. A mascarada, diferente da biologia, já se inscreve num aparato simbólico, embora seja também aparência. É quando a linguagem atravessa a demanda, separando definitivamente o que é da ordem da necessidade e o que é da ordem do desejo, que a mascarada surge como apelo simbólico de uma resposta sobre o feminino. A linguagem é o que permite metaforizar o vazio que não aparece no real biológico e provocar o deslocamento da necessidade ao desejo. Ao mesmo tempo, a mascarada não deixa de flertar com a dimensão do fetiche, do véu, da máscara que se coloca diante da dificuldade de se caracterizar o feminino.

O terceiro nível da aparência, segundo Brousse, é o semblante. O semblante, longe de fazer oposição àquilo que é autêntico, é a “modalidade fundamental de laço entre os sujeitos humanos” (Brousse, 2012, p. 9). A sexualidade é uma questão de semblante, assim como o desejo. A categoria de semblante foi inventada, na psicanálise, a partir dos avatares da sexualidade feminina. Se a pergunta sobre *o que é uma mulher* é calcada sobre uma lógica significante, dirigida ao

Outro simbólico, já o acesso ao feminino é inalcançável ou é atingível somente enquanto ideal. O semblante é o próprio funcionamento do simbólico e ele sustenta a mascarada: “a mascarada funciona segundo esse registro de semblante” (Brousse, 2012, p. 21).

Brousse (2012) ressalta que o semblante respalda o acesso ao feminino somente enquanto ideal. Ou seja, o ideal deve permanecer como ideal, pois se for encarnado indica uma inclinação para a psicose. Voltando ao caso clínico em questão, o comentário inicial da paciente sobre a aparência da analista já revela o que veremos a seguir: o semblante fracassa em sua função de semblante e Margarida busca encarnar o ideal no corpo como forma identificatória de possuir aquilo que ela supõe que a mulher tem. Em outros termos, ela insiste em fazer existir a mulher-toda, A mulher.

A princípio, o comentário da paciente indica isto: que um laço transfereencial se estabeleceu a partir do significante “coisa bonita”. Talvez no campo da neurose isso viria de um modo velado, como uma mensagem enigmática que portaria uma cifra cuja repetição se faria ouvir ao longo da análise. No caso de Margarida, a transparência da verbalização, ainda que não a torne menos enigmática, favorece o caminho pelo qual devemos encontrar seu signo. Alguma coisa dessa beleza se repete, a começar pelo sintoma que a levou pela primeira vez à internação psiquiátrica: sua anorexia.

O desencadeamento da anorexia em Margarida

Internada pela primeira vez quando tinha 18 anos, com sintomas psicóticos positivos – delírio e alucinações auditivas – além de quadro anoréxico com uso de diuréticos e laxante, Margarida tem hoje, aos 28 anos, um histórico de nove internações. Atualmente, encontra-se estabilizada e continua seu tratamento em um serviço de saúde mental. Sua última internação foi há dois anos; depois disso tem sido acompanhada pelo serviço público e pela analista, sem novos episódios de surto que exigissem internação.

O desencadeamento da crise ocorreu quando sua professora de balé lhe disse que ela deveria emagrecer dois quilos, pois estava “gordinha” para a apresentação. A paciente conta que neste momento sentiu vergonha das colegas, que riam dela. A partir desse dia, parou de frequentar as aulas de balé e de conversar com as meninas, que antes eram consideradas “melhores amigas”. A paciente foi se desvinculando gradualmente do convívio social até que, três anos depois, teve o surto e foi internada no hospital psiquiátrico.

Margarida relata que sempre gostou de moda e que na época de colégio cortava seus uniformes “para ficar *fashion* e diferente das outras”. Na adolescência, começou a fazer uso exagerado de álcool, chegando a faltar às aulas para beber e por vezes até a participar da aula alcoolizada. Conta que ficava inquieta na sala de aula, o que foi notado por um professor que, segundo ela, indicou que ela procurasse um psiquiatra. Sobre isso, comenta: “eu devia ter procurado naquela época... agora é tarde”. Reconhece que sempre foi agitada, porém nunca se incomodou com isso a ponto de procurar tratamento. Apenas com o episódio da aula de balé o surto foi desencadeado e gradualmente foi se configurando um quadro de melancolia.

Com sagacidade, a paciente fala sobre sua doença, demonstrando um certo “saber” que chega a desconcertar os médicos. Ela *sabe* os efeitos de cada medicamento – chegando a exigir do psiquiatra que lhe prescreva tal ou tal remédio – e domina um entendimento leigo da psicologia, do senso comum, mas com o qual ela enlaça os vários profissionais que atuam em seu tratamento, colocando-se como “paciente especial”. Ela quer, de todo modo, cativar a equipe. Com uma ressalva: que sejam mulheres! Margarida recusa ser tratada por homens, diz não gostar de homens. Porém, quanto às mulheres do serviço, ela demonstra carisma e as manipula de tal modo que chega a considerá-las suas “amigas”.

Margarida se veste de modo singular: está sempre arrumada, “excêntrica” (outro ponto que em que ela se identifica com a analista, ao definir o estilo dela como “excêntrico”), com vários apetrechos e o cabelo invariavelmente exuberante. Aparência que, pode-se supor, tenta fazer a suplência de um corpo ao qual faltam certas referências, pois fica evidente que há um corpo “fora do lugar”, impossível de ser nomeado por um significante e por isso extremamente dependente do olhar do Outro. É como se a presença física do Outro – de seu olhar – fosse o único fio, tênue, que sustentasse a existência desse corpo frágil. Tanto assim que o nome com o qual ela tenta fazer algum tipo de colagem reverbera nos momentos de agitação: ela pula e repete três vezes “menina Margarida, Margarida, Margarida”, “eu gosto de moda, moda, moda”, “quero ser magra, magra, magra”.

Será o nome aquilo que restou do corpo e que perambula solto, como um fora-de-sentido que não consegue dar a esse corpo uma nomeação? Ou será o corpo isso que resta do nome e que pula, pulsa, exigindo alguma significação que possa lhe servir de referência?

Freud, em “Introdução ao narcisismo” (1914/2004), demonstra que a constituição do eu é uma operação necessária diante da fragmentação original do ser falante. O eu, segundo ele, é a projeção de uma superfície corporal. É isso

que Lacan (1949/1966) conceitualizará no estádio do espelho, afirmando que o corpo é primeiro, e é depois que a simbolização vem dar a esse corpo seu contorno – operação que passa necessariamente pelo Outro. É o olhar do Outro que ratifica a imagem que a criança vê aparecer no espelho, devolvendo a ela a idêntica correspondência entre aquele reflexo e seu eu.

A imagem, porém, não se acopla totalmente ao eu da criança. Sobra um resto irreduzível – resto da operação da entrada do sujeito na linguagem – que Lacan chamou de objeto *a*. Não apenas o *a* introduz o hiato fundamental que garante a inscrição da falta sobre a qual o desejo se articula, como também cria a condição de que esse corpo seja nomeado. Lacan, ao retomar o esquema óptico no seminário sobre a angústia, diz:

Essa ausência é também a possibilidade de uma aparição, ordenada por uma presença que está em outro lugar. Tal presença comanda isso muito de perto, mas o faz de onde é inapreensível para o sujeito. Como lhes indiquei, a presença em questão é a do *a*, o objeto na função que ele exerce na fantasia. Nesse lugar da falta onde algo pode aparecer, coloquei pela última vez, e entre parênteses, o sinal (*-phi*). Ele lhes indica que aqui se perfila uma relação com a reserva libidinal, ou seja, com esse algo que não se projeta, não se investe no nível da imagem especular, que é irreduzível a ela, em razão de permanecer profundamente investido no nível do próprio corpo, do narcisismo primário, daquilo a que chamamos auto-erotismo, de um gozo autista. (Lacan, 1962-1963/2005, p. 55)

Ou seja, a imagem não dá conta de cobrir o corpo. Estamos sempre construindo um corpo – essa aparência que, como diz o ditado, engana (“as aparências enganam...”). O corpo resiste à simbolização totalizante e o que resta é o real, que insiste em retornar sempre no mesmo lugar (Lacan, 1964/2008). No caso de Margarida, a impossibilidade de destacar esse objeto *a* da imagem de seu corpo faz com que o corpo não seja nomeado. Não há inscrição da falta, logo, o nome que lhe foi dado – se não respaldado pelo significante do Nome-do-Pai – não ganha a consistência simbólica devida. A repetição “Margarida-Margarida-Margarida” exhibe justamente o fracasso do nome em dar conta de uma reposta simbólica para seu corpo. Sem a interdição que faz descolar o objeto *a* da imagem corporal, Margarida encarna o semblante que é a própria aparência, como visto inicialmente. Ela recusa o semblante enquanto semblante e faz da imagem ideal a própria verdade de seu corpo.

Como no caso de Margarida, o fenômeno anoréxico nas anorexias não históricas pode se apresentar como uma resposta ou uma suplência a uma falha do suporte narcísico (Soria, 2016). Para Soria (2001), se a histórica sabe se servir do significante fálico e o corpo se apresenta como falicizado na mascarada, nas formas de anorexia não neuróticas haveria uma recusa do semblante. A autora demonstrará que, nesses casos, a aspiração anoréxica consiste em existir como pura imagem. Margarida parece buscar fazer-se um corpo com o estilo de vida anoréxico: a imagem, os croquis desenhados, o interesse pela moda, as roupas, a maquiagem são artifícios que buscam transformar esse corpo em pura imagem, em um corpo desencarnado. A ingestão de detergente, xampu e sabonete atesta a tentativa de limpar o corpo de toda e qualquer impureza, do seu excesso de carne, como se a carne do corpo fosse ela própria a impureza, por tornar “sujo” aquilo que é da imagem, a “bela” imagem.

O desencadeamento da anorexia de Margarida, aos 18 anos, nos leva a interrogar a função da irrupção de um gozo no corpo provocado pelas manifestações da feminilidade corporal da adolescência. Soria (2008) ressalta que, em casos de melancolia, o sujeito se mantém mais ou menos bem durante a infância, quando o corpo se mantém com certa uniformidade, uma espécie de boa forma permitindo um fechamento narcísico que garantiria sua estabilização. Com as mudanças corporais, o advento das curvas e ocos, algo vai exceder a imagem plana, especular, e o corpo vai exigir um novo tratamento do gozo. Não raro este tratamento passa pelos transtornos alimentares, transtornos que colocam em relevo a questão da imagem do corpo e a relação com o outro. Aprendemos também isto no caso de Margarida, para quem é necessário manter um corpo infantil, ou seja, sem os relevos/impasses do feminino, e um “mundo infantil”.

Cosenza (2014) destaca que Lacan, em seu “Prefácio ao Despertar da Primavera de Wedekind”, isola dois tempos lógicos em torno dos quais a iniciação sexual se estrutura. O primeiro tempo é dado pela representação onírica da relação sexual: para “fazer amor com as mocinhas [...] eles (os meninos) não pensariam nisso sem o despertar de seus sonhos” (Lacan, 1973/2003b, p. 557). Há assim a elevação da relação sexual ao inconsciente, que faz com que ela exista para o sujeito de modo singular, como enigma, num quadro fantasmático. O segundo tempo é aquele em que o adolescente se depara, nos primeiros encontros da vida sexual com seus parceiros, com a inexistência da relação sexual e descobre o verdadeiro sentido da iniciação: que o véu (do mistério da sexualidade) levantado não mostra nada. Nesse tempo, o adolescente experimenta na relação sexual que seu gozo é irreduzível e só há gozo do corpo próprio. O tempo 1 funciona como um véu

inconsciente que recobre o furo da não relação. Entre o tempo do véu e o tempo do trauma, se estrutura a iniciação sexual do adolescente.

Ora, Cosenza (2014) desenvolverá a hipótese que nas anorexias não redutíveis ao paradigma histórico haveria um fracasso da entrada na adolescência, já no tempo da construção de um véu fantasmático em torno da sexualidade, que impediria “uma verdadeira assunção da posição sexuada e uma inscrição subjetiva no interior da lógica fálica” (Cosenza, 2014, p. 211). Consequentemente, ocorreria um fracasso na equação corpo=falo e uma privação do valor enigmático da vida amorosa e sexual. O véu adquire uma posição central na construção da posição feminina na dialética fálica, na medida em que sua função permite à mulher entrar na mascarada feminina e ter seu valor fálico reconhecido como causa de desejo de um homem. Nesse sentido, o véu é um órgão simbólico essencial na vida amorosa feminina. Segundo o autor, na clínica da anorexia além do campo da histeria, podemos observar uma “lesão estrutural da função do véu” (Cosenza, 2014, p. 210). Isto impede a assunção de uma posição sexuada na dialética da vida amorosa, o que não é incompatível com uma vida de casal ou mesmo com uma vida sexual; entretanto, esse terreno da vida surge desprovido de valor fálico e não é a expressão de uma construção fantasmática.

Em Margarida, observamos essa vida sexual esvaziada de agalma. A relação com seu parceiro parece se ancorar em uma exigência de apoio narcísico-especular, o que responderia a uma necessidade mimética em se parecer com as outras mulheres; no entanto, a vida amorosa se mostra desprovida de desejo. Vemos aí um casamento do sujeito com a imagem do seu próprio corpo como um casamento sem véu, do qual fala Cosenza (2014).

A ordem de ferro do supereu materno

A necessária falicização do corpo feminino, assinalada por Lacan (1960/1966) em “Diretrizes para um congresso acerca da sexualidade feminina”, se reduz, em Margarida, ao recurso a uma identificação imaginária, a uma pura imagem, separada do simbólico. Uma mulher deve fazer de seu corpo um falo para entrar na lógica fálica; entretanto, ela pode permanecer identificada ao falo imaginário. Nesse caso, Lacan indica que ela não atravessa o véu do semelhante materno, o que a impede de desejar o falo no homem. Essa identificação imaginária com o falo é uma recusa da função de castração, que a deixa presa a uma relação especular com a mãe.

Margarida se queixava constantemente de que a família não lhe dava muita atenção, com exceção da mãe, única pessoa com quem ela podia contar. “Não sei o que vou fazer se ficar sem minha mãe; não vou dar conta de viver sozinha”, ela chegava a dizer, referindo-se a uma possível ameaça de autoextermínio, caso a mãe viesse a falecer. É interessante notar que essa frase indica uma antecipação da morte da mãe, como se houvesse uma necessidade de se afirmar por meio do negativo da existência – tanto da mãe quanto de si própria. Ela, de certa forma, convida a analista a protegê-la dessa ameaça de suicídio ao entrar como um terceiro capaz de mediar a relação com a mãe.

É sabido que a inveja entre as mulheres é apontada por Freud (1916/1969) como um traço clássico da relação mãe/filha, herdeiro da raiva pela mãe por ela ter transmitido a castração. Em suas palavras:

Conforme aprendemos pelo trabalho psicanalítico, as mulheres se consideram como tendo sido prejudicadas na infância, como tendo sido imerecidamente privadas de algo e injustamente tratadas; a amargura de tantas filhas contra suas mães provém, em última análise, da censura contra estas por as terem trazido ao mundo como mulheres e não como homens. (Freud, 1916/1969, p. 356)

Lacan (1973/2003a) utiliza o termo “devastação” para definir a relação mãe-filha. Freud havia falado, em “Sexualidade feminina” (1931/1969), em catástrofe, definindo a mãe como Outro Onipotente ao qual a menina está inexoravelmente ligada em sua pré-história. É nesse texto que ele assinala a importância da relação mãe-filha e afirma tê-la subestimado em função do forte recalque que a mantém quase inacessível à análise. Nesse texto de 1931 e posteriormente em sua última conferência sobre a feminilidade (1933/1969), Freud acentua o ódio ressentido em relação à mãe, considerada responsável pela falta da filha. Para ele, a devastação é uma das consequências da sexualidade feminina, derivada da inveja do pênis. A intensidade do ódio é proporcional à intensidade do amor que o precede e à decepção. Portanto, a devastação é, em Freud, ligada ao destino do falo materno na menina (Marcos, 2011).

Brousse (2002) destaca que Lacan nos permite abordar a devastação a partir do desejo da mãe. O sujeito busca saber o que orienta o desejo da mãe para encontrar aí o seu lugar. O pai é aquele que abre a possibilidade de um além da captação imaginária. Nesse sentido, orientar-se em direção ao pai é a possibilidade para a menina de transformar a rivalidade imaginária presente na relação com a mãe e simbolizar a falta. É preciso que a menina saia da posição de saturar a

falta da mãe e que a mãe se deixe dividir pela troca fálica para que a criança não permaneça na posição de fetiche ou de dejetos (Drummond, 2011).

Ora, o campo do desejo da mãe não é inteiramente recoberto pelo significativo. Para Brousse (2002), a devastação está ligada à impossível troca fálica, na medida em que algo da mãe escapa à lei simbólica. Assim, o campo do desejo da mãe comporta uma zona obscura, não saturada pelo Nome-do-Pai e, como tal, sem limite. A autora nos adverte que não se trata de reduzir a devastação à relação dual com a mãe e esclarece que, tanto em Freud quanto em Lacan, a relação mãe-criança é logo de início situada no campo simbólico. Também não devemos circunscrever a relação mãe-filha a uma relação que escaparia ao discurso, o que nos conduziria a atrelar a devastação à psicose. Trata-se de especificar o modo singular como a linguagem emergiu para cada sujeito, constituindo seu corpo. O insulto, a rejeição ou o silêncio são alguns dos modos de emergência particular da linguagem para o sujeito, destacados por Brousse. Embora diversos, eles trazem um traço em comum, a saber, a consagração da “crença inabalável na onipotência de um Outro não castrado, de uma mãe que escapa à falta da castração e que apresenta ao sujeito uma alternativa mortal: ou a rejeição, ou a reintegração do seu produto pela genitora” (Brousse, 2002, p. 99).

Brousse (2002) conclui que a devastação comporta uma face fálica de reivindicação ligada ao desejo da mãe e uma face não toda fálica que diz respeito a um rapto do corpo, ligado à dificuldade de simbolização do gozo feminino. Sua hipótese desemboca em três pontos centrais. O primeiro deles articula-se ao Outro primordial, na medida em que está ligado ao modo de emergência da linguagem no sujeito. O segundo situa a devastação no momento da introdução traumática do sexual, na perspectiva de uma satisfação direta da demanda da mãe que, se não exclui a função fálica, não a coloca na dialética da troca e da perda. Por fim, a devastação é definida como consequência de um arrebatamento determinado pela ausência do significativo d’A mulher que o sujeito entrevê naquilo que, no campo do desejo da mãe, não se reduz ao desejo e ao significativo fálico, apontando para um sem limite. Concordamos com a autora quando ela afirma que não se deve fazer uma equivalência entre devastação e psicose; entretanto, devemos nos perguntar o que separaria a devastação do sujeito histérico desse mesmo fenômeno na psicose.

Alvarenga afirma que “há uma tendência estrutural, nas mulheres, para a devastação e/ou arrebatamento” que provém da falta de um significativo para nomear algo para uma mulher (Alvarenga, 2003, p. 47). Se, na neurose, a operação da metáfora paterna permite ao sujeito especificar o enigma do desejo da mãe como significação fálica, na psicose, a forclusão do Nome-do-Pai torna impossí-

vel a inscrição do sujeito na função fálica. A devastação que a mãe pode ser para uma filha é o resultado de um atalho que evita passar pelo falo. Nele, Margarida fica presa a um supereu materno feroz, que recusa ou desconhece a função paterna. Rosa, mãe de Margarida, designa um projeto para a filha: “ser bela” e a encerra nele, como em uma ordem de ferro.

Há que se lembrar que a forclusão do Nome-do-Pai não é a totalidade da teoria de Lacan acerca da psicose. Ela é uma hipótese causal, não um fenômeno observável, e está ligada a outro conceito descrito por Lacan como regressão tópica ao estádio do espelho, este sim atrelado aos fenômenos observáveis. A forclusão é uma falha na estrutura simbólica que ressoa na estrutura imaginária, “ela a dissolve, a conduz à estrutura elementar chamada estádio do espelho” (Miller, 1996, p. 122).

Se o Nome-do-Pai tem como função operar como ponto de basta na ordem simbólica, ele é o significante que detém o deslizamento da significação quando a metáfora paterna é operante. A não inscrição do Nome-do-Pai abre um furo no significado que corresponde à significação fálica e conduz a uma dissolução da estrutura imaginária. Proliferam aí os fenômenos de agressividade, de transitivismo e de despersonalização que observamos em Margarida.

Margarida insiste em chamar de “amizade” a relação que ela mantém com alguns profissionais do serviço de saúde mental frequentado por ela. Todas são mulheres, com exceção de um médico que ela diz ser o amor de sua vida – relação que tem um caráter marcadamente erotômato. Há uma transferência que passa pelo saber, como se essas mulheres (e esse homem) fossem lhe dar o significante que explicará o que é ser uma mulher. Já a relação amorosa factual com os homens não se sustenta. Margarida sempre escapa do encontro sexual, que parece representar uma ameaça para esse corpo já frágil, um corpo que ela insiste em recolocar na cena infantil, tal como disse a respeito da última relação amorosa rompida: “eu estava estranhando meu corpo. Chegava no meu quarto e não conseguia brincar mais. Por isso resolvi parar de sair com ele”. Na ausência da significação fálica, esse corpo não pode entrar na dialética do amor e do desejo que rege a troca amorosa. A falha no simbólico aberta pela ausência do Nome-do-Pai repercute no imaginário, abrindo as portas da sua dissolução.

Na entrevista com a mãe, Rosa, foi possível escutar uma espécie de *história particular da beleza* que situou, de certo modo, o lugar de Margarida no romance familiar. Na ocasião de seu nascimento, Rosa foi rejeitada pela mãe, que chegou a jogá-la no esgoto com poucos dias de nascida. Na escola, quando as crianças faziam homenagem no Dia das mães, Rosa ouvia a seguinte recusa: “não quero nada vindo de você. Você não é minha filha.”

Um ato falho denuncia seu lugar no desejo da mãe: “eu não lembro de nenhum carinho da minha mãe, não lembro de eu deitada no *meu colo*”. De fato, apenas um amor autoerótico servia para constituir um colo ou um corpo para ela. Diante da ausência desse corpo da mãe, a madrinha de Rosa (amiga da mãe) a adotou como filha. Anos depois, ela veio a saber que a madrinha amava o pai de Rosa, mas ele escolheu a mãe por ela ser a mais bonita. Rosa diz: “eu não me pareço com minha mãe; sou mais parecida com meu pai”. O que pode ser traduzido em: “eu não sou bonita como a minha mãe”.

Para reverter esse quadro dramático, Rosa sempre sonhou em ter uma filha e cuidar dela com todo o carinho que sua mãe não foi capaz de lhe dar. Engravidada então da primeira filha: “ela é ótima, nunca deu trabalho”. Depois veio Margarida: “chorona, pidona, mais irritadinha que as outras... sempre foi também a mais gordinha”. Esse “gordinha”, no entanto, não fazia oposição à beleza. Uma vizinha lhe disse recentemente, referindo-se a Margarida: “a sua filha que era a mais bonita ficou parecendo uma filha especial”. Isso visivelmente incomodou Rosa, e sua resposta foi: “é só uma fase da doença, vai passar. Todas as minhas filhas são lindas”. E me disse em seguida: “mãe, você sabe... para ela os filhos são os mais bonitos”.

Margarida, a filha eleita de Rosa, parece ter recebido colo em excesso. Quando uma criança não pode esconder-se do olhar em excesso do Outro, o sujeito pode escolher fazer-se massivamente presente, como se dissesse: “Queria me ver o tempo todo? Aqui estou e não poderá ver outra coisa além de mim.” Margarida começou a estudar aos sete anos e antes disso a mãe ficava “por conta”, além de sempre dar tudo que a menina pedia.

A anorexia reflete de modo emblemático uma aliança firme entre o imperativo superegoico de beleza (ideal materno) e a beleza social ligada ao corpo magro (ideal social). É preciso ser belo, e para ser belo é necessário ser magro. Em Margarida, porém, essa exigência de beleza tem um agravante: sua concepção do eu é atrelada a essa imagem do próprio corpo, imagem que é frágil, capenga, ou seja, só se sustenta na duplicidade da relação especular (a-a’). Na falta de um significante que ratifique a castração do Outro, “aquele Nome-do-Pai, que encarna, específica, particulariza o que acabo de lhes explicar, isto é, representa no Outro o Outro como aquele que dá alcance à lei” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 160). O corpo fica, assim, refém da relação imaginária.

Por isso, Margarida tem a necessidade de ser elogiada o tempo todo por sua beleza, seduzindo incessantemente o olhar do Outro, arrumando-se com roupas e acessórios chamativos, sempre na “moda-moda-moda”. Quando o Outro não lhe devolve o elogio à beleza, ou quando ela mesma observa no corpo

de outra mulher uma beleza-magreza que não é capaz de conferir a si própria, seu corpo parece se despedaçar. Ela entra em crise, toma laxante, filtro solar, detergente e xampu, para “acalmar o coração”. Ou será para fazer uma borda nesse corpo, ainda que seja pela corrosão interna dolorosa que os produtos químicos lhe causam?

A ingestão de produtos para emagrecer parece vir embutida nessa fixação no objeto, como se ele representasse duplamente a significação do feminino e a encarnação imaginária do ideal de beleza. Paradoxalmente, o corpo que Margarida almeja, corpo que, de tão magrelo, é desprovido dos caracteres femininos, encarna ele próprio a impossibilidade da relação sexual. É como se, por meio dele, a paciente se protegesse do encontro com o Outro sexo.

Se Margarida seduz o olhar do Outro e sustenta seu corpo apenas na brevidade desse olhar, qualquer vacilação desse lugar especular pode provocar nela uma passagem ao ato. Uma vez que ela está colada no objeto, objeto imaginário de beleza, os dispositivos da linguagem são insuficientes para sua estabilização, e ela apoia seu corpo na afirmação do olhar do Outro. O corpo a ser olhado deve ser não desejado, ou seja, deve ser olhado sem a voracidade do desejo que quer “comê-lo”, pois tal voracidade colocaria em risco sua integridade. Para esse corpo existir, é preciso a garantia de que não haverá ato sexual. O corpo de Margarida só existe enquanto corpo da “Menina-Margarida”.

Talvez o que se repita, no caso clínico em questão, é a cena de uma filha que nasce com a promessa de tamponar um lugar de falta da mãe, um colo vazio, e cuja senha para ocupar esse lugar seja um excesso: que a filha tenha tudo, que seja a mais bonita, que seja a mais amada, a quem seja proporcionado tudo o que ela demandar. Se não há intervalo entre a demanda da criança e a resposta da mãe, não há espaço para o desejo. “A possibilidade da ausência, eis a segurança da presença” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 64). Lacan fala da criança cuja mãe “está o tempo todo nas costas dela, especialmente a lhe limpar a bunda, modelo da demanda, da demanda que não pode falhar” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 64). É a presença ininterrupta do desejo dessa mãe que “nunca soube fazer da criança outra coisa senão um prolongamento dela mesma” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 161). Essa posição de fetiche da mãe é uma posição de devastação.

Nos casos de anorexia histérica, a recusa constitui-se como uma estratégia de defesa do desejo, para que algo do desejo do sujeito possa aparecer. No caso de Margarida, diferentemente de uma anorexia histérica, essa estratégia se converte em uma recusa do Outro. A interrogação sobre o desejo do Outro não se realiza. A beleza, herança da demanda de amor da mãe, fica confundida entre uma mãe

que quis dar à filha o colo que não teve e uma filha que só pode recusar esse colo (e também a comida).

Considerações finais

Há um resto real que escapa à mortificação do corpo pelo significante, chamado por Lacan de objeto *a*. Este resto real está articulado à castração. Seguindo o percurso lacaniano sobre a imagem do corpo próprio, Miller (2005, p. 322) nos mostra que “todas as análises sugeridas por Lacan do campo visual convergem para um ponto: em todos os casos, o segredo da imagem é a castração”. A imagem é o que vela a castração e esconde o objeto. Quando o objeto emerge em seu estatuto real, sem recobrimento imaginário, ele desorganiza o campo do imaginário e surge como excesso na imagem do corpo. De acordo com Eidelberg (2009), quando o retorno de uma carga libidinal funciona como apoio de *i(a)*, ela está regulada pelo Nome-do-Pai, mas quando este retorno se faz visível, já não está mais regulada por ele. A anorexia é um dos modos de tentar regular esse gozo não regulado, para que ele deixe de perturbar a boa forma a que aspira a imagem corporal. Quando o objeto *a* retorna como excesso, a anorexia é um recurso para controlar este excesso. É o que vemos em Margarida nos jejuns, nas práticas purgativas, nos rituais de limpeza do corpo pela ingestão de xampus e detergentes. Com tais práticas, ela trata de expurgar esse excesso do seu corpo. Custa muito a ela unificar essa perturbação do imaginário em uma unidade corporal.

Margarida permanece presa a uma ordem de ferro do supereu materno: “seja bela”. A transmissão da beleza, herança materna, não se faz regulada pelo falo e assim não permite nenhuma dialetização desse imperativo. Identificada ao falo imaginário, ela fica encerrada em uma relação especular com o semelhante materno... e com as outras mulheres. A posição feminina clássica de ser o falo implica a entrada na mascarada, na qual, apesar de encarnar o falo, a mulher dirige seu desejo ao falo no corpo do homem. Isso não se cumpre quando se trata de ocupar o lugar do falo materno na anorexia. O falo, para Margarida, não tem estatuto simbólico e não entra na dialética do desejo; ele cumpre tão somente sua função imaginária na imagem fetichizada do corpo próprio.

Referências

- Alvarenga, E. (2003). Devastação na psicose. *Clique*, 2, 44-49.
- Brousse, M. H. (2002). Une difficulté dans l'analyse des femmes: le ravage du rapport à la mère. *Ornicar?*, 50, 93-105.
- Brousse, M. H. (2012). O que é uma mulher? Entrevista com Marie-Hélène Brousse. *Latusa Digital*, ano 9, nº 49. http://www.latusa.com.br/latusa_revista_digital_49.html (acesso em 01-nov-2016).
- Cosenza, D. (2008). Anorexia. In Associação Mundial de Psicanálise. *Scilicet: Os objetos na experiência psicanalítica*, p. 35-37. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Cosenza, D. (2014). *Le refus dans l'anorexie*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Drummond, C. (2011). A devastação. *Opção Lacaniana*, 6. http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_6/devastacao.pdf (acesso em 20-out-2016).
- Eidelberg, A. (2009). Perturbaciones del campo imaginario en la anorexia. In Eidelberg, A.; Godoy, C.; Schejtman, F.; Soria Dafunchio, N. (orgs.). *Porciones de nada*, p. 29-38. Buenos Aires: Del Bucle.
- Freud, S. (1968). Deuil et mélancolie. In *Métapsychologie*. Paris: Gallimard. (original publicado em 1917).
- Freud, S. (1969). Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1916).
- Freud, S. (1969). Sexualidade feminina. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1931).
- Freud, S. (1969). Conferência XXXIII – Feminilidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1933).
- Freud, S. (1987). Rascunho G. Melancolia. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. II. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1895).
- Freud, S. (1987). A interpretação dos sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. IV. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1900).
- Freud, S. (1987). História de uma neurose infantil. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1918).
- Freud, S. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1914).
- Lacan, J. (1966). Le stade du miroir comme formateur dela fonction du 'je'. In *Écrits*. Paris: Seuil. (original publicado em 1949).

- Lacan, J. (1966). La direction de la cure et les principes de son pouvoir. In *Écrits*. Paris: Seuil. (original publicado em 1958).
- Lacan, J. (1966). Propos directifs pour un Congrès sur la sexualité féminine. In *Écrits*. Paris: Seuil. (original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5, As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2003a). O aturdido. In *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1973).
- Lacan, J. (2003b). Prefácio a O despertar da primavera. In *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1973).
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10, A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1962-1963).
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1964).
- Marcos, C. M. (2011). Mãe e filha – Da devastação e do amor. *Tempo Psicanalítico*, 43 (2), 269-284.
- Marcos, C. M. (2016). Anorexia: uma conjugação do amor no feminino?. *Psicologia Clínica*, 28, 105-121.
- Miller, J.-A. (1996). *Matemas I*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Miller, J.-A. (2005). *Silet: os paradoxos da pulsão, de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Soria, N. (2001). O corpo na anorexia: da imagem ao semblante. *Correio*, 35, 38-42.
- Soria, N. (2008). Las transformaciones del síntoma en anorexias y bulimias. *Revista de la Cátedra II de Psicopatología*, Universidad de Buenos Aires, 2, 125-140.
- Soria, N. (2016). *Psicoanálisis de la anorexia y la bulimia*. Buenos Aires: Del Bucle.

Recebido em 03 de fevereiro de 2017
 Aceito para publicação em 09 de outubro de 2017

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O DIAGNÓSTICO PSICANALÍTICO CONTEMPORÂNEO

*THEORETICAL REFLECTIONS
ON CONTEMPORARY PSYCHOANALYTIC DIAGNOSIS*

*REFLEXIONES TEÓRICAS
SOBRE EL DIAGNÓSTICO PSICOANALÍTICO CONTEMPORÁNEO*

*Vitor Hugo Couto Triska**
*Marta Regina de Leão D'Agord***

RESUMO

Este artigo discute a lógica e os limites da racionalidade diagnóstica psicanalítica baseada na tríade neurose, psicose e perversão, considerada como um correlato da concepção totêmica da cultura proposta por Freud. Para tanto, percorre-se primeiramente alguns trabalhos encontrados na literatura psicanalítica que investigam questões clínicas atuais em um diálogo com a cultura, o que permite que neles seja reconhecida uma hipótese explicativa comum acerca da contemporaneidade, a saber, a do déficit paterno. Uma análise crítica dessa hipótese justifica que se coloque a pergunta acerca dos déficits da própria teoria psicanalítica diante de um contexto cultural que apresentaria rupturas e diferenças em relação àquele no qual surgiu a psicanálise, o que se articula com a questão do alcance do diagnóstico psicanalítico na contemporaneidade e a necessidade de sua reformulação. Finalmente, sugere-se concepções não universalistas de cultura e a possibilidade de estruturas localizadas como soluções teóricas diante dos impasses encontrados pela psicanálise na contemporaneidade.

Palavras-chave: psicanálise; diagnóstico; contemporaneidade.

* Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

** Doutora em Psicologia pela UFRGS; Professora do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura, Porto Alegre, RS, Brasil.

ABSTRACT

This article discusses the logic and the limits of psychoanalytic diagnostic rationality based on the triad neurosis, psychosis and perversion, regarded as correlated to the totemic conception of culture proposed by Freud. For this purpose, we first examine some works found in the psychoanalytic literature that explore current clinical issues in a dialogue with culture, which allows for the recognition of a common explanatory hypothesis about contemporaneity, namely the paternal deficit. A critical analysis of this hypothesis warrants the question about the deficits of psychoanalytic theory itself in the face of a cultural context that allegedly unveils ruptures and differences when compared to the one in which psychoanalysis emerged, which relates to the matter of the scope of contemporary psychoanalytic diagnosis and its need for reformulation. Finally, this article suggests non-universalist conceptions of culture and localized structures as theoretical solutions to the impasses confronted by contemporary psychoanalysis.

Keywords: psychoanalysis; diagnosis; contemporaneity.

RESUMEN

Este artículo discute la lógica y los límites de la racionalidad diagnóstica psicoanalítica basada en la tríada neurosis, psicosis y perversión, considerada como un correlato de la concepción totémica de la cultura propuesta por Freud. Para este propósito, en primer lugar, se recorre algunos trabajos encontrados en la literatura psicoanalítica que investigan cuestiones clínicas actuales en un diálogo con la cultura, lo que permite que se reconozca en ellos una hipótesis explicativa común acerca de la contemporaneidad: la del déficit paterno. Un análisis crítico de esta hipótesis justifica que se plantee la pregunta acerca de los déficits de la propia teoría psicoanalítica ante un contexto cultural que presentaría rupturas y diferencias en relación a aquel en el que surgió el psicoanálisis. Esto se articula con la cuestión del alcance del diagnóstico psicoanalítico en la contemporaneidad y la necesidad de su reformulación. Concluyendo, se sugiere concepciones no universalistas de cultura y la posibilidad de estructuras localizadas como soluciones teóricas ante los impasses encontrados por el psicoanálisis en la contemporaneidad.

Palabras clave: psicoanálisis; diagnóstico; contemporaneidad.

Introdução

No contexto da psicanálise freudo-lacianiana, muitos trabalhos têm abordado questões relacionadas ao diagnóstico na contemporaneidade. Em sua grande maioria estão baseados na hipótese do declínio da função paterna na cultura, o que determinaria um novo mal-estar e novos sintomas clínicos. Trata-se de um raciocínio que busca manter a correlação freudiana entre cultura totêmica repressiva e neurose, mas adaptando-a às particularidades da contemporaneidade (normalmente chamada de pós-modernidade). Haveria novos sintomas, que são expressões de um novo mal-estar, e caberia à psicanálise ampliar ou reformular sua racionalidade diagnóstica para contemplar esse novo contexto.

Um dos problemas que podemos identificar nesse movimento é a atribuição de uma insuficiência à cultura atual, compreendida a partir da ausência de elementos organizadores de uma suposta cultura anterior. Assim, o que antes eram balizas simbólicas estruturantes da cultura totêmica e do sujeito neurótico – como a imago paterna, o falo, o Nome-do-Pai etc. – caracterizariam a contemporaneidade pela sua ausência. Forbes (2012, p. xxix), por exemplo, coloca “fracasso escolar, agressões inusitadas, toxicofilias, anorexia, bulimia, epidemia de depressão, etc.” como sintomas relacionados por um laço social não “disciplinado pela hierarquia paterna”. Chemama (2007, p. 130) propõe a “forclusão do falo” como chave interpretativa da depressão, a “grande neurose contemporânea”. O autor também destaca a contradição entre as exigências normativas do social e o descrédito do que “estava tradicionalmente ligado a certa norma, tanto quanto a sua transgressão, o pai real” (Chemama, 2007, p. 131). Dufour (2005), por sua vez, caracteriza o momento pós-moderno a partir do neoliberalismo como um desenvolvimento permitido pelo capitalismo e consolidado pelo déficit da razão pura, o que promoveria a morte do sujeito moderno em suas referências kantianas e freudianas. Assim, “uma parte da inteligência do capitalismo se pôs a serviço da ‘redução das cabeças’” (p. 10). Não haveria mais, segundo o autor, um poder superior de ordem transcendental ou moral (como uma função paterna) que sirva de referência à troca mercadológica, um terceiro que estabeleça um valor absoluto para as coisas trocadas, o que promoveria uma “dessimbolização do mundo” (p. 12). O sujeito moderno, neurótico, daria lugar a um “sujeito precário, acrítico e psicotizante” (p. 21). Por fim, Dufour (p. 23) ainda lista vários fenômenos sociais e clínicos típicos dessa pós-modernidade, como “toxicomania, dificuldades de subjetivação e de socialização, explosão da delinquência, novas formas sacrificiais e novos sintomas”. Harari (2010, p. 337) também considera que há “efeitos negativos” que podem ser compreendidos da “decadência psíquica

do pai na contemporaneidade”, entre eles a segregação social, ou seja, em vez de uma identificação comum ao mesmo pai, grupos diversos reunidos por identificação fraterna. Sua afirmação baseia-se numa intervenção de Lacan (1969) em um congresso em 12/10/1968: “Cremos que, em nossa época, o traço, a cicatriz da evaporação do pai, é o que nós poderíamos colocar sob a rubrica e o título geral da segregação” (tradução nossa).

Já em 1938, Lacan havia comentado o declínio social da imago paterna como causa de uma “crise psicológica” (1938/2003, p. 67) e, conforme destacado por Dunker (2015, p. 101), também da aparição de mais neuroses narcísicas e de caráter. No mesmo texto, porém, Lacan alerta não estar “entre os que se afligem com um pretenso afrouxamento dos laços de família” (1938/2003, p. 66).

Se há um grande volume de trabalhos lacanianos relacionando as mudanças do pai e da família na cultura com a aparição de novos sintomas, devemos, portanto, reconhecer seu germe na obra do próprio Lacan. O conceito de Nome-do-Pai, porém, promove um afastamento dos contextos sociológico e antropológico, pois é tomado como parte de uma estrutura formalizável, isto é, reintroduzindo a questão da função paterna na “consideração científica” (Lacan, 1966/1998, p. 889). Essa via parece preterida pelos lacanianos citados acima, pois promovem uma manutenção da dimensão antropológica da função paterna. Apesar dos ensaios de reformulação teórica presentes nesses trabalhos, ainda assim predominam as tentativas de descrever os novos sintomas e mal-estar como resultantes de uma cultura que, se comparada à do contexto freudiano, é deficitária, isto é, descrita a partir da carência de um elemento organizador. Segundo tal raciocínio, ou a cultura estaria estruturada a partir da função paterna ou ela estaria em desordem – e isto traria dificuldades à prática da psicanálise. Como ponto de partida para a construção de uma crítica produtiva ao raciocínio acima destacado, acolheremos a posição de Dunker (2015, p. 404), para quem “o déficit paterno é na verdade um déficit do totemismo como esquema explicativo”. Isso nos permite considerar que a leitura da cultura a partir tão somente do déficit paterno estaria excluindo a formação de outras hipóteses, não necessariamente totêmicas e pai-orientadas, acerca da contemporaneidade. É a cultura contemporânea e seus sujeitos que se apresentam como deficitários ou é a teoria psicanalítica que é insuficiente para compreendê-los? O psicanalista que, de maneira acrítica, toma Édipo como mito universal, quando numa situação clínica onde falha a eficácia interpretativa do mito edípico, deve atribuir esse fracasso a algum déficit da cultura e seus sujeitos? Inscrição da função paterna ou sua ausência: será apenas limitado a esses polos que o psicanalista pode pensar? Se o diagnóstico estrutural tripartido – não necessariamente sistematizado por

Freud e Lacan, mas difundido na comunidade freudo-lacanianiana –, onde a função paterna (Nome-do-Pai) está inscrita, foracluída ou desmentida, funciona como um correlato da cultura totêmica, a investigação da possibilidade de outras racionalidades diagnósticas deve partir de assunção da não universalidade do complexo do Édipo e, logo, da concepção de culturas não totêmicas.

Feitas essas considerações, neste artigo trataremos de discutir a lógica e os limites do diagnóstico psicanalítico tripartido enquanto correlato da concepção totêmica da cultura. Isso permitirá investigar o alcance da racionalidade diagnóstica psicanalítica atravessada pelo complexo de Édipo e a necessidade da criação de outras possibilidades teóricas.

As estruturas clínicas e o seu alcance

Em *Las estructuras clínicas a partir de Lacan*, Eidelsztein (2008) reúne e descreve criticamente as estruturas clínicas extraíveis de Lacan. Propondo uma estrutura das estruturas clínicas – estrutura é um conjunto covariante de significantes em que a identidade dos termos é obtida por suas diferenças –, é dentro de um sistema de relações de oposição e vizinhança que cada estrutura clínica é apresentada. Mediante uma análise crítica dos esquemas R e I de Lacan, o autor apresenta I a partir de uma *distorção* de R produzida pela não extração do objeto *a*. Essa distorção servirá de fundamento epistemológico à oposição central da estrutura das estruturas, a saber, entre *holófrase* e *intervalo*, os dois grandes grupos a partir dos quais Eidelsztein organiza as estruturas clínicas extraíveis de Lacan.

Além dos casos de holófrase (psicose, psicossomática e debilidade mental), Eidelsztein trata de um tema pouco discutido na literatura lacanianiana, a saber, a loucura como distinta da psicose. Notemos que, no quadro abaixo, esquematização da estrutura das estruturas, a loucura está posicionada periféricamente e, juntamente com outros tipos clínicos (adições, hipocondria, melancolia etc.), não articulada com as estruturas. E aqui reside nosso interesse pelo trabalho de Eidelsztein: ao tentar extrair detalhadamente as estruturas clínicas a partir de Lacan, colocando-as num mesmo sistema que elucide suas diferenças, torna-se claro que esse sistema deve ser aberto e incompleto. Há tipos clínicos que não estão escritos em termos de estrutura (matematizados), seja porque não o são, seja porque Lacan não pôde apreendê-los e colocá-los em relação às demais estruturas. Serviriam tanto como demonstração da impossibilidade radical de formalização quanto da insuficiência da teoria – nem toda a psicopatologia psicanalítica será compreendida pelo critério de extração do objeto *a* que organiza o sistema representado no quadro abaixo.

Loucura Hipocondria Melancolia Caracteropatias Adições Autismo (...)	Intervalo (Extração do objeto a)					Distúrbio	Intervalo (Extração do objeto a)				
	Neurose						Inversão	Perversão	Psicose	Debilidade Mental	Resposta psicossomática
	Obsessão	Histeria	Fobia								

Figura 1 - Quadro esquemático da estrutura das estruturas

Fonte: Eidelsztein, A. (2008). *Las estructuras clínicas a partir de Lacan: Intervalo y holófrase, locura, psicosis, psicossomática y debilidad mental* (2ª ed.), p. 76. Buenos Aires: Letra Viva.

Na abordagem das estruturas de intervalo (neuroses, histeria, obsessão, fobia, fetichismo e perversões), Eidelsztein utiliza a fórmula do fantasma como o matema central à sua sistematização. A *inversão* dessa fórmula, por exemplo, sustenta a oposição entre as neuroses e as perversões. Interessante notar que a fobia é, não por acaso, colocada mais próxima às perversões do que as demais neuroses, pois já que o quadro acima é o próprio esquema da estrutura das estruturas, a posição dos elementos no quadro representa as relações da própria estrutura. Por isso, a fobia será definida pela articulação com a perversão que lhe é mais próxima, o fetichismo – que não aparece no quadro acima, mas é incluído pelo autor numa outra esquematização.

As estruturas de intervalo parecem facilmente esquematizáveis a partir dos matemas lacanianos em oposições elucidativas. As de holófrase, que não são estruturas propriamente ditas, pois não estão legalizadas e seus elementos não possuem uma lógica interna consistente, ainda assim são formalmente descritíveis. Não por acaso, os casos diagnósticos familiares à psicanálise são os mais facilmente articuláveis e articulados entre si. Mas o que ocorre com os que ficam fora da estrutura das estruturas? São não estruturados em si ou a matematização lacanianiana é que não pode apreendê-los? Não se trata de coincidência que alguns deles, como hipocondria e adições, são considerados por diversos autores justamente como novos sintomas ou casos que fazem questão à psicanálise na contemporaneidade.

Eidelsztein (2008, p. 14) entende que a psicanálise como “a resposta criada por Freud ao mal-estar ineludível a todo sujeito falante na cultura ocidental – definida segundo três fundamentos: linguístico (indo-europeu), religioso (tradição judaico-cristã) e de elaboração do saber (ciência moderna)”. Seria apenas circunscrita a esse contexto cultural que a teoria psicanalítica das estruturas clínicas poderia ser aplicada, ficando incerta a sua pertinência em outros contextos. Vemos que, em vez de propor um universalismo da estrutura das estruturas que atribuiria um déficit aos sujeitos e às culturas que nela não se enquadram, Eidelsztein coloca a insuficiência no alcance da própria teoria; afinal, há casos que excedem essa esquematização das

estruturas clínicas. Eles não são considerados formas clínicas que expressam uma desorganização da cultura devido à falta da função paterna, mas sim casos que exigem que a teoria seja considerada incompleta e não universal, isto é, *localizada*. Seria a eficácia do diagnóstico estrutural psicanalítico limitada ao contexto cultural de origem da psicanálise?

Mesmo que de maneira não sistemática, Lacan comenta a possibilidade da psicanálise fora do Ocidente. Na lição de 18/02/1970, por exemplo, está um breve relato de sua expectativa – frustrada – com pacientes oriundos do interior do Togo e a verificação do complexo de Édipo neles (Lacan, 1969-1970/1992, p. 85). Seus estudos dos ideogramas chineses e a escrita do japonês em *De um discurso que não fosse semblante* (Lacan, 1971/2009) também testemunham o interesse pelo contato da psicanálise com outros contextos linguísticos. São demonstrações que nos permitem supor que Lacan não pensava numa universalidade do Édipo ou da linguagem, uma vez que supunha que haveria alguma novidade nesses encontros.

Seja na seção *Parênteses dos parênteses* do texto sobre *A carta roubada* (Lacan, 1955/1998, p. 59), onde a sequência de lances de par ou ímpar demonstra no só-depois que o acaso já estava determinado por uma lei, ou mesmo em *Mais, ainda* (Lacan, 1972-1973/1985, p. 150), onde afirma a letra como modo de escrita da inércia ou estrutura real da linguagem, o movimento de matematização lacaniano demonstra a busca por leis que determinam invariantes na linguagem. Entretanto, é diferente afirmar que *o inconsciente é estruturado como uma linguagem* e afirmar que *todos os inconscientes são estruturados como uma linguagem*. O primeiro enunciado constitui uma hipótese universalista no sentido de que cria um método sem, contudo, afirmar que todos os casos estarão ali compreendidos. Da mesma maneira, Badiou (1997/2009, p. 12) estuda o universalismo instituído pelo apóstolo Paulo sem referência a “nenhum conjunto objetivo”. Trata-se de uma sentença universal afirmativa mesmo na ausência de casos, como no quadrante vazio para o qual é verdadeira a afirmação universal de que todo traço é vertical mesmo quando não há nenhum, conforme descreve a retomada lacaniana de Peirce em *A identificação* (Lacan, 1961-1962/2003, p. 179). O segundo enunciado realiza uma generalização pela via da indução, busca algo que valha para todos os casos, mas depende da averiguação para comprovar a extensão de sua validade. É o que ocorreu no debate entre Jones e Malinowski (Assoun, 1993/2012, p. 118), por exemplo, no qual a universalidade do complexo de Édipo é questionada pelos dados de campo do antropólogo e defendida pela interpretação teórica do psicanalista. Também Marie-Cécile e Edmond Ortigues (1966/1989) foram a campo para averiguar a hipótese universalista, propondo uma variação africana. Tratam-se de generalizações via indução. Lacan (1969-1970/1992, p. 86),

adverte, porém, que “não é a psicanálise que pode servir para proceder a uma pesquisa etnográfica”. A matematização e os aforismos lacanianos, por isso, são antes tentativas de ordenar fenômenos circunscritos a partir de uma escrita transmissível, tal qual a matemática. Se considerarmos esse método universalista, será tão somente no sentido lógico acima citado, ou seja, não como uma verdade generalista que se aplicaria a todos os casos, mas como a formação de hipóteses que produzem classes, recortando algo do Real a partir da lógica simbólica.

Fora da estrutura das estruturas

No quadro da estrutura das estruturas, destacamos um espaço periférico e aberto onde certos quadros clínicos e sintomas agrupam-se sem estarem articulados num sistema. Na literatura psicanalítica atual, há tentativas de organizar esse espaço, cujos elementos seriam cada vez mais frequentes na prática clínica. Entendê-los como simplesmente desorganizados ou incompreensíveis seria, conforme salientado, atribuir-lhes um déficit que na verdade é o da teoria psicanalítica enquanto esquema explicativo. Além do mais, deveríamos também nos perguntar até que ponto a psicanálise laciana tem se deparado com essas questões por motivos de ampliação dos critérios de analisabilidade. Freud não aceitava todos os casos, não considerava que a psicanálise era eficaz para toda psicopatologia. Essa discussão é hoje praticamente inexistente.

Stevens (n.d.) afirma que há “numerosas situações clínicas nas quais o diagnóstico de estrutura, neurose ou psicose, não se decide facilmente. Não há sintomas claramente neuróticos e não há desencadeamento evidente de um delírio” (a tradução desta citação e das seguintes é nossa). Miller (n.d.) entende que, no que diz respeito à frequência clínica desses casos incomuns, “passamos da surpresa à raridade, e da raridade à frequência”. A esses casos que não são abordáveis pela da estrutura das estruturas, que pareceriam algo como uma psicose sem os seus sintomas típicos, Miller propõe o nome de “psicose ordinária”. Trata-se de uma nomeação solidária à noção de continuidade, em que, segundo Miller (n.d.), “subtraímos a descontinuidade do psicótico e do normal” e “restabelecemos uma continuidade”. Assim, “uma psicose ordinária é uma psicose sem delírio explícito, sem desencadeamento manifesto, mas com características psicóticas” (Stevens, n.d.). Considerando que na teoria psicanalítica a psicose é caracterizada a partir de um déficit paterno, a saber, a forclusão do Nome-do-Pai, mesmo que a psicose ordinária busque nomear uma entidade clínica nova, o uso do significante “psicose” acaba realizando uma associação a um elemento já existente na racionalida-

de diagnóstica psicanalítica e consagrado a designar um déficit. Na tentativa de elaborar uma novidade, corre-se o risco de reduzi-la a um elemento já conhecido.

Ainda no contexto milleriano, onde o sujeito contemporâneo é considerado “desbussolado” (Santos, 2005), Forbes (2012, p. xxvi) afirma que “a fala do sujeito desbussolado que colheríamos hoje não se articula em nenhum dos quatro discursos” e coloca a pergunta: “o ser falante, na contemporaneidade, está fora do discurso?”. Entendemos que, assim como fazem os autores percorridos na primeira seção deste artigo, estes também orientam sua leitura do sujeito contemporâneo a partir da hipótese de um déficit, sem, contudo, colocar em questão os próprios meios teóricos que sustentam essa hipótese.

Forbes (2012) ainda sintetiza um movimento atual dentro da psicanálise lacaniana que busca soluções teóricas no que é considerada a última clínica de Lacan, a do *sinthome*. Buscando rever o uso da psicopatologia de ordem edípica, reduzida à tríade neurose-psicose-perversão e associada ao primeiro ensino de Lacan, o autor sugere uma reelaboração. Em vez da supervalorização da interdição edípica, a prevalência da invenção singular e a “versão que o Nome-do-Pai assume no sintoma de cada sujeito” (Forbes, 2012, p. 47). Em vez do tradicional diagnóstico tripartido difundido no meio freudo-lacaniano, Forbes (2012, p. 47) refere a um “novo horizonte que enfatiza a singularidade do sintoma como resposta de um sujeito ao real. O sintoma, nessa nova perspectiva, é a ‘pai-versão’ de que cada um é capaz”. Essa, porém, não seria uma solução demasiado adaptada às ideologias individualistas criticadas pelo próprio autor? “No século XXI, aprofundam-se os efeitos das ideologias individualistas. O homem desbussolado desconhece, cada vez mais, o real da estrutura que o determina” (Forbes, 2012, p. xxiv). Eidelsztein (2008), por exemplo, propõe as estruturas clínicas como oposição crítica ao individualismo contemporâneo, de maneira que elas não seriam características dos indivíduos ou pessoas, mas dos sujeitos produzidos na transferência entre analisante e analista. Além do mais, uma psicanálise trataria de buscar no Outro as determinações simbólicas do sujeito, promovendo um desinvestimento do *moi* como entidade autônoma e, por isso, funcionando em desacordo com as ideologias individualistas tais quais teorizadas por Dumont (1985) e outros. Uma retificação do próprio Forbes contribui para a compreensão da questão (2012, p. xii): “O inconsciente do qual vamos tratar é aquele que leva o ser falante a responsabilizar-se pela invenção do seu estilo singular de usufruir de seu corpo e de sua vida”. Em vez de se culpabilizar por uma tragédia mítica do qual é apenas um produto, o sujeito deveria se responsabilizar pela invenção de soluções singulares diante do Real. Uma clínica potencialmente independente da classificação diagnóstica tradicional? Ora, que uma psicanálise deva promover o advento de

saber sobre o modo como um sujeito é determinado por uma estrutura que o antecede, e que uma psicanálise deva promover a invenção de um estilo singular de gozo dentro dessa estrutura, não são ideias necessariamente contraditórias. Pode-se muito bem afirmar que o sujeito produz uma invenção singular a partir do reconhecimento de suas determinações simbólicas oriundas do Outro, de forma que uma clínica do *sinthome*, como resposta às questões clínicas contemporâneas, não necessariamente excluiria a teoria das estruturas clínicas e o seu emprego diagnóstico. Lacan, por exemplo, ao comentar o sentido de “tomar um caso na sua singularidade”, afirma que isto significa a reintegração da história do sujeito até seus últimos limites, “até uma dimensão que ultrapassa de muito os limites individuais” (1953-1954/1986, p. 21), afinal, ele está assujeitado à “autonomia da função simbólica” (1953-1954/1986, p. 69).

A finalidade de uma análise deve ser uma solução individual ou o encontro com uma estrutura que vai além dos limites individuais? Quando colocadas como duas clínicas distintas e oriundas de dois “Lacans” diferentes, um aparentemente mais moderno (e freudiano) e outro mais “pós-moderno”, é o fundamento dessa divisão que se torna insuficiente. A passagem à topologia dos nós, quando a noção de *sinthome* é elaborada, não elimina os conceitos oriundos da topologia das superfícies, matemas, esquemas, linguística etc. Não que as invenções lacanianas se adicionem ao longo dos anos de seu ensino para formar um conjunto cada vez mais completo e coeso, mas os últimos conceitos de Lacan não são os melhores e definitivos por serem os últimos. Assim, a ideia de uma clínica orientada para a invenção singular de um modo de gozo não se choca necessariamente contra as estruturas clínicas. O que sustentamos é que se busque a construção de acréscimos que enriqueçam a diagnóstica psicanalítica, evitando que os casos que a colocam em xeque sejam tão somente lidos a partir do signo de um déficit.

Fora do totemismo

Em *Mal-estar, sofrimento e sintoma* (2015), Dunker propõe pensar criticamente a racionalidade diagnóstica da psicanálise a partir de novos termos. Para tanto, a diferença entre totemismo e animismo (mais especificamente o perspectivismo animista ameríndio conforme trabalhado pelo antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro) é crucial. O autor reúne sob o termo totemismo tanto a base antropológica utilizada por Freud em *Totem e tabu* quanto o diagnóstico tripartido, orientado pela função paterna – onde a operação “normal”, neurótica,

recalcaria essa função, enquanto as demais se apresentariam como um déficit dela. Reduzir os diagnósticos a apenas inscrição ou déficits da função paterna contribuiria para o não reconhecimento do que o autor chama de *experiências produtivas de indeterminação* e, logo, de sofrimentos não organizados dentro da lógica totêmica. Dito de outra maneira, “o totemismo representa uma das articulações do sintoma que nos deixou cegos para a possibilidade de que existam sintomas de estrutura animista” (Dunker, 2015, p. 368), isto é, o que fica fora da estrutura das estruturas. Seria preciso, portanto, buscar as soluções para reconhecimento das novas formas de sofrer em novas narrativas e soluções teóricas, não apenas pela “hermenêutica do texto de Freud e Lacan” (p. 405). O perspectivismo animista ameríndio investigado por Dunker serve de alternativa, e não substituto, ao totemismo:

É preciso uma reformulação da racionalidade diagnóstica que cerca a leitura do mal-estar brasileiro para além do pai como articulador central dos dispositivos de autoridade, para além da família como lugar de asfixia do desejo, para além da oposição simples entre ideais subjetivos e condições objetivas. É preciso reconhecer que agora sofremos de outra maneira. (Dunker, 2015, p. 86)

O entendimento de que a psicanálise, tal qual a ciência, se além ao mononaturalismo (existe uma natureza e nossas teorias são tentativas renovadas de construir sistemas explicativos dela), faz Dunker buscar no perspectivismo animista soluções multinaturalistas (a natureza não é homogênea e singular):

[...] é preciso defender uma multiplicidade de naturezas, todas elas dependentes de uma única perspectiva, que é a do sujeito produtor de versões sobre a natureza a partir das perspectivas nas quais se encontra. Trata-se de diversas naturezas, no sentido material, causal e ontológico. [...] Ou seja, não se trata das *variedades simbólicas da natureza*, que o totemismo nos ajuda a organizar, mas da *naturalidade real da variação*. (Dunker, 2015, p. 354)

Sendo o Real variado, alheio a um padrão único que pudesse ordená-lo, a introdução do animismo como modelo alternativo ao totêmico contribui para a abertura da racionalidade diagnóstica e põe em questão o limite da estrutura das estruturas. Dunker busca estabelecer uma diagnóstica do sofrimento pensada a partir do próprio Brasil, de forma que as variedades dos sofrimentos nacionais são

pensadas em suas particularidades e não mediante adaptações de outras racionalidades diagnósticas. A ideia de que a psicanálise deve inventar novos conceitos criadores de novas realidades, permitindo uma reformulação da clínica, está, lembremos, presente já no início do ensino de Lacan:

Temos que nos aperceber de que não é com a faca que dissecamos, mas com conceitos. Os conceitos têm sua ordem de realidade original. Não surgem da experiência humana – senão seriam bem feitos. As primeiras denominações surgem das próprias palavras, são instrumentos para delinear as coisas. Toda ciência permanece, pois, muito tempo nas trevas, entravada na linguagem. (Lacan, 1953-1954/1986, p. 10)

Destaca-se o lugar do sofrimento na articulação entre mal-estar, sofrimento e sintoma. Por entender que na literatura psicanalítica há um imediatismo indevido entre mal-estar e sintoma, isto é, os novos sintomas que desafiam a clínica psicanalítica são tomados como correlatos diretos de um também novo mal-estar, Dunker (2015, p. 11) interpõe entre esses termos a noção de sofrimento, onde “o sofrimento psíquico é a expressão de um social ainda não reconhecido, ou não mais reconhecido, que continua a insistir como carta não entregue, promessa não cumprida”. Tomemos como exemplo uma passagem de Forbes (2012) que apresenta uma articulação mais imediata entre sintoma e mal-estar:

O sintoma clássico é uma expressão disfarçada do desejo. Os novos sintomas são expressões mais diretas da pulsão. Por isso, tantas vezes tomam a forma de adições, compulsões ou rejeições maciças. (Forbes, 2012, p. xxvii)

Nesse exemplo podemos considerar que os novos sintomas são tomados como *experiências improdutivas de indeterminação*, que, se articulados por uma narrativa e reconhecidos como sofrimento, podem vir a ser *experiências produtivas de indeterminação*. Em forma de romance (familiar do neurótico), de teorias (sexuais infantis) ou de mito (individual do neurótico), para Dunker (2015, p. 25), “o sofrimento determina-se pela narrativa e pelo discurso nos quais se inclui ou dos quais se exclui”. Faltaria à literatura psicanalítica contemporânea, portanto, um trabalho sobre as narrativas possíveis em que o mal-estar pudesse se expressar e encontrar reconhecimento social enquanto sofrimento. Narrativas localizadas, sublinhe-se, não universais no sentido generalista.

Por entender que os discursos sobre um objeto podem modificá-lo, o autor realiza uma espécie de genealogia da racionalidade diagnóstica que culmina na psicopatologia contemporânea, ao mesmo tempo em que identifica as diferentes estratégias diagnósticas que lhe são idiossincráticas. O diagnóstico é uma nomeação que gera efeitos no indivíduo e no social, restabelecendo os critérios normativos através da história. A conclusão de Dunker (2015, p. 265) é que “não é possível separar os sofrimentos e sintomas típicos de um contexto histórico-cultural da racionalidade diagnóstica onde eles se apresentam”. Se essa hipótese for acolhida, o passo seguinte seria investigar como a própria psicanálise estaria contribuindo para os novos sintomas, ou mesmo sintomas sociais, pelos quais tem se interessado. Assim, Dunker (2015, p. 33) afirma que, se “temos agora novas patologias baseadas no déficit narrativo, na incapacidade de contar a história de um sofrimento, na redução do mal-estar à dor sensorial”, isso não deve ser pensado como independente da “[...] condensação das formas de linguagem que a pós-modernidade reserva ao sofrimento”. Não basta pensar como a psicanálise, a psicologia ou a psiquiatria podem “curar” as patologias do social. É preciso também pensar de que forma fazem sua racionalidade diagnóstica participar dessas patologias, assim como por meio de quais narrativas contemporâneas podem promover o reconhecimento do sofrimento em questão; afinal, “não temos nenhuma razão para pensar que os quadros nosológicos estão aí desde toda a eternidade e nos esperavam” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 127).

Demonstrada a limitação da teoria psicanalítica de base totêmica e a necessidade de novos conceitos e noções para as questões clínicas e diagnósticas que se apresentam diante da psicanálise na contemporaneidade, apontamos para soluções localizadas, não generalistas. Também reservamos o uso do termo universal ao seu sentido lógico, onde, diferentemente do generalismo pela indução, a validade do enunciado funda uma categoria abstrata sem a pretensão de ser uma verdade aplicável a todos os casos. Investigaremos a seguir a possibilidade das soluções localizadas a partir do matema lacaniano.

Fora do universalismo

No contexto do estruturalismo, conforme apresentado por Foucault (2007, p. 525), psicanálise, etnologia e linguística encontraram umas nas outras intersecções, mas as estruturas do inconsciente, do parentesco e da linguagem não puderam ser completamente equiparadas, isto é, reduzidas ao mesmo sistema. Segundo o filósofo (2007, p. 525), a linguística, que serviria de fundamento co-

num à psicanálise e à etnologia, não permitiu que essas duas disciplinas chegassem a algo “de irredutível, de uniformemente válido” sobre o homem, como uma “antropologia psicanalítica”. Milner (2008, p. 256), no que classifica como um momento crucial para o desmonte do estruturalismo enquanto movimento, coloca que tampouco foram encontradas as esperadas correspondências das estruturas da linguística estrutural com as da matemática. Seguindo métodos estruturais ou não, cada disciplina terminaria autorizada por si mesma a realizar suas descobertas, mesmo que sem correlação com as de outros campos e sem necessitar de um crivo externo que as valide.

Se os saberes de cada um desses campos não podem ser reduzidos a uma e mesma estrutura, há que se considerar uma noção de estrutura sem pretensões totalitárias e universalistas, mas limitada a apreender fenômenos circunscritos. Isso coloca a psicanálise numa situação de independência para abordar a estrutura do inconsciente por seus próprios meios, inclusive de sua própria noção de estrutura. Para Milner (1996, p. 106), essas estruturas não são deduzíveis umas das outras e sequer necessitariam ter conexões entre si. Os matemas lacanianos, enquanto escrita da estrutura mínima (Milner, 2008, p. 219), serão heteromorfos a cada outro e suas escritas serão variadas (1996, p. 106). Essa afirmação parece lançar a psicanálise em situação temerária, na qual não há uma teoria consistente que reúna seus saberes dentro de uma estrutura coesa e regida por princípios estáticos. Vimos, contudo, como pode ser insuficiente um princípio único do qual dependa todo um tecido de noções, como no caso do totemismo diante da contemporaneidade. Isso reforça a potência teórica de formalizações localizadas e mais ou menos independentes. É o que propõe, por exemplo, Rona (2012):

Não postulo que essa lógica seja única, nem que seja uma lógica das lógicas, mas tão somente que a possibilidade de formalização existe, guardada a necessidade de se delimitar os fenômenos psicanalíticos, de tratá-los localmente. Sonhos, fantasia, a fala em análise, como exemplos, poderiam a bom título apresentar lógicas distintas, o que não impediria sua formalização, em cada caso. (Rona, 2012, p. 238-239)

Rona (2012), que compreende a lógica do significante a partir da teoria dos conjuntos, afirma que “mais de um conjunto pode ser considerado coerente, defendendo o argumento da pluralidade das verdades” (p. 92). Consequentemente, haveria “mais de uma forma de organização do sistema significante que atenda a esse princípio” (p. 346) e diferentes topologias. Por isso, não há necessidade de

que “todas as noções, práticas, éticas, clínicas e teóricas sejam reconduzidas a um mesmo núcleo de assertivas para que postulemos um grau de cientificidade da psicanálise”, pois ainda segundo Rona, “basta que exista coerência nas localidades e que exista comensurabilidade entre elementos” (p. 93). O uso da formalização em psicanálise, como faz Lacan com seus matemas, seria livre tanto da “aspiração totalitária” e da “racionalidade triunfal” quanto da “aspiração relativista” e da “irracionalidade obscurantista” (p. 348).

Se Dunker propõe o multinaturalismo como um modelo para pensar o Real da psicanálise como variado e não uniforme, vemos que esse Real é compatível com o conjunto de proposições sobre a estrutura localizada de Rona e Milner. Em ambos os casos é rejeitada a ideia de um Real uniforme e explicável por um princípio. Ora, as generalizações via indução, em que a regularidade em alguns casos pode ser estendida a todos outros (como as defesas da universalidade do complexo de Édipo), baseiam-se na assunção de um Real uniforme. Assim, e dado que o Real lacaniano é por definição uma impossibilidade irreduzível de simbolização, qualquer universalismo em psicanálise deverá ser restrito ao sentido lógico, isto é, como hipótese que funda uma classe, que recorta e ordena pedaços do Real, não como afirmação universalmente verdadeira e aplicável. Consideramos que essas questões metodológicas e epistemológicas são imprescindíveis aos problemas submetidos à psicanálise na contemporaneidade. A elaboração de novos diagnósticos deve participar de uma reformulação da racionalidade diagnóstica, o que não pode ser realizado sem uma crítica do alcance dos métodos e conceitos da psicanálise.

Referências

- Assoun, P.-L. (2012). *Freud e as ciências sociais: psicanálise e teoria da cultura*. Edições Loyola: São Paulo. (original publicado em 1993).
- Badiou, A. (2009). *São Paulo: a invenção do universalismo*. São Paulo: Boitempo. (original publicado em 1997).
- Chemama, R. (2007). *Depressão: a grande neurose contemporânea*. Porto Alegre: CMC.
- Dufour, D.-R. (2005). *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Dumont, L. (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo.
- Eidelsztein, A. (2008). *Las estructuras clínicas a partir de Lacan: Intervalo y holófrase, locura, psicosis, psicossomática y debilidad mental* (2ª ed.). Buenos Aires: Letra Viva.

- Forbes, J. (2012). *Inconsciente e responsabilidade: psicanálise do século XXI*. Barueri: Manole.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas* (9ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (original publicado em 1966).
- Harari, R. (2010). Palavra, violência, segregação. *Tempo Psicanalítico*, 42 (2), p. 333-368. Rio de Janeiro.
- Lacan, J. (1969). Intervention sur l'exposé de M. de Certeau, Congrès de Strasbourg (12/10/1968). *Lettres de L'école Freudienne*, 7, p. 84. <http://www.ecolelacanienne.net/pictures/mynews/5634CFB898FE7EB394D5476585323802/1968-10-12c.pdf> (acesso em 03-ago-2015).
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1953-1954).
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1998). O seminário sobre 'A carta roubada'. In *Escritos*, p. 13-68. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1955).
- Lacan, J. (1998). Ciência e verdade. In *Escritos*, p. 869-892. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2003). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In *Outros escritos*, p. 29-90. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1938).
- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 9: A identificação* (inédito: publicação não comercial). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (original publicado em 1961-1962).
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1971).
- Miller, J.-A. (n.d.). *Psychose ordinaire et clinique floue*. <http://wapol.org/ornicar/articles/mlr0081.htm> (acesso em 03-ago-2015).
- Milner, J.-C. (1996). *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Milner, J.-C. (2008). *Le périple structural*. Paris: Verdier.
- Ortigues, M.-C.; Ortigues, E. (1989). *Édipo africano*. São Paulo: Escuta. (original publicado em 1966).
- Rona, P. M. (2012). *O significante, o conjunto e o número: a topologia na psicanálise de Jacques Lacan*. São Paulo: Annablume.
- Santos, T. C. (2005). A prática lacaniana na civilização sem bússola. In Santos, T. C. (org.). *Efeitos terapêuticos da psicanálise aplicada*, p. 61-92. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Stevens, A. (n.d.). *La psychose ordinaire*. <http://www.causefreudienne.net/la-psychose-ordinaire/> (acesso em 03-ago-2015).

Recebido em 17 de maio de 2017

Aceito para publicação em 05 de outubro de 2017

VERDADE, ACONTECIMENTO E SUJEITO

*TRUTH, EVENT AND SUBJECT**VERDAD, ACONTECIMIENTO Y SUJETO**Oswaldo França Neto****RESUMO**

Este texto visa a escrutinar o conceito de verdade, colocando-o como indissociável dos conceitos de acontecimento e sujeito. Propõe que a verdade seria um excesso em relação ao campo da existência, pois, para se preservar eterna e não particularizável, ela não poderia se localizar ou se deixar discernir como objeto. Entendida enquanto excesso quantitativo, segundo o filósofo Alain Badiou, três grandes orientações distintas de pensamento teriam se constituído na história da civilização para tentar resolver o problema da impossibilidade de localização da verdade. Recentemente uma quarta orientação teria surgido, quando então o termo acontecimento teria ganhado relevância. O acontecimento seria a impossível e efêmera localização da verdade, deixando como resto uma marca. Um sujeito se constitui na fidelidade a essa marca, sustentando seus desdobramentos. Como consequência dessa proposta de vinculação necessária entre verdade, acontecimento e sujeito, a apresentação destes no campo da existência seria sempre histórica, desqualificando transcendências e desdobrando-se como subversão do que se apresenta normatizado.

Palavras-chave: verdade; acontecimento; sujeito.

* Professor do Programa de Pós-graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ABSTRACT

This text seeks to scrutinize the concept of truth, placing it as inseparable from the concepts of event and subject. It proposes that truth would be an excess in relation to the field of existence, since in order to preserve itself eternal and non-particularizable, it could not be located or discerned as an object. Understood as a quantitative excess, according to philosopher Alain Badiou, three great distinct orientations of thought would have been constituted in the history of civilization to try to solve the problem of the impossibility of locating the truth. Recently a fourth orientation would have emerged, when then the term event would have gained relevance. The event would be the impossible and ephemeral location of truth, leaving behind a mark. A subject is constituted in adherence to this mark, sustaining its unfolding. As a consequence of this proposed necessary link between truth, event and subject, the presentation of these in the field of existence would always be historical, disqualifying transcendences and unfolding as a subversion of what is standardized.

Keywords: truth; event; subject.

RESUMEN

Este texto pretende escudriñar el concepto de verdad, proponiéndolo como indisociable de los conceptos de acontecimiento y sujeto. Propone que la verdad sería un exceso con relación al campo de la existencia, ya que, para preservarse eterna y no particularizable, ella no podría localizarse o dejarse discernir como objeto. Entendida como exceso cuantitativo, según el filósofo Alain Badiou, tres grandes orientaciones distintas de pensamiento se habrían constituido en la historia de la civilización para intentar resolver el problema de la imposibilidad de localización de la verdad. Recientemente se habría presentado una cuarta orientación, cuando entonces el término acontecimiento habría ganado relevancia. El acontecimiento sería la imposible y efímera localización de la verdad, dejando como resto una marca. Un sujeto se constituye en la fidelidad a esa marca, respaldando sus desdoblamientos. Como consecuencia de esta propuesta de vinculación necesaria entre verdad, acontecimiento y sujeto, la presentación de estos en el campo de la existencia sería siempre histórica, descalificando transcendencias y desdoblándose como subversión de lo que se presenta normalizado.

Palabras clave: verdad; acontecimiento; sujeto.

Introdução

O que é a Verdade? Ela é global ou local?

Colocando em outros termos, ela é algo que concerne a tudo o que existe, portanto não localizável, ou ela pode ser localizada como algo delimitável dentro de um dado universo? Ou seja, a verdade pode ser vista ou discernível por meio da linguagem? Pois só pode ser visto ou delimitado por palavras aquilo que se apresenta, se corporifica, portanto, se localiza. Se considerarmos a verdade como sendo global, ela é interdita de existir (de se apresentar). Mas se ela puder existir, o que significa poder ser localizada, ela, como tudo o que se localiza, se corromperia com o tempo, além de deixar de ser concernente a todas as situações (já que estaria localizada).

Algo restrito a um dado objeto ou situação, e, portanto, não apenas corrompível como não universalmente aplicável, pode ser entendido enquanto verdade? Em princípio não, pois a Verdade, com “V” maiúsculo, além de ser eterna e imutável, não pode ser específica de apenas uma ou algumas coisas, devendo persistir como verdadeira em não importa qual época ou contexto.

Nos termos com que estamos trabalhando, existir significa se localizar, pois o que não se localiza, não podendo ser discernido, não possui existência para alguém daquele universo. A existência é uma categoria de essência topológica, que só pode ser atestada em um campo relacional. Ela está no campo dos objetos, da localização, não havendo objeto global. O Todo é irrepresentável, e, portanto, sua existência não é atestável (França Neto, 2012).

Do que não se localiza nós podemos até supor ou propor a existência, mas não podemos confirmá-la. Dessa forma, para nós, a pergunta se a verdade é global ou local pode ser colocada nos seguintes termos: a verdade existe?

Se a verdade for global, ela está no campo da especulação e não da existência. Mesmo que suponhamos sua existência, para nós ela é interdita. Já no caso de ser localizável e, portanto, passível de existência, ela não é verdade no sentido forte do termo, pois, como dissemos acima, tudo o que existe não apenas se corrompe como, por existir de forma discernida, localizada, não pode ser indistintamente generalizável.

Essa discussão, aos olhos de Alain Badiou (2010), pode ser considerada como sendo a grande questão da filosofia em toda a sua história. Passando por Platão, em sua querela com os sofistas, até nosso tempo, agora mergulhados que estamos no que o Badiou propôs como “relativismo cético” (Badiou, 2006, p. 533), a distinção entre o que seria verdadeiro e o mero erro foi motor, explícito ou não, de boa parte do pensamento de nossos maiores filósofos.

Descartes, por exemplo, apresentava como motivo para todo o seu percurso especulativo a tentativa de estabelecer um solo seguro que lhe permitisse diferenciar, com certeza, a verdade das falsas opiniões. Ele começa assim sua primeira meditação:

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências. (Descartes, 1641/1983, p. 85)

Sabemos de como o seu método o levou a um problemático solipsismo.

Badiou (2010) propõe então que, em termos gerais, duas soluções teriam sido desdobradas na filosofia frente a essa questão:

Solução clássica: a verdade é restrita ao ser, separada da existência. Dois filósofos citados como defensores dessa concepção seriam Kant e Heidegger. Kant, por exemplo, teria proposto que a verdade só poderia se dar no registro do ato. Fora da filosofia, poder-se-ia identificar a igreja participando de lógica similar, o que nos leva a propor que esta solução é, no fundo, ontoteológica.

Solução não clássica: forçar o impossível, ou seja, sua existência ou localização. Dentre os citados por Badiou, o mais antigo seria Platão, que teria chamado de Ideia a potência de localização em verdade do que existe. Outros filósofos elencados seriam Descartes (para quem as verdades eternas são sempre criadas, ou seja, localizadas), Espinoza (verdade enquanto nome da não separação) e Hegel. Badiou compartilha dessa solução não clássica, defendendo a necessidade de nos confrontarmos com essa interdição de localização do universal, e forçarmos a existência do impossível. Para ele, apesar de podermos afirmar o estatuto ontológico da verdade, ela não deixa de poder existir enquanto dado empírico, ou seja, ela é passível de localização.

A verdade como excesso

Em seu livro *O ser e o evento*, Badiou (1996) propõe que, na linguagem, naquilo que ela pode nomear ou localizar, existe alguma coisa que excede, não se

deixando apreender pela capacidade discriminatória da língua. Existe algo que escapa ao simbólico, de que ele não consegue dar conta.

Este excesso não mensurável, materializado de forma proeminente no campo da matemática quando esta se põe a lidar com conjuntos infinitos, atormentou Georg Cantor (1845-1918). Para tentar resolvê-lo, o matemático postulou a “hipótese do contínuo”. Por essa hipótese, ao lidarmos com conjuntos infinitos de grandezas distintas, no caso o conjunto dos números naturais e o dos números reais, aquilo que, apesar de estar incluído no primeiro conjunto, não se deixa discernir como elemento preservando-se como excesso ao que se apresenta, se somarmos à cardinalidade desse conjunto este seu excesso, obteríamos o conjunto infinito de grandeza imediatamente superior, ou seja, o conjunto dos números reais. Com essa hipótese, Cantor acreditou ter estabelecido uma sequência plausível na cardinalidade dos conjuntos infinitos de grandezas distintas.

Como ilustração, pensemos em um conjunto finito com um número qualquer de elementos. Na passagem desse múltiplo inicial para o conjunto de suas partes, ou para o “múltiplo-um composto por seus subconjuntos”, passará a existir uma parte que, apesar de estar incluída, estará em excesso ao que se deixa discernir como elemento do conjunto inicial. Badiou chamou isso de “teorema do ponto de excesso” (Badiou, 1996, p. 75). Nessa parte vazia, posto que nela nenhum elemento se deixa apresentar, encontraríamos, por exemplo, o operador da conta, ou aquilo que unifica o conjunto enquanto reunião de elementos. A operação que constitui um conjunto, apesar de incluída neste, não se apresenta nele como sendo um de seus elementos – ele faz parte do conjunto sem se discernir como elemento. Isto que excede Badiou nomeou por “excrecência”, sendo que a excrecência “toca o excesso” (Badiou, 1996, p. 390).

Porém, o excesso não se reduz à excrecência. Ele é mais do que ela. E o problema do excesso torna-se particularmente proeminente quando passamos a trabalhar com o infinito. Em um conjunto inumerável infinito, o excesso quantitativo não se limita ao operador da conta. Para fecharmos um conjunto infinito, impondo-lhe uma finitude fictícia, o que tem que ser excluído é o próprio infinito, que passa a persistir, dentro, como um excesso quantitativo, não passível de discernibilidade ou localização. Existe, assim, uma discrepância ou hiância inquantificável entre o que se deixa apresentar em um conjunto infinito inumerável e o que seria a sua totalização.

Com a “hipótese do contínuo” Cantor postulou uma espécie de mensurabilidade para esse excesso. Segundo sua proposta, o conjunto formado pelas partes do conjunto inumerável infinito (elementos + excesso) dos números naturais teria o mesmo valor que o conjunto formado pelos elementos (sem somar o

excesso) do conjunto inumerável infinito que o sucedesse, no caso o dos números reais. Assim, se chamarmos o primeiro conjunto inumerável infinito de Alef 0, a partir do momento em que nomeamos essa infinitude, podemos inseri-la em uma cadeia, isto é, concebermos a existência de uma sucessão de Alefs: Alef 0, Alef 1, Alef 2, Alef 3 etc. Pela hipótese do contínuo de Cantor, a soma dos elementos de Alef 0 + seu quantitativo excedente seria igual aos elementos de Alef 1 (sem o seu excesso). De maneira similar, a soma dos elementos de Alef 1 + seu quantitativo excedente seria igual aos elementos de Alef 2, e assim sucessivamente. Dessa maneira, Cantor teria conseguido estabelecer uma hierarquia quantitativa sequencial nos conjuntos de cardinalidades infinitas, colmatando a hiância entre o contínuo e o enumerável (ou discreto).

Essa tentativa de Cantor, porém, mostrou-se frustrada. O teorema de Easton demonstrou que o conjunto das partes de um Alef qualquer pode ter quase não importa qual valor superior a este Alef (Badiou, 1996). O excesso quantitativo é inquantificável.

A quantificação do infinito, ou a tentativa de estabelecer o valor do excesso, representa o impasse da ontologia. “A superação desse impasse, não é excessivo dizê-lo, comanda o destino do pensamento” (Badiou, 1996, p. 214).

Existe então, na linguagem, algo que excede ou escapa à capacidade de nomenclatura e discernimento da própria linguagem. Esse excesso, esse algo a mais, é que serve de mola ou impulso para toda atividade de pensamento, que anseia, por um movimento extensionista, tornar discernível essa parte inassimilável (ilusão de Cantor).

Segundo Badiou (1996), existem três grandes orientações de pensamento, determinadas por uma pré-decisão; na realidade tratam-se de três maneiras distintas de tentar resolver o problema do excesso quantitativo, a saber: as orientações de pensamento transcendente, construtivista e genérico.

(1) O pensamento de orientação transcendente se caracteriza pela pressuposição de um ente supremo, de uma potência transcendente (e.g., Deus), que parametrizaria com sua lei universal tudo que estivesse abaixo dele. Esse ente supremo teria sob seu jugo e sob sua lei todo o excesso que tanto incomoda. Um bom exemplo de funcionamento desse tipo de pensamento seria a religião. No campo matemático, essa forma de pensamento corresponde à doutrina dos grandes cardinais (Badiou, 1996).

(2) No pensamento de orientação construtivista, o referencial paradigmático, ou a lei, seria a própria língua. As regras de funcionamento desta, a sua lógica, articulando os elementos que se nos apresentam (que teriam o estatuto de nomes), seriam o parâmetro primordial. O grande objetivo dessa orientação de pensamento seria parametrizar tudo aquilo que excede por meio dos parâmetros daquilo que é excedido, isto é, a língua. Ela seria a lei, e o que a ultrapassasse,

por não ser discernível nela, na verdade não existiria, pois, para existir, ele teria que ser nomeado e discernido (já que só existe o que está conforme a língua e, portanto, pode ser nomeado e classificado frente aos outros nomes), deixando de ser excesso. O construtivismo está eminentemente no campo do saber, e o saber designa “a capacidade de inscrever nomeações controláveis em ligações lícitas” (Badiou, 1996, p. 233). O pensamento construtivista “subsume a relação ao ser na dimensão do saber” (Badiou, 1996, p. 233).

Esse tipo de pensamento nega a existência de acontecimentos, já que, estranhos ao saber, eles provocam um disfuncionamento da conta (veremos adiante a definição de acontecimento). O construtivismo trabalha apenas no já estabelecido, protegendo o sentido de qualquer coisa que o ameace. E, a partir do momento em que estamos dentro do universo construtível, seus enunciados são irrefutáveis. Quem habita esse universo não aceita enunciados que coloquem em xeque o saber. O que não faz sentido, não existe. Os habitantes desse universo somente passarão a aceitar um enunciado anômalo se conseguirmos explicar-lhes sua veracidade, isto é, se conseguirmos vinculá-lo ao saber, o que fará com que ele deixe de ser anômalo. Nesse universo, o ideal, o que se busca, é que nada seja indecidível.

O campo do construtivismo, ou o campo do saber, é, apesar de limitante, necessário. O sentido acalma a existência, domestica o excesso. Mesmo para aqueles que trabalham com o acontecimento, arriscando a vida nas cercanias do vazio e do indiscernível, “convém, afinal de contas, ser sábio” (Badiou, 1996, p. 234).

No universo construtível, a hipótese generalizada do contínuo é verdadeira. Em termos matemáticos, o esquema ontológico de tal pensamento é o universo construtível de Gödel. Na filosofia, dois legítimos representantes deste tipo de pensamento seriam Leibniz e Wittgenstein.

(3) Chegamos agora à orientação de pensamento genérico. Esta seria mais próxima ao que estamos propondo. As orientações anteriores, por pré-decisão, constituem seu mundo negando a errância imanente do excesso, seja por sua corporificação em um ente externo, supremo, seja pela desconsideração de sua pertinência, partindo do pressuposto que sua emergência é consequência da má utilização (ou da não utilização de forma adequada) da lei que rege o sistema. Já na orientação de pensamento genérico, a errância do excesso é admitida, sendo considerada como imanente à situação, parte indiscernível e inapresentável desta. A verdade, neste caso, que aqui estamos correlacionando ao excesso, não se identificaria nem com a forma de funcionamento da linguagem (construtivismo), nem com um ente supremo (orientação de pensamento transcendente). A verdade, aqui, é o que faz furo no saber da língua. Esta orientação de pensamento tem seu esquema ontológico nos estudos matemáticos de J. Cohen.

Acontecimento e sujeito

Badiou, porém, não se limita a essas três orientações de pensamento. O filósofo francês considera “uma quarta via, discernível desde Marx, tomada por outro viés em Freud” (Badiou, 1996, p. 227). Ela seria transversal às outras três, sustentando que a verdade não se deixa delimitar por nenhum dispositivo de saber.

Nas três decisões citadas, observamos três formas diferentes utilizadas pelo saber para tentar circunscrever ou pasteurizar aquilo que excede a linguagem, e que aqui estamos aproximando com a verdade. Na primeira, este excesso se situaria transcendentemente ao campo, portanto inacessível ao campo do saber, que se exime então de entendê-lo. Na segunda, este excesso não existiria, pois tudo o que existe pode ou poderia ser discernível pela língua, caso em que a verdade não seria mais identificada como um excesso em relação à linguagem, entendendo como impotência e não como impossibilidade aquilo que, contingencialmente, não se deixa apreender pelo saber. Na terceira, o excesso persiste como excesso e é concebido como imanente ao campo, como parte não discernível neste. Nesta última orientação, o excesso seria mais angustiante, já que, apesar de apartado da existência, não deixaria de compartilhar com os existentes o território onde se desdobram suas vidas, lembrança constante da precária consistência que nos constitui como portadores de identidades.

A quarta orientação, independente de qual das orientações anteriores em que se esteja, seria a sustentação do impossível, ou seja, da localização/apresentação do excesso, enfrentando as consequências da operacionalização, no campo do saber, da fugaz apresentação daquilo que o excede. Apesar de ser transversal às três primeiras, suas consequências são mais harmoniosas com a orientação de pensamento genérico, que já concebe o excesso como imanente à situação. Nas outras duas orientações, quando esta quarta se apresenta, a orientação como um todo pode vir a ser colocada em questão.

Segundo essa quarta orientação, a verdade se produz como efeito nas consequências de um acontecimento, onde se forçaria a apresentação de “um desligamento do ser, pois é na ocorrência indecível de um não-ente supranumerário que se orienta todo procedimento de verdade, inclusive de uma verdade em que estivesse em jogo esse desligamento” (Badiou, 1996, p. 227). Nela, a verdade nem está do lado de fora corporificada em um ente supremo, nem se confunde com a linguagem, nem está como algo indiscernível condenado às sombras e à errância do próprio campo, mas ela se faz apresentar de forma tão inusitada quan-

to evanescente, como um relâmpago em um céu azul, deixando como resto um traço, signo de uma verdade a ser (re)produzida, desdobrada, carregada por essa marca que ficou de sua fugaz e impossível presentificação.

Essa via des-liga o sujeito do ser, por meio de uma escansão, ou ruptura, do que neste se desdobra como saber, mantendo-se “o procedimento inapresentado do verdadeiro, único resto deixado pela ontologia matemática a quem se anima do desejo de pensar, e ao qual convém o nome de Sujeito” (Badiou, 1996, p. 227).

Do excesso, que como des-medida se faz existir, um puro nome que não remete a nada, apenas a si mesmo, passa a carregá-lo na situação. Estaríamos aqui no que Badiou nomeou por acontecimento.

Com o acontecimento, o indiscernível, antes inapresentado, vem a apresentar-se e a desdobrar-se por meio do traço que resta de sua efêmera existência. À situação originária suplementa-se uma nova parte, imanente a esta, onde seu excesso, persistindo indiscernível, se desdobra como consequência por meio da operacionalização do traço que restou de sua evanescente apresentação. A essa nova situação, suplementada pelo indiscernível agora nomeado e forçado a existir, Badiou nomeou por “extensão genérica”. Nesta nova situação, “o procedimento genérico é nela um indiscernível intrínseco” (Badiou, 1996, p. 270).

Com o forçamento de Cohen a verdade se des-liga definitivamente do ser (em oposição a Heidegger), tornando-se pós-acontecimento. A verdade, identificando-se com o indiscernível, sendo aquilo que faz furo no saber, é dependente ou posterior à apresentação do acontecimento, que Badiou nomeou como não-ser.

O sujeito, segundo uma das definições que Badiou lhe dá, seria a “configuração local de um procedimento genérico” (Badiou, 1996, p. 317). Ele é a “instância finita de uma verdade” (Badiou, p. 400) Enquanto a verdade é infinita, o sujeito “é uma configuração finita do procedimento genérico do qual uma verdade resulta” (Badiou, p. 312).

O indiscernível, enquanto verdade pós-acontecimento, carregado por um traço e sustentado por um puro nome no campo do saber, encontra-se na linguagem nas cercanias do vazio, porém distinguindo-se deste na medida em que se lança como um saber a ser produzido, um saber que em um tempo hipotético seria discernível. A verdade estaria aqui em um futuro inalcançável ou, mais precisamente, em um tempo verbal que tanto Badiou (1996, p. 314) quanto Lacan (1960/1998, p. 823), ao trabalharem a verdade que um sujeito sustenta e desdobra, a explicitaram como “terá sido”¹. Ou seja, a verdade seria aquilo que teria se concretizado no futuro do pretérito se um hipotético acontecimento originário tivesse sido sustentado até seu resultado final. O vazio em si não pode fixar-se a nada, pois ele é a sutura ao ser da linguagem. Sua presentificação seria

a presentificação do ser, ou a irrupção do gozo enquanto substância positiva, o que é incompatível com a existência da linguagem. O acontecimento, ou o não-ser, é a forma pela qual o vazio é convocado, tornando-se imanente à situação, porém na forma da interdição de sua localização em si. Assim, apesar da verdade, na situação, estar ligada ao não-ser, podemos dizer que o não-ser é a forma com que o vazio (nome próprio do ser) é convocado/separado na linguagem.

Uma verdade é a totalidade infinita do conjunto das manifestações da qual, por exemplo na arte, um objeto artístico específico é um fragmento, ou uma manifestação finita. Uma verdade é indiscernível, faz furo no saber. Mas o indiscernível que constitui a verdade, apesar de, assim como o vazio, não se apresentar (já que a rigor ambos são indiscerníveis), não se confunde com o vazio. A verdade não é vazia, mas é a reunião infinita de todos os termos que teriam sido constatados como vinculados a um procedimento genérico. Jamais conseguiríamos, nela, atingir a totalidade que permitiria a constituição de um saber que a discernisse e o que a compõe em sua integralidade, já que sua totalização seria correlata à própria desconstituição do saber. O não-ser, como forma de convocação do vazio, ganha o estatuto ilusório de uma presentificação do ser. Mas o que ele realmente apresenta é o desencadeamento potencialmente infinito de fragmentos finitos de um outro indiscernível que não o vazio, que é a verdade. Se a verdade, a partir do acontecimento (não-ser), pode apresentar no presente fragmentos do que ela hipoteticamente seria se tivesse se realizado, o ser é o que no discurso só se apresenta de forma subtrativa.

O sujeito, tendo como solo a verdade (ele é uma configuração finita da verdade infinita), tem como causa o acontecimento. Para Badiou, então, só há sujeito no procedimento genérico.

Talvez possamos afirmar que, na psicose, a constituição do acontecimento seja problemática, o que coloca o psicótico em uma situação delicada. Comprometendo a constituição do acontecimento, ficaria comprometida a única possibilidade de se lidar com o excesso (ou com o gozo, que é a maneira pela qual o excesso se presentifica na linguagem) de forma imanente à situação. Sem o acontecimento (não-ser), o excesso (que aqui estamos aproximando com o ser) tende a se presentificar em sua forma pura, o que seria disruptivo para a realidade psíquica do psicótico. Poderíamos então supor que os psicóticos, numa tentativa de impedir a fixação do vazio (ou a irrupção do excesso quantitativo), tentem se sustentar muitas vezes tomando, por pré-decisão, seja uma orientação de pensamento construtivista (eliminando o excesso do campo), seja uma orientação de pensamento transcendente (entificando o Outro no seu psi-

quiatra, por exemplo, e assim promovendo uma separação, mesmo que precária, deste excesso que o invade). De qualquer maneira, em ambas as formas o excesso tende a retornar. Se quisermos proporcionar uma estabilidade maior ao psicótico, e se quisermos que ele se constitua enquanto sujeito, temos que viabilizar, de alguma forma, que o excesso se operacionalize de forma imanente ao campo.

Implicações

Voltando à discussão que nos norteia no momento, quais as consequências, para o conceito de verdade, da decisão por essa quarta via, ou seja, de se entender a verdade como um excesso irreduzível em relação ao saber (em oposição ao construtivismo), como imanente à situação (em oposição ao pensamento de orientação transcendente), e como passível, por meio de um forçamento em relação ao saber, de se fazer, fugazmente, se localizar ou se apresentar (diferentemente do pensamento de orientação genérica)?

Já dissemos da dificuldade da terceira orientação de pensamento, a do pensamento genérico, pois ela implica em conceber o excesso como imanente, o que significa que ele seria uma angustiante sombra, lembrança constante da precariedade do saber que nos sustenta, e conseqüentemente da própria consistência do que se constitui como sendo o nosso mundo. O global não pode se localizar. A concepção de um excesso genuíno e indiscernível no campo do saber implica em colocarmos em xeque a pensabilidade do próprio campo, estabelecido, como todo campo, como uma rede de localizações e hierarquias sábias. Ou seja, para que um dado mundo se constituísse, o que teve que ser excluído, como excesso, foi aquele elemento indiscernível, inclassificável, não hierarquizável, igualmente comum a tudo o que se apresenta, e portador, portanto, da verdade de todo o campo.

Vamos agora, pois, com a quarta orientação, forçar a localização do excesso/verdade, ou seja, forçar a existência ou a apresentação, de forma imanente, do indiscernível de uma dada situação qualquer.

Que consequências podemos supor de uma tal decisão?

(1) A verdade passa a ser concebida como histórica.

Um acontecimento é a impossível junção, no território, do indiscernível e daquilo que nele se deixa apreender no campo do saber, quando o primeiro se faz apresentar enigmaticamente como pertencente ao segundo. Por ser impossível, esse encontro em si não é apreensível, restando dele apenas um traço.

O acontecimento, assim, é o que rompe com a estabilidade, produzindo uma ruptura e criando, com o traço que sobra dele e as consequências que dele advém a partir da fidelidade a ele sustentada por um sujeito, uma temporalidade.

A verdade, nesse sentido, é sempre histórica, produzindo-se como um novo presente, efeito de um acontecimento. E um sujeito é o modo sob a qual um corpo se inscreve como corpo subjetivo na produção desse presente.

(2) Um acontecimento desqualifica transcendências.

No pensamento de orientação transcendente, a verdade é algo que existe fora, parametrizando do exterior tudo o que existe dentro. Nesse caso, pode-se concebê-la como tendo existência prévia, e que seria a partir dela que toda a situação se organizaria. Uma leitura apressada do Mito da Caverna de Platão, não compartilhada por Badiou, concedendo à verdade uma existência externa, transcendente ao que se apresenta como mundo, pode servir de ilustração para essa forma de pensar.

De acordo com o mito, o lado de fora da caverna, campo das Ideias, seria o espaço onde a verdade existiria. No lado de dentro, onde habitaríamos de costas para a saída, voltados para o fundo da caverna e condenados a ver apenas o que de fora se projetaria em suas paredes, só nos restaria como possibilidade nos aprimorarmos em distinguir as cópias (boas imagens) dos simulacros (imagens distorcidas). E para Platão, todos aqueles que tivessem a experiência de saída da caverna deveriam trazer para as outras pessoas essa experiência.

Mas aqui, segundo Badiou, encontraríamos o toque de mestre do filósofo de Atenas. Platão não nos diz que devemos sair, ver a verdade e depois voltar e contar o todos o que seria o verdadeiro. Ver a verdade é impossível, pois esta, em si, não se localiza, não se deixando apreender como objeto. Ela pode existir enquanto postulação, mas não enquanto algo passível de existência, ou seja, de apreensão pelos órgãos de sentido. Dessa forma, sair da caverna é impossível. A saída, e mesmo a própria caverna, para Platão, na leitura de Badiou, seriam figuras metafóricas. Falando sobre os cavalos desenhados por nossos ancestrais há cerca de trinta séculos nas paredes da caverna Chauvet-Point-d'Arc no sul da França, nos diz Badiou:

Resulta de tudo isso que pintar um animal sobre a parede de uma gruta é exatamente – como no mito platônico, porém ao inverso – evadir-se da gruta para tornar a subir em direção à luz da Ideia. É o que Platão finge não ver: a imagem, aqui, é o contrário de sombra. Ela atesta a Ideia na invariância variada de seu signo pictural. Ela é, de forma alguma a descida da Ideia no sensível, mas a criação sensível da Ideia. “Isso é um cavalo”, eis o que diz o Mestre da gruta Chauvet. E como ele o diz fora de toda visibilidade de um cavalo

vivo, ele *revela* o cavalo como o que existe eternamente para o pensamento. (Badiou, 2006, p. 27 – tradução do autor)

O que Platão propõe é que façamos a experiência da saída, não a saída propriamente dita. Segundo ele, de acordo com Badiou, o que devemos fazer é a experiência de perceber que a Ideia, ou a verdade, não é passível de se apreender enquanto objetividade, encontrando-se antes na experiência de um processo em que a apreenderíamos como aquilo que, de essencial, está na gênese, ao mesmo tempo que escapando de toda e qualquer imagem. A verdade entendida enquanto processo, ou procedimento (utilizando termos de Badiou), e não como algo a ser cernido enquanto objeto.

A experiência da saída seria uma figura metafórica, utilizada por Platão, para o que seria a apercepção de nossa própria prisão, percepção esta que se apaga sempre que acreditamos na possibilidade da substancialização seja do engodo, seja da verdade. A verdade existe indissociável do engodo, como seu constituinte inapreensível. “O real já é semblante do real”, dizia Lacan (citado por Žizek, 2011, p. 1).

Caímos, então, na terceira característica, já pontuada acima quando realçamos o caráter histórico da verdade.

(3) Se a verdade não existe dissociada do engodo, o acontecimento é o que produz essa impossível junção.

A oposição entre verdade e semblante, como se ambos carreassem uma afirmação própria, é no fundo uma falsa oposição, uma ficção.

A partir do momento em que decidimos que, com o acontecimento, a verdade se localiza, ela já o faz como semblante, ou como algo diferente do que é em si. Para Lacan, por exemplo, a verdade só pode ser “meio dita” (Lacan, 1972/2003, p. 454), sendo indissociáveis a verdade e o engodo que a carrega:

[...] está claro que a Fala só começa com a passagem do fingimento à ordem do significante, e que o significante exige um outro lugar – o lugar do Outro, o Outro-testemunha, o testemunho Outro que não qualquer de seus parceiros – para que a Fala que ele sustenta possa mentir, isto é, colocar-se como verdade. (Lacan, 1960/1998, p. 822)

Mas isso não significa que toda e qualquer imagem carregue, indistintamente, a verdade. A questão levantada por Platão sobre a distinção entre cópias e simulacros persiste. Existem as imagens que, em movimento, sustentam uma verdade. E existem outras que se desdobram sem compromisso com a verdade, ou com aquilo que é global, não sendo mais do que a conservação do que nelas se deixa apreender como particularidade, ou como identidade a si. Estas, os si-

mulacros, ou o negativo (em relação à afirmação de uma verdade) não têm para Badiou positividade em si, sem ser mais do que a ausência da existência de uma verdade em movimento. A negatividade, para o filósofo francês, é secundária, sem estatuto ontológico, reduzindo-se à ausência da positividade, ou ao desvio ou bloqueio de um processo em que se desdobraria uma afirmação (Badiou, 2013).

Como então tematizar, no território, esses dois tipos de imagem? Como entender, no território, a diferença entre semblante e verdade, já que ao se apresentar (ao existir) a verdade já o faz como semblante? E se o semblante em si não tem positividade, quais seriam aqueles que carrearariam uma verdade (uma afirmação ou positividade), e quais seriam aqueles que, não sendo portadores de uma verdade, seriam desprovidos de positividade própria? Como faríamos, nos termos de Platão, para distinguir as cópias dos simulacros?

(4) Um acontecimento e a verdade que ele carrega se desdobram em suas consequências como subversão.

Quando decidimos que a verdade existe de forma imanente, ou seja, quando forçamos a localização de algo que, por definição, não pode se localizar, apresentando-se, nos dizeres de Badiou, como uma localização deslocalizada (Badiou, 2006), como consequência imediata, a partir de então, a verdade não pode ser mais concebida como adequação, mas como subversão. Forçar ou operacionalizar a existência de uma verdade implica que esta se processe sempre como subversão imanente ao que existe.

Para nos ajudar a pensar essa concepção de verdade, podemos fazer uso dos trabalhos do antropólogo do Museu de História Natural do Rio de Janeiro, Eduardo Viveiros de Castro, citado recentemente por Lévi-Strauss como sendo aquele que trouxe novamente a antropologia para o centro das discussões.

Estudando os índios do continente americano, Viveiros de Castro propõe a existência de uma outra forma de se compreender o real, diferente da nossa, nomeada por ele de perspectivismo ameríndio.

Para esse pensador, os índios funcionam com uma lógica gramatical diferente da nossa, europeia. Por existirem no contexto da caça, eles pensam o mundo sob a forma de caçadores. Todos os animais vivos (incluindo aí os homens) dividir-se-iam em três classes: os que me comem, os que eu como, e os que comem comigo. Ou seja, o que definiria alguém, seja bicho ou gente, é sua posição em relação ao verbo comer, diferentemente do nosso mundo ocidental, onde o que define uma pessoa são os predicados que ela detém. Para Viveiros de Castro, o nosso mundo é predicativo. Enquanto nós pensamos “A é B”, definindo A a partir dos predicados B que o determinam, os índios pensam “A come B” (Viveiros de Castro, 2005, p. 10), ou, poderíamos dizer, A se transforma em B. Os objetos, no

perspectivismo ameríndio, são desprovidos de fixidez, determinando-se a partir da posição que ocupam em uma dada relação, e transformando-se nessa mesma relação. Se para nós o que é dado é a substância, e as relações são aquilo que se tem que conhecer, para os índios há uma inversão, ou seja:

[...] a relação vem antes da substância e, portanto, os sujeitos e os objetos são antes de mais nada efeitos das relações em que estão localizados e assim se definem, redefinem, se produzem e se destroem na medida em que as relações que os constituem mudam. (Viveiros de Castro, 2005, p. 10)

Assim, enquanto nós, ocidentais, funcionamos em uma lógica predicativa, elementarista, onde tudo o que existe pode ser identificado como objeto, portador de predicados, o índio funciona em uma lógica da transformação.

Segundo o antropólogo o que serviria como pano de fundo para essa forma ameríndia de pensar o mundo seria a ausência de um Deus único, transcendente a tudo e a todos. Acompanhemos seu raciocínio.

A cultura ocidental, monoteísta, trabalha com a concepção do Um, ou de um Nome Próprio único, universal, garantidor de uma ontologia única, que seria a natureza, à qual teríamos acesso por meio de uma linguagem que também seria universal, a linguagem da ciência. Em oposição à natureza, que existiria independentemente de nós, teríamos as várias culturas, estas sim estabelecidas pelas diferentes formas que o olhar humano pode adquirir. Nós partimos assim da identidade (a natureza), sendo a diferença (as variadas culturas) secundária a essa ontologia primeira. Para nós, o que causa problema é a cultura, estando aí a ciência para nos salvar e desvelar a natureza, substância constante que nos serve de solo. E essa concepção de um uni-verso é tributária da crença em um Deus único e criador. Para os índios, ao contrário, não existe uma natureza e várias culturas, mas apenas a cultura. Eles não supõem uma natureza exterior às lentes culturais. Não há um uni-verso, mas multi-versos, visão esta tributária de uma concepção politeísta do mundo. Para eles, a diferença é primeira, e o que causa estranheza é a identidade. Ao priorizar a relação em detrimento da substância, os índios experienciam o mundo como algo em movimento, em transformação. Uma ontologia estática, imutável, é estranha ao seu pensamento.

Outro brasileiro notável, Guimarães Rosa, escreveu um pequeno conto intitulado *Meu tio o Iauaretê* (Guimarães Rosa, 1961/2001), onde encontramos a história de um caçador de onças que é chamado para desonçar uma dada região. Durante o seu trabalho, o caçador vai, pouco a pouco, se transformando em onça.

Fica a questão, nesse conto, onde estaria o exato ponto em que podemos dizer que não se trata mais do caçador, mas de uma onça. Se a diferença entre o início do processo, onde teríamos o caçador, e o final, onde nos depararíamos com a onça, é qualitativa, onde, no processo contínuo de transformação, o discreto, o intervalo, se constituiu, marcando a escansão que separaria o objeto caçador do objeto onça?

Na psicanálise fazemos uso de uma ferramenta que pode nos auxiliar nesse raciocínio, sendo inclusive citada por Viveiros de Castro em alguns momentos, quando discute o perspectivismo ameríndio (Viveiros de Castro, 2012). Trata-se da banda de Moebius, na qual, ao percorrermos sua superfície, se entre o início e o fim podemos perceber uma diferença qualitativa, uma escansão, ao seguirmos ao longo do percurso, onde se encontraria essa ruptura?

O que Guimarães Rosa e a banda de Moebius figuram está em consonância com o que parece pensar Viveiros de Castro ao afirmar que a “transformação é, precisamente, o nome do jogo” (Viveiros de Castro, 2012, p. 159). Trata-se, nessa frase, de uma subversão de nossa forma predicativa de olhar, propondo pensar o mundo não como um aglomerado de substâncias, mas pensar o mundo, e as substâncias, como algo em contínua transformação.

Voltando à psicanálise, além da banda de Moebius, podemos apontar outra discussão que também trata dessa questão de forma interessante. Trata-se da questão que Freud levantou em carta a Marie Bonaparte: “O que quer a mulher?” (Jones, 1972, p. 445 – tradução do autor).

Lacan, trabalhando em vários momentos de sua obra as dificuldades/impossibilidades de se discernir aquilo que nos possibilitaria apreender a mulher, propõe, em *O seminário XX* (Lacan, 1975/1985), que a identifiquemos com a verdade.

Como ambos chegaram a essa problematização?

Na época vitoriana de Freud, evidenciada nas famosas apresentações de Charcot, as histéricas em suas performances carregadas de sentido se apresentavam como furo no saber patriarcal normativo que as encarcerava, produzindo-se como excesso em relação ao saber instituído. Essa é, por definição, como vimos, o lugar da verdade.

E a mulher, se a reconhecemos como incorporando o lugar da verdade, por estar imanente à situação, desqualifica transcendências que eventualmente tenham sido invocadas para receberem e conterem esse excesso. Não é sem razão, por exemplo, que as religiões em geral (cristã, muçulmana etc.) sejam tão enfáticas na desautorização da mulher, reforçando sempre sua inferioridade na escala de valores vigente.

Levar ao silêncio o feminino é apagar a existência intrínseca da verdade, tornando a sociedade submissa a uma normatização que existiria *a priori*.

Poderíamos propor que o movimento da Reforma Psiquiátrica estaria inserido no mesmo rol de questões. Ao derrubar os muros dos hospitais psiquiátricos,

o que a reforma se propôs a fazer foi forçar a convivência, dentro, daquilo que não se deixa apreender pelo saber racional, e que estava condenado a existir fora, cercada nos nosocômios. A estes lugares é que eram encaminhadas, na época de Freud, as performáticas históricas, exuberantes em sua manifestação de rebeldia em relação às regras e imposições que as sufocavam.

Chegamos, assim, à quinta consequência.

(5) O resgate da verdade passa pelo resgate do que, como excesso, foi condenado à inexistência.

Giorgio Agamben, filósofo italiano contemporâneo, ao trabalhar a questão da arte em seu texto *O que é o contemporâneo* (Agamben, 2008), coloca a verdade de uma forma muito interessante. Para ele, aquele que carrega a verdade de seu tempo, ou que é capaz de alguma forma de vislumbrá-la, é aquele que se encontra deslocalizado em relação a sua contemporaneidade. E é essa deslocalização, ou essa estranheza em relação ao mundo que o cerca, que lhe permite a incorporação, como processo, da verdade desse mesmo mundo.

Seguindo na esteira de Agamben, poderíamos aventar que seriam os excluídos, aqueles que habitam às margens da sociedade, inadaptados em suas regras e valores, os mais aptos a vislumbrarem e a carregarem a verdade de seu tempo. Somente eles, em excesso em relação ao que ficticiamente estabeleceu a finitude daquele mundo por meio de hierarquizações e classificações, são capazes de carrear a infinitude que necessariamente teve que ser excluída para que limites apaziguantes fossem estabelecidos. Na sociedade tradicional e vitoriana de Viena do início do século XX, as enigmáticas históricas de Charcot souberam atrair a atenção de Freud, que reconheceu nelas o caminho para a redescoberta do sujeito, apagado na enrijecida civilização de sua época.

Resta agora descobrirmos quem serão aqueles que, hoje em dia, em consonância com as mulheres, em melhores condições estariam para nos ajudar a reencontrar a trilha dos desejos de um sujeito e sua verdade.

Referências

- Agamben, G. (2008). *Qu'est-ce que le contemporain?*. Paris: Payot & Rivages.
- Badiou, A. (1996). *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Badiou, A. (2006). *Logiques des mondes*. Paris: Seuil.
- Badiou, A. (2010, maio). Localização e verdade. *Séminaire Regards croisés*. Paris, França.
- Badiou, A. (2013). Affirmative dialectics: from Logic to anthropology. *The International Journal of Badiou Studies*, 2(1), 1-13.

- Descartes, R. (1983). *Meditações*. In Civita, V. (ed.). *Descartes – Vida e obra* – coleção *Os pensadores*, p. 73-142. São Paulo: Abril. (original publicado em 1641).
- França Neto, O. (2012). A verdade e sua territorialização. *Revista Estudos Lacanianos*, IV (7), 199-203.
- Guimarães Rosa, J. (2001). Meu tio o Iauaretê. In *Estas Estórias*, p. 191-235. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (original publicado em 1961).
- Jones, E. (1972). *La vie et l'œuvre de Sigmund Freud*, tome II, Paris: PUF.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais ainda*. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1975).
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos*, p. 807-842. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1960).
- Lacan, J. (2003). O aturdido. In *Outros escritos*, p. 448-497. Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1972).
- Viveiros de Castro, E. (2005). A filosofia canibal. *Folha de São Paulo – Caderno Mais*, 10. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2108200509.htm> (acesso em 21-jul-2017).
- Viveiros de Castro, E. (2012). “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. *Mana*, 18(1), 151-171. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132012000100006&script=sci_arttext (acesso em 19-jun-2017).
- Zizek, S. (2011, março). *L'inconscient, c'est la politique*. University of Leeds, Leeds, UK. <http://colblog.blog.lemonde.fr/2011/09/01/slavoj-zizek-linconscient-cest-la-politique/#more-1354> (acesso em 18-jun-2017).

Notas

- ¹ “O que excede a situação é o sentido referencial dos nomes, o qual só existe na retroação da *existência* (logo da apresentação) de uma parte indiscernível da situação. Portanto, podemos dizer: tal enunciado da língua-sujeito terá sido verídico, se a verdade for tal ou tal” (Badiou, 1996, p. 314). “[...] *lei fundamental do sujeito*, que é também uma lei do futuro do presente. Esta lei é a seguinte: se um enunciado da língua-sujeito é tal que ele terá sido verídico para uma situação de que adveio uma verdade, é porque existe *um* termo da situação que ao mesmo tempo pertence a essa verdade (pertence à parte genérica que é essa verdade) e mantém com os nomes postos em jogo no enunciado uma relação particular” (Badiou, 1996, p. 314). “[...] efeito de retroversão pelo qual o sujeito, em cada etapa, transforma-se naquilo que era, como antes, e só se anuncia ‘ele terá sido’, no futuro anterior” (Lacan, 1960/1998, p. 823).

Recebido em 03 de agosto de 2017

Aceito para publicação em 12 de novembro de 2017

RESENHAS

A cronicidade da dor: narrativas clínicas e teóricas

Integrando o desenvolvimento desde a adolescência: teorias,
pesquisas e exercícios para a qualidade de vida

À CRONICIDADE DA DOR: NARRATIVAS CLÍNICAS E TEÓRICAS

CHRONIC PAIN: CLINICAL AND THEORETICAL NARRATIVES

LA CRONICIDAD DEL DOLOR: NARRATIVAS CLÍNICAS Y TEÓRICAS

Clarice Medeiros*

Resenha do livro: Besset, V. L. & Zanotti, S. V. (org.). (2017). *A face crônica da dor*. Maceió: Edufal. (388p.)

O livro *A face crônica da dor* é uma coletânea de artigos inéditos, organizada por Vera Lopes Besset e Susane Vasconcelos Zanotti, de profissionais brasileiros e estrangeiros renomados, com ampla atuação e pesquisa na área. A iniciativa nos oferece um testemunho de como o profissional que trabalha com pacientes acometidos pela dor crônica precisa ter coragem para escutar as diferentes narrativas sem cair na paralisia e no discurso da impotência, que a dor, nesses casos, pode produzir no outro. Distante de dar uma resposta unívoca, os artigos, recheados de casos clínicos, abrem perspectivas para a compreensão da dor crônica. A coletânea é dividida em três partes: a clínica da dor: perspectivas; um sujeito e seu corpo; pulsão e gozo: ressonâncias no corpo. Percorreremos brevemente cada uma delas a fim de prover um panorama sobre a proposta da obra.

A primeira seção é um convite à multidisciplinaridade e à possibilidade de diversos olhares sobre a clínica da dor, deixando entrever o esforço de levar luz onde há escuridão. O livro se inicia com o artigo *Os paradoxos clínicos da paixão dolorosa*, de Benoît Maillard, Frédéric Gillot e Julien Nizard, que ressaltam a passagem de uma visão puramente sintomática da abordagem biomédica a um tratamento global e personalizado da pessoa dolorosa, realizado por um referencial psicossocial. Os autores introduzem o termo paixão dolorosa, marcando a origem da dor em relação a um objeto que falta ao sujeito e com o qual se tenta estabelecer um diálogo. A aposta é oferecer, por meio da multidisciplinaridade, um acolhimento, onde seja possível, a partir da mensagem de uma queixa dolorosa,

* Doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC-Rio; Professora da UVA (Universidade Veiga de Almeida), Rio de Janeiro, Brasil.

a emergência dos diversos sentimentos que tentam encontrar uma forma de expressão e um primeiro endereçamento para serem ouvidos.

O artigo seguinte, *A dor crônica na perspectiva médica*, de Fernando Pires de Farias e Marcos Britto da Silva, como o próprio título indica, expõe a perspectiva médica da dor crônica. Enquanto a dor aguda é transitória e representa um mecanismo de defesa frente a uma ameaça à integridade do organismo, a dor crônica é metastática, o que indica que a defesa não opera mais e, por permanecer por um longo tempo, é capaz de ativar mecanismos de autopropetuação que se reforçam cada vez mais, o que dá caráter difuso à dor e pode ter um impacto devastador na vida de um paciente.

Adiante, o artigo de Andréa G. Portnoi, *O enfrentamento da dor*, explicita o aspecto multifatorial da dor, apontando a não correspondência entre dor crônica e a presença de uma lesão e marcando a diferença entre dor aguda e crônica. A proposta da autora é elencar os mecanismos de que o paciente pode dispor para enfrentar a dor. Se a dor aguda desencadeia funções adaptativas e reações fisiológicas que acionam mecanismos de proteção, a dor crônica, por perdurar, dá origem a uma série de alterações fisiológicas, emocionais, comportamentais e sociais. Dessa forma, viver com dor crônica exige um esforço contínuo de adaptação e enfrentamento, que obriga o indivíduo a experimentar uma série de estratégias cognitivas e comportamentais para dar conta das sensações desagradáveis e das dificuldades provocadas pela dor.

Em seguida, o último artigo da primeira parte, *Fibromialgia e psicose: a dor e suas funções*, de Marina Pereira Vieira Espinoza e Susane Vasconcelos Zanotti, inicia introduzindo o caráter enigmático e desafiador que a clínica da dor impõe ao campo médico e ao psicanalítico. Por muito tempo, a dor, quando não possuía substrato orgânico, foi classificada como pertencente à categoria diagnóstica da histeria. As autoras consideram essa conclusão precipitada e propõem pensar a dor crônica não como um sintoma conversivo, mas como uma nomeação que possibilitaria a localização do gozo disruptivo que acomete o sujeito psicótico. Nesse caso, a aposta do tratamento é sustentar a dor como uma solução possível frente ao real.

A segunda parte do livro apresenta uma verdadeira rede em que os autores expõem a sobredeterminação da dor, por meio da teoria e conceitos psicanalíticos, demonstrando a complexidade do corpo dolorido. O primeiro artigo, denominado *A dor e a denegação*, de Pierre Ebtinger, propõe a relação entre os casos de dor e a denegação. Para o autor, a denegação é muito frequente nas histórias do paciente com dor, e ele apresenta a denegação como uma falha do significante e a dor como uma das consequências possíveis dessa falha.

O artigo subsequente, *Dor crônica: um sintoma possível para a psicose*, de Fábio Paes Barreto e Vera Lopes Besset, traz uma rica contribuição para o psicanalista ao propor não encarar prontamente a fibromialgia como sintoma conversivo histérico ou um fenômeno psicossomático. O escrito abre a possibilidade de refletir sobre a função da fibromialgia como um *sintoma* na psicose oferecendo ao sujeito uma pacificação do gozo. Na psicose, em vez de tratar a dor, em uma ação de retirada, cabe ao analista secretariar o sujeito na invenção de uma prótese corporal pelo viés do real das dores crônicas, permitindo um ordenamento do gozo.

Em *A clínica subjetiva da dor*, de Patrick Martin-Mattera, o autor dá ênfase à subjetividade da dor. Por se encontrar nos limites do significante, a dor se expressa em uma particularidade e coloca em cena a escolha psíquica realizada pelo sujeito. A aposta da psicanálise, defendida pelo autor, é que, por meio da transformação da dor ao estatuto do sintoma, algo de uma mensagem cifrada possa ser dita e direcionada ao analista, permitindo inserir a dor na dimensão da linguagem.

O último artigo desta parte traz uma proposta inovadora. Gabriella Dupim e Jean-Luc Gaspard, em *Dor crônica e devastação feminina*, introduzem o elemento da devastação. A proposta é entender a dor crônica, para certas mulheres, com a função de localizar o gozo feminino no corpo, barrando a demanda infinita de amor dirigida à mãe ou ao parceiro.

A terceira e última parte centra a discussão em torno do conceito de pulsão que, como tal, nunca se satisfaz, demonstrando a necessidade de se lançar mão de outras noções psicanalíticas. Em *A escuta psicanalítica da dor*, Patrícia do Socorro Nunes Pereira e Roseane Freitas trabalham com três vetores: sintoma, masoquismo e angústia. É no corpo que a dor incide, mesmo lugar onde a angústia emerge; no entanto, a dor pode aparecer como um modo de arranjo defensivo – sintoma – do psiquismo diante da angústia. E ao sofrer do corpo, o paciente deixa de se haver com sua neurose, numa relação de satisfação e ganho masoquista com sua doença.

Adiante, em *Reflexões sobre dor e gozo nos acontecimentos de corpo*, Edilene Freire Queiroz enfatiza que o inconsciente funciona como um litoral entre corpo e psiquismo, de modo que o sintoma somático é revelador do impacto físico do real inconsciente no corpo. Na clínica contemporânea, na opinião da autora, são os acontecimentos de corpo que aparecem como sintoma. Quando há um limite ao gozo do corpo, os sujeitos tornam-se doloridos, e quando levam o usufruto do corpo às últimas consequências, tornam-se sujeitos gozantes, adictos ou somatizantes.

Em seguida, o artigo *Dor crônica: signo do excesso pulsional*, de Clarice Medeiros e Isabel Fortes, destaca o caráter da cronicidade da dor, compreendendo-a como uma insistência pulsional, que, como tal, pode ser pensada sobre a égide

da compulsão a repetição. A dor crônica, devido à sua perseverança, é sinal do excesso pulsional e o caráter da compulsão à repetição denuncia a tentativa de ligação das quantidades intoleráveis de excitação. O excesso da pulsão só pode ser apreendido pela linguagem, e o grito tem a função primordial no trabalho de inscrição por, desde o início, estar entrelaçado ao simbólico. A tarefa do analista consiste, então, em apostar que uma escuta da dor seja possível.

O artigo *Outro lugar para o corpo e a dor*, de Márcia Cristina Maesso, situa a dor para além da medicina. Para a psicanálise, a dor pode comparecer como formação inconsciente ou como fora da palavra, não simbolizada; por isso, a dor crônica é concebida como um fenômeno transestrutural, que pode ocorrer na neurose e na psicose, como sintoma ou fenômeno psicossomático. A direção do tratamento, que tem como vetor a escuta do analista, é que a dor possa deslocar-se do lugar fixado na carne para situá-la simbolicamente em relação à memória do vivido.

O último artigo do livro, *Fibromialgia e fenômeno psicossomático*, de Carla Oliveira Fernandes, Andréa Rolo Fares e Wilker Luiz Pessoa de França, traz a distinção clara entre o sintoma descrito por Freud e o fenômeno psicossomático. Há, hoje, a prevalência nas escolhas feitas pela via do gozo que têm como decorrência sintomas sem palavras, mudos, que incidem de forma direta no corpo. Os autores tecem aproximações e distanciamentos entre o fenômeno psicossomático e a fibromialgia, por considerarem que tanto no fenômeno psicossomático quanto na fibromialgia o corpo está afetado. A dor seria, nesse viés, efeito do significante sobre o corpo.

Dessa forma, a riqueza e a contribuição dessa coletânea não consiste apenas em um levantamento psicanalítico sobre a dor crônica, mas na abertura dos horizontes teóricos para pensar a clínica da dor. Teoria e clínica caminham juntas e permitem pontos de abertura, propiciando uma saída de um discurso da impotência diante da face crônica da dor. Se a dor silencia o sujeito, a psicanálise aposta em sua fala. Se há uma fala, é preciso escutar sua singularidade e particularidade. A dor convoca todos a dar um destino.

Recebido em 05 de janeiro de 2018

Aceito para publicação em 05 de abril de 2018

INTEGRANDO O DESENVOLVIMENTO DESDE A ADOLESCÊNCIA: TEORIAS, PESQUISAS E EXERCÍCIOS PARA A QUALIDADE DE VIDA

*INTEGRATING DEVELOPMENT FROM ADOLESCENCE:
THEORIES, RESEARCH AND EXERCISES FOR QUALITY OF LIFE*

*INTEGRANDO EL DESARROLLO DESDE LA ADOLESCENCIA:
TEORÍAS, INVESTIGACIONES Y EJERCICIOS PARA LA CALIDAD DE VIDA*

*Edna Lúcia Tinoco Ponciano**

*Ana Luisa Alves***

*Karla Guimarães****

*Daniele Mello*****

*Amanda Porto Padilha******

Resenha do livro: Siegel, D. J. (2016). *Cérebro adolescente: o grande potencial, a coragem e a criatividade da mente dos 12 aos 24 anos*. São Paulo: nVersos. (288p.)

Daniel Siegel é um médico americano com vários livros publicados no Brasil. Professor de psiquiatria da Universidade da Califórnia – Los Angeles (UCLA), com treinamento em pediatria, têm pesquisas sobre infância, adolescência e interações familiares, além de ser psicoterapeuta. Neste livro, publicado em 2016, Siegel aborda a temática do cérebro adolescente, caracterizando essa fase pelos desafios diversos. Ainda que os mitos sobre a adolescência tenham uma conotação negativa, em sua maioria, Siegel propõe uma perspectiva diferenciada: o desenvolvimento é visto como transformação positiva, ao longo da vida, na qual a adolescência é um período privilegiado de mudança. Entretanto, adolescentes que recebem mensagens negativas sobre quem são e o que se espera deles(as) podem ser restringidos(as), ao invés de alcançarem o seu potencial. Nesse sentido, os(as) adolescentes moldam a maneira como enxergam a si mesmos e como se

* Professora Adjunta do Instituto de Psicologia e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS)/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

** Mestre em Psicologia Social pelo PPGPS/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

*** Mestranda em Psicologia Social pelo PPGPS/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

**** Doutoranda em Psicologia Social pelo PPGPS/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

***** Graduada em Psicologia pela UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

comportam, a partir dessa visão predominantemente negativa. Relativizando essa perspectiva, Siegel discute os primeiros anos da adolescência, estabelecendo quatro qualidades da mente, que têm um lado positivo e um negativo. São elas: (1) a busca por novidade (motivação interior para tentar algo novo, sentindo a vida mais plena e fascinante, que entretanto pode resultar em comportamentos arriscados ou em ferimentos); (2) engajamento social (conducente à criação de relações de apoio, que são os melhores indicadores de bem-estar, embora o isolamento dos adultos e o convívio apenas com adolescentes possam aumentar a chance de riscos); (3) aumento da intensidade emocional (em que ocorre uma vitalidade maior, resultando em exuberância e em alegria, que, entretanto, pode levar à impulsividade e à depressão); e (4) exploração criativa (pelo questionamento do *status quo*, abordando problemas com estratégias inovadoras e minimizando o senso de cair na rotina, mas que também pode gerar crise de identidade, vulnerabilidade à pressão dos iguais e perda de direção). Siegel defende que essas qualidades da mente, experimentadas por adolescentes, são igualmente importantes para adultos, que precisam continuar implementando-as para manter a vitalidade em suas vidas. No primeiro capítulo, portanto, entendemos que é preciso compreender e reconhecer os aspectos positivos da adolescência, corroborando uma abordagem atual (Coleman, 2011).

Ao final de cada capítulo, são apresentados exercícios para fortalecer as qualidades acima descritas. São exercícios de visão mental, que geram a capacidade de conhecer a mente e, ao fortalecê-la, conseguir formar circuitos específicos no cérebro. Siegel apresenta a ideia de que são construídos mapas de visão mental, tais como mapas da percepção (sentir sua própria vida mental interior), mapas de compreensão compassiva (empatia: perceber a vida mental do outro) e mapas de integração (relacionar diversas partes, gerando interconexão). O resultado esperado é o fortalecimento da visão mental, com efeitos benéficos que ajudam a tornar a vida, principalmente durante a adolescência, uma experiência positiva e vigorosa. Cada capítulo apresenta exercícios específicos, de acordo com o tema abordado, e sugere a prática como uma forma de trabalho contínuo e de aprimoramento dos mapas de visão mental.

Ao longo do livro, Siegel discute achados neurocientíficos como fontes de explicação e de compreensão da experiência do(a) adolescente. O capítulo dois aborda, especificamente, as alterações na estrutura e no funcionamento cerebral, apresentando os fatores que influenciam e contribuem para a tomada de decisões e para o comportamento impulsivo. Para tanto, Siegel divide o capítulo em 13 tópicos que ajudam a entender a mudança necessária, ocorrida no cérebro adolescente, além de discutir quais fatores auxiliam ou atrapalham durante essa transformação.

São apresentadas algumas maneiras de lidar, para que o(a) adolescente experimente, da melhor forma, esse momento de alterações na arquitetura cerebral, fisiológica, hormonal e emocional. Uma característica que se ressalta é a do aumento do impulso, que se manifesta de três formas diferentes: (1) o impulso inspira a ação sem nenhuma pausa para pensar; (2) o aumento de liberação de dopamina, que torna o(a) adolescente suscetível ao vício; e (3) a hiper-racionalidade, na qual se examina somente alguns aspectos de uma situação e não o todo, além de se valorizar os benefícios calculados, em detrimento dos riscos em potencial. Outra característica destacada é a tomada de decisão que, em um processo coletivo de estar com os amigos, resulta no aumento do impulso, pela busca de recompensa. O(a) adolescente, no convívio social entre pares, está mais propenso(a) a se engajar em comportamentos perigosos. Ainda assim, a adolescência não deve ser entendida como etapa a ser superada, mas sim uma etapa de mudança, que permite o surgimento de novas habilidades (Santrock, 2014). A mensagem principal é a da integração, que ocorre no cérebro e é paralela à ocorrida nas experiências de vida, com o auxílio de gerações mais velhas, integrando experiências internas e interpessoais, que moldam a experiência incorporada da mente.

Nesse sentido, no capítulo três, Siegel salienta o papel central da ligação de todo ser humano com seus progenitores, mostrando o quanto a qualidade dessa conexão pode afetar positiva ou negativamente a maneira como enxergamos o mundo e construímos nossos relacionamentos ao longo da vida. Corroborando essa linha de pensamento, Siegel destaca a necessidade de cuidado, durante o processo de existir, como inerente aos mamíferos e atrela a carência premente de afeto à nossa condição biológica. Precisamos nos conectar para viver. Precisamos de nutrição emocional para nos desenvolver. Do contrário, adoecemos, e simbolicamente morremos, ainda que estejamos vivos.

A condição fundamental para aprimorarmos nossos relacionamentos perpassa, prioritariamente, pelo entendimento que adquirimos sobre a origem da formação de nossos vínculos. Para compreendermos melhor como se processa a constituição de nossos vínculos, Siegel apresenta a descrição de quatro alicerces, 4 S, na formação de um vínculo: ser Sentido, estar a Salvo, para ser Sossegado e poder se sentir Seguro. O vínculo seguro facilita o processo de exploração do mundo. Sobretudo, Siegel destaca que a formação do vínculo seguro é imprescindível para o desenvolvimento integrado do nosso cérebro e promove a plasticidade da mente, atuando como estímulo para unir o córtex pré-frontal às áreas límbicas e ao tronco encefálico, formando um corpo integrado. Nesse sentido, o vínculo seguro também é promotor da resiliência, desenvolvendo recursos adaptativos para lidar com situações adversas. São feitas considerações a respeito do vínculo

inseguro e suas consequências, que podem ser superadas. Sucintamente, podemos resumir a mensagem do capítulo três: apesar dos relacionamentos estabelecidos na infância moldarem nossas atitudes atuais, nunca é tarde para alcançarmos a plenitude de nossas conexões e efetuarmos mudanças positivas. A autorreflexão nos liberta do sofrimento e nos impulsiona a vivermos uma vida dotada de amor e de significado com outros. Prática e trabalho são necessários e tornam possível uma maior qualidade de vida. Desse modo, reforça-se a qualidade do vínculo como um componente facilitador da integração entre a experiência interna e a interpessoal.

Concluindo o livro, observamos no capítulo quatro que pensar a adolescência traz a experiência de dois estados diferentes: o do desconforto e o dos bons impulsos, que envolvem os(as) adolescentes e a todos aqueles ligados diretamente a eles(elas), especialmente seus pais. Alterações hormonais e amadurecimento cerebral produzem mudanças notáveis. A ideia de que o período da adolescência é limitado pela imaturidade pode levar à incompreensão e a encaminhar para um olhar simplificado. O mesmo ocorre quando o entendimento e a percepção de todo o processo recaem, principalmente, no esforço de ser paciente e tolerante com as experiências e os comportamentos dos(as) adolescentes. Essa posição diminui o lugar positivo de suporte, do reconhecimento de experiências ricas e de novas perspectivas. Outra observação bastante discutida é a da expectativa de uma descontinuidade, quase abrupta, entre a dependência total dos(as) adolescentes e a independência em relação aos pais. Sabe-se que o vínculo com os pais sofre uma importante mudança em direção a mais autonomia, aumentando a iniciativa para a tomada de decisões e o surgimento de novas responsabilidades. Contudo, a presença dos pais, como figuras fundamentais de vínculo, insere-se em um contexto mais amplo e diverso de relações e de laços, ampliando para o papel dos pares e de outros adultos. Nesse sentido, a interdependência é uma condição positiva e deve ser preconizada para uma vida bem vivida (Kagitçibasi, 2012). Pelos olhos de uma pessoa adulta, a carga da intensidade emocional, a complexidade de estar no mundo social e, decorrente das mudanças cerebrais, o forte impulso por novidade e exploração parecem demasiadamente assustadores. Ao mesmo tempo, porém, acenam para um período de multiplicidade de experiências, que pode ser favorável a mudanças positivas, que projetam esperanças de uma vida adulta saudável, compreendida por Siegel como a integração do mapa da percepção de si e dos outros, com os quais convivemos e nos desenvolvemos, ao longo de nossas trajetórias. A integração, intensificada na adolescência e continuada ao longo de uma vida de transformações, deve ser aliada à aceitação das mudanças previsíveis e imprevisíveis, mantendo-se presente nas experiências vividas, o que marca uma abertura, um movimento em direção à saúde, para os(as) adolescentes, em seus contextos relacionais.

A obra *Cérebro adolescente: o grande potencial, a coragem e a criatividade da mente dos 12 aos 24 anos* aborda uma complexidade de temas dirigidos aos responsáveis e aos variados profissionais que trabalham com adolescentes. Há muitos exercícios ao longo do livro que ajudam a assimilar o conteúdo e a viver um processo de transformação. É um livro ao mesmo tempo simples e denso, que perpassa teorias e pesquisas atuais das neurociências e da psicologia do desenvolvimento, além de ter um viés clínico e de autoajuda. É uma obra exemplar de divulgação científica, que estimula a leitura e a curiosidade.

Concluimos lembrando os quatro aspectos positivos, abordados no início do livro: (1) busca por novidade; (2) engajamento social; (3) aumento da intensidade emocional; (4) exploração criativa. Destacamos, desse modo, a ênfase de que esses aspectos não se restringem a um período, tendo consequências para toda a vida. Além disso, ressalta-se o contexto relacional do desenvolvimento psicológico: “A sintonia interativa no vínculo leva à regulação interna.” (p. 213), indicando um campo de pesquisa e de atuação sobre processos autorregulatórios, que são comuns (Jackson, Mackenzie & Hobfoll, 2000) e ainda precisam ser mais investigados e divulgados.

Referências

- Coleman, J. C. (2011). *The Nature of Adolescence*. London: Routledge.
- Kagitçibasi, C. (2012). Sociocultural change and Integrative Syntheses in Human Development: Autonomous-Related Self and Social-Cognitive Competence. *Child Development Perspectives*, 6(1), 5-11.
- Jackson, T.; Mackenzie, J.; Hobfoll, S. E. (2000). Communal aspects of self-regulation. In Boekaerts, M.; Pintrich, P. R.; Zeidner M. (orgs.). *Handbook of self-regulation*, p. 275-300. San Diego: Academic Press.
- Santrock, J. W. (2014). *Adolescência*. Porto Alegre: Artmed.

Recebido em 05 de junho de 2017

Aceito para publicação em 04 de janeiro de 2018

